



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

CÍCERA MÔNICA DA SILVA SOUSA MARTINS

**AFETIVIDADE EM CONTEXTOS DE DESAPROPRIAÇÃO: IMPACTOS
PSICOSSOCIAIS DAS OBRAS DO CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ EM
COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DO CRATO-CE**

FORTALEZA
2020

CÍCERA MÔNICA DA SILVA SOUSA MARTINS

AFETIVIDADE EM CONTEXTOS DE DESAPROPRIAÇÃO: IMPACTOS
PSICOSSOCIAIS DAS OBRAS DO CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ EM
COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DO CRATO-CE

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia.
Linha de pesquisa: Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Zulmira Áurea Cruz Bomfim

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M342a Martins, Cícera Mônica da Silva Sousa.
AFETIVIDADE EM CONTEXTOS DE DESAPROPRIAÇÃO: : Impactos psicossociais das obras do Cinturão das Águas do Ceará em comunidades rurais do município do Crato-CE / Cícera Mônica da Silva Sousa Martins. – 2020.
208 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2020.

Orientação: Prof. Dr. Zulmira Áurea Cruz Bomfim.

1. Afetividade. 2. Desapropriação. 3. Impactos Psicossociais. 4. Obras Hídricas. 5. Políticas Públicas. I. Título.

CDD 150

CÍCERA MÔNICA DA SILVA SOUSA MARTINS

AFETIVIDADE EM CONTEXTOS DE DESAPROPRIAÇÃO: IMPACTOS
PSICOSSOCIAIS DAS OBRAS DO CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ EM
COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DO CRATO-CE

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia.
Linha de pesquisa: Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais.

Aprovada em: 28/02/2020.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Zulmira Áurea Cruz Bomfim (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará

Profa. Dra. Veriana de Fatima Rodrigues Colaço
Universidade Federal do Ceará

Profa. Dra. Suely Salgueiro Chacon
Universidade Federal do Ceará

Ao Pedro Alves (*in memoriam*), que me ensinou, desde criança, o significado de ser sertanejo; aos moradores e moradoras do distrito Baixio das Palmeiras; e a todos os agricultores e agricultoras dos interiores do Ceará, em especial do meu Cariri.

AGRADECIMENTOS

Após dois anos de ponte aérea (e rodoviária) Fortaleza - Juazeiro do Norte, muitas experiências, aprendizados e afetos foram vivenciados, e a construção dessa dissertação deve-se também a todos esses momentos e às pessoas especiais que estiveram nessa trajetória. Tenho imensa gratidão por todos e todas que, direta ou indiretamente, me ajudaram nessa proposta de construção coletiva de saberes.

Gratidão a Deus pela força, pela vida, pela paciência e por todo suporte.

A meus pais, Edileuda e Cícero, por todo o apoio, por aguentar a saudade mesmo eu estando longe de casa, por acreditar em mim ainda quando eu mesma não acreditava, pelas palavras de ânimo, pelas orações, pelo suporte e principalmente por serem seres humanos tão maravilhosos e amorosos.

Ao meu “little brother” Diêgo, por ser meu caçula favorito, pelo apoio, pelos memes trocados e por sempre me matar de tanto orgulho da pessoa que você é. Você é incrível, jovem *padawan*!

A meu avô Pedro, que infelizmente perdi no meio desse percurso, mas que sempre me inspirou a compreender a singeleza e a força do agricultor do sertão. Sinto falta dos seus aboios...

Às minhas avós, Odete e Regina, uma que me mostrou na prática a força da mulher camponesa; a outra, que me mostrou a perspicácia da pequena comerciante. Duas fortalezas na minha existência.

A todos os tios, tias, primos e primas, tanto maternos quanto paternos, pela rede de apoio que constituem em minha vida, e um salve especial para os primos da velha guarda: vocês são meus irmãos do coração, nunca se esqueçam!

À melhor mãe acadêmica de todos os tempos: minha orientadora Zulmira Bomfim. Nunca vou cansar de agradecer por ter acolhido essa menina do interior com tanto carinho e cuidado. Grata pelo apoio e pela paciência com meus diálogos intermináveis e por sempre acreditar em mim.

À banca, professoras Suely Chacon e Veriana Colaço, pelas contribuições e reflexões que tornaram esse trabalho mais rico; seus apontamentos foram cruciais. Agradeço também às valiosas contribuições da professora Verônica Ximenes, feitas na qualificação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, queridos professores e turma do mestrado, pelos diálogos enriquecedores nessa caminhada. Em especial, a Tadeu e Allan, pela amizade.

Ao Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (LOCUS), por ser o melhor laboratório da UFC! Por ser esse lugar que fez eu me sentir em casa mesmo sendo uma “forasteira”; pelo compromisso social em suas práticas e a implicação com a transformação social. Aos seus membros, Luiza, Janaína, Daniel, Reginaldo, Arthur, Bárbara e a todos os bolsistas de graduação.

Ao Fábio, por, além de ser meu parceiro acadêmico nas aventuras do LOCUS, ser um dos meus melhores amigos! Por ter tornado essa caminhada mais leve, porque, olha, Fábio, sinceramente [...]!

Ao Andy, por ser um refúgio em formato de amigo, por todos os memes, risadas, sorvetes no Benfica e todo carinho dispensado até então. Finalmente, os refrescos, né? A aclamação chegou!

Ao Jésus e à Juliana, por serem um casal tão acolhedor, por me apresentarem essa fofura chamada Salomão e pelas boas conversas.

À Zelfa, por todo carinho e cuidado dispensado, por nossos cafés na Sablé, nossas partilhas e todos os sorrisos, que foram verdadeiros abraços para mim.

À Sílvia por ser essa pessoa muito doce e prestativa, pelas trilhas planejadas e por sua disponibilidade no meio dos meus cronogramas caóticos.

À Dalice, por, desde o início, fazer eu me sentir em casa na UFC, por sempre apoiar nossas aventuras acadêmicas (Alô Seminário Locus!) e por ser tão amorosa e prestativa.

À secretaria do programa de pós-graduação, Renê, Eveline e nosso querido Hélder! Grata por todas as informações prestadas e contatos realizados.

À Simone, da limpeza da UFC, pelas conversas animadas nos lanches do LOCUS.

Ao meu querido e amado LIEGS/UFCA, por, mesmo eu estando um pouco distante, continuar me apoiando nos meus projetos e pesquisas. Aos professores Jeová, Ives, Raniere, aos bolsistas de extensão e estagiários do LIEGS, em especial ao povo lindo do Projeto Gestão Social nas Escolas: Eduardo, Kilder e Edienne.

À professora Waléria, que é uma das minhas mães acadêmicas do coração, por todo suporte e confiança em meu trabalho; por ser, além de coordenadora, uma grande amiga e sempre lembrar de mim, que sou sua criança mais velha, né? Nunca vou deixar de agradecer por fazer parte de sua vida.

À professora Liana, por ser essa fofura de pessoa; pela parceria realizada junto ao projeto “Resistência no Baixio das Palmeiras: Psicologia, Saúde e Meio Ambiente”, e por todas as trocas de experiências realizadas até então. É um prazer aprender com você! Estendo

o agradecimento ao querido João, Sabrina e todos que fazem parte desse projeto e aos motoristas da UFCA.

À Associação Rural do Baixio das Palmeiras e à Associação Rural do Baixio do Muquém, pela abertura e confiança, pelos afetos e por participarem da construção dessa pesquisa. Seu Assis Nicolau, Nina, Zé de Teta, Assis Santos, Seu César, Joca, Seu Zé Flávio, Peteca, Luzanira, Adriana... muito obrigada por permitir aprender com vocês.

À Casa de Quitéria, em especial ao amigo Liro Nobre, pelas valiosas contribuições à pesquisa, pela disponibilidade e pela acolhida. Conhecer essa ação foi uma das minhas atividades favoritas da pesquisa.

À Escola Rosa Ferreira Macêdo, em especial à querida professora Cristina Nobre e aos alunos da COM-VIDA, pelo intercâmbio de experiências e afetos na extensão universitária.

Aos movimentos sociais do distrito, como o Somos Todos Baixio das Palmeiras, o Fórum Popular das Águas do Cariri e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Crato, pela implicação com a população na defesa dos direitos à terra. Grata pelos ensinamentos e por todas as contribuições feitas nessa pesquisa.

Aos moradores do Baixio do Muquém e do Baixio das Palmeiras pela maravilhosa recepção e disponibilidade. Foi um prazer pesquisar com vocês.

Aos amigos que cultivei em Fortal City e fizeram com que meu tempo de moradia na cidade fosse tranquilo. Em especial, à Dona Francisca e ao Seu Vicente, por me acolherem em sua casa com tanto amor. À Nádia e Ana, por serem as amigas mais perfeitas/incríveis do mundo inteiro e meus amorzinhos eternos. À Ditinha, pelo carinho e acolhida e à família maravilhosa: Neuma, Wellington, Madalena, Lindomar, Lorena e Mário, por me agregarem como filha postíça.

Aos meus amigos do Cariri, que, mesmo eu estando longe da terrinha, sempre nos encontrávamos quando estes vinham à Fortaleza, nos meus períodos no Cariri, com ligações e *Whatsapps* da vida: Pedro, Filipe Hítallo, Erica, Samara, Jordania, Alane, Priscila, Patrícia, Estêvão, Sâmela, Will, Maianny, Rafaela, Aline e todos os outros que estão no meu coraçãozinho.

À CAPES, pelo fomento ao desenvolvimento dessa pesquisa.

A mim, por ser uma pessoa tão grata que meus agradecimentos já estão na terceira página!

That's all, folks!

[...]

Aqui findo esta verdade.

Toda cheia de razão:

Fique na sua cidade

Que eu fico no meu sertão.

Já lhe mostrei um espêio,

Já lhe dei grande consêio

Que você deve tomá.

Por favô, não mêxa aqui,

Que eu também não mexo aí,

Cante lá que eu canto cá.

(ASSARÉ, 1986, p. 29).

RESUMO

O processo de criação e implementação de políticas públicas no âmbito dos Recursos Hídricos ainda ocorre de forma vertical, de modo que a participação da população no planejamento, controle social e avaliação das estratégias não é efetiva. Como resultado disso, observa-se o surgimento de obras hídricas como forma de resolução de problemas de acesso à água. No distrito Baixio das Palmeiras, localizado no município do Crato, região do Cariri, a chegada das obras do Cinturão das Águas do Ceará (CAC) está ocasionando transtornos aos habitantes que estão em processo de deslocamento compulsório. Visto esse panorama, a presente dissertação objetivou investigar, partindo da categoria afetividade, os impactos psicossociais do processo de desapropriação ocasionado pelas obras do CAC em moradores de comunidades rurais do distrito supracitado. Para isso, buscou-se: i) contextualizar como está ocorrendo o processo de desapropriação nas comunidades pesquisadas; ii) compreender as potencialidades e vulnerabilidades das práticas de resistência desenvolvidas pela população investigada frente ao processo de desapropriação; e iii) observar como a afetividade permeia a relação dos moradores das comunidades rurais pesquisadas com o seu local de moradia. Apoiando-se teoricamente nos estudos sobre desenvolvimento, políticas públicas e psicologia socioambiental, este estudo buscou entender o contexto atual da população frente à iminente desapropriação e quais os afetos implicados nesse processo. Essa pesquisa qualitativa, caracterizada como pesquisa participante, contou com a utilização de duas estratégias: a observação participante e o Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA). As informações coletadas foram tratadas e avaliadas a partir da análise de conteúdo categorial. Dentre os resultados, a imagem de contraste fora a mais destacada, sendo que a relação e implicação com a comunidade denotam sentimentos relacionados à estima de pertencimento e ao processo de desapropriação e chegada do Cinturão das Águas do Ceará como promotores de sentimento de insegurança. Como desdobramento desse processo, são vistas quatro modalidades de impacto: a) promoção de situações de sofrimento ético-político; b) promoção de situações de fragilização da saúde da população desapropriada; c) fomento ao surgimento de movimentos sociais de resistência e defesa do território; e d) percepção de insegurança perante as próximas etapas da obra. Conclui-se que se faz necessário abordar a dimensão psicossocial e a participação da população atingida em todas as etapas da formulação de um Grande Projeto de Investimento (GPI), gerado por uma política pública, visto que o processo de desapropriação não diz respeito apenas à dimensão financeira, mas à história de vida e do

vínculo com o lugar da população, que serão afetados e modificados por uma situação inesperada e impositiva.

Palavras-Chaves: Afetividade. Desapropriação. Impactos Psicossociais. Obras Hídricas. Políticas Públicas.

ABSTRACT

The process of creating and implementing public policies in the scope of Water Resources still occurs vertically, so that the participation of the population in planning, social control and evaluation of strategies is not effective. As a result, there is the emergence of water works as a way to solve problems of access to water. In the Baixio das Palmeiras district, located in the city of Crato, Cariri, the arrival of the works of the Cinturão das Águas do Ceará (CAC) is causing inconvenience to the inhabitants who are in the process of compulsory displacement. In view of this panorama, the present dissertation aimed to investigate, starting from the category of affection, the psychosocial impacts of the process of expropriation caused by the works of CAC on residents of rural communities in the aforementioned district. To this end, we sought to: i) contextualize how the process of expropriation is taking place in the communities surveyed; ii) understand the potential and vulnerabilities of the resistance practices developed by the investigated population in the face of the expropriation process; and iii) observe how affection permeates the relationship between the residents of the rural communities surveyed and their place of residence. Theoretically supported by studies on development, public policies and socio-environmental psychology, this study sought to understand the current context of the population in the face of imminent expropriation and what are the affects involved in this process. This qualitative research, characterized as participant research, relied on the use of two strategies: participant observation and the Affective Maps Generating Instrument (IGMA). The information collected was treated and evaluated based on the analysis of categorical content. Among the results, the contrast image was the most prominent, and the relationship and involvement with the community denote feelings related to the esteem of belonging and the process of expropriation and arrival of the Ceará Water Belt as promoters of feelings of insecurity. As a result of this process, four types of impact are seen: a) promotion of situations of ethical-political suffering; b) promoting situations of fragility in the health of the expropriated population; c) fostering the emergence of social movements of resistance and defense of the territory; and d) perception of insecurity regarding the next stages of the work. It is concluded that it is necessary to address the psychosocial dimension and the participation of the affected population in all stages of the formulation of a Great Investment Project (GPI), generated by a public policy. Because the process of expropriation does not only concern the financial dimension, but a whole life story and link with the place, which will be affected and modified by an unexpected and imposing situation.

Key Words: Affectivity. Expropriation. Psychosocial Impacts. Water Works. Public Policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fachada da Associação Rural do Baixio das Palmeiras.....	86
Figura 2 – Via de acesso ao distrito Baixio das Palmeiras.....	88
Figura 3 – Fachada da Escola de Ensino Fundamental Rosa Ferreira de Macêdo.....	89
Figura 4 – Mapa do trajeto do Cinturão das Águas do Ceará.....	101
Figura 5 – Mapa do Trecho I Jati-Cariús do CAC.....	102
Figura 6 – Imóvel rural localizado na área de abrangência da obra.....	104
Figura 7 – Capa do Cordel “O Baixio Preocupado”.....	112
Figura 8 – Cartaz informativo do III Seminário das.....	114
Figura 9 – Cartaz informativo do IV Seminário das Associações Rurais do Distrito Baixio das Palmeiras.....	115
Figura 10 – Cartaz do Seminário das Águas.....	116
Figura 11 – Cartaz do V Seminário das Associações.....	117
Figura 12 – Fachada da Casa de Quitéria.....	118
Figura 13 – Casa de Farinha Mestre José Gomes.....	119
Figura 14 – Cartazes produzidos pelos movimentos sociais das águas na oficina da UPMS.....	120
Figura 15 – Apresentação do Maneiro Pau Mirim na.....	122
Figura 16 – Olho d’água do Baixio do Muquém.....	123
Figura 17 – Preparação da mandioca para o beiju.....	124
Figura 18 – Roda de conversa “Vozes do Baixio”.....	125
Figura 19 – Mapa Afetivo de Seu Boneco.....	136
Figura 20 – Mapa Afetivo de Borboleta.....	138
Figura 21 – Mapa Afetivo de Coração.....	141
Figura 22 – Mapa Afetivo de Patativa.....	144
Figura 23 – Mapa Afetivo de Violeta.....	147
Figura 24 – Mapa Afetivo de Batateiras.....	149
Figura 25 – Mapa Afetivo de Estrela.....	151
Figura 26 – Mapa Afetivo de Fuí.....	153

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição dos participantes por território pesquisado.....	132
Gráfico 2 – Distribuição etária: homens e mulheres entrevistados	132
Gráfico 3 – Engajamento em movimentos sociais	133

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Padrões de crescimento econômico	45
Tabela 2 – Dados básicos - Aplicação do IGMA	130
Tabela 3 – Síntese dos IGMA's (segundo a ordem de aplicação)	134
Tabela 4 – Classificação quanto à estima encontrada	135

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
AVC	Acidente Vascular Cerebral
CAC	Cinturão das Águas do Ceará
CBHs	Comitês de Bacias Hidrográficas
CIC	Centro Industrial do Ceará
CIPP	Complexo Industrial e Portuário do Pecém
CMDS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COEMA	Conselho Estadual de Meio Ambiente
COGERH	Companhia de Gestão de Recursos Hídricos
COMVIDA	Comissão de Qualidade de Vida e Meio Ambiente
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
DIS/BCN	Diagnóstico de Impacto Social/Barcelona
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DS	Desenvolvimento Sustentável
EIA/RIMA	Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental
ESF	Estratégia Saúde da Família
FEC	Federação de Entidades Comunitárias do Crato
FETRAECE	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FOPAC	Fórum Popular das Águas do Cariri
FUNCEME	Fundação Cearense de Meteorologia e Chuvas Artificiais
GPI	Grandes Projetos de Investimento
IFC	International Finance Corporation
IGMA	Instrumento Gerador de Mapas Afetivos
LIEGS	Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social
LOCUS	Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental
MAB	Movimento de Atingidos por Barragens
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário

NASF	Núcleo de Apoio à Saúde da Família
NEDET	Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial
P1MC	Programa Um Milhão de Cisternas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PACS	Programa de Agentes Comunitários de Saúde
PERH	Política Estadual de Recursos Hídricos
PGSE	Projeto Gestão Social nas Escolas
PIRSF	Projeto de Integração do Rio São Francisco
PNAB	Política Nacional de Atenção Básica
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRH	Política Nacional de Recursos Hídricos
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RAS	Rede de Atenção à Saúde
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
SAAEC	Sociedade Anônima de Água e Esgoto do Crato
SIGERH	Sistema de Gestão de Recursos Hídricos
SINGREH	Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
SISAR	Sistema Integrado de Saneamento Rural
SOHIDRA	Superintendência de Obras Hidráulicas
SRH	Secretaria de Recursos Hídricos
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UPMS	Universidade Popular dos Movimentos Sociais
URCA	Universidade Regional do Cariri
VLT	Veículo Leve sobre Trilhos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	20
2	A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, OS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUA INFLUÊNCIA NA ELABORAÇÃO DE GRANDES PROJETOS DE INVESTIMENTO	27
2.1	Políticas públicas: aspectos conceituais	27
2.2	A construção da agenda política no âmbito da pasta de Recursos Hídricos e sua relação com os modelos macroeconômicos de desenvolvimento	31
2.3	Grandes Projetos de Investimento (GPI) na Política Estadual de Recursos Hídricos do Ceará (PERH)	35
2.4	Por outra racionalidade: o advento do desenvolvimento sustentável	44
3	DESAPROPRIAÇÃO: ELEMENTOS CONCEITUAIS E REFLEXÕES À LUZ DA PSICOLOGIA SOCIOAMBIENTAL	48
3.1	A compreensão da noção de exclusão social a partir da Psicologia Social	48
3.2	Desapropriação: aspectos jurídicos e conceituais	50
3.3	A noção de atingido por processos de desapropriação e os Grandes Projetos de Investimento (GPI)	54
3.4	Relação pessoa-ambiente, desapropriação e Psicologia Socioambiental	56
4	O LUGAR DA AFETIVIDADE NA COMPREENSÃO DO FENÔMENO DA DESAPROPRIAÇÃO	63
4.1	A importância da compreensão dos afetos na Psicologia Social	63
4.2	Afetividade na perspectiva de Spinoza	64
4.3	Afetividade na perspectiva de Lev Vygotsky	67
4.4	A teoria dos sentimentos de Agnes Heller	71
4.5	O lugar da afetividade na Psicologia Social pela ótica de Bader Sawaia	76
4.6	O colorido da afetividade na compreensão da relação pessoa-ambiente	79
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	84
5.1	Cenário da pesquisa	85
5.2	Inserção no campo	88
5.3	Instrumentos de coleta de dados	91
5.3.1	<i>Observação Participante</i>	91
5.3.2	<i>Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA)</i>	92
5.4	Análise de dados	95

5.5	Aspectos éticos.....	96
6	BAIXIO DAS PALMEIRAS: CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NO PROCESSO DE CHEGADA DO CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ (CAC)	98
6.1	Psicologia, ruralidades e desapropriação: aspectos relevantes	98
6.2	Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) do Cinturão das Águas do Ceará: há espaço para a dimensão psicossocial no processo?	100
6.3	A chegada do Cinturão das Águas no distrito Baixio das Palmeiras: desdobramentos e práticas.....	109
7	AFETIVIDADE EM CONTEXTOS DE DESAPROPRIAÇÃO: MAPEAMENTO AFETIVO DAS COMUNIDADES ATINGIDAS	130
7.1	Afetividade e relação pessoa-ambiente nas comunidades Baixio das Palmeiras e Baixo do Muquém a partir do contexto de desapropriação.....	130
7.1.1	<i>Agradabilidade</i>	135
7.1.2	<i>Pertencimento</i>	137
7.1.3	<i>Contrastes</i>	146
7.2	Ser desapropriado: reflexões sobre os afetos envolvidos no processo de desapropriação.....	157
7.3	Saúde comunitária e psicologia em contextos de desapropriação: diálogos possíveis frente ao caso analisado	162
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167
	REFERÊNCIAS	172
	APÊNDICE A – TERMO DE DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	182
	APÊNDICE B – INSTRUMENTO GERADOR DOS MAPAS AFETIVOS.....	184
	APÊNDICE C – MAPAS AFETIVOS DAS COMUNIDADES BAIXIO DAS PALMEIRAS E BAIXIO DO MUQUÉM.....	191
	ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFC.....	206

1 INTRODUÇÃO

A história de construção deste estudo está diretamente imbricada a aspectos da minha história pessoal e profissional. O interesse pelo trabalho com comunidades rurais perpassa por minhas primeiras experiências com o meio rural, desde o contexto familiar. Neta e sobrinha de agricultores, as vivências no campo fizeram parte de minha infância e adolescência. As peculiaridades do plantar, as pescarias, o cuidado com os animais e as festividades realizadas no sítio dos meus avós, que se localizava na divisa Ceará-Paraíba, foram uma constante na minha vida até o momento em que o meu avô materno fora acometido de um acidente vascular cerebral (AVC) e teve que migrar para cidade, a fim de realizar seu tratamento.

Como uma das cuidadoras do meu avô materno, chamava-me à atenção como sua relação com a terra e com o trabalho no campo se manifestava em momentos alucinatórios, decorrentes dos danos ocasionados pelo AVC. Ao pensar estar no sítio, ele dizia precisar levantar para plantar, chamava seus animais pelos nomes e cantava aboios, um canto característico da realidade sertaneja nordestina, utilizado para conduzir o gado pelo pasto.

Ao adentrar a faculdade de Psicologia, deparei-me novamente com o rural no meu segundo estágio básico, que foi realizado em um Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no distrito Dom Quintino, na zona rural do Crato. As leituras da disciplina de Psicologia Comunitária e as minhas atividades como monitora desta deram-me reforços para investigar mais sobre a questão da ruralidade e do trabalho com comunidades.

Na minha especialização em Políticas Públicas em Saúde Coletiva, trabalhei a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta a partir de uma revisão sistemática de artigos que abordavam as temáticas de saúde em ambiente rural, mulher rural e trabalho rural, com o intuito de compreender quais as principais ações de saúde desenvolvidas no campo, a partir do recorte de gênero. Tal escolha foi diretamente influenciada pelo meu campo de trabalho e público-alvo das minhas ações.

No início da minha vida profissional, fui selecionada para trabalhar em um projeto da Universidade Federal do Cariri (UFCA), subsidiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), chamado Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET). Este objetivava realizar o monitoramento e a avaliação de uma política pública chamada “Territórios da Cidadania”, lidando diretamente com instituições da área de

extensão rural, secretarias de agricultura, organizações do terceiro setor voltadas ao meio rural e os movimentos sociais rurais.

Durante os dois anos em que trabalhei como assessora territorial de gênero, fui responsável pela mobilização de mulheres e jovens para participar das ações do Território da Cidadania. Também conduzi o monitoramento dos grupos produtivos de agricultoras familiares vinculadas ao Território da Cidadania do Cariri e sua inserção nas políticas públicas de inclusão produtiva. O encantamento pela área tornou-se cada vez maior e comecei a realizar alguns estudos tentando articular a gestão de políticas públicas rurais, os movimentos sociais e a compreensão da psicologia em contextos rurais.

Entre as atividades desenvolvidas, destaco o mapeamento e acompanhamento dos grupos produtivos de mulheres rurais beneficiárias do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em que foram realizadas, além de visitas às feiras, formações embasadas nas demandas expressas pelos grupos. Além dos Encontros Territoriais de Mulheres Rurais do Cariri, também foram realizadas atividades acerca da Saúde do Trabalhador Rural e as ações de enfrentamento à violência contra mulher, em conjunto com o Coletivo de Mulheres Rurais da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará (FETRAECE).

Reforço aqui a importância da aproximação e do acompanhamento dos movimentos sociais rurais, em especial o sindicalismo rural e as instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que, na minha perspectiva, foram cruciais para o desenvolvimento das ações do NEDET. Tenório (2016) afirma que as representações da sociedade civil são importantes na construção de políticas públicas, pois estas possuem mais proximidade com o contexto vivenciado pela população-alvo da política e suas demandas mais emergentes. Durante o processo de acompanhamento do Território da Cidadania do Cariri, observou-se que a participação ativa destes nas plenárias territoriais e nas conferências de ATER foi primordial na defesa dos direitos do trabalhador rural e das políticas públicas direcionadas a esse setor.

Um das atividades que acompanhei durante a assessoria foi um evento promovido pelo Fórum Popular das Águas do Cariri (FOPAC). Essa instância de controle social foi criada pelos movimentos sociais advindos do distrito Baixio das Palmeiras em decorrência da negligência do poder público em informar a população sobre as ações do Cinturão das Águas do Ceará (CAC) na comunidade. Nesse seminário, realizado na UFCA, um dos membros do FOPAC ilustrou a problemática sofrida nessa localidade.

Cabe, nesse momento, uma contextualização inicial sobre o universo da pesquisa. A questão hídrica no estado do Ceará está imbricada à sua história política. Desde o coronelismo até os modelos de gestão atual, o tema da seca e dos problemas de abastecimento permeia os discursos políticos. Chacon (2007) aponta que, ao longo dos anos, os governantes referem-se à seca como fator determinante para a permanência da pobreza rural, e tal discurso fomentou o surgimento de diversas políticas emergenciais de combate à escassez, que fazem parte do que é conhecido como “indústria da seca”. No entendimento dos gestores de políticas públicas amparados nessa perspectiva, os efeitos da seca devem ser combatidos a partir de Grandes Projetos de Investimento (GPI), como canais e adutoras. Porém, na maioria das vezes, não conseguem suprir o problema, pois a maior parte da água que é captada e transferida por essas obras é prioritariamente direcionada aos grandes centros urbanos e ao latifúndio em detrimento das pequenas comunidades rurais.

O processo de construção de obras hídricas é visto como uma solução prática para os problemas de abastecimento, no entanto, frequentemente, tal estratégia é implementada de forma vertical, sem que haja um diálogo efetivo com a sociedade civil, mudando o curso de vida das pessoas atingidas. Como afirma Nobre (2017), durante o processo de construção de uma obra hídrica, os verdadeiros atingidos acabam sendo ofuscados. Esses indivíduos são sujeitados a desocuparem, de forma compulsória, o lugar onde construíram sua vida, sendo indenizados ou não pelo Estado.

Partindo dessas reflexões, chega-se ao caso que será analisado por este estudo: o Cinturão das Águas do Ceará (CAC). Trata-se de um sistema adutor que tem como premissa a adução e distribuição das águas advindas do Rio São Francisco pela transposição, para as doze bacias hidrográficas do estado do Ceará, tendo previsão de ser concluído no ano de 2040 (CEARÁ, 2010).

O estudo em questão situa-se no trecho 1, que possui direcionamento para a recarga do Açude Castanhão, perpassando a região do Cariri, englobando nove municípios, incluindo o Crato, município onde a pesquisa será desenvolvida. O Crato é composto por dez distritos, entre eles o distrito rural Baixio das Palmeiras, que engloba dez comunidades (NOBRE, 2015), dentre as quais, quatro serão diretamente afetadas pelas obras do CAC. As pesquisas realizadas por Nobre (2017) e Brito (2016) demonstraram que os habitantes do distrito não foram consultados nem informados pelos gestores públicos sobre a condução da obra. Foram surpreendidos pela presença de trabalhadores contratados pelo governo do Estado para iniciar o estudo geográfico do território, que adentraram suas propriedades sem

autorização legal e iniciaram a demarcação das áreas onde ocorreriam desapropriações, fato esse que gerou preocupação na população local.

Tendo em vista esse panorama, fiquei instigada em conhecer mais sobre o caso, e assim, comecei a acompanhar as ações do fórum a partir das redes sociais e a pesquisar notícias sobre a obra. Ao mesmo tempo, aliei essas informações às leituras sobre sofrimento ético-político (SAWAIA, 2014), estima de lugar e afetividade (BOMFIM, 2010; 2015), e isso fez surgir uma inquietação sobre os elementos subjetivos promotores de sofrimento e resistência naquele contexto. Desta feita, percebi a necessidade de analisar a dimensão psicossocial afetiva envolta no processo de desapropriação dos moradores do distrito, o que me levou a propor um projeto alinhando essa temática à seleção do Programa de Pós-Graduação de Psicologia da UFC.

Acredito que a compreensão dos aspectos psicossociais do processo de desapropriação é importante para o entendimento dos processos de exclusão social que podem decorrer da implantação de uma política pública, realizada sem levar em conta a dimensão social e afetiva envolta no processo. Tal perspectiva corrobora com um levantamento realizado por pesquisadores da *International Finance Corporation* (IFC) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre os impactos de Grandes Projetos de Investimento (GPI) na Amazônia.

Entre os aspectos danosos do processo de deslocamento dos atingidos pelos GPIs nessa localidade, foram percebidas as perdas imateriais, como a fragmentação dos vínculos sociais, os traumas psicológicos e as situações de sofrimento psíquico, e que essas são desconsideradas pelos planejadores e condutores dos empreendimentos, sendo as falhas na composição dos Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), as situações de violação de direitos deflagradas e a negligência nos processos de reparação dos danos, apontadas como alguns dos principais gargalos dos processos de desapropriação gerados por grandes obras no contexto brasileiro (PINTO; MONZONI NETO; ANG, 2018). A mesma constatação também é discutida pelos movimentos sociais rurais. Durante os eventos de organização da Marcha das Margaridas, movimento reivindicatório em defesa das mulheres rurais, membros da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) apontam as crescentes situações de desapropriação vivenciadas pelos povos do campo em virtude da construção de grandes obras.

As sindicalistas rurais apontam que o processo de remanejamento compulsório dos moradores da zona rural é promotor da ruptura dos laços sociais dos camponeses com o seu lugar de origem. Nesse processo, esses moradores são sujeitados a um gradual processo

de apagamento de sua história, cultura e memórias locais, motivos catalizadores de eventuais conflitos socioambientais (CONTAG, 2019), o que é percebido quando se reporta para casos emblemáticos, como os impactos da construção da Usina de Belo Monte, no Pará, haja vista que mais de 10 mil famílias foram removidas por conta do empreendimento, além de os moradores remanescentes terem que lidar com problemas decorrentes da obra, como danos nas estruturas de suas moradias e a quebra dos vínculos comunitários (MARIN; OLIVEIRA, 2016).

O próprio Projeto de Integração do Rio São Francisco (PIRSF), do qual o CAC é uma obra derivada, possui, em sua trajetória de construção, diversas situações de violação de direitos e sofrimento psíquico. A partir dos relatos dos moradores das comunidades abordadas no documentário *Invisíveis* (MONTEIRO, 2017), fruto de um estudo realizado por um pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), são percebidas diversas situações de adoecimento físico e mental, deflagradas com o advento das obras da transposição, além do aumento de situações de vulnerabilidade social.

No contexto cearense, reporto-me a dois casos ocorridos em contextos urbanos: a expropriação dos moradores da extinta cidade de Jaguaribara para construção do Açude Padre Cícero, conhecido popularmente como Castanhão, e a situação dos moradores ameaçados de desapropriação da Vila Vicentina da Estância, em Fortaleza.

No primeiro caso, os estudos de Siebra, Bomfim e Matos (2006) demonstraram que a remoção dos moradores para Nova Jaguaribara, cidade planejada para reassentamento dos atingidos, apesar de ser positiva no âmbito habitacional, trouxe impactos significativos em nível subjetivo. Já na tese de Bertini (2014), focada nas narrativas socioafetivas dos moradores anos depois do deslocamento, percebeu-se que a quebra do vínculo dos moradores com a antiga cidade reverberou até a atualidade nas formas dos sujeitos se relacionarem com seu novo município.

Na dissertação de Pacheco (2018), observou-se que o processo de segregação socioespacial sofrido pelos moradores ameaçados de desapropriação possui raízes na especulação imobiliária, mesmo a Vila estando localizada em uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS).¹ O conflito gerado na ameaça de desapropriação ocasiona vivências afetivas contrastantes dos moradores com o seu território e também fomentou um movimento de resistência em defesa do lugar.

¹ Segundo Pacheco (2018, p. 36), as ZEIS “[...] foram criadas em 1980 como estratégia para viabilizar a regularização fundiária de assentamentos precários, sendo um instrumento nacionalmente previsto no Estatuto da Cidade, conforme a Lei n.º 10.257/2001”.

Conforme todo o panorama apresentado até então, surgiu o seguinte problema de pesquisa: no contexto apresentado, partindo do estudo da categoria afetividade, quais os impactos psicossociais do processo de desapropriação ocasionado pelas obras do Cinturão das Águas do Ceará em comunidades rurais atingidas, no município do Crato?

Para responder a tal questionamento, essa pesquisa tem como objetivo principal investigar, a partir da categoria afetividade, os impactos psicossociais do processo de desapropriação, ocasionado pelas obras do Cinturão das Águas do Ceará, nos moradores de comunidades rurais do Distrito Baixo das Palmeiras, em Crato, CE. Tem como objetivos específicos: a) contextualizar como está ocorrendo o processo de desapropriação nas comunidades Baixo do Muquém e Baixo das Palmeiras; b) compreender as potencialidades e vulnerabilidades das práticas de resistência desenvolvidas pela população investigada frente ao processo de desapropriação; e c) observar como a afetividade permeia a relação dos moradores das comunidades rurais pesquisadas com o seu local de moradia.

Com a aproximação com o campo, leitura de documentos oficiais, aprofundamento teórico, orientações e contribuições feitas nas disciplinas metodológicas e na qualificação, foi possível chegar aos dados que serão apresentados mais adiante. No primeiro capítulo, discute-se sobre os modelos de desenvolvimento que perpassam a trajetória de construção das políticas nacional e estadual de Recursos Hídricos, compreendendo como estes incidem na formulação das políticas públicas referentes a essa pasta. Também apresentar-se-á o Desenvolvimento Sustentável como contraponto à lógica vigente.

No segundo capítulo, realizar-se-á uma reflexão sobre as definições do que é um processo de desapropriação/descolamento forçado, com base em fontes do Direito Administrativo e Gestão de Políticas Públicas. Em seguida, discutir-se-á como esse fenômeno pode ser compreendido pela ótica da Psicologia Socioambiental.

No terceiro capítulo, abordar-se-á como a categoria afetividade pode compreender aspectos relacionados a fenômenos geradores de exclusão social, partindo das posturas teóricas de Baruch Spinoza (2015), Lev Vygostky (2004), Agnes Heller (2004) e Bader Sawaia (2014), dialogando também com a perspectiva da afetividade socioambiental e estima de lugar. No quarto capítulo, apresentar-se-ão os percursos metodológicos optados para realização deste estudo.

No quinto capítulo, ligado ao primeiro e segundo objetivo específico da pesquisa, apresentar-se-á a trajetória dos moradores das comunidades pesquisadas durante o processo de desapropriação. Ilustrar-se-á o histórico do CAC, as contradições entre o que é preconizado

no EIA/RIMA e o que de fato ocorreu na comunidade, o histórico de luta das comunidades afetadas e quais as práticas desenvolvidas pela população no processo de resistência às obras.

No sexto capítulo, alinhado ao terceiro objetivo específico, apresenta-se o mapeamento afetivo das comunidades afetadas, desenvolvido a partir da aplicação do Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA). Neste capítulo, são ilustrados os afetos manifestados na relação entre atingido e comunidade de origem e como estes incidem no surgimento dos movimentos de resistência e na saúde comunitária. Encerra-se esse escrito nas considerações finais, nas quais se expõem as reflexões da autora em relação ao processo de construção da pesquisa, assim como os principais desdobramentos da pesquisa e os tópicos que estão em aberto à análise por novos pesquisadores, visto que a construção do conhecimento é contínua.

2 A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, OS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUA INFLUÊNCIA NA ELABORAÇÃO DE GRANDES PROJETOS DE INVESTIMENTO

Este capítulo tem como objetivo compreender o processo de construção de uma política pública e qual a relação desses processos com os modelos de desenvolvimento econômico adotados ao longo das décadas de 1940 até os dias atuais. Iniciar-se-á por meio da definição de políticas públicas e da apresentação de seus processos de elaboração a partir da noção de ciclo político administrativo das políticas públicas de Howlett, Ramesh e Perl (2013).

No tópico seguinte, que será focado na primeira etapa do ciclo político-administrativo (Agenda política), realizou-se um levantamento sobre a construção da pasta de Gestão de Recursos Hídricos na administração pública brasileira, correlacionando as principais ações governamentais dessa pasta com os modelos macroeconômicos de desenvolvimento em vigência em cada gestão estudada. Em seguida, trabalha-se o conceito de Grandes Projetos de Investimento (GPI), sendo feito um levantamento sobre os principais GPIs fomentados na gestão estadual de políticas públicas de Recursos Hídricos entre os anos 1960 até os dias atuais. Por fim, realiza-se uma discussão sobre o advento do Desenvolvimento Sustentável como contraponto aos modelos macroeconômicos apresentados até então.

Tal capítulo possui relação direta com a compreensão do fenômeno estudado, que é o processo de desapropriação dos moradores de comunidades rurais do Crato por conta das obras do Cinturão das Águas do Ceará (CAC), sabendo-se que o CAC é um GPI derivado da pasta da Política Estadual de Recursos Hídricos do estado do Ceará.

2.1 Políticas públicas: aspectos conceituais

Há diferentes caminhos para se compreender o que são as políticas públicas, já que não existe uma teoria universal de *policy making*. Apesar de sua história recente, visto que os estudos acerca de políticas públicas emergem no campo das Ciências Políticas em meados do século XX, a perspectiva de sistematização das ações governamentais é uma temática em constante movimento.

Saravia e Ferrarezi (2007) ilustram que o conceito de políticas públicas faz alusão às decisões públicas que são efetuadas a partir do intuito de modificar a realidade e manter o equilíbrio

social. Isso se dá a partir de ações ou omissões que são realizadas tendo como ponto de partida a “definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos” (SARAIVA; FERRAREZI, 2007, p. 29). Para Howlett, Ramesh e Perl (2013), a elaboração de políticas públicas – ou *policy making* – refere-se à resolução aplicada de problemas e tensionamentos dos atores sociais entre duas esferas: os objetivos políticos e os meios políticos. “Identificar problemas e aplicar (por mais imperfeitas que sejam), as soluções encontradas (...) envolvem a articulação de objetivos políticos por meio de deliberações e discursos, além do uso de instrumentos políticos, numa tentativa de atingir os objetivos.” (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013, p.5-6).

Os autores supracitados relatam que, na formulação de uma política pública, são levadas em consideração duas dimensões: a dimensão técnica, que é voltada à instrumentalização das políticas públicas, e o seu alinhamento aos objetivos delas; e a dimensão política, que se relaciona aos acordos políticos e consensos relacionados à pauta da política pública a ser formulada.

O agente primário do *policy making* público é o governo, logo, só podem ser consideradas políticas públicas ações que são sancionadas pelo primeiro setor (governo), mesmo que, na formulação e monitoramento delas, possuam influências de entidades do segundo (mercado) e terceiro (organizações da sociedade civil) setor. Logo, a política pública é uma deliberação governamental que pode influenciar a concretização ou não de uma ação (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013).

A criação de uma política pública possui várias motivações, como as necessidades da população, que são os usuários finais da política, as relações entre os atores envolvidos no processo, os conflitos políticos ocorrentes no processo de tomada de decisão, o histórico da pasta governamental na qual a política está inserida, as rotinas organizacionais, entre outros. O conteúdo desta está diretamente relacionado aos objetivos e meios que a geraram, lembrando que as políticas públicas visam alcançar objetivos definidos pelo governo como prioritários (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013).

O processo de construção de políticas públicas é dinâmico, composto por decisões inter-relacionadas. Nesse âmbito, os atores políticos e suas motivações são elementos importantes de serem observados. Sobre os métodos de construção, Secchi (2013) ilustra a classificação das políticas públicas em estadocêntrica, em que a atuação do Estado é vista como pré-requisito para classificar uma iniciativa na categoria de política pública, e multicêntrica, em que se compreende que a construção de uma política pública pode receber

influência de qualquer setor da sociedade, desde que a natureza do problema elencado por este seja de ordem pública.

Cada governo tem suas preferências metodológicas em criar políticas públicas. Observa-se que, no processo de construção e análise de uma política pública, não existe uma metodologia universal, mas uma abordagem multimétodo. Logo, é notório que as políticas públicas possuem uma natureza prática, que, segundo Howlett, Ramesh e Perl (2013, p. 25), tem como objetivo “[...] aconselhar os *policy makers* sobre a melhor maneira de lidar com problemas públicos”.

Como afirmam os autores supracitados, ao se reportar a campos de estudos das políticas públicas e suas abordagens, em todas, fazem-se presentes três elementos importantes: a influência dos atores políticos no processo de formulação das políticas públicas, o fato de os *insights* políticos estarem relacionados a um campo de ideias, e o entendimento de que o fomento das políticas se dá em um conjunto de estruturas sociais e políticas, sendo que essa estrutura prévia também influencia na forma de pensar uma ação governamental. Os autores verificam ainda a questão estrutural sob duas vertentes: as estruturas como arenas, em que há o estabelecimento de normas frente aos diferentes interesses dos atores que formulam a política; e as estruturas como sujeitos da iniciativa política, que norteiam as práticas a fim de se obter melhores resultados (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013).

A estrutura socioeconômica na qual os fazedores da política (*policy makers*) se localizam, assim como a esfera jurídica que dá sustentação às ações desenvolvidas são importantes para compreender como os membros de um subsistema político (sistema internacional, rede da política, Estado e sociedade) são afetados na condução das atividades que gerarão a política. Logo, os atores políticos desenvolvem um papel importante, mas é necessário levar-se em consideração que eles estão inseridos em estruturas econômicas, sociais e políticas que influenciam diretamente a forma de intervir.

A política pública é um fenômeno complexo que consiste em inúmeras decisões tomadas por muitos indivíduos e organizações no interior do próprio governo e que essas decisões são influenciadas por outros atores que operam interna e externamente no Estado. Observa-se que os efeitos das políticas públicas são moldados no cerne das estruturas nas quais esses atores operam e de acordo com as ideias que eles sustentam; essa forma também afetaram as políticas e decisões relacionadas nas interações anteriores dos processos de policy-making (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013, p. 12).

No estudo em questão, optou-se pela compreensão de elaboração e avaliação de políticas públicas a partir da compreensão do ciclo político-administrativo das políticas públicas de Howlett, Ramesh e Perl (2013). Os autores pensam o método de construção de políticas públicas como processo que não se restringe às etapas de elaboração e implementação das políticas, abordando também o monitoramento e avaliação destas.

Vale ressaltar que boa parte das políticas não possui um ciclo de vida fixo ou linear devido à dinamicidade do processo. O ciclo político possui cinco estágios: a) montagem da agenda; b) formulação da política; c) tomada da decisão política; d) implementação da política; e e) avaliação da política. Nesse estudo, abordar-se-á o primeiro estágio do ciclo para compreender quais são as influências do surgimento dos Grandes Projetos de Investimento no escopo das ações de políticas públicas de recursos hídricos.

No processo de montagem da agenda, todos os atores políticos podem se envolver, em especial no que diz respeito à geração de demandas. Conforme Howlett, Ramesh e Perl (2013), a montagem da agenda é um dos momentos mais críticos dos estágios do ciclo de políticas públicas, pois o que acontece nessa etapa influencia todo o processo. A forma como os problemas serão reconhecidos, ou não, espelha como serão tratados pelos *policy makers*. Esse processo tem a ver com a detecção de um assunto que seja considerado um problema e ganhe atenção da esfera governamental sem que isso garanta que ele será resolvido ou até mesmo abordado.

Para os autores, o processo de reconhecimento dos problemas sociais é algo socialmente construído, que tem influência direta do meio no qual o problema fora concebido. Ao mostrar o contraponto entre o ponto de vista dos autores positivistas, que se referem às construções objetivas dos problemas políticos, e dos autores pós-positivistas, que possuem foco nas construções subjetivas destes, considera-se que a formulação do problema perpassa por complexas relações multivariáveis. Isso significa que, nos modelos atuais de compreensão da montagem da agenda, fatores de várias áreas são levados em consideração (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013).

Visto tais concepções, abordar-se-ão os aspectos da construção das políticas públicas de recursos hídricos no Brasil como plano de fundo para compreender o fomento dos Grandes Projetos de Investimento (GPI), que têm como um dos efeitos colaterais as desapropriações por utilidade pública. Também se faz necessário abordar a perspectiva do Desenvolvimento Sustentável e a emergência da dimensão da sustentabilidade no processo de formulação de políticas públicas. Para isso, nos tópicos a seguir, abordar-se-ão os modelos de desenvolvimento que inspiraram ações da pasta de recursos hídricos em nível nacional, como

também os grandes projetos de investimento, decorrentes da Política Estadual de Recursos Hídricos do Ceará. Por fim, quão importante é falar sobre sustentabilidade quando nos referimos a políticas públicas que, em seu escopo, podem causar impactos socioambientais intensos.

2.2 A construção da agenda política no âmbito da pasta de Recursos Hídricos e sua relação com os modelos macroeconômicos de desenvolvimento

A água sempre foi um elemento de forte carga simbólica. Casarin e Santos (2011) afirmam que os primeiros questionamentos do uso consciente dos recursos hídricos provêm do contexto helênico, quando Platão criou um mecanismo de disciplinamento para lidar com situações de mau uso da água.

Historicamente, o processo de aquisição e gestão das águas foi permeado por diversos conflitos. Para Bouguerra (2004), a relação do homem com a água é um catalizador de rivalidades econômicas, étnicas e sociais, e esses conflitos ganham força quando aliados a situações de desigualdade espaciais, quando também há privação do espaço habitado. Logo, a água também pode ser entendida como um instrumento de geoestratégia da esfera pública.

Conflitos relacionados com obras hídricas de transposição não são uma novidade mundial. Bouguerra (2004) exemplifica, em seu estudo, dois grandes casos de transposição que causaram conflitos ambientais: o caso da Tunísia e a transposição do Reno para Catalunha e do Rio Ebro para o sul da Espanha. Um estudo descrito por Nobre (2017) indica que menos de 40% dos rios ao redor mundo tem seus fluxos naturais preservados, sendo que a maior porcentagem dos rios já passou por algum processo de transposição. Entre eles, os casos emblemáticos do Mar de Aral, da transposição do rio Tejo e, no contexto nacional, a transposição do rio São Francisco.

O problema inicia quando a relação com a água passa da visão de água como um bem-comum para a visão da água como recurso, quando se observa que as políticas que geram o processo de acesso à água utilizam, em sua denominação, o termo Recurso Hídrico. No momento em que a água é denominada recurso, ela passa a ser monetizada e seu uso se restringe ao pagamento realizado pelo usuário final. Tal debate sobre as perspectivas de Gestão das Águas e Gestão de Recursos Hídricos perpassa não só a esfera governamental, como também organismos internacionais de desenvolvimento e movimentos sociais (CHACON, 2007).

Na atualidade, estima-se que o problema da água será mais preocupante do que a do abastecimento alimentar. O aumento da densidade demográfica mundial impacta na pressão das bacias hidrográficas, o que suscita o aumento da demanda por água, mas esse não é o maior causador da situação denominada “crise hídrica”.

Pirolí (2016) clarifica que a crise hídrica é, na realidade, uma crise na gestão dos recursos hídricos e marca também as formas errôneas da relação do homem com seus recursos naturais. Esse processo está diretamente relacionado ao mau manejo dos recursos hídricos, ao sistema predatório da natureza e às falhas na política dessa pauta. Isso indica que o caminho para minimizar os impactos da crise hídrica é a mudança da relação do humano com a água, migrando do modelo predatório atual, que possui raízes no desenvolvimentismo neoliberal e, ainda, pensar-se em um modelo integrador de gestão das águas.

Chacon (2014) explica que, quando se fala sobre desenvolvimento, persiste ainda a discussão sobre a relação entre desenvolvimento e crescimento, como também a relação entre desenvolvimento e territorialidade. O conceito de desenvolvimento começou a ganhar ênfase na metade do século XX, pois era visto como fundamental para superar o caos deixado pela Segunda Guerra Mundial.

Antes do surgimento do primeiro modelo com perspectiva desenvolvimentista, o pressuposto vigente era o liberalismo. Esse modelo macroeconômico tinha raízes nos princípios de liberdade e de individualismo advindos do iluminismo, e, em âmbito econômico, objetivava a autorregulação da economia pelo mercado. Teve como foco a liberdade na perspectiva de oferta/demanda e no aumento da produtividade, algo ainda mais impulsionado durante a Revolução Industrial (CARDOSO, 2007).

Entre os anos 1940 e 1970, o modelo econômico que vigorava no contexto brasileiro era o Nacional – Desenvolvimentismo –, fomentado por Getúlio Vargas. Segundo Albuquerque (2015, p. 2), essa estrutura era pautada na ideia de “[...] libertar o país da dependência da agricultura e torná-lo uma nação industrializada[...]” a partir de estratégias intervencionistas para fortalecimento dos setores produtivos nacionais. E é nesse contexto que surgiu o primeiro modelo, o Código das Águas do Brasil, que instituiu o primeiro sistema de outorga das águas, assim como as normativas sobre os múltiplos usos das águas e as formas de preservação e conservação dos recursos hídricos.

A partir da década de 1970, estudiosos e instituições de cooperação internacional começaram a pensar na constituição de um modelo socioeconômico que se adequasse à realidade dos países latinos, onde o processo de industrialização ainda era precário. O modelo desenvolvimentista, nesse caso, indica que o estado deve agir como agente central no

desenvolvimento (CARDOSO, 2007). Na década de 1980, é notado o processo de esgotamento desse modelo, com a emergência do modelo macroeconômico neoliberal, que tem como principal característica a implantação do estado mínimo e de políticas de reformas. Quando fora implantado tal modelo, perceberam-se mais déficits do que boas contrapartidas, pois tal iniciativa gerou um aprofundamento da desigualdade social, o aumento de pessoas em situação de pobreza e dos danos ambientais a partir de ações que visavam um crescimento econômico predatório e injusto (CARDOSO, 2007).

No tocante às ações relacionadas à pauta de gestão das águas no contexto neoliberal, Ioris (2009) relata que as estratégias relacionadas à pasta de Meio Ambiente e água eram voltadas para a alta dependência do uso de recursos naturais em ações estratégicas, tendo como propósito o estímulo do desenvolvimento econômico. Também nesse período ocorreu a expansão do agronegócio e do investimento em perímetros irrigados.

Em 1986, durante a gestão Sarney, foi criado o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), com o objetivo de coordenar ações relacionadas à gestão das águas. Em 1988, na elaboração da Constituição Federal, o acesso e a gestão das águas são contemplados por vários artigos. O artigo 20 versa sobre a condição da água como um bem público. A gestão das águas e o uso dos recursos hídricos pela união estão assegurados nos artigos 21 a 24, e, em âmbito estadual, estão assegurados pelo artigo 26 (BRASIL, 2016).

Em 1992, surgiu a primeira Política Estadual de Recursos Hídricos, no estado do Ceará. A Lei n.º 11.996/92 (BRASIL, 1992), conhecida como a Lei das Águas do Ceará, foi considerada um marco na nova visão de gestão das águas, que passaram a ser referenciadas legalmente como um recurso. Em 1997, tendo a Lei n.º 11.996/92 como inspiração, foi criada a Lei n.º 9.433/1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). Nos objetivos contemplados pela PNRH, observa-se a tônica da disponibilidade de água para consumo e produção (BRASIL, 1997).

Ioris (2009) afirma que o processo de construção dessa política tem como base metodologias internacionais alinhadas ao que é requisitado por agências multilaterais. Outro fato apontado pelo autor é que a premissa dessa política parte do princípio de “escassez de recursos”, o que fortalece a perspectiva de precificação e mercantilização das águas em sobreposição ao uso consciente e conservação dos recursos hídricos.

Nos anos 2000, surgiu uma nova forma de se pensar em desenvolvimento, a partir dos teóricos do novo-desenvolvimentismo. Para Moraes e Saad-Filho (2011), o novo-desenvolvimentismo, também chamado de neodesenvolvimentismo, consiste em uma política

econômica híbrida, combinando elementos do nacional-desenvolvimentismo e do neoliberalismo. Esse modelo macroeconômico possui duas grandes frentes de atuação: investimento em uma política protecionista, voltada para o fortalecimento do mercado interno, e intervenção estatal em dois grandes setores: produção de insumos e infraestrutura.

O modelo prega o fortalecimento do Estado, o que ocasionará também o fortalecimento no mercado e a implantação de políticas macroeconômicas. Para se chegar ao desenvolvimento, é preciso que haja ações promotoras de equidade social, pois a redução da desigualdade está atrelada ao aumento do crescimento econômico. Sendo assim, uma das grandes diferenças entre o novo-desenvolvimentismo e o desenvolvimentismo clássico é o fomento ao crescimento econômico a partir do fortalecimento do mercado interno, evitando recorrer ao capital externo para dar apoio às ações (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011; BRESSER-PEREIRA, 2016a).

A dimensão ambiental do novo-desenvolvimentismo é pouco abordada pelos teóricos consultados. Apresenta-se que a proteção ambiental é uma vertente importante para o modelo, contudo, nesse caso, a perspectiva de proteção é voltada à garantia de insumos para gerações futuras. Para os autores, a proteção do meio ambiente é um dos componentes necessários para o progresso humano, assim como a segurança pública, as liberdades individuais e a redução das desigualdades (BRESSER-PEREIRA 2016; 2016b; MORAIS; SAAD-FILHO, 2011).

No tocante às ações relacionadas à pasta de recursos hídricos nos anos 2000, uma das ações mais expressivas no que se refere à infraestrutura foi a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Conforme explica Martins, Arrais e Bomfim (2019), o PAC surgiu com a proposta de construção de empreendimentos de infraestrutura estratégicos para a promoção do desenvolvimento econômico a partir da perspectiva da pactuação pública-privada, sendo o primeiro responsável pelo investimento e o segundo responsável pela prestação e execução de serviços. Várias áreas foram contempladas, mas, no que se refere à infraestrutura e às obras da pasta de recursos hídricos, destacam-se duas: o Projeto de Integração do Rio São Francisco (PIRSF) e um dos seus desdobramentos, o Cinturão das Águas do Ceará (CAC).

Como pode ser observado neste tópico, tanto os modelos macroeconômicos optados quanto o contexto histórico e as visões de mundo embasadas nos paradigmas ilustrados fizeram com que cada gestão optasse pela formulação de políticas que respondessem aos anseios dos problemas elencados por cada um, no que se refere ao acesso à água.

O processo de montagem da agenda tem a ver com a detecção de um assunto que seja considerado um problema e ganhe atenção da esfera governamental sem que isso garanta que ele será resolvido ou até mesmo abordado, sendo que “[...] foi elevado de seu status como objeto de preocupação para o status de um problema privado ou social e, finalmente, ao status de uma questão pública potencialmente sujeita a ação governamental” (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013, p. 104).

Quando nos reportamos à percepção do ciclo político administrativo e da montagem da agenda, verificamos que a monetização de um bem-comum (água), tal como as formas de acesso à esse bem para o público-alvo foram questões contempladas pelos *policy makers* ao pensar nas políticas de recursos hídricos. Isso é visível, inclusive, na nomenclatura escolhida para a pasta, em que a água é colocada como recurso.

Além das ideias e do engajamento dos atores políticos para a condução dessas ações, a trajetória das políticas de recursos hídricos brasileiras demonstra que a estrutura é algo primordial para a formulação destas. Cada modelo macroeconômico de desenvolvimento optado influenciou no desenho das ações realizadas. Assim, nota-se que “[...] os atores, ideias e estruturas formam a base comum para onde todas as teorias políticas convergem, a partir de diferentes rumos e com distintos pontos de vista” (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013, p. 56). Como é observado pelos autores, as políticas públicas, ao mesmo tempo em que trazem benefícios para uma parcela da população, podem causar efeitos não intencionados, que podem trazer prejuízos. Quando nos reportamos ao histórico das políticas de recursos hídricos, vemos que um tópico recorrente são os projetos de infraestrutura, como construção de barragens, perímetros irrigados, canais, açudes e obras de integração de bacias, sendo esse terceiro caso o que será trabalhado no tópico a seguir, a partir do contexto da Política Estadual de Recursos Hídricos do estado do Ceará.

2.3 Grandes Projetos de Investimento (GPI) na Política Estadual de Recursos Hídricos do Ceará (PERH)

Antes de iniciar o percurso histórico da construção de obras hídricas no contexto cearense, é preciso esclarecer o que são os Grandes Projetos de Investimento (GPIs). Os GPIs são iniciativas empreendidas pelo poder público, ou por meio de parceria público-privada, voltadas para o desenvolvimento de ações de infraestrutura, que, em tese, contribuirão para trazer melhorias a uma determinada região. A partir do discurso do progresso e do

crescimento econômico, esses projetos são apresentados como propulsores do desenvolvimento local (CRUZ; SILVA, 2010).

Como observado por Vainer e Araújo (1992), as regiões onde os GPIs são implantados acabam sofrendo impactos diretos nas atividades econômicas locais, como também crescimento de situações de vulnerabilidade social e degradação do ambiente. A operação de grandes empreendimentos de infraestrutura segue a lógica da abordagem territorial-patrimonialista. Nesta, a ação de quem empreende está condicionada à aquisição de propriedades. Leva-se em consideração o que é dito pela Lei n.º 3.365/1941, quando a iniciativa pública verifica determinado território como espaço de utilidade pública ou que tenha função social para nação, e esse espaço será passível de desapropriação. Nesse caso, as ações de compensação são, na maioria das vezes, limitadas ao pagamento de indenizações, pois, “[...] na verdade, a perspectiva territorial-patrimonialista vê a população como um obstáculo a ser removido, de modo a viabilizar o empreendimento” (VAINER, 2008, p. 44). Empreendimentos que partam dessa perspectiva minimizam a ocorrência de impactos de ordem ambiental, social ou psicológica relacionados a eles e tais obras mudam toda uma lógica de funcionamento de um território, mesmo que seu objetivo não seja esse.

Quando se desconsideram os aspectos sociais desde o planejamento até a implementação, a ação empreendida poderá causar situações promotoras de exclusão social, como a segregação socioespacial, problemas econômicos relacionados a dificuldades de deslocamento ou baixa populacional, entre outros entraves que serão ilustrados adiante.

A partir do momento em que uma barragem é anunciada, a população atingida começa a sofrer com a interrupção de investimentos públicos e privados. Os bancos param de emprestar dinheiro. Novas escolas e hospitais deixam de ser construídos. Serviços e comodidades existentes podem ser interrompidos ou fechados muito tempo antes da população ser transferida. Os próprios agricultores decidem não mais investir na melhoria de suas casas e roças, com medo de perder tudo. Assim, mesmo quando há plano de reassentamento, no momento em que este começa a ser posto em prática, a população já se encontra em condições materiais e psicológicas muito piores do que nas áreas vizinhas. Este problema se torna extremamente grave por causa do tempo que pode levar um projeto. Podem se passar décadas desde o anúncio até a construção. Além do tempo, existe a incerteza da população. [...] Este clima de incerteza pode gerar situações dramáticas e até suicídios (VAINER; VIEIRA, 2005, p. 3).

Cruz e Silva (2010) afirmam que, apesar de esses empreendimentos serem promovidos midiaticamente como ações para geração do desenvolvimento local, o que realmente prevalece, na maioria das vezes, são os impactos socioambientais, sendo o deslocamento ou a desapropriação um dos mais emblemáticos. Logo, “[...] ao postular o

espaço regional apenas à luz da rubrica custos de implantação, o projeto revela sua verdadeira natureza” (VAINER; ARAÚJO, 1992, p. 41). Mais adiante, retornaremos esse debate no capítulo sobre desapropriação. Partindo do entendimento da influência dos modelos de desenvolvimento econômico adotados pela gestão pública nos processos de gestão de recursos hídricos e da conceituação dos GPIs, serão apresentadas as principais obras hídricas desenvolvidas no estado do Ceará.

Inicialmente, deve-se levar em consideração as peculiaridades climáticas do estado. A seca e os problemas relacionados ao acesso à água são querelas históricas no estado do Ceará. Nos estudos de Campos (2014), ilustra-se que os primeiros relatos de períodos de estiagem no estado são datados do século XVI, a respeito de impactos sobre plantações de larga escala e manejo da pecuária bovina. Porém, no âmbito de intervenções estatais, as limitações no acesso à água só começaram a ser visualizadas como um problema após os efeitos da seca, de 1877 a 1879, que ocasionou um número expressivo de mortes. Isso mobilizou os gestores da época a buscarem por soluções para lidarem com os impactos desse fenômeno climático.

Nos primórdios da gestão governamental das águas do Ceará, é visto que as primeiras ações foram, em sua maioria, voltadas para a pauta da infraestrutura, como a questão da construção de pequenos reservatórios e açudes. Mas, a contar da década de 1960, a partir da influência direta do desenvolvimentismo clássico, começou-se a se pensar na água como um recurso econômico importante na promoção do crescimento econômico do estado e na superação da imagem de “atraso” evocada pelas práticas gerenciais advindas do contexto do coronelismo. Tal fenômeno impulsionou a visão mercantilizada das águas no Ceará, assim como a negação do sertão como lugar de vida (CAMPOS, 2014; CHACON, 2007). Essa visão começou a ser difundida a partir do governo Virgílio Távora, iniciado em 1963, que trouxe como norte de sua atuação o foco nas áreas da industrialização, a iniciativa privada e o investimento em obras de infraestrutura, como o processo de açudagem. Porém, como se observou durante o fenômeno da seca de 1979, tais empreendimentos não conseguiram evitar o processo de migração dos moradores do interior, afetados pelo fenômeno, para a capital (CHACON, 2007).

No final do período de vigência da Ditadura Militar, a partir da gestão Gonzaga Mota, em 1983, ascendeu um novo modelo de gestão no Ceará. Advindo de grupos de grandes empresários, conhecido como o grupo do Centro Industrial do Ceará (CIC), teve como principais características a proposta de romper com os aspectos clientelistas e tornar a máquina pública mais “moderna” e eficiente (CHACON, 2007; SABOIA, 2015).

A ideia de “Governo de Mudanças” ganhou força a partir da eleição do empresário Tasso Jereissati, em 1987. Seu projeto de governo teve como características centrais o foco na perspectiva urbano-industrial, nas alianças com organismos internacionais de fomento para o desenvolvimento urbano, em detrimento do rural, e na ideia de água como bem econômico e recurso para se chegar ao progresso.

Alinhado ao discurso da imprensa da época, que trazia recortes sensacionalistas sobre os problemas enfrentados pelos sertanejos no contexto das secas, a imagem do sertão cearense começou a remeter à ideia de espaço de “atraso”. Logo, nesse contexto, o mote central das políticas de gestão das águas foi o processo de modernização da gestão das águas no Ceará sob o pretexto de garantia de sustentabilidade, todavia, na realidade, a promessa de modernização nada mais era de apresentar estratégias de manutenção do poder com uma nova roupagem (CHACON, 2007).

As ações principais implantadas pela gestão Tasso no que se refere à pasta de Recursos Hídricos foram a criação da Secretaria de Recursos Hídricos (SRH), da Superintendência de Obras Hidráulicas (SOHIDRA) e a reestruturação da Fundação Cearense de Meteorologia e Chuvas Artificiais (FUNCEME), em 1987, fato esse que tornou o Ceará um dos estados brasileiros pioneiros na questão da formulação de políticas públicas específicas de recursos hídricos, porém, tais estratégias não promoveram nenhuma mudança estrutural no sertão (CHACON, 2007; SABOIA, 2015). Com o início dos anos 1990 e o avanço das ideias de sustentabilidade, o governo viu-se dividido em suprir duas agendas: a promoção do desenvolvimento sustentável e a perspectiva de enxugamento da máquina pública e eficiência administrativa com foco na modernização produtiva. Utilizando-se do termo “sustentabilidade” para legitimação de ações governamentais, o que realmente ocorreu foi a centralização do projeto de governo nas grandes cidades cearenses, o que ocasionou a exclusão de uma grande parte da população cearense desse projeto (CHACON, 2007).

Seguindo na vertente do “governo de mudança”, Ciro Gomes, que tem como um dos grandes diferenciais da gestão o processo de aproximação de diversos setores da sociedade civil, apesar de manter o processo de modernização da máquina pública, assumiu a cena política, proporcionando uma impressão de acolhimento que a gestão anterior não possibilitava. Conforme Chacon (2007), a gestão Ciro teve como focos principais o fortalecimento da industrialização, projetos de incentivo fiscal e concentração de investimentos em atividades urbanas. As consequências dessas escolhas foram o declínio da agricultura, o aumento do êxodo rural e a concentração de renda na região metropolitana de Fortaleza (RMF).

No que se refere à área de Recursos Hídricos, realizou-se um diagnóstico sobre as potencialidades hídricas do estado e esse documento foi a base para a criação de três dispositivos: a Companhia de Gestão de Recursos Hídricos (COGERH), o Sistema de Gestão de Recursos Hídricos (SIGERH) e a Lei estadual de recursos hídricos. A Lei n.º 11.996/92, conhecida como a Lei das Águas do Ceará, promulgada no ano de 1992, foi um marco na nova visão de gestão das águas, na qual a água passa a ser referenciada legalmente como recurso (CHACON, 2007). Outra ação realizada por essa gestão, no tocante à pasta de recursos hídricos, é a criação do Canal do Trabalhador. Esta foi a primeira obra hídrica de integração de bacia do estado e uma das primeiras do país. Tinha como finalidade transpor as águas dos rios Jaguaribe e Salgado para o complexo Pacoti-Riachão a partir de um canal que começou a ser construído em 1993 e, com isso, evitar o colapso no abastecimento da RMF. Entretanto, como aponta o estudo de Suassuna (2016), após a inauguração, a obra não conseguiu cumprir o seu propósito. Além de não conseguir transpor efetivamente as águas para a RMF, atualmente precisa receber água de outros sistemas hídricos para não ficar seco. Chacon (2007) refere-se a esse caso como um exemplo de equívoco no que tange ao planejamento de uma obra hídrica.

Impulsionado pelo clima gerado pela era Ciro e com o alinhamento com a gestão federal de Fernando Henrique Cardoso, Tasso retornou à gestão do estado, criando, a partir de ações já iniciadas pelo outro gestor, o plano de desenvolvimento sustentável, em 1995. Nessa época, três iniciativas na pasta de recursos hídricos ganharam notoriedade: a criação de programas e projetos relacionados ao gerenciamento de recursos hídricos, a criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) do estado do Ceará e a construção do Açude Padre Cícero, conhecido popularmente como Castanhão (CHACON, 2007).

Sendo um dos mais emblemáticos GPIs de infraestrutura hídrica do estado, o açude Castanhão é o maior reservatório do estado do Ceará. O argumento central para justificativa da criação deste foi amenizar os efeitos da seca no estado do Ceará e possibilitar ações promotoras de desenvolvimento regional em âmbito estadual. Porém, quando se observa a demanda de atendimento do Castanhão, nota-se que a área de atuação do reservatório está restrita ao atendimento dos perímetros irrigados localizados na região do Baixo Jaguaribe, à demanda hídrica do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) e ao abastecimento da RMF (CHACON, 2007; SABOIA, 2015).

Segundo Braz (2011), os primeiros estudos efetivos sobre a possibilidade de construção do reservatório deram-se na década de 1980, contudo, o projeto executivo só fora elaborado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) em 1993. A

população da localidade de Jaguaribara, desde o início das proposições, participou de eventos para compreender quais os danos que esse empreendimento causaria à cidade, visto que já era apontado que a localidade poderia ser submersa pela obra.

Houve várias contestações, tanto por parte de técnicos como pela população atingida, sendo que os últimos não possuíam espaços para debate, sendo seus pedidos pela revisão do projeto ignorados pelo poder público. Outro fato, que se assemelha muito ao caso que será abordado na discussão dessa dissertação, foi a falta de disponibilidade dos representantes governamentais em trazer o debate sobre esse GPI para a comunidade, sendo que ela buscava constantemente legitimar espaços para ter informações e opinar sobre a obra (BRAZ, 2011).

Apesar do apoio de vários técnicos e movimentos sociais, em 1992, foi concedida pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA), a licença para construção do Castanhão e, em 1995, concretizou-se um convênio entre o Governo do Estado do Ceará e o DNOCS, e, com isso, iniciou-se a construção. Em 2001, toda a população de Jaguaribara foi desapropriada e remanejada para uma cidade planejada, chamada Nova Jaguaribara (BRAZ, 2011; BERTINI, 2014). Para se concretizar essa obra, foi necessária a realização do processo de desapropriação de 2.268 famílias, o que ocasionou mudanças significativas nas vidas dos atingidos, tanto em nível social como psicológico. Na tese de Bertini (2014), focada nas narrativas socioafetivas dos deslocados, é possível visualizar que, mesmo com o passar dos anos, o deslocamento ainda reverbera efeitos nas vidas dos moradores. A cidade antiga ainda se faz presente, quer seja nas lembranças dos mais velhos, quer seja na perspectiva de saudade dos mais novos, que, mesmo sem experienciar Jaguaribara, sentem saudades dela. O processo afetou também os modos de sociabilidade dos moradores, tanto entre si quanto com esse novo local.

Quando observados os benefícios apontados pelo governo do estado, com base em Braz (2011), é visto que a destinação da água seguiu as tendências anteriores, sendo majoritariamente distribuída para RMF e para projetos de irrigação de larga escala. Outro ponto enfatizado na propaganda governamental até hoje é a função do Castanhão na recepção das águas do Rio São Francisco a partir de sua conexão com os eixos do Cinturão das Águas do Ceará.

Outra grande obra hídrica idealizada e iniciada na gestão Lúcio Alcântara é o Canal da Integração, que é popularmente conhecido como o Eixão das Águas. Segue a mesma prerrogativa do Canal do Trabalhador, de combate aos impactos da seca, mas, na realidade, objetiva evitar o colapso hídrico na RMF. O Eixão das Águas interliga as bacias do Médio

Jaguaribe, Banabuiú, Baixo Jaguaribe e Metropolitana e sua vazão é prioritariamente destinada ao abastecimento da RMF e do CIPP (SABOIA, 2015; BRITO, 2016).

Durante a gestão Cid Gomes, realizaram-se mais transposições hídricas entre bacias, como a interligação entre as bacias do Jaguaribe, Banabuiú e bacias metropolitanas, bem como a construção de barragens. Realizou-se a atualização da PERH a partir da Lei n.º 14.844/2010, e a finalização da construção dos trechos três e quatro do Eixão das Águas. No final do mandato, iniciou-se a construção do Cinturão das Águas do Ceará (CAC), que será descrita de forma mais detalhada no capítulo seis (SABOIA, 2015; BRITO, 2016).

Na gestão atual, a questão das grandes obras hídricas está alinhada ao eixo “segurança hídrica” do Plano de Convivência com a Seca, criado em 2015. As ações propostas estão divididas no documento em ações emergenciais e ações estruturantes, sendo que em ambas são apontadas as mesmas estratégias optadas nas demais gestões, como a instalação de mais canais adutores, eixos de integração e perímetro irrigado, além do fomento das ações do Projeto São José III, originalmente criado na década de 1980 e que até os dias de hoje se configura como um dos carros-chefes no combate à pobreza rural, a partir do abastecimento de água. O Cinturão das Águas do Ceará e o processo de integração com o Projeto de Integração do Rio São Francisco são tidos como algumas das principais ações estruturantes (CEARÁ, 2015).

Partindo dos dados apresentados até aqui, é visível que, na pasta de recursos hídricos, ações estatais no Ceará são divididas em dois tipos: emergenciais e preventivas, sendo a primeira com foco na pasta de infraestrutura. No escopo das ações mais empreendidas pelos governos, estão os açudes, as barragens e as represas, sendo que as barragens ocasionam conflitos e perturbação ao meio ambiente (SILVA; SAMPAIO, 2014).

Segundo o Atlas Eletrônico dos Recursos Hídricos do Ceará (2019), atualmente, a infraestrutura hídrica do estado conta com 130 adutoras construídas e uma em construção, 35 planejadas, 10 eixos de integração construídos e um em construção (CAC), 14 perímetros irrigados e 247 açudes construídos, 2 em construção e 27 planejados. Saboia (2015) aponta que, ao longo das gestões estaduais, os governantes continuam optando pela continuidade das políticas emergenciais de Recursos Hídricos, com foco em obras de construção de açudes, adutoras e eixos de integração de bacias e de transferência de água.

Convergindo as perspectivas trazidas pelos autores consultados, observa-se que, historicamente, no discurso governamental do estado do Ceará, como também no contexto nacional, os Grandes Projetos de Investimento hídricos são apresentados para a população como a “salvação” dos problemas ocasionados pela seca, mas, na realidade, o benefício

dessas obras não chega ao público final ideal, que são os sertanejos, povos tradicionais e interioranos do estado. Partindo da premissa de escassez hídrica, a gestão mostra-se incapaz de abordar a questão da seca de forma multifacetada e obter uma visão integrada do que seja gestão das águas e convivência com o semiárido. Logo, o modelo de gestão das águas com foco em demandas emergenciais está na contramão do que é compreendido como o uso sustentável e consciente das águas.

No caso cearense, percebeu-se que o discurso de combate à seca potencializa o investimento em grandes obras hídricas. Saboia (2015) e Suassuna (2015; 2016) constataram que a implantação dessas obras não garante o acesso à água de populações historicamente vulneráveis no estado, em especial no interior deste, e esse fato suscita debates dos movimentos sociais sobre a que essas obras realmente servem e a quem atendem. Segundo Nobre (2017), para romper com o modelo pautado nas ações emergenciais no que se refere à gestão das águas, é necessário o retorno à concepção de água como bem comum da humanidade, rompendo com a lógica mercantilista de sua utilização como um recurso, isto é, um insumo financeiro para se chegar ao crescimento econômico.

É percebido por Chacon (2007) que, de fato, no âmbito governamental, foca-se em ações de infraestrutura hídrica e na contribuição destas no crescimento econômico local em detrimento da busca das dimensões sociais e simbólicas da seca. Uma das reflexões trazidas pela autora em sua pesquisa foi que a escassez hídrica historicamente é utilizada como forma de legitimação do poder no âmbito cearense.

Há uma concepção deturpada do que seja sustentabilidade na esfera das políticas públicas hídricas do estado do Ceará. Ainda, tal modelo perpetua a manipulação política da seca, do sertão e dos sertanejos, que são uma população historicamente excluída nos processos de construção de políticas públicas no Ceará. Essa população é impactada de forma direta ou indireta no campo governamental que, em tal contexto, “[...] nunca puseram efetivamente o homem como um sujeito de ação, não lhe deram voz ativa, nunca lhe propuseram um diálogo verdadeiro” (CHACON, 2007, p. 160).

O que se observa ao longo da história das políticas públicas e ações voltadas à gestão das águas no Ceará é que a figura do sertanejo e a dimensão do humano não são, em nenhum momento, levadas em conta, sendo ambas invisibilizadas no processo, e ainda, que a participação social não ocorre de forma efetiva no processo de gestão das águas cearenses.

Mesmo com todos os danos, não se pode negar a evolução da construção de políticas públicas sobre a seca no estado do Ceará, contudo, é preciso ressaltar que as políticas emergenciais são mais presentes do que as ações de caráter permanente. O fato de desprezar a

dimensão humana e social da seca é considerado por Chacon (2007) como um dos eixos que justificam o fracasso dessas políticas públicas, tanto que, atualmente, o problema prossegue e a mesma fórmula continua sendo replicada.

Uma constatação comum entre as pesquisas consultadas foi a de que as políticas governamentais de combate à seca no estado do Ceará são mais promotoras de situação de exclusão do que de inclusão social dos povos do sertão, os quais têm na água um elemento fundante de sua identidade social e a forma de se organizarem espacialmente, então, não é possível dissociar a díade seca-sertão e o acesso aos recursos hídricos. Logo, os processos deflagrados de exclusão social no sertão fragmentam a identidade social do sertanejo (CHACON, 2007).

Em seu estudo, Chacon (2007) traz o conceito de *homo situs* advindo do economista Hassan Zaoual, que é a compreensão da ligação do sujeito com o seu lugar de vida, a qual está ligada à noção de pertencimento e identidade de lugar. Logo, uma das soluções apontadas pela autora no que se refere à elaboração de políticas públicas com foco na sustentabilidade é compreender e respeitar o *homo situs*, reforçando a importância de resgatar a valorização da população sertaneja e do sertão, assim como o respeito aos seus modos de vida. Logo, a tônica central no processo de efetivação de políticas públicas que prezem pela convivência com o semiárido é a (re)valorização do sertão e do seu povo (CHACON, 2007).

O comitê de bacias tem potencial, entretanto, da forma como é gerido historicamente, não há como obter bons frutos. Nas pesquisas de Brito (2016) e Nobre (2017) sobre os processos de resistência às obras do CAC no Cariri, percebeu-se que as deliberações feitas no contexto do comitê de bacia não eram divulgadas de forma efetiva, haja vista que parte dos moradores afetados pelas obras do CAC só teve conhecimento sobre as ações do comitê da Bacia do Salgado depois das notificações acerca da desapropriação. Partindo desses exemplos, é notório que a participação social é fundamental para oportunizar espaço ao sertanejo, no que se refere à luta pelo acesso à água e à defesa da perspectiva de prevenção de agravos da estiagem e do fortalecimento das estratégias de convivência com o semiárido.

É visível o alinhamento entre as perspectivas dos modelos macroeconômicos de desenvolvimento com a linha do tempo dos GPIs empreendidos na pasta de recursos hídricos no estado do Ceará, o que reforça ainda mais a necessidade de compreender qual a estrutura econômica que favoreceu a criação da política pública, quem são os atores envolvidos e quais os ideais defendidos pelos autores da proposição elencada.

Ao nos reportarmos ao atual contexto socioeconômico nacional, observa-se a retomada das perspectivas neoliberais da década de 1990, mas com uma roupagem ainda mais danosa ao meio ambiente. No que se refere à agenda relacionada à gestão de recursos hídricos no governo Bolsonaro, uma ação empreendida é importante de ser levada em consideração: a transferência da Agência Nacional das Águas, da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o Ministério de Desenvolvimento Regional (BRASIL, 2019a).

É preciso pontuar que, historicamente, a pauta de recursos hídricos esteve ligada ao Ministério do Meio Ambiente no âmbito federal. A partir do momento que o processo de gestão das águas é totalmente transferido para o Ministério do Desenvolvimento Regional, surgem dúvidas acerca de como se darão as ações de proteção de recursos hídricos e quais serão as diretrizes de ação na pauta de recursos hídricos, mediante o fato de o Ministério do Desenvolvimento Regional ser o responsável pelas ações de infraestrutura, como o PIRSF (GREENPEACE, 2019).

Tendo em vista os fatos relatados, faz-se necessário discutir sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, seus pressupostos e suas implicações na gestão de políticas públicas, como também a necessidade de se pensar a sustentabilidade de forma biocêntrica.

2.4 Por outra racionalidade: o advento do desenvolvimento sustentável

Em vista de tudo que foi apresentado, percebe-se que a perspectiva de desenvolvimento sustentável é um contraponto aos modelos econômicos supracitados. Advinda dos anseios expressos desde a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, conhecida popularmente como Conferência de Estocolmo, realizada em 1972 (SACHS, 2009), partiu da percepção de que a ética da solidariedade deve estar pareada à ética das responsabilidades para o futuro. Sendo assim, os assuntos referentes ao uso e preservação dos recursos naturais devem estar contidos nas proposições e metas advindas do contrato social que embasa o princípio de governabilidade. Logo, fazia-se necessário pensar em um caminho do meio na dimensão econômica, um modelo que promovesse crescimento econômico de forma incluyente (socialmente receptiva) e com a utilização de métodos favoráveis ao meio ambiente (SACHS, 2008; 2009).

Somente na década de 1980, com a composição do Relatório de Brundtland, em 1987, surgiu o conceito de Ecodesenvolvimento ou Desenvolvimento Sustentável (DS), que tem como finalidade a harmonização dos objetivos contidos nos três pilares do

desenvolvimento – social, ambiental e econômico –, entendendo que o crescimento econômico harmônico com a esfera social e ambiental é uma condição necessária para o desenvolvimento (CHACON, 2007; SACHS, 2009).

Para os teóricos do Desenvolvimento Sustentável, o crescimento não é sinônimo de desenvolvimento se não vier conjugado à ampliação do emprego decente, à redução da pobreza e à redução das desigualdades sociais, pois o desenvolvimento exige que se evitem situações de competitividades ilícitas, que têm como base a depreciação da força de trabalho e do meio ambiente, como se pode observar na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 – Padrões de crescimento econômico

	Impactos		
	Econômicos	Sociais	Ecológicos
Crescimento Desordenado	+	-	-
Crescimento Social Benigno	+	+	-
Crescimento Ambientalmente Sustentável	+	-	+
Desenvolvimento	+	+	+

Fonte: SACHS (2009).

Assim, a transição para o desenvolvimento sustentável inicia-se a partir do gerenciamento de crises decorrentes do modelo hegemônico, o que requer uma mudança paradigmática nos modos de produção e subjetivação. Para haver desenvolvimento sustentável, é preciso ter um compromisso ético com as gerações presentes e futuras no que se diz respeito à qualidade de vida destas e à sustentabilidade do planeta, exigindo os seguintes critérios: sustentabilidade social, sustentabilidade ambiental e viabilidade econômica. Ressalta-se a importância de promover ações de desenvolvimento endógeno, valorizando as potencialidades locais apresentadas nos três pilares anteriormente citados, visto que, em muitos âmbitos, os conceitos muitas vezes são usados para legitimar políticas que não são benéficas para população (SACHS, 2008; 2009).

Para Sachs (2008), o desenvolvimento sustentável é um “desafio planetário”, ou seja, é necessário pensar-se em ações complementares entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos para que haja um equilíbrio. Ações essas que promovam a composição de um desenvolvimento que tenha, em seu escopo, a “apropriação efetiva de todos os direitos humanos, políticos, sociais, econômicos, culturais e o direito coletivo ao meio ambiente” (SACHS, 2008, p. 60). Para se chegar a isso, a ética do respeito à

diversidade do fluxo da natureza é primordial para a difusão do respeito à diversidade cultural e de sustentação da vida, da igualdade e da justiça social.

Partindo do princípio da economia da permanência, traz-se a necessidade de utilizar os recursos ambientais de forma racional, sem desequilibrar o ambiente. Outra dimensão aqui valorizada é a participação e o controle social do poder público e da sociedade civil vinculada a uma determinada localidade desde o planejamento até o monitoramento das ações (SACHS, 2008, 2009). Desse modo, para que uma estratégia em Desenvolvimento Sustentável seja bem sucedida, é importante, durante o processo, assegurar, de forma efetiva, o recebimento de uma fatia dos benefícios resultantes do aproveitamento dos saberes e dos recursos genéricos preservados para a população local. Para tanto, o planejamento territorial nos níveis municipal, microrregional e mesorregional é uma etapa importante para a promoção do desenvolvimento incluyente, pois visa agrupar localidades com identidades culturais semelhantes e com interesses em comum. Nessa perspectiva, faz-se importante a criação de espaços para o exercício da democracia direta, como foros de desenvolvimento local, que possam evoluir na direção da formação de conselhos consultivos e deliberativos, mecanismos que fomentam o empoderamento das comunidades abrangidas (visão *bottom-up* de planejamento e monitoramento) (SACHS, 2008).

Ferreira e Bomfim (2010) alertam que as concepções de desenvolvimento sustentável ainda estão pautadas no paradigma antropocêntrico da sustentabilidade, em que o homem e sua sobrevivência na terra são colocados como o centro. Para romper com essa perspectiva, as autoras falam sobre a necessidade de se perceber o mundo a partir da ecologia profunda, organizar o sentir, pensar e agir com centralidade na vida e compreender essa terra como um sistema vivo. Isso é possível a partir da perspectiva biocêntrica, na qual a vida, em todas as suas formas, é o referencial de centralidade. Nesse sentido, no paradigma biocêntrico, o componente humano é mais uma parte integrante da grande teia da vida. Outro aspecto importante advindo desse paradigma é a valorização das dimensões solidariedade, cooperação e afetividade (FERREIRA; BOMFIM, 2010).

Trazer a discussão sobre desenvolvimento sustentável para finalizar este capítulo faz-se relevante a fim de mostrar a necessidade de se pensar no processo de formulação de políticas públicas, nos três pilares, sem se deter apenas ao econômico como principal força. Já quando nos reportamos à questão dos Grandes Projetos de Investimento decorrentes de políticas públicas, é inegável a necessidade da compreensão da dimensão social, pilar importante para a sustentabilidade, tanto no planejamento como na constituição das ações mitigatórias dos danos decorrentes destes.

Como exposto anteriormente, ações governamentais podem causar efeitos não esperados, sendo que estes podem ser danosos a um determinado grupo populacional. Quando nos reportamos para os GPIs, na pasta de recursos hídricos, vemos que um dos grandes geradores de passivos sociais são os processos de deslocamento compulsório, conhecidos também como desapropriações. Esse processo será esmiuçado no capítulo seguinte.

3 DESAPROPRIAÇÃO: ELEMENTOS CONCEITUAIS E REFLEXÕES À LUZ DA PSICOLOGIA SOCIOAMBIENTAL

Este capítulo tem como objetivo abordar elementos teórico-conceituais do processo de desapropriação e compreender como a Psicologia Socioambiental pode contribuir para os estudos sobre esse processo. Começaremos a discussão partindo da categoria Exclusão Social, esteando-se em estudos advindos da Psicologia Social, visto que o processo de desapropriação aqui estudado é um gerador de situações de exclusão social nas comunidades pesquisadas.

Em seguida, faremos um levantamento do que é desapropriação, respaldando-se na Lei da Desapropriação – Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941 – e em estudos advindos de duas áreas do conhecimento: Direito Administrativo e Gestão de Políticas Públicas. Posteriormente, trabalhar-se-á a noção de atingido, no processo de desapropriação, e qual a relação desse conceito com o entendimento dos efeitos dos Grandes Projetos de Investimento na população atingida. Por fim, a partir da Psicologia Socioambiental e de conceitos importantes nessa área do conhecimento, tentaremos compreender quais elementos subjetivos emergem quando se objetiva estudar a dimensão psicossocial de um processo de desapropriação.

Faz-se necessário abordar essas pautas, pois os objetos de estudo desta pesquisa são os impactos psicossociais de um processo de desapropriação por utilidade pública. E o público da pesquisa é composto por moradores que serão ou já foram desapropriados por conta do processo de construção de um GPI: o Cinturão das Águas do Ceará.

3.1 A compreensão da noção de exclusão social a partir da Psicologia Social

A partir de tudo que foi apresentado até então, são visíveis os danos ocasionados pelos Grandes Projetos de Investimento, como por exemplo, as obras hídricas. Em sua essência, essas iniciativas visam à promoção do crescimento econômico predatório, fomentando o processo de exclusão social nessas pequenas comunidades. Como afirma Nobre (2017, p. 169) a ocorrência de impactos ambientais no processo de implementação de uma ação estatal “gera passivos espaciais e como sabemos são as classes subalternas, claramente os mais pobres, explorados e oprimidos, que sofrem com esse processo”.

Como ilustra Martín-Baró (1997), a Psicologia Social, em seu *querfazer*, deve possibilitar o protagonismo e a emancipação dos atores sociais em suas comunidades como

promotores da transformação social. Logo, é preciso atentar-se a referenciais que dialoguem com a necessidade de se trabalhar o compromisso social da psicologia, promovendo ações que priorizem a mudança social necessária ao lidar com os problemas sociais existentes no contexto brasileiro. A partir da compreensão do processo de desapropriação como mecanismo promotor de exclusão social, optou-se por iniciar este capítulo com uma breve conceituação sobre o que é exclusão social sob a ótica da psicologia social latino-americana.

Levando-se em consideração que a exclusão social é um fenômeno multidimensional que superpõe uma multiplicidade de trajetórias de vinculação, a Psicologia Social, segundo Jodelet (2014), deve inclinar-se aos estudos das relações sociais, compreendendo, por meio destas, os processos de exclusão existentes em determinados grupos sociais. Nesse campo do conhecimento, são desenvolvidos estudos sob duas perspectivas. Na primeira, o foco está na dimensão simbólica e nos processos psicológicos cognitivos inerentes à interação; na segunda, que é alinhada com a perspectiva latina, a análise é pautada nas dimensões e processos de acordo com o entendimento do contexto sócio-histórico do espaço onde as relações são travadas, pressupondo a existência de um laço social (JODELET, 2014).

Nos estudos sobre processos de exclusão social, deve-se levar em consideração dois aspectos: o tempo e o espaço onde o fenômeno acontece. Além disso, segundo Wanderley (2014), é importante abordar a compreensão do sistema econômico predominante na gestão governamental. A autora relata que os processos discriminatórios no Brasil são de ordem econômica, cultural, política e étnica.

Há quatro conceitos importantes ilustrados por Wanderley (2014), que compõem a noção do processo de exclusão: a) desqualificação social, processo relacionado a fracassos e sucessos da integração, sendo a pobreza um produto de uma construção social e um problema de integração normativa e funcional que perpassa pelo trabalho; b) desinserção, fenômeno que questiona a própria existência das pessoas enquanto indivíduos sociais, sendo inverso à integração e que compreende o papel da dimensão simbólica nos fenômenos de exclusão; c) desafiliação, que se configura como a ruptura de pertencimento e do vínculo social; e d) apartação social, que ocasiona a separação do separar o outro não apenas como desigual, mas como um não-semelhante, um ser expulso do gênero humano, configurando-se como uma forma contundente de intolerância social.

A exclusão social induz ao surgimento de uma organização específica de relações interpessoais ou intergrupos, de alguma forma material ou simbólica, o que gera impactos a partir de três dimensões: a segregação (afastamento social), a marginalização (deixa o sujeito

à parte do meio social) e a discriminação (impedimento ao acesso a bens, serviços e direitos) (JODELET, 2014; SAWAIA, 2014).

Os processos de exclusão social sinalizam o destino excludente da população em estado de vulnerabilidade social, gerado tanto pelas transformações no mundo do trabalho quanto pelo modelo econômico e estrutural atual, que promove situações de desigualdade social. Esses processos excludentes são fenômenos multidimensionais que superpõem uma multiplicidade de trajetórias de vinculação. A naturalização do fenômeno da exclusão e o papel do estigma servem para explicitar a natureza dos mecanismos que promovem o ciclo de reprodução da exclusão e a fragilização do vínculo social (WANDERLEY, 2014).

Uma das categorias a serem observadas quando se estuda sobre processos promotores de exclusão social é a afetividade. Para Sawaia (2014), o estudo da dimensão afetiva envolve no processo de exclusão social traz à tona reflexões sobre como o poder público lida com a parcela da população afetada. Também revela o quanto as políticas públicas estão comprometidas em olhar a dimensão humana nessa problemática. Tal categoria será aprofundada no capítulo seguinte.

No estudo em questão, focar-se-á em um dos processos geradores de exclusão social, decorrente de um Grande Projeto de Investimento: a desapropriação ou deslocamento compulsório. Também será trabalhada a figura do atingido por obras de infraestrutura e elementos sobre a relação pessoa-ambiente, e como esta pode ser impactada pelo processo.

3.2 Desapropriação: aspectos jurídicos e conceituais

Para compreender o que é um processo de desapropriação, recorrer-se-á a dois campos do conhecimento: o campo do Direito Administrativo, trazendo elementos sobre a Lei da desapropriação, e o campo de Gestão de Políticas Públicas e desenvolvimento, a partir do conceito de Deslocamento Compulsório.

A Desapropriação por Interesse Público é assegurada pela Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941. Segundo Brasil (1941), a partir de uma declaração de utilidade pública, qualquer bem pode ser desapropriado pela união. Essa declaração pode ser feita pelo gestor do executivo em uma das três esferas governamentais – nacional, estadual ou municipal. Dentre as ações que podem gerar desapropriação, estão contemplados os Grandes Projetos de Investimento. Nesse contexto, a indenização e o direito de reclamar as perdas ocasionadas pela desapropriação são assegurados por lei.

Art. 4º: A desapropriação poderá abranger a área contígua necessária ao desenvolvimento da obra a que se destina, e as zonas que se valorizarem extraordinariamente, em consequência da realização do serviço. Em qualquer caso, a declaração de utilidade pública deverá compreendê-las, mencionando-se quais as indispensáveis à continuação da obra e as que se destinam à revenda (BRASIL, 1941, p. 2).

Segundo Pinto e Vieira (2014, p. 45), essa é a única modalidade jurídica de “intervenção supressiva na propriedade”, ao mesmo tempo em que essa supressão da propriedade do afetado requer atos de reparação dos danos ao poder público, o que pode gerar vários conflitos entre o desapropriado e o requerente da desapropriação. Pelo que é ilustrado pelas autoras, os estudos clássicos sobre desapropriação, no âmbito jurídico, iniciaram na década de 1960. Na compreensão dos teóricos clássicos, desapropriação e expropriação são sinônimos, porém, alguns autores mencionam que essas são modalidades distintas apesar de serem referentes ao mesmo processo de supressão de propriedade. Uma das consequências desse processo é que o patrimônio passível de desapropriação não pode ser reivindicado novamente pelo antigo proprietário.

Existem duas justificativas para uma desapropriação: utilidade pública e interesse social. O caso que será analisado nesta dissertação trata-se de uma desapropriação por utilidade pública, que, segundo a legislação vigente, dá-se quando aquela propriedade é vista como vital para a concretização de alguma atividade estatal, sendo essa atividade que promoverá a desapropriação algo realizado em nome do bem coletivo (BRASIL, 1941).

A desapropriação ocorre em duas fases: a declaratória, na qual o poder público expõe qual a utilidade pública ou interesse social a qual o processo serve; e a executória, em que o processo é efetivado e são tomadas as medidas necessárias para a aquisição da propriedade e compensação do proprietário atingido. Tal ato só pode ser concretizado a partir de deliberação de representantes do poder executivo.

Na primeira fase, é preciso tornar público o processo a partir da elaboração de uma declaração que anuncie a utilidade pública daquele procedimento de desapropriação. A partir disso, o poder público irá tanto definir o cronograma das atividades vinculadas ao processo quanto examinar as condições atuais do bem a ser adquirido para calcular a indenização. A lei alerta que as benfeitorias realizadas pelo proprietário após a emissão da declaração expropriatória não serão contabilizadas no cálculo da indenização, a não ser que sejam autorizadas previamente ou sejam estritamente necessárias (PINTO; VIEIRA, 2014; SILVA, 2016).

Acerca do prazo de caducidade do processo de desapropriação, Pinto e Vieira (2014) dizem que, no caso de utilidade pública, é de cinco anos, e dois anos por interesse social, sendo que esse prazo pode ser renovado. Na execução, o poder público conduzirá as principais ações, sendo que estas podem resolvidas no campo administrativo ou jurídico. Sobre os aspectos indenizatórios, é refletido sobre o valor real do imóvel e as benfeitorias presentes no meio, devendo o poder público buscar ser honesto e mais justo possível na reparação dos prejuízos ocasionados ao proprietário do bem expropriado. É notório que, nesse processo, o proprietário sempre sofrerá algum prejuízo. Silva (2016) relata que a perspectiva de desapropriação vigente é problemática, especialmente quando nos reportamos ao caso da remoção de famílias de baixa renda, em especial, quando pesquisadas a fundo as situações de violação de direitos humanos que podem ser desencadeadas em um processo de desapropriação, entre as quais se pode citar a questão da duração do processo de desapropriação, que, além de favorecer a queda no valor das indenizações, causa muitos transtornos na rotina dos moradores notificados. Também as práticas de “cheque-despejo” ou “indenização por benfeitoria” que, segundo Silva (2016), são realizadas em casos em que o atingido não possui o título jurídico da propriedade. A ação de despejo, nesse caso, ocorre de forma informal e ilegal, que denota o desrespeito com as classes menos favorecidas.

É preciso observar que a terminologia “interesse público” abre precedente para motivações alheias ao termo e que, muitas vezes, o imóvel a ser desapropriado é escolhido por conveniência, como por exemplo, para atingir comunidades cujas indenizações possam ser de baixo custo: “A verdade é que muitas desapropriações não são movidas pelo interesse público, e distinguir aqueles mais vulneráveis atingidos pelas desapropriações é necessário para minimizar os efeitos nocivos delas” (SILVA, 2016, p. 8). Um dos exemplos ilustrados por Silva (2016) é o que se diz no Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da construção do VLT de Fortaleza sobre a escolha do traçado do empreendimento levar em consideração os aspectos financeiros, evitando perpassar bairros de alto poder aquisitivo. São vistas semelhanças quando analisamos o EIA/RIMA do Cinturão das Águas do Ceará, como será apresentado no capítulo seis desta dissertação.

Silva (2016) conclui que a legislação e as práticas de desapropriação devem ser revistas, lembrando que se trata de uma lei sancionada na década de 1940, que pouco sofrera modificações ao longo dos anos. A autora relata a necessidade de que o aparato jurídico administrativo diferencie os públicos a serem atingidos, em especial os grupos vulneráveis, a partir do princípio da equidade. É necessário também que os traçados não se foquem em diminuir os custos da obra, e sim, em trazer menos prejuízo possível às comunidades afetadas.

Na gestão federal vigente, no que se refere às desapropriações, foi criada a Secretaria de Apoio ao Licenciamento Ambiental e Desapropriações a partir do decreto n.º 9669/19 (BRASIL, 2019), órgão ligado diretamente ao gabinete presidencial. No art. 20 do referido decreto, coloca-se entre as competências dessa secretaria apoiar os processos de licenciamento ambiental de obras que fazem parte do escopo da Secretaria de Coordenação de Obras Estratégicas e Fomento, como também os processos de desapropriação das áreas afetadas por essas obras, também abordando, na alínea VI, sobre “[...] articular e propor soluções para os entraves nos processos de licenciamento ambiental e de desapropriação” (BRASIL, 2019, p. 11). Não há clareza em como seriam executados tais atos e como ficaria a condução dos processos de desapropriação nesses casos, podendo dar espaço a situações de fragilidade contratual no processo.

Outra denominação relacionada a esse processo é o Deslocamento Compulsório, termo encontrado em textos voltados à políticas públicas de infraestrutura, em especial, no caso das barragens e usinas. Como afirmado no capítulo anterior, os GPIs são conduzidos, na maioria dos casos, a partir da abordagem territorial-patrimonialista, ou seja, com foco no patrimônio e nos dispêndios financeiros referentes à sua aquisição, limitando suas ações compensatórias ao pagamento de indenizações. Não se leva em consideração os impactos sociais e ambientais do empreendimento.

Partindo dessa perspectiva, em que a dimensão socioambiental é preterida, não se reconhece que há atingidos no processo, visto que o dano causado já seria compensado com o pagamento da indenização ou reassentamento do morador, assim retirando o obstáculo (morador) para a concretização da obra. Só é possível superar essa lógica a partir do entendimento dos deslocamentos compulsórios como “[...] processo simultaneamente econômico, político, cultural e ambiental” (VAINER, 2008, p. 45), em que várias dimensões da vida do afetado serão modificadas para além da questão patrimonial. Ao se pensar dessa forma, consideram-se as dimensões imateriais do processo que, neste, existem perdas que transcendem a perspectiva imobiliária. Como exemplo, a fragilização dos vínculos comunitários, o desmanche de grupos sociais ativos, a perda de patrimônios imateriais ou de valor afetivo para a população e o afastamento familiar, em casos em que moradores atingidos, de uma mesma família, distanciam-se por conta dos efeitos do GPI (PINTO; MONZONI NETO; ANG, 2018).

O deslocamento é definido por Vainer (2008) sob duas perspectivas: a física e a relacional, em que considera que os modos de vida dos atingidos também serão modificados. O deslocamento é um processo que afeta não só a vida dos deslocados como também toda a

população do entorno do empreendimento. Assim, a partir da necessidade de compreender o público que será afetado por uma grande obra, urge a necessidade de abordar a noção de sujeito atingido.

3.3 A noção de atingido por processos de desapropriação e os Grandes Projetos de Investimento (GPI)

A terminologia “atingido” aparece em documentos oficiais, entretanto, restringe-se a questões relacionadas à dimensão econômica do processo de desapropriação. A noção de atingido traz consigo implicações do contexto sócio-histórico no qual o sujeito está envolvido, dos aspectos políticos e culturais do processo e dos conflitos gerados por ele. Cada comunidade tem suas peculiaridades, logo, o processo de deslocamento e seus efeitos sociais variam de um contexto a outro (VAINER, 2008).

Vainer (2008) reforça que o debate sobre a noção de atingido é importante para legitimação dos direitos dessa parcela populacional. Esse debate também é levantado no âmbito dos movimentos sociais, em especial pelo Movimento de Atingidos por Barragens (MAB). No Manual do Atingido, fornecido pelo MAB, são compreendidos como atingidos “[...] todos aqueles que sofrem modificações nas suas condições de vida como consequência da implantação das barragens, independentemente do local em que vivem ou trabalham” (VAINER; VIEIRA, 2005, p. 2). Como é apontado nas orientações do Manual do Atingido, uma das preocupações atuais é a percepção restrita, por parte do poder público, sobre quem é o atingido. Nos levantamentos realizados pelas entidades governamentais, a população que vive no entorno das obras não é levada em consideração como população atingida, somente os sujeitos que perdem um imóvel. Logo, partir dessa visão é desconsiderar o impacto do empreendimento nas rotinas dos remanescentes (VAINER; VIEIRA, 2005).

Pensando a questão do impacto de forma ampliada, considerando não somente os desapropriados, mas todos os envolvidos direta e indiretamente no processo, pode-se listar diversas dimensões de impacto. Uma das mais discutidas é a questão temporal, tendo em vista que existem pessoas que sofrem impactos desde o anúncio das obras, enquanto alguns só começam a sentir os efeitos na finalização das obras ou no pós-obras. A questão do tempo que leva o processo de desapropriação e a construção da obra também é problemática porque, em muitos casos, o processo arrasta-se por anos e há demora no pagamento das indenizações (VAINER, 2008; PINTO. MONZONI NETO. ANG, 2018).

No que tange à economia local, a comunidade remanescente pode sofrer com a redução populacional, visto que, com a diminuição do público consumidor, pequenos empreendimentos podem ser prejudicados. No caso rural, ainda há mais uma peculiaridade, que é a perda de acesso a recursos produtivos, como a terra para o plantio, acesso às áreas de extração de matéria orgânica e à água. Além disso, a saída de alguns moradores pode prejudicar também nos processos de cultivo e colheita com a perda de força de trabalho por conta do deslocamento. Agricultores não podem dar prosseguimento nas benfeitorias de sua propriedade por medo de sofrerem prejuízos (VAINER, 2008; VAINER; VIEIRA, 2005).

Entre os aspectos psicológicos, tanto o que é apresentado por Pinto, Mozoni Neto e Ang (2018) como o que é apresentado no Manual do Atingido (VAINER; VIEIRA, 2005), ilustra-se que as perdas imateriais como o afastamento social, a ruptura de vínculos e o distanciamento de sua rede de apoio e grupos sociais podem ocasionar danos, em especial, à saúde mental dos atingidos. Em ambos os documentos, relata-se que o contexto da desapropriação pode deflagrar casos de estresse, ansiedade, depressão e que, em alguns cenários, já houve casos de suicídios.

Tendo em vista os dados apresentados, é importante agregar a noção de atingido nos debates emergentes sobre implementação de Grandes Projetos de Investimento. Ter uma visão ampliada das dimensões que permeiam a desapropriação para além da economia pode auxiliar na melhoria da mensuração dos impactos das obras e na constituição das políticas mitigatórias e compensatórias para os povos atingidos. Desse modo, faz-se necessário, durante a negociação das indenizações, proporcionar a reparação adequada dos danos sofridos pelo público afetado.

Como mencionado anteriormente, um dos grandes gargalos acerca dos processos de desapropriação é a elaboração de Estudos de Impacto Ambiental. Segundo Pinto, Mozoni Neto e Ang (2018), quando a dimensão da participação social não faz parte do processo de construção de um EIA/RIMA, é visível que não há uma contextualização adequada sobre o local afetado, trazendo dados muitos superficiais sobre a realidade dos atingidos. Assim, a avaliação de impactos sociais fica negligenciada no processo. A responsabilidade dos impactos também cabe às empresas e consultorias responsáveis pela elaboração do EIA/RIMA, visto que, na maioria das vezes, o documento é elaborado por uma perspectiva que se afasta do seu real propósito, que é levantar os impactos que podem ser causados pelo empreendimento, em várias dimensões, e pensar na mitigação dos danos e nas ações compensatórias para o território atingido (SILVA, 2016).

O processo de desapropriação precisa ser transparente e deve fornecer as informações necessárias aos atingidos, proporcionando a participação da sociedade desde a gênese do processo, o que pode, inclusive, “abrir os olhos” dos técnicos responsáveis sobre especificidades do território que eles desconhecem. Entre as dimensões que devem ser levadas em consideração no processo de estudo dos impactos sociais, está a relação pessoa-ambiente, foco central das discussões em Psicologia Ambiental, que será abordado a seguir.

3.4 Relação pessoa-ambiente, desapropriação e Psicologia Socioambiental

Nas construções de algumas iniciativas governamentais, o apoio aos interesses de alguns grupos sociais pode gerar situações promotoras de exclusão. Isso pode ser observado no caso da intervenção ambiental que será abordada nesta pesquisa, pois, em decorrência de um processo gradual de desapropriação ocasionado por uma obra hídrica que possui direcionamento em atender às demandas dos grandes centros urbanos e do agronegócio, alguns moradores das comunidades atingidas serão obrigados a deixar as suas moradias.

Moreno e Pol (1999, p. 11, tradução nossa)² definem intervenção ambiental como qualquer alteração espacial que gere “[...] qualquer mudança nas estruturas físicas de um lugar que, direta ou indiretamente, provoque ou possa provocar potencialmente uma alteração em um ecossistema, na estrutura social ou na interação social das pessoas”. Tais intervenções podem provocar efeitos diretos tanto sobre o ambiente quanto sobre as pessoas que vivem nesse entorno e podem trazer impactos diretos na forma com que os indivíduos interagem com o ecossistema onde vivem, também alterando as relações sociais entre os ocupantes deste.

Um ponto importante, discutido pelos autores, é o fato de que, apesar das decisões envolvidas em uma ação que promove impacto ambiental serem embasadas por componentes técnicos, a condução da ação é uma decisão política, tomada em conjunto por órgãos competentes e responsáveis por legitimar e regulamentar a ação proposta (MORENO; POL, 1999). Moreno e Pol (1999) afirmam que, no que se refere à dimensão social de uma ação de impacto ambiental, o profissional responsável pela gestão deve levar em consideração o nível de implicação da população afetada com o seu lugar de vida e também prever a orientação dos comportamentos individuais e coletivos que serão manifestados nesse espaço, lembrando que não existe apenas uma forma de se pensar em medidas mitigatórias para lidar com os

² “[...] cualquier cambio en la estructuras físicas de un lugar que, directa o indirectamente provoque- o pueda provocar potencialmente- una alteración en el ecossistema, en la estructura social o en la interacción social de las personas”.

problemas socioambientais apresentados. Os autores afirmam que um profissional especializado em intervenções na gestão ambiental deve “[...] sempre atuar guiado pelo princípio de conseguir melhorias para o meio ambiente e para qualidade de vida da população” (MORENO; POL, 1999, p. 13, tradução nossa).³

Problemas ambientais e o desgaste do meio ambiente ocasionado pelo modelo de desenvolvimento vigente favorecem o surgimento da vulnerabilidade socioambiental, que consiste na correlação entre problemas sociais e ambientais e “[...] se expressa pela associação entre as condições de vida e mudanças ambientais” (BARRETO *et al.*, 2017, p. 98). Vulnerabilidade é um termo multifacetado que, consoante Barreto *et al.* (2017), está vinculado a três eixos: ambiental, social e risco. O ambiental refere-se a recursos naturais, privação e escassez; o social, a questões socioeconômicas, exclusão e pobreza; e risco tem a ver com os impactos sofridos pela população por situação de riscos ambientais e sociais.

Intervenções estruturais, como a apresentada neste projeto, podem gerar impactos sob três âmbitos: ambiental, físico-biológico e social, causando modificações nas relações das pessoas com o seu território (POL, 2003). Logo, partindo da compreensão de que o território se configura como um lugar resultante de um processo de apropriação em nível físico e simbólico por parte de um determinado grupo social, é possível constatar que a fragmentação das relações entre os sujeitos e seu lugar de origem pode ocasionar desconforto. Sendo assim, faz-se necessária a compreensão do papel da afetividade na vinculação entre o sujeito e seu lugar de moradia, partindo da perspectiva da Psicologia Socioambiental (HIGUICHI; THEODOROVITZ, 2018; BOMFIM; DELABRIDA; FERREIRA, 2018).

A crise ambiental entra como pauta da Psicologia a partir de 1970, com o surgimento da Psicologia Ambiental, área definida por Pinheiro, Günther e Guzzo (2006) como o campo que estuda o homem numa perspectiva socioespacial, buscando entender a relação deste com o ambiente, considerando, nesse processo, aspectos individuais e coletivos. Os primeiros estudos nacionais em Psicologia Ambiental surgiram em meados dos anos 70, contudo, o crescimento desse segmento só ocorreu entre as décadas de 80 e 90 com o aumento de pesquisas na área, o surgimento de linhas de pesquisas em programas de pós-graduação *stricto sensu* e o despertar do interesse por esta pelos profissionais da Arquitetura, Geografia e demais ciências que lidam com questões referentes a espaço.

Para Moser (2016), a Psicologia Ambiental estuda a pessoa, observando seu contexto social, a fim de compreender as relações das pessoas com os ambientes. Também

³ “[...] deberá actuar siempre guiado por el principio de conseguir una mejora en el medio ambiente y en la calidad da vida de la población”.

tem interesse nos efeitos do ambiente no comportamento humano e nas formas do humano interferir no meio ambiente a partir da compreensão das dimensões física e social. As noções de espaço e lugar ocupam uma posição central nessa área do conhecimento, que também tem como característica importante o enfoque interdisciplinar, visto que interage e bebe de fontes de outras áreas como a geografia, a gestão ambiental e a arquitetura.

Segundo Moser (2016), na abordagem transacional de Psicologia Ambiental, opção teórica elencada para esse estudo, a unidade de análise é a realidade vivida no ambiente, os acontecimentos decorrentes disso e suas influências na relação entre ambiente e indivíduo. Tem como principais características a adoção do paradigma sociocultural e a ênfase na percepção do sujeito sobre o meio ambiente.

Quando se trata do estudo de desapropriação, três aspectos devem ser elencados no processo: apropriação do espaço, apego ao lugar e identidade de lugar, que são “[...] processos dinâmicos de interação comportamental e simbólica das pessoas com seu meio público” (VIDAL; POL, 2005, p. 287, tradução nossa).⁴ A dimensão da afetividade também perpassa esses âmbitos e será também abordada sobre a categoria Estima de Lugar no capítulo seguinte (BOMFIM, 2010).

A transformação de um espaço em lugar está diretamente relacionada à dimensão temporal e à afetiva, respeitando as especificidades de cada indivíduo. Tuan (1983) define espaço como algo neutro, em que não há desenvolvimento de relações significativas ou trocas simbólicas e não lhe é atribuído nenhum significado, enquanto lugar é definido como local de identificações, de permanência, de referência, onde são atribuídos significados e é construída uma relação da pessoa com determinado ambiente.

Tuan (1983) explica que espaço e lugar são componentes básicos do mundo vivo, sendo que o lugar remete à sensação de segurança, enquanto que o espaço à liberdade. O autor compreende lugar como “[...] centros aos quais atribuímos valor e onde são satisfeitas nossas necessidades biológicas” (TUAN, 1983, p. 4). Assim, um espaço torna-se lugar quando o dotamos de valor, e, para compreender esse movimento, é preciso levar em consideração o tempo. O contraponto da noção de lugar é o Não Lugar, conceituado por Augé (2000) como processo de ausência do sentido de lugar. Ao longo desse tempo, o sujeito pode tanto desenvolver uma vinculação positiva (apego) quanto uma vinculação negativa (repulsa) ao local. Sendo assim, o determinante da conversão de espaço ao lugar não é o tempo, mas os

⁴ “[...] procesos dinámicos de interacción conductual y simbólica de las personas con su medio físico [...]”.

significados atribuídos a determinado espaço a partir da relação entre o sujeito e o ambiente (GUILLIANI, 2004).

Como afirma Tuan (1980), a preferência ambiental por determinadas experiências possui influências biológicas, sociais e culturais. Logo, a noção de meio ambiente e a construção de uma visão de mundo estão interligadas. A Topofilia é definida por Tuan (1980) como o desenvolvimento de laços afetivos entre o homem e o meio ambiente onde vive. Na topofilia, pode-se compreender as sensações e os sentimentos expressos em um ambiente, entendendo que, quando o ambiente tem um caráter simbólico muito presente, as emoções são mais intensas, sendo estas compreendidas a partir do valor atribuído.

Há investimento emocional do sujeito durante sua vivência em algum lugar. Portanto, quando ocorre um processo de desapropriação, traz diversos desdobramentos na vida do sujeito, pois “[...] ser despejado à força, da própria casa e do bairro é ser despido de um dos invólucros, que devido à sua familiaridade protege o ser humano das perplexidades do mundo exterior” (TUAN, 1980, p. 114).

O conceito de apropriação, partindo dos estudos de Enric Pol (2002), tem como raiz epistemológica o conceito de apropriação advindo do marxismo, que compreende que o processo de autorreconhecimento do proletário com os objetos por ele criado se opõe à alienação do sujeito aos modos de produção. Sendo assim, o processo de apropriação do espaço elucida o autorreconhecimento do sujeito ao seu lugar de vida. Outros autores que tornam fundamental essa teoria são Vygotsky e Leontiev, a partir da compreensão do processo de apreensão dos processos socioculturais inerentes à vida do sujeito, que permite que ele se aproprie da sua própria história pela linguagem e pela ação (POL, 2002).

Para Pol (2002), a apropriação do espaço é um fenômeno complexo e multidimensional que possui dois componentes principais: a ação transformação e a identificação simbólica. A primeira é a forma como o sujeito transforma seu espaço a partir de sua ação, e, nesse ato, o sujeito incorpora vários processos psicológicos, entre eles a afetividade. Pela ação transformação, é possível dotar um espaço de significado mediante o processo de interação do sujeito com o lugar. Já a identificação simbólica é o processo no qual o sujeito, por meio da interação simbólica, reconhece-se no espaço que apropria. Para isso, utiliza um processo de categorização e atribuição de adjetivos locais como algo que constitui sua identidade. Sendo assim, o espaço apropriado passa a ser um fator importante para a consolidação da identidade social, o que ocasiona no sujeito o que é chamado de “apego ao lugar” (POL, 2002).

O processo de apropriação ocorre de forma dialética, em que tanto o espaço quanto o sujeito são modificados no processo, que é diretamente influenciado pela dimensão temporal. Para Pol (2002), a apropriação propicia a transformação do espaço mediante influências pessoais, criando o sentido de lugar. A atribuição de significado ao espaço é resultante da interação social entre sujeito e meio ambiente, então, compreende-se que o processo de apropriação é dialético e circular.

Pol (2002) afirma que a apropriação do espaço permite a compreensão dos processos de formação de vínculos pessoa-ambiente e como esses estão relacionados aos processos de participação social e formação de comportamentos pró-ambientais. O espaço apropriado traz impactos em esferas da constituição humana: processos cognitivos, afetivos, identidade e relacionais.

O conceito de apropriação tem, pois, diversos significados em função da perspectiva que se adote, há de ser entendida como impressão, como cognição, como contato sensório-motor, ou como identificação, como projeção de um menos sobre o espaço, como consumo de significados, como personalização resultante da conduta territorial delimitado em um espaço pessoal, como fenômeno vinculado ao privado, ao sentido de pertencimento e a territorialidade (POL, 2002, p. 126, tradução nossa).⁵

Acerca da relação entre os processos psicossociais de apropriação e de desapropriação, Pol (2002, p. 125, tradução nossa)⁶ define o ato de desapropriar como “[...] processo ou meios que fazem uma pessoa, individualmente ou em grupo, sentir que o espaço não lhe pertence, é estrangeiro”. O autor também relata que se tem, na atualidade, mais movimentos promotores de desapropriação do que de apropriação.

É visível que a apropriação é um mecanismo básico do desenvolvimento humano que possibilita a atribuição de significados pessoais a uma experiência, sendo compreendida como uma construção sócio-histórica. Para Pol (2002), o espaço apropriado é fator de estabilidade e continuidade e reflexo da transformação desencadeada no processo. Logo, o conceito de apropriação pode auxiliar na compreensão de processos de participação social e processos de remanejamento, expropriação e resistência. E é a partir do entendimento de apropriação que se pode chegar a duas categorias de análises da Psicologia Ambiental: o apego ao lugar e a identidade de lugar (POL, 2002; VIDAL; POL, 2005).

⁵ “El concepto de apropiación tiene, pues, diversas acepciones en función de la perspectiva que se adopte. Ha de ser entendida como impronta, como cognición, como contacto sensorio-motriz, o como identificación, como proyección de uno mismo sobre el espacio, como consumo de significados, como personalización resultante de la conducta territorial delimitando un espacio personal, como fenómeno vinculado a la privacidad, al sentido de pertenencia o a la territorialidad”.

⁶ “Incorpora el concepto de desapropiación, refiriéndose a todos aquellos procesos o medios que hacen que una persona, individualmente o en grupo, sienta que el espacio no le pertenece, le es ajeno”.

O processo de apego ao lugar (*place attachment*) é ilustrado por Giuliani (2004) como a relação afetiva entre o sujeito e o ambiente, em que são desenvolvidos vínculos afetivos com base nos elementos emocionais, culturais e sociais do local. É necessário compreender que o desenvolvimento do apego ao lugar se dá de forma gradual e contínua, pois tal processo exige tempo para sua consolidação, e as modificações feitas pelo sujeito em determinado ambiente de vivência torna-o local de referência identitária e de pertencimento.

Ao se falar de apego ao lugar, deve-se considerar dois aspectos importantes: as características físicas e o caráter simbólico atribuído ao local a ser investigado, levando-se em consideração três dimensões. A dimensão funcional diz respeito ao espaço físico como elemento de inferência nos comportamentos gerados; a dimensão simbólica refere-se à compreensão dos componentes simbólicos que atuam na construção da relação pessoa-ambiente; e a dimensão relacional compreende o processo de interação entre os aspectos socioculturais e as características do espaço investigado. Essa última dimensão é primordial para compreender o processo de construção da identidade social de determinado espaço, como também o processo de pertencimento ao lugar (GIULIANI, 2004).

Os primeiros estudos sobre laços afetivos pessoa-ambiente deram-se em um contexto de desapropriação da população de West End, nos Estados Unidos, por conta de uma política de reordenamento urbano. No estudo dessa comunidade, foi verificado que a remoção dos moradores promoveu a interrupção no “sentido de comunidade” dos moradores, por conta da fragmentação de dois grandes campos associados a elementos afetivos: a identidade espacial e a identidade de grupo (GIULIANI, 2004). Giuliani (2004), ao estudar o apego ao lugar, detectou o sentido social e afetivo do lar para o indivíduo. No que se refere a processos relacionados à desapropriação, aborda-se que a perda repentina do lugar ocasiona tristeza nos atingidos.

A partir da compreensão do ambiente como elemento fundamental para construção da identidade social e das categorias supracitadas, Valera e Pol (1994) afirmam que o entorno físico é um elemento fundamental para construção da identidade social, que está interligada à noção de pertencimento. Tradicionalmente, estudos sobre espaço possuem uma perspectiva reducionista à dimensão físico-geográfica, não levando em consideração que os espaços possuem também aspectos simbólicos, resultantes da relação pessoa-ambiente.

A identidade social tem a ver com pertença a um determinado grupo, o significado que fomenta o uso e os valores e emoções imbricadas nisso. Como um dos desvelamentos desta, encontra-se a identidade de lugar. Pioneiramente estudada por Proshansky, é considerada uma “[...] subestrutura da identidade de self e consiste em um conjunto de

cognições referentes a lugares ou espaços onde a pessoa desenvolve em sua vida cotidiana e em função dos quais o indivíduo pode estabelecer vínculos emocionais e de pertencimento em determinados entornos” (VALERA; POL, 1994, p. 8, tradução nossa).⁷

Compreende-se identidade de lugar como um constructo gerado a partir de um espaço sociofísico, levando em consideração o contexto histórico no qual o sujeito está presente e se há apropriação desse espaço pelo sujeito. Nesse sentido, é válido ressaltar que um componente importante para a construção da identidade de lugar é que o ambiente seja significativo para o sujeito, tendo em sua composição medidas necessárias para a satisfação das necessidades do sujeito. A identidade não possui um caráter fixo, pois está em constante transformação a partir da interferência do meio em sua composição (MOURÃO; CAVALCANTE, 2011).

Ao longo do apanhado apresentado, observa-se que a categoria afetividade permeia o entendimento de como se dá a relação pessoa-ambiente a partir do enfoque de diversos autores. A afetividade, segundo Bomfim (2010), pode ser um indicador de orientação, conhecimento e ética na cidade, contribuindo para a formação de uma racionalidade ético-afetiva no território, gerada a partir de bons encontros⁸, alinhando isso ao panorama apresentado anteriormente sobre a questão da desapropriação e à noção de atingido. Como essa circunstância impacta subjetivamente os que o vivenciam, observa-se a necessidade de analisar o processo elencado neste estudo, tendo como foco essa categoria, que será mais bem detalhada no capítulo seguinte.

⁷ “La identidad de lugar es considerada como una subestructura de la identidad de seu y consiste en un conjunto de cogniciones referentes a lugares o espacios donde la persona desarrolla su vida cotidiana y en función de los cuales el individuo puede establecer vínculos emocionales y de pertenencia a determinados entornos”.

⁸ Bom-encontro é um conceito spinosiano, referente ao entendimento dos encontros que promovem afetos que ampliam a potência de ação dos sujeitos (SPINOZA, 2015).

4 O LUGAR DA AFETIVIDADE NA COMPREENSÃO DO FENÔMENO DA DESAPROPRIAÇÃO

No presente capítulo, são explanadas as conceituações acerca da afetividade e como essa categoria pode ser compreendida na relação pessoa-ambiente. De início, apresenta-se como a afetividade se localiza como categoria de análise na Psicologia Social. Em seguida, trabalha-se o conceito de afetividade para quatro autores: Baruch Spinoza (2015), Lev Vygotsky (2004), Agnes Heller (2004) e Bader Sawaia (2014). Por fim, apresenta-se os estudos sobre afetividade e a relação pessoa-ambiente, partindo do conceito de Estima de Lugar, da professora Zulmira Bomfim.

Esse tópico está diretamente ligado à categoria de análise escolhida para compreensão dos impactos psicossociais do processo abordado nesta dissertação, que é a afetividade. O mapeamento da estima de lugar dos moradores abordados no estudo será apresentado no capítulo sete.

4.1 A importância da compreensão dos afetos na Psicologia Social

Para Sawaia (2009), é inegável a relação entre subjetividade, desigualdade e transformação social, relatando a necessidade de a psicologia estar implicada na elaboração, no planejamento e na execução de políticas públicas que tenham foco na superação da desigualdade social. Opta-se, neste estudo, pela categoria afetividade, por sua importância para a compreensão dos processos de desigualdade e de exclusão-inclusão social.

Partindo de uma concepção materialista histórico-dialética, em que o homem é visto como produto e produtor da história e do contexto onde vive, Lane (2006) reporta-se à categoria emoção para refletir sobre o humano. Em seus estudos, a autora gera um questionamento sobre o quanto a expressão ou não de algumas emoções não seria ideológica.

Sawaia (2014) afirma que a emoção é elemento construtor do pensamento e da ação humana, sendo conceituada como um “[...] fenômeno objetivo e subjetivo, que constitui a matéria prima básica à condição humana” (SAWAIA, 2014, p. 102). A partir das reflexões de Lane (2006), constata-se que as emoções possuem um caráter comunicativo em que se constituem “[...] numa linguagem cujas mensagens podem tanto desencadear o desenvolvimento da consciência, como fragmentá-la” (LANE, 2006, p. 57). Embasado nisso, Lane (2006) afirma que as emoções possuem uma natureza mediacional, que é expressa por meio da linguagem. Logo, o âmbito emocional passa ser considerado tanto por essa autora

como por Sawaia (2009) uma categoria importante de análise na perspectiva de Psicologia Social de base histórico-cultural. A afetividade, assim, passa a ser vista como uma função psicológica superior tão importante quanto a consciência e a atividade nesse processo. “Emoções, linguagem e pensamento são mediações que levam a ação, portanto somos as atividades que desenvolvemos, somos a consciência que reflete o mundo, e somos afetividade que ama e odeia esse mundo, e com essa bagagem nos identificamos e somos identificados por aqueles que nos cercam.” (LANE, 2006, p. 62).

A fim de compreender as bases para compreensão da afetividade como categoria de análise na Psicologia Social de base histórico-cultural, partir-se-á da reflexão das conceituações sobre afeto de Spinoza (2015), Vygotsky (2004), Heller (2004) e Sawaia (2014). Em seguida, abordar-se-á como essa dimensão permeia a relação pessoa-ambiente, tendo como base os estudos de Bomfim (2010).

4.2 Afetividade na perspectiva de Spinoza

Em sua obra “Ética”, o filósofo holandês Spinoza (2015) questiona o modo de pensar cartesiano. Ele introduz a perspectiva monista de entendimento da origem dos afetos, que são compreendidos como “[...] as afeições do corpo, pelos quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, e, ao mesmo tempo, as ideias dessas afeições” (SPINOZA, 2015, p. 98).

Como características importantes da teoria spinoziana, Brandão (2012) cita o monismo, que é o entendimento da unidade entre corpo e mente (em contraponto ao cartesianismo). O autor também cita a percepção integradora entre razão e afeto, o entendimento da razão como ética e cognição e a posição contrária a qualquer tipo de comportamento supersticioso nos âmbitos religiosos, políticos ou filosóficos, pois Spinoza acredita que é na superstição que se encontram as bases fundamentais do autoritarismo.

Ressalta-se que, na concepção spinoziana, Deus não se refere à figura antropomórfica advinda do Cristianismo, sendo compreendido pelo filósofo como uma entidade imanente, a causa de todas as coisas, interligado com a natureza (Deus *sive nature*). Com a percepção de Deus como substância, ele relata a existência de duas naturezas a Ele inerentes: a Natureza naturante, que seria referente a um estado de verdadeira liberdade em que há a atividade e regulação da natureza, e a Natureza naturada, que são os efeitos que resultam da natureza naturante. Enquanto a visão de natureza naturante se confunde com a de Deus, a natureza naturada é material, isto é, faz parte do mundo concreto. Nesse sentido, Deus

é a base de sustentação da realidade, o que permite que ela seja o que é (GLEIZER, 2005; BRANDÃO, 2012).

Brandão (2012) apresenta os três conceitos fundamentais da teoria spinoziana: substância, atributo e modo. A substância (essência) constitui-se na própria realidade; o atributo diz respeito ao pensamento e à extensão da substância, à corporeidade de Deus; e o modo comportaria as modificações na substância, decorrentes das afecções que são concedidas por meio de suas causas, logo, tudo que existe e é gerado pela substância. Um dos principais conceitos da obra de Spinoza é o *conatus*, que consiste no esforço que impulsiona os sujeitos para a vida e para a autoconservação. Essa potência de agir é promotora da autonomia do sujeito, pois propulsiona o agir mediante as afecções que vivenciamos (BRANDÃO, 2012). Em suma, o *conatus* é um princípio importante para a teoria da afetividade spinoziana e, a partir dele, é possível afirmar que todas as coisas possuem uma potência de agir. Esse “esforço” se aplica às essências de todas as coisas, indicando a produção de efeitos em um determinado contexto de interação com o mundo. Em humanos, o *conatus* é um princípio que possibilita a expansão pessoal do sujeito e a realização dos intentos inerentes à sua essência, além da autoconservação da essência humana (GLEIZER, 2005).

Para Spinoza (2015), há uma diferenciação entre afecção e afeto, sendo a primeira compreendido como afetação e modo, e o segundo, entendido como derivação das afetações, momento de transmissão de estados. As afecções são neutras, ou seja, não são providas de dimensão afetiva. Já o afeto é “[...] resultado das afecções sofridas pelo corpo, cuja potência é aumentada ou diminuída” (BRANDÃO, 2012, p. 106).

A partir de uma perspectiva spinoziana, o afeto é visto por Brandão (2012) como dialética, em que um corpo pode afetar outro que pode também ser afetado por outro, indicando que o afeto é imanente. A sociabilidade é importante na composição dos afetos. A consciência parte do corpo e está integrada a ele, que recebe e armazena informações. Quando não há uma relação direta do consciente da alma com o mundo exterior, é possível prever distorções no conhecimento, e a imaginação gera um conhecimento inadequado, fantasioso, que promove a superstição (BRANDÃO, 2012).

As afecções do corpo, inatas ou adquiridas, são correspondentes a uma afecção da alma, e essas perspectivas compactuam com a noção de monismo, que é entender o humano sem a divisão corpo e mente. No processo de ação e constituição do *conatus*, a consciência age como elemento que constata ao humano a existência e direcionamento desse *conatus*, não o alterando ou o orientando. Logo, o *conatus* é um componente fundamental da conduta

humana, um “[...] princípio dinâmico fundamental que rege a vida afetiva” (GLEIZER, 2005, p. 33). Nesse contexto, a atividade é a causa adequada do pensamento, enquanto a passividade é a inadequada. No rol dos afetos ativos, encontram-se as ações. Já nos afetos passivos, encontram-se as paixões, que podem ser alegres, o que aumenta a potência de ação, ou tristes, que ocasionam a servidão, definida por Spinoza (2015, p. 145) como “[...] a impotência humana para regular e refrear os afetos”.

A atividade é tida como promotora de liberdade e aumenta a potência de agir, a qual pode afetar e ser afetada. Quanto mais afetados somos, mais potência temos, pois “[...] o corpo humano pode ser afetado de muitas maneiras, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, enquanto outras tantas não tornam sua potência de agir nem maior, nem menor” (SPINOZA, 2015, p. 99). Nesse processo, a temporalidade não é algo que restringe a expressão de determinado afeto, logo “[...] o homem é afetado pela imagem de uma coisa passada ou de uma coisa futura do mesmo afeto de alegria ou de tristeza de que é afetado pela imagem de uma coisa presente” (SPINOZA, 2015, p. 111).

Ao interagir com o meio onde vive, o corpo é afetado de alguma forma, e esse meio se transforma pelo afeto gerado. Spinoza (2015) demonstra que os afetos que podem ser gerados podem ser de ordem potencializadora (felicidade) ou de ordem despotencializadora (tristeza). Os demais afetos gerados são ramificações dos principais a partir de uma carga exterior associada ao afeto, como o autor ilustra ao discorrer sobre a origem do amor e do ódio. A estima positiva gera o aumento da potência de ação, enquanto a estima negativa causa sua diminuição. Como também existem afecções neutras, é possível dizer que nem toda afecção é um afeto, apesar de todo afeto ser uma afecção (GLEIZER, 2005).

Os afetos ativos são frutos de ideias adequadas e provenientes do exercício adequado da nossa potência intelectual, logo, não há dualidade entre razão e afeto. Na perspectiva spinoziana, a razão não está desassociada dos afetos, e a afetividade é a base ético-política da experiência humana. Assim, é possível compreender a existência de dois tipos de desejos: os racionais – ideias adequadas –, e os passionais – ideias inadequadas. Há uma diferença essencial entre os afetos ativos e passivos: o afeto ativo promove autonomia do sujeito, predispondo à liberdade e à emancipação do sujeito, e o afeto passivo promove a sensação de dependência e subordinação, predispondo à alienação. (GLEIZER, 2005; BRANDÃO, 2012).

O poder da alma sobre os afetos consiste no próprio conhecimento destes (autoconhecimento) no momento que a alma separa o afeto do pensamento da causa externa (autorreflexão), no tempo, quando as afecções triunfam sobre a interpretação das causas

externas (vivência), nas causas em que as afecções se referem à propriedade comum das causas (multicausalidade, muitas causas) e na ordem em que a alma pode ordenar seus afetos e erradicá-los (lógica, autocondicionamento). Compreendemos o que desejamos e desejamos porque compreendemos, e isso é a busca racional (GLEIZER, 2005).

Dentro de si, os humanos possuem tanto atividade como passividade. Todas as paixões são dotadas de conatus, sendo que a essência destas é a conjunção da essência interior e das essências vivenciadas nos canais exteriores. Portanto, o desenvolvimento de uma potência intelectual afetivamente eficaz depende de condições externas favoráveis (GLEIZER, 2005).

Quando a razão está em ascensão, os conhecimentos sobre o mundo são mais precisos e refinados, e a vida e as relações sociais são organizadas a partir do predomínio das paixões alegres que aumentem a potência de agir e pensar, onde são geradas a autonomia e a liberdade. Já quando há o predomínio de paixões tristes, que diminuem potência de agir e pensar, é gerada a submissão (GLEIZER, 2005). Para Brandão (2012), o ponto central da obra de Spinoza é a liberdade, pois é a partir dela que chegamos à felicidade. O processo de libertação é possível através do esforço coletivo, ocasionado por meio dos bons encontros, que são produtores de afetos ativos. A liberdade é entendida por Spinoza (2015) como uma condição necessária para ser autônomo. Diante disso, o homem livre é aquele que convive em um contexto de cooperação e amizade, em que há ligação e apoio por parte da pólis.

Uma das compreensões trazidas por Spinoza é que, no contexto do Poder Público, há prerrogativa para o “[...] exercício legal da força pelo mais forte, a violência sobre a potência se transforma em lei” (BRANDÃO, 2012, p. 116). Assim sendo, quando se fala em modelos de gestão, Spinoza privilegia a democracia, que promove a organização do conatus coletivo.

A teorização spinoziana dos afetos foi de grande valia para um dos autores da Psicologia. Lev Vygotsky, a partir do estudo “Teoria das Emoções”, buscava explicações para compreensão da dimensão afetividade para além de uma perspectiva mecanicista causal, o que será discutido a seguir.

4.3 Afetividade na perspectiva de Lev Vygotsky

A psicologia histórico-cultural, que tem raízes nos estudos do psicólogo bielorusso Lev Vygotsky, possui uma perspectiva sociointeracionista, que elucida que o processo de desenvolvimento do ser humano é entendido a partir da relação dialética entre o

homem e o meio onde vive, entendendo esse meio como algo dinâmico, que pode ser transformado pelo homem e que o transforma também, sem negar a existência de funções biológicas básicas humanas e sua função no processo de desenvolvimento humano (REGO, 2014).

Tendo como base o Materialismo Histórico Dialético, Vygotsky reafirma a percepção de homem como um sujeito histórico, saindo dos moldes tradicionais da psicologia que eram propagados no início do século XX e que possuíam foco na dinâmica intrapessoal. Isso oportunizou o surgimento de pesquisas sobre como o homem era afetado pelo contexto onde vive, levando em consideração a temporalidade, a sociabilidade e a cultura (OLIVEIRA, 1992; REGO, 2014).

Vygotsky possui, em seus estudos, uma percepção integrada entre a dimensão biológica e a dimensão social humana a partir do entendimento do homem como sujeito histórico. Assim, a mediação semiótica é vista como instrumento psicológico que possibilita a interação homem-contexto social, possibilitando a consolidação das funções psicológicas superiores (REGO, 2014; VYGOTSKY, 2006).

A cultura é enxergada por Vygotsky como uma parte constitutiva da natureza humana, logo, deve ser considerada ao se estudar sobre a subjetividade humana. Nessa perspectiva a internalização de práticas culturais por meio do processo da mediação semiótica é uma pauta importante para se compreender o desenvolvimento humano, considerando que “[...] é através dos instrumentos e signos que os processos de funcionamento psicológico são fornecidos pela cultura” (REGO, 2014, p. 34).

O conceito de mediação é um dos fios condutores da teoria de Vygotsky, pois é visto com o mecanismo que caracteriza a relação do homem com o mundo. Por meio da linguagem, a criança internaliza as experiências obtidas em um determinado contexto sociocultural e isso possibilita o processo de atribuição de significados e sentidos àquilo que é acessado por esta, haja vista que “[...] ao internalizar as experiências fornecidas pela cultura, a criança reconstrói individualmente os modos de ação realizados externamente e aprende a organizar os próprios processos mentais” (REGO, 2014, p. 62). Tal processo impulsiona o surgimento do que o autor refere como linguagem interior, que é tida como evolução do desenvolvimento da linguagem egocêntrica da criança e estaria relacionada à consolidação da consciência (VYGOTSKY, 2005, 2001).

É necessário ressaltar que a construção dos instrumentos de mediação é diferente em cada pessoa, pois estará vinculada à forma como a pessoa dota de significado a informação internalizada, o que está diretamente relacionado ao conceito de vivência. Para

Vygotsky, a vivência é um fator importante para a compreensão do desenvolvimento infantil, pois a forma com que a criança vivencia uma determinada situação, bem como a forma como interpreta e significa algo capturado no seu contexto social podem fazer com que ela compreenda tal situação de uma forma singular (VYGOTSKY, 2010).

A vivência deve ser entendida como a relação interior da criança como ser humano, com um ou outro momento da realidade. Toda a vivência é vivência de algo. Não há vivências sem motivo, como não há ato consciente que não seja ato de consciência de algo. Entretanto, cada vivência é pessoal (VYGOTSKY, 2006, p.6).

A vivência é apresentada como uma unidade ligada ao nível da representação, em que as particularidades da personalidade do sujeito se encontram com as particularidades do contexto social com o qual este está se relacionando, sendo todas essas levadas em conta no processo. Tal elemento é um componente importante para compreender como as particularidades auxiliam na forma de agir das pessoas quando se apresenta uma situação específica (VYGOTSKY, 2006).

Toassa e Souza (2010) explicam que, na tradução das obras de Vygotsky, duas dimensões são citadas como inerentes ao processo de vivência: os estados internos (sensações e percepções inatas, biológicas) e as formações afetivas (atribuição de sentimentos e afetos e nomeação desses afetos no processo de percepção da vivência). O ponto de partida da estruturação das vivências afetivas seria a crise dos sete anos, quando a criança consegue vocalizar internamente como ela se sente sobre determinadas situações vivenciadas no meio, revelando-se uma orientação consciente destas, surgindo a compreensão dos afetos (VYGOSTKY, 2006).

Para compreender a influência de Vygotsky no entendimento das emoções, é preciso revisitar dois conceitos: o de funções inferiores, que se refere a funções reflexivas adquiridas de forma inata, e o de funções superiores, que são construídas a partir da interação do sujeito com o meio onde vive, levando-se em conta o contexto social em que estas são produzidas. O processo de significação, isto é, de atribuir significados a algo ou alguém, é exclusivo dos humanos, ao ponto do entendimento destes como seres sociais, e surge a partir da linguagem, permitindo que se relacionem questões internas e externas ao sujeito, resultando na vida social (BRANDÃO, 2012).

É posta por Brandão (2012) a percepção de Vygotsky de sentimento como elemento sócio-histórico, que está em constante mudança justamente por levar em consideração o tempo e o contexto social onde o sujeito se encontra, como também é esclarecido que, para o autor, não existe hierarquia entre o afeto e o pensamento, sendo ambos

compositores da subjetividade humana, logo, “[...] é na busca do pensar afetivo e da afetividade consciente que se constrói toda a subjetividade” (BRANDÃO, 2012, p. 167).

Na linguagem interior, o sentido é predominante. Já na linguagem externa, o significado é mais preponderante, assim “[...] a base afetivo-volitiva é, portanto, esta função superior da consciência que move toda a sua estrutura” (BRANDÃO, 2012, p. 172). Desse modo, não é possível pensar afeto sem levar em conta a integração entre ele e a cognição, que é a base para existência dos sentimentos.

Vygotsky, assim como Spinoza, possui uma visão monista de homem. Na sua perspectiva, o pensamento também é afetivo, no qual essa afetividade se dá de forma consciente. A linguagem tem papel central na compreensão da mediação entre os afetos e o ambiente externo, pois possibilita a comunicação dos sentimentos entre os sujeitos e permite a codificação e internalização dos sentidos e sentimentos expressos durante o diálogo: “ela é, enquanto signo, a mediação entre a experiência social e a consciência individual” (BRANDÃO, 2012, p. 161).

Vygotsky (2004) percebe a emoção como uma função psicológica superior quanto dá importância à linguagem da emoção para se entender as motivações expressas no pensamento. Os primeiros estudos sobre emoção, na perspectiva de Vygotsky, deram-se na década de 1930, quando o pesquisador debruçou-se nos escritos da teoria das emoções, de William James e Carl Lange. Ao se deparar com esse material, começou a refletir, de forma crítica, sobre a influência do pensamento cartesiano no estudo das emoções, concluindo que tais perspectivas mecanicistas tolham a psicologia das emoções (VAN DER VEER; VALSINER, 2014).

Uma das principais críticas de Vygotsky (2004) ao manuscrito é a perspectiva dualista de emoção apresentada por James-Lange. Com uma base eminentemente voltada para os princípios fisiológicos da emoção, a teoria de James-Lange não comportava os aspectos psicossociais da emoção. Para o autor, não há como fragmentar as emoções em inferiores e superiores, pois o que as diferencia é sua complexidade (VYGOTSKY, 2004).

Vygotsky (2004) aponta, ao longo do seu estudo, as similaridades da teoria de James-Lange com a obra “As paixões da alma”, de René Descartes, como, por exemplo, a visão da emoção como algo de base biológica e inata, a influência da dualidade mente e corpo na forma de explicar as emoções, a falta de conexão entre a relação da emoção com os demais processos psicológicos, muitas explicações de viés mecanicista e causal e a falta de uma abordagem com uma orientação focada no desenvolvimento humano.

Para reparar os problemas averiguados na teoria das emoções de James-Lange, Vygotsky (2004) visualizou em Spinoza um referencial importante. Partindo de um ponto de vista de análise monista (integração corpo e mente) e holístico (análise pela totalidade), o autor viu uma possibilidade efetiva para se pensar no estudo dos afetos.

Os adeptos de uma nova tendência acham em Spinoza não só uma nomenclatura e uma classificação das paixões, mas também certas relações fundamentais que atravessam toda a vida dos sentimentos e as motivações, cuja importância é decisiva para compreensão do ser humano, também de construir temas para um método descritivo preciso (VYGOSTKY, 2004, p. 233, tradução nossa).⁹

Partindo das observações feitas por Vygotsky sobre os autores supracitados, que trabalham sobre emoção, e sobre como Spinoza pode dialogar no processo de reparar equívocos das perspectivas dualistas sobre os afetos, surge o seguinte questionamento: o estudo de Spinoza poderia ser útil na concepção de uma abordagem histórico-cultural das emoções? Infelizmente, o questionamento fica sem resposta, tendo em vista que o escrito dele sobre o tema encontra-se incompleto.

Os colaboradores de Vygotsky fizeram um compilado desses escritos, intitulado anteriormente por Vygotsky como “Spinoza e sua teoria dos afetos”, que só foi publicado cinquenta anos depois com o título “Teoria das emoções: uma investigação histórico-psicológico” (VAN DER VEER; VALSINER, 2014). Para além da Psicologia, o estudo dos sentimentos também é um objeto de estudo da sociologia contemporânea. A seguir, ilustrar-se-á a teoria dos sentimentos, de Agnes Heller.

4.4 A teoria dos sentimentos de Agnes Heller

A filósofa húngara Agnes Heller é referenciada tanto por Lane (2006) como por Sawaia (2014) como um dos referenciais-chave para compreensão da afetividade como categoria importante de análise na Psicologia Social. Para Heller (2016), as ações humanas são moldadas perante as circunstâncias em que estas são formuladas, sendo que se referem às relações sociais cotidianas e ao contexto sócio-histórico de fundo a essas relações. A essência humana e o que traz força para seu surgimento só é possível porque os humanos são sujeitos históricos, conseqüentemente, a dimensão temporal é importante para compreensão do humano (HELLER, 2016). Um ponto trazido pela autora é a questão de como a

⁹ “Los adeptos de la nueva tendencia hallan en Spinoza no sólo una nomenclatura y una clasificación de las pasiones, sino también ciertas relaciones fundamentales que atraviesan toda la vida de los sentimientos y las motivaciones, y cuya importancia es decisiva para la comprensión del ser humano, además de construir temas para un método decriptivo preciso”.

heterogeneidade dos valores humanos e a concepção de desenvolvimento proveniente do capitalismo têm promovido a desconexão do homem com suas raízes primitivas, como a base comunitária e a valorização dos laços sociais, algo que é contraposto no modelo capitalista com o senso de individualismo e afastamento dos vínculos coletivos, o que promove a sensação de solidão (HELLER, 2016).

Valores podem ser dissolvidos com o tempo, todavia, não são totalmente aniquilados. Princípios básicos de uma determinada cultura podem ser conservados por remanescentes através de longos períodos, mesmo que aqueles valores sejam considerados como obsoletos, e isso comunga com o que Heller (2016) nomeia como “invencibilidade da substância humana”. No que se refere aos estudos sobre sentimentos, na obra “Teoria dos sentimentos”, Heller (2004) compreende que a forma como o sentimento se manifesta e nos impacta está diretamente ligada ao contexto no qual esse sentimento se manifesta, sendo que a autora conceitua sentimento como algo com conteúdo “cognoscível-social” (HELLER, 2004).

Para compreensão dos sentimentos, a implicação do sujeito é algo importante de ser observado, pois “sentir significa estar implicado em algo” (HELLER, 2004, p. 15, tradução nossa).¹⁰ Essa implicação pode ser direcionada às pessoas, aos objetos, aos lugares, ao próprio indivíduo, aos contextos sociais e às demais ocasiões que fazem com que o sujeito se envolva efetivamente com o que se apresenta no momento. Segundo Heller (2004), o tom da intensidade desse processo é influenciado e construído mediante o contexto social ao qual o sujeito pertence, portanto, não pode ser compreendida como algo determinante, pois pode mudar tanto a forma como a intensidade da implicação durante o tempo.

No processo de implicação, suas formas se diferem sob duas perspectivas: valoração (positiva ou negativa) ou forma de ação (direta ou indireta), sendo que, em algumas situações, a implicação pode ser pouco efetiva, como no caso da indiferença, porém, não se tem um estado de completa falta de implicação. Quando esse processo se dá de forma direta e positiva, é possível afirmar que a implicação gera no sujeito a sensação de satisfação; já, quando esta se dá de forma indireta e positiva, servirá como caminho para se chegar à satisfação por meio de outro objeto (HELLER, 2004).

No caso da implicação direta e negativa, o efeito causado é a sensação de desânimo ou desmotivação, e, assim como o caso da implicação indireta e positiva, no processo que se dá de forma indireta e negativa, a implicação agirá como um caminho que irá

¹⁰ “Sentir significa estar implicado en algo”.

gerar o desânimo. Tais modos supracitados são regulados a partir do contexto e das relações sociais que fazem parte da vida do indivíduo (HELLER, 2004).

Para Heller (2004), a classificação dos sentimentos foi realizada a partir de uma visão antropológica, tendo como base de compreensão humana a visão marxista de constituição humana, sendo que esta se dá a partir do trabalho, da consciência, da liberdade e da universalidade. A autora também compreende os sentimentos como manifestações biossociais e as classificações destes, para ela, seguem a seguinte ordem: sentimentos impulsivos, afetos, sentimentos orientativos, sentimentos cognitivos-situacionais (emoções), sentimentos de caráter e personalidade e predisposições emocionais.

Os sentimentos impulsivos são assim chamados porque são construídos por meio de um impulso, lembrando que esse impulso não é neutro, pois se diferencia de uma pessoa a outra, levando em consideração como se deu seu crescimento pessoal em um determinado contexto social. Os impulsos, advindos de manifestações biológicas, são trazidos à tona a partir da sua assimilação pelo que é chamado pela autora de “organismo social” e possuem função comunicativa. Heller (2004) também os compreende como a base dos afetos, dos sentimentos orientativos e dos sentimentos cognitivos-situacionais, que serão descritos mais adiante.

Os afetos são vistos por Heller (2004) como sentimentos bastante distintos. Para ela, os impulsos são uma base na formação dos afetos, entretanto, nem todos os afetos são baseados em impulsos. Para explicar a origem do conceito de afeto, a autora reporta-se primeiramente à teoria de Gehlen e Claessens, que afirma que esse afeto se constitui a partir da “[...] demolição dos instintos”, o que ela explica com uma “destruição das reações instintivas a estímulos externos” (HELLER, 2004, p. 93, tradução nossa).¹¹

Outro autor que embasa essa perspectiva é Darwin, que compreende que o afeto, ao ser expresso, apresenta-se como “resíduo” de um ato instintivo. Os afetos não são manifestados a cada impulso que surge, mas os impulsos que são mais relevantes em nossa vida emocional são aqueles que suscitam o surgimento dos afetos e de emoções mais complexas. É importante ressaltar que, para Heller (2004), os afetos possuem uma função importante na promoção da homeostase social do sujeito. Eles são partes constituintes do caráter social do sujeito, sendo entendidos como componentes humanos, que não são idiossincráticos nem individualmente, nem socialmente.

¹¹ “[...] de la demolición de reacciones instintivas a estímulos externos”

A expressão desses afetos pode ser modificada, apesar de seu caráter universal, sendo que essas modificações são consequências de emoções secundárias que são construídas em cima dos afetos, os quais são regulados fundamentalmente a partir de normas éticas, sendo assim, essa regulação normativa possibilita que os afetos possam ser sublimados ou canalizados, lembrando que podem ser diminuídos ou detidos ao longo do tempo. Na maioria das vezes, o estímulo que suscita o afeto não é consciente, exceto quando esse estímulo consciente é decorrente por causa do afeto e que, a partir dele, possa-se realizar seu processo de sublimação ou canalização (HELLER, 2004).

Não há uma especificidade de objeto que provoque o surgimento do afeto, haja vista que ele pode ser diverso e pode ser apresentado em lugares e situações diversas. Quando esse afeto possui uma base impulsional, seu objeto é necessariamente o que suscita o impulso, partindo de sua especificidade. Com o hábito e o processo de se acostumar a algo, os afetos diminuem. Isso só não ocorre quando esse afeto está emparelhado a uma emoção de ordem mais elevada (HELLER, 2004).

Afetos, diferentemente das emoções, são contagiosos, e essa capacidade de contágio é apontada por Heller (2004) como a característica mais perigosa dos afetos, pois afetos homogêneos podem desvalidar rapidamente as normas éticas reguladoras dos afetos. Isso pode ser visto no exemplo dado pela autora em relação aos casos de linchamento em uma situação de contágio do afeto “raiva” em um grupo populacional, algo que pode ser visto no caso das brigas de torcidas no Brasil, por exemplo.

Outra categoria apresentada por Heller (2004) são os sentimentos orientativos, de caráter afirmativo ou negativo, que se referem a qualquer aspecto da vida do sujeito, sendo que o afirmativo e negativo aqui não é algo valorativo (bom x mal). A formação desses sentimentos deve-se à demolição completa dos instintos, sendo que esses sentimentos são moldados por objetivações sociais derivadas das experiências adquiridas ao longo dos anos. Um contraponto interessante sobre essa categoria de sentimento é que, para o mundo externo leigo, tais manifestações são tidas como “instintos”.

Esses sentimentos “[...] atribuem papéis a todos papéis da vida humana e são universais” (HELLER, 2004, p. 110, tradução nossa),¹² agindo como guias importantes no traçado de nossas estratégias pessoais na vida cotidiana. Essa classe de sentimentos tem influência direta na execução de atividades cotidianas, no ato de pensar, no desenvolvimento

¹² “[...] juegan un papel en todos los aspectos de la vida humana, y son universales”.

de contatos interpessoais e no processo de formação do senso comum, em especial no que se diz respeito ao mecanismo de objetivação inerente à construção do senso comum.

Os sentimentos cognoscitivo-situacionais, mais conhecidos como emoções, são vistos por Heller (2004) como sentimentos puramente sociais, tendo seu desenvolvimento influenciado pela estrutura social na qual o indivíduo está inserido. Apesar de não terem impacto expressivo em aspectos biológicos de um indivíduo, são importantes para o desenvolvimento das ações da vida social humana, pois “[...] a coexistência social seria impossível sem a existência das emoções” (HELLER, 2004, p. 121, tradução nossa).¹³

Em contraponto aos afetos, em que é sempre encontrado um “estímulo precursor”, sendo que esse pode ser concreto ou não, para compreender as emoções é preciso saber em qual contexto ela se manifesta e o que a causou, e isso, para Heller (2004), justifica porque a forma de manifestar e interpretar as emoções é tão difusa de cultura para cultura. Algo que se precisa compreender, quando se trata das emoções, é que elas são sempre cognoscitivas (passíveis de aprendizagem) e situacionais (são desencadeadas a partir de um determinado contexto e estimulação). Não podem ser subdivididas, portanto, o conteúdo da consciência não pode ser separado do estímulo que irá suscitar o surgimento da emoção (HELLER, 2004).

Segundo Heller (2004), há diferenças significativas entre afetos e emoções, como o fato de os afetos não poderem ser direcionados ao próprio sujeito, pois quando isso ocorre, esse sentimento se constitui como uma emoção. Assim, as emoções são vinculantes por si só enquanto o afeto não é, ainda que se tenha a percepção de que os afetos são inerentes à nossa constituição humana, assim como os impulsos, enquanto as emoções são aprendidas e possuem caráter social.

No que se refere aos sentimentos de caráter e personalidade emocional, Heller (2004) salienta que ambos são hábitos sentimentais e estão diretamente relacionados ao campo das reações da forma de sentir a partir de uma determinada situação, sendo que, enquanto o caráter emocional advém de uma estrutura inata, que não possui características de valoração de conteúdos e não é vinculante, a personalidade emocional está diretamente relacionada à valoração no processo de julgar situações a partir de suas percepções morais, sendo também uma característica que desencadeia vinculação.

À guisa de conclusão do que é trazido por Heller (2004) sobre os sentimentos, menciona-se sobre as predisposições emocionais, que se tratam das habilidades que favorecem que o ser seja predisposto a ter determinados sentimentos com mais frequência e

¹³ “La coexistencia social sería imposible sin la existencia de emociones”.

intensidade. A influência desse processo está ligada à forma de sentir e de agir do indivíduo ao longo da vida, como também das experiências que foram marcos na sua trajetória de vida, as experiências sociais por ele partilhadas e a carga hereditária. Tais predisposições possuem origens difusas e são mutáveis, ou seja, não se cristalizam.

Conhecer melhor as perspectivas dos três teóricos abordados até então é de suma importância para se compreender a afetividade como categoria de análise de processos promotores de exclusão social, como o que apontam os estudos de Sawaia (2014) sobre sofrimento ético-político e felicidade pública, o que será ilustrado a seguir.

4.5 O lugar da afetividade na Psicologia Social pela ótica de Bader Sawaia

Segundo Bader Sawaia (2014), o estudo da dimensão afetiva envolta no processo de exclusão social traz à tona reflexões sobre como o poder público lida com essa parcela da população e o quanto as políticas públicas estão comprometidas em olhar a dimensão humana nesse contexto. Em sua obra, Sawaia (2014) elucida o desprezo à dimensão da afetividade pela ciência positivista, afirmando que, quando essa categoria é considerada, é possível atuar de forma crítica frente à desigualdade social e respeitar o rigor metodológico, humanizando o discurso sobre essa temática e trazendo a bailar uma perspectiva que não enxerga somente a dimensão econômica do problema, e sim, os afetados por trás dele. Nesse contexto, a compreensão das emoções é de grande importância, visto que elas são elementos construtores do pensamento e da ação humana.

Afetados pelo signo, pela linguagem e pelo processo de significação em relação intrincada com as demais funções psicológicas superiores, as emoções se transformam e se constituem na história da cultura, integrando e constituindo o psiquismo humano em seu dramático processo de constituição de sujeitos (SAWAIA; MAGIOLINO, 2016, p. 82).

Nesse sentido, Sawaia (2014, p. 106) define o sofrimento ético-político como instância que “[...] retrata a vivência cotidiana das questões dominantes em qualquer época histórica, especialmente, a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior”. Tal sofrimento é demonstrado pela forma com que as pessoas tratam seus semelhantes e vice-versa na intrasubjetividade, revelando “[...] a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social” (SAWAIA, 2014, p. 106). Para a autora, o ato de conhecer o sofrimento ético-político e o que ele acarreta à população possibilita a análise dos processos que promovem a exclusão social, a inclusão perversa e os processos resultantes destas, como a injustiça e a desigualdade social.

Em condições de desigualdade e opressão social, os encontros favorecem a fixação e a cristalização do sofrimento, que denominamos ético-político, por se tratar de um sentimento que tanto pode diminuir a potência de vida, mantendo as pessoas na rede de servidão, ou aumentar na direção da vida mais autônoma (SAWAIA; MAGIOLINO, 2016, p. 86).

A autora traz a noção spinoziana de afeto como norte para entender o processo de sofrimento ético-político ao afirmar que o autor apresenta “[...] um sistema de ideias onde o psicológico, o social e o político se entrelaçam e se revertem uns nos outros, sendo todos eles fenômenos éticos da ordem e de valores” (SAWAIA, 2014, p. 103).

A partir do conceito de *conatus* como fomentador da potência de ação, Sawaia (2014) visualiza a possibilidade de libertação do indivíduo a partir do desenvolvimento dessa instância, sendo que esta potência está diretamente relacionada aos afetos ativos. Já o seu oposto, o potencial de padecer, refere-se à situação de servidão, sendo diretamente ligado aos afetos passivos. Subentende-se potência como uma atuação que leve em consideração a ação, o contexto social, o histórico da ação, bem como seus os sentimentos e significados desta, realçando seu papel positivo em processos educativos e no processo de conscientização.

Sawaia (2014) aborda, a partir da perspectiva spinoziana, que a determinação do modo como o ser humano é afetado e como ele se constitui é referente à construção de seus valores éticos, sendo esse o campo de ação dos afetos à intersubjetividade e às relações sociais. Logo, o processo de potencialização “[...] pressupõe o desenvolvimento de valores éticos na forma de sentimentos, desejo e necessidades, para superar o sofrimento ético-político” (SAWAIA, 2014, p. 115).

Outra autora importante para a compreensão do processo de sofrimento é Heller (2004), que traz essa dimensão como resultante de estados de injustiça social por meio de situações de exclusão social e experienciando-o como um processo doloroso, promotor da vergonha, humilhação social e da culpa. Ao compreender as emoções como algo inerente a um contexto histórico e que é construído continuamente, Sawaia (2014) traz exemplos de como os sentimentos de culpa e vergonha podem ser utilizados como mecanismos de coerção e exploração social.

Outro autor trazido para a construção do conceito de sofrimento ético-político é Vygostky, que suscita a reflexão sobre o papel da linguagem e da atribuição de significados no processo de interação social. Para o autor, as emoções são “significados radicados no viver cotidiano, que afetam nosso sistema psicológico pela mediação de intersubjetividades” (SAWAIA, 2014, p. 105). É necessário compreender que esses significados são resultantes de

um determinado contexto histórico e social onde o indivíduo se encontra e que estes podem influenciar em questões de ordem biológica.

Ao compreender o processo de sofrimento ético-político, é possível vislumbrar como se dá a exclusão social, partindo do entendimento desta como “[...] um processo complexo, configurado nas confluências entre o pensar, o sentir e o agir e as determinações sociais” (SAWAIA, 2014, p. 112). O contraponto do sofrimento é a felicidade pública, que é gerada de uma postura empática e solidária da vivência em comunidade frente a ações que asseguram a cidadania e o protagonismo social e é experienciada pelos coletivos quando a perspectiva da individualidade e da competitividade é substituída pela ótica da cooperação e da solidariedade (SAWAIA, 2014).

No que se refere às pesquisas que levem em consideração a categoria de sofrimento ético político, Sawaia (2014) relata a necessidade de sempre trazer como público-alvo o público diretamente atingido por uma situação de exclusão ou desigualdade, tendo em vista que somente pelos interlocutores diretos ter-se-á um panorama consistente da situação, pois no cerne da verbalização feita pelos atores sociais, é possível verificar questões como a percepção de marginalização dos sujeitos, a desvalorização dos mesmos como seres humanos e como isso traz dor a quem vivencia. Partindo disso, este estudo optou por apresentar o histórico de lutas sociais e o contexto atual das comunidades atingidas pelo processo de desapropriação alvo dessa pesquisa, como também esse referencial teórico foi importante para a escolha das opções metodológicas que serão descritas no tópico “metodologia”.

Também deve ser levada em consideração, ao se pesquisar sobre sofrimento ético-político em contextos de exclusão, a ordem dos sentimentos expressos que podem ser potencializadores ou despotencializadores. Em vista disso, o trabalho com as emoções não deve ser meramente descritivo, também deve ser investigado o contexto em que essas emoções surgem, assim como suas motivações (SAWAIA, 2014). Para se chegar a esse requisito, no presente estudo, optou-se pelo uso do Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA), que será descrito no próximo capítulo.

Para Sawaia (2014), o psicólogo social deve levar em consideração, na sua práxis, a alimentação de “bons encontros”, os quais, na perspectiva spinoziana, são promotores de felicidade e libertação, que sejam coerentes com os contextos vivenciados pela população e realizados de forma contínua, pois “[...] a preocupação com a afetividade leva o psicólogo social a encarar o presente como tempo fundante da exclusão, recusando o paradigma da redenção” (SAWAIA, 2014, p. 116).

Sawaia (2014) afirma que um objetivo a ser buscado é o fomento de ações que fortaleçam a potência de agir dos sujeitos, o que favorecerá o rompimento de estados de fatalismo e servidão alimentados por afetos despotencializadores. Para tanto, o trabalho sob a perspectiva de coletividade também é de elevada importância, haja vista que, como afirmado por Spinoza (2015), a superação de situações de servidão ganha força quando se fomenta uma conatus coletiva, em que afetos potencializadores em conjuntos darão forças a um grupo populacional para desenvolver atividades comunitárias com viés libertador. Logo, ao inserir a afetividade como categoria de análise ao se estudar processos promotores de exclusão, favorece-se a compreensão da felicidade pública como um componente necessário para se entender a noção de cidadania, assim como a necessidade de o estado e da sociedade atarem-se à atenção e ao cuidado com os membros que fazem parte dessa instância, sem que, para isso, não fiquem apático aos problemas socioeconômicos estruturais e históricos (SAWAIA, 2014). A seguir, trabalhar-se-á como essa categoria de análise é compreendida no estudo da relação pessoa-ambiente a partir da compreensão do conceito de Estima de Lugar.

4.6 O colorido da afetividade na compreensão da relação pessoa-ambiente

Partindo das teorizações ilustradas até então, corrobora-se com o que Bomfim (2010) ilustra sobre as práticas emancipatórias em Psicologia Socioambiental. A autora relata que se deve ter um olhar que não seja centrado apenas nos determinantes sociais de situações promotoras de alienação e de opressão na sociedade, considerando também a dimensão emocional, os afetos e os significados criados no entorno dessas problemáticas. O afeto é apontado por Bomfim (2010) como componente importante para compreender a dinâmica de determinado lugar, sendo composto no processo de ação-transformação.

Levando-se em consideração a implicação do habitante com seu lugar, Bomfim, Delabrida e Ferreira (2018) afirmam que esse afeto pode ser um indicador de ação, ética ou da racionalidade ético-afetiva gerada a partir do encontro, entendendo que “[...] quando essa afetividade abrange a dimensão ‘lugar’, passa a abordar questões que envolvem a construção social do espaço público, a convivência com o diferente, a cidadania e a sustentabilidade, dentre outras” (BOMFIM; DELABRIDA; FERREIRA, 2018, p. 66).

Como se afirmou anteriormente, para Spinoza, a alegria é um afeto potencializador da ação, que possui um direcionamento ético e político promotor da liberdade e emancipação do sujeito, enquanto a tristeza é promotora de um potencial de padecimento, que gera a alienação e a produção de superstições. A potência de ação é gerada a partir dos

“bons encontros”, que são “aqueles que permitem a composição dos indivíduos com os outros” (BOMFIM, 2010, p. 63). Tanto Spinoza (2015) como Sawaia (2014) refletem sobre o caráter ético dos afetos devido ao seu potencial de promover a descoberta do indivíduo sobre a sua capacidade de ação sobre demandas pessoais e coletivas.

Segundo Bomfim (2010), a racionalidade ético-afetiva ocorre em um processo dialético entre as pessoas e a cidade, sendo esse um lugar favorável à construção de laços sociais significativos. Trazendo como base Sawaia (2014), a autora relata que espaços públicos representam modelos de subjetividade em que fatores como a historicidade, os afetos e os conflitos são influenciadores na concretização da identidade local, externalizada pelo discurso.

Os sentimentos gerados por cada pessoa podem ser considerados como orientadores das ações realizadas cotidianamente, assim, a compreensão da afetividade no território deve considerar os “[...] sentimentos e emoções que, em seu conjunto, demandam disposições afirmativas ou negativas, positivas ou negativas, que configurem uma afetividade em relação ao espaço construído e vivido” (BOMFIM, 2010, p. 55), sendo que esses sentimentos podem revelar as formas de relação desenvolvidas entre o indivíduo e a cidade e como essas relações reverberam nas ações empreendidas por este no entorno.

É importante falar sobre o caráter relacional da construção dos afetos e sentimentos, pois “[...] o desenvolvimento de valores éticos nas relações interpessoais pressupõe o conceito da potência de ação” (BOMFIM, 2010, p. 66), reiterando a percepção spinoziana de fortalecimento dos afetos pelo encontro. Por conseguinte, o processo de formação de espaços relacionais fomenta o surgimento dos bons encontros no contexto da cidade.

Bomfim (2010) traz como desafio tornar a cidade um lugar propício aos bons encontros, promover o direito do cidadão de participar, de forma ativa e integrada, nas atividades da comunidade onde vive, sem ser exposto a situações de segregação e cooptação de direitos, tendo acesso a todos os dispositivos básicos ofertados pelo Estado e atuando na comunidade como agente direto da mudança social.

A ação dos habitantes em sua comunidade pode ocorrer movida por afetos potencializadores, que fomentam a emancipação, ou afetos despotencializadores, promotores da servidão. Dessa forma, a promoção dos bons encontros favorece a busca da autonomia, enquanto os maus encontros dão sustentação ao estado de alienação, sendo que esses são “[...] delimitados de acordo com a multidimensionalidade dos espaços da cidade” (BOMFIM, 2010, p. 67).

A partir da compreensão do ambiente como “território emocional”, é possível possuir uma visão de como elementos socioculturais e políticos incidem no processo de construção de significados em um lugar. Nesse contexto, a emoção é compreendida como ética, pois age diretamente na definição das formas de atuação do sujeito a partir de duas perspectivas: a passividade e a autonomia (BOMFIM, 2010; BOMFIM; DELABRIDA; FERREIRA, 2018).

Uma das formas de se acessar a compreensão do processo de afetividade nas relações pessoa-ambiente é o estudo da estima de lugar, vista por Bomfim (2010, p. 218) como uma das “[...] vias de acesso ao conhecimento da cidade, internalizado a partir da vivência”. A estima é derivada da afetividade de lugar e tem relação direta com os processos de apropriação do espaço, apego ao lugar e identidade de lugar. Pode ser potencializadora, o que fomenta a felicidade pública, a apropriação, o apego, a identidade de lugar e o surgimento de movimentos sociais em defesa do lugar; ou pode ser despotencializadora, o que favorece o padecimento, fomenta indiferença, repulsa, descaso com o lugar e promove apatia frente aos desafios relacionados ao território. Outra modalidade de estima de lugar é o contraste, no qual são observadas ambiguidades na forma de se relacionar afetivamente com a cidade (BOMFIM, 2010; BOMFIM; DELABRIDA; FERREIRA, 2018).

Entre as categorias de estima de lugar, encontram-se, no campo das estimas potencializadoras, a agradabilidade e o pertencimento, e nas estimas despotencializadoras, a insegurança e destruição (BOMFIM, 2010; BOMFIM; DELABRIDA; FERREIRA, 2018). Mais recentemente, os estudos realizados por Pacheco (2018) apontaram que os contrastes podem ser subdivididos em potencializadores e despotencializadores.

É importante compreender que alguns processos são importantes para entender a dimensão da afetividade na relação pessoa-ambiente, como a percepção das singularidades presentes em cada contexto social, os processos que ocorrem cotidianamente na cidade e o respeito aos diferentes fenômenos que compõem a cidade. Ao se observar questões estruturais como os modelos de desenvolvimento optados pela gestão de cidade e as formas de governança democrática, Bomfim (2010) afirma que, para que o processo de gestão de cidades seja de fato efetivo e promotor de justiça social, é necessário que a afetividade e a memória coletiva da localidade sejam respeitadas. A partir do diálogo entre a cidadania e a afetividade, é possível se chegar a um “caminho ético-político-afetivo de emancipação” (BOMFIM, 2010, p. 72), entretanto, essa dimensão infelizmente ainda é, em muitos casos, desconsiderada pelos gestores públicos no processo de elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas.

Bomfim (2015) expressa que as questões ambientais são frutos de um modelo econômico predatório cujas práticas realizadas para obtenção de capital estão gerando situações promotoras de vulnerabilidades socioambientais, como por exemplo, os processos de desapropriação e migração forçada. Logo, olhar para essas questões a partir do foco da racionalidade ético-afetiva é um ato de mudança nas formas de compreender tais fenômenos, “[...] trazendo a afetividade como categoria teórica em sua dimensão psicossocial e histórico-cultural a fim de compreender as relações pessoa-ambiente em situações de vulnerabilidade social e risco” (BOMFIM, 2015, p. 375).

Afetividade, sentimentos e emoções na perspectiva da psicologia social histórico-cultural e dialética não se contrapõe à racionalidade, mas constituem uma racionalidade ético-afetiva ligada à criação de espaços de interesse e necessidades coletivas. Quando essa afetividade abrange a dimensão ‘lugar’, passa a abordar questões que envolvem a construção social do espaço público, a convivência com o diferente, a cidadania, a sustentabilidade, dentre outros (BOMFIM; DELABRIDA; FERREIRA, 2018, p. 66).

A partir do exposto, a estima de lugar é uma categoria que lida tanto com as necessidades expressas pela comunidade quanto com os afetos existentes, possibilitando a avaliação das potencialidades e vulnerabilidades na relação entre o indivíduo e o ambiente no qual está inserido. Os estudos sobre essa categoria, desenvolvidos por Bomfim (2010; 2015), possibilitaram a compreensão do afeto como “[...] categoria integradora da relação do indivíduo com o lugar, envolvendo vários tipos de ambiente em situações de vulnerabilidade social” (BOMFIM, 2015, p. 382).

A compreensão da dialética da afetividade, sob a perspectiva da psicologia ambiental de base transacional, permite, assim, pensar-se em intervenções e análises psicossociais que possam auxiliá-lo no alcance de processos que fomentem a sustentabilidade em seus três níveis de atuação: social, econômico e ambiental, superando dicotomias. Nessa perspectiva, a estima de lugar pode ser primordial como “fator de proteção subjetiva diante das vulnerabilidades sociais e ambientais” (BOMFIM; DELABRIDA; FERREIRA, 2018, p. 69).

Para se obter o acesso aos dados referentes à estima de lugar, Bomfim (2010; 2015) desenvolveu um instrumento chamado Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA), que, a partir de recursos como o desenho e a metáfora, consegue tornar palpável essa categoria. Com base nos resultados obtidos através do IGMA, é possível encontrar a estima de lugar, que, caso seja potencializadora ou promotora do sentimento de pertença ao local e de afetos positivos, pode fomentar o desenvolvimento de ações comunitárias e promover o bem-

estar aos que residem em determinado local; e caso seja despotencializadora ou promotora do sentimento de repulsa e de afetos negativos, pode causar passividade e apatia frente aos fenômenos sociais vivenciados.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na compreensão de Tittoni e Jacques (2013), a produção de conhecimento em Psicologia Social deve sempre estar alinhada a alguma prática social e política que possibilite articulação entre teoria e prática, sendo essa atividade promotora de transformação social. Logo, a pesquisa não pode ser compreendida exclusivamente como um conjunto de técnicas utilizadas para o conhecimento da vida, mas como um recurso ligado a diferentes modos de produzir o conhecimento e a história de suas legitimações. Isso corrobora com a perspectiva de pesquisa em Psicologia Ambiental, pois, para se estudar uma intervenção ambiental, não se pode separar a dimensão social do impacto estrutural ou físico, tendo que, nesse processo, levar-se em consideração aspectos como a estrutura comunitária, representações sociais e outras habilidades sociais que são apreendidas quando se estuda a relação pessoa-ambiente. Uma das estratégias da pesquisa nesse âmbito é a utilização de multimétodos, nos quais ocorre a combinação entre elementos qualitativos e quantitativos (SIEBRA *et al.*, 2015).

A presente pesquisa configura-se como de natureza qualitativa, natureza essa que objetiva encontrar e interpretar os sentidos de um fenômeno pesquisado e como este é constituído para as pessoas que o vivem (CHIZZOTTI, 2014). Como opção metodológica, elencou-se a abordagem da pesquisa participante que, segundo Brandão e Borges (2007, p. 54), consiste em um “[...] instrumento, um método de ação científica ou um momento de um trabalho popular de dimensão pedagógica política, quase sempre mais amplo e de maior continuidade do que a própria pesquisa”.

A pesquisa participante deve partir de uma realidade social específica, levando em consideração aspectos históricos, culturais e sociais do local de intervenção. São pesquisas que podem ser alinhadas a projetos populares a partir de uma relação horizontal entre acadêmicos e população, favorecendo, nesse contexto, a pluralidade metodológica e a interdisciplinaridade. Nessa perspectiva, ao invés de se trabalhar sobre a lógica de divisão pesquisador-sujeito de pesquisa, a relação deve seguir a perspectiva sujeito-sujeito, em que os saberes do pesquisador não devem ser a máxima do processo, e os saberes advindos dos pesquisados devem ser valorizados, pois é “[...] através do exercício de uma pesquisa e da interação entre os diferentes conhecimentos que uma forma partilhável de compreensão da realidade social pode ser construída” (BRANDÃO; BORGES, 2007, p. 54).

No processo de pesquisa participante, a participação da comunidade deve ser estimulada no esforço de incorporar à pesquisa a presença dos agentes sociais da comunidade, devendo-se, nesse contexto, ter compromisso social com a comunidade e suas causas sociais,

objetivando a promoção da autonomia dos sujeitos envolvidos na pesquisa, em que a transformação social deve ser o norte do pesquisador: “[...] os conhecimentos de uma pesquisa participante devem ser produzidos, lidos e integrados como uma forma alternativa emancipatória de saber popular” (BRANDÃO; BORGES, 2007, p. 55). Tais pressupostos se alinham tanto ao contexto no qual a pesquisa em questão será realizada (comunidades rurais interioranas) quanto ao contexto que será pesquisado (processo de desapropriação ocasionado pelo Cinturão das Águas do Ceará).

Para a realização dessa pesquisa participante, escolheram-se duas estratégias de coleta de dados: a observação participante e a aplicação do Instrumento Gerador de Mapas Afetivos. Em cada etapa, foram envolvidos os moradores das comunidades pesquisadas, em especial as lideranças comunitárias. O projeto de pesquisa foi apresentado em vários espaços institucionais, como poderá ser visto no tópico sobre inserção no campo. O próximo tópico apresenta a contextualização do cenário de pesquisa.

5.1 Cenário da pesquisa

O Cariri cearense é localizado ao sul do estado, tendo como diferencial um grande potencial hidrográfico no entorno da Chapada do Araripe, com a presença de fontes. Essas razões contribuíram para o surgimento de comunidades rurais no município do Crato, localizado no sul do estado do Ceará, na região do Cariri. Segundo Nobre (2015), o surgimento do Baixio das Palmeiras deu-se em meados do século XIX, a partir da chegada de latifundiários ao Cariri, que, ao perceberem o potencial da terra para cultivo, assim como o potencial hídrico da região, começaram a instalar engenhos para processamento da cana-de-açúcar, sendo os primeiros construídos entre 1840 e 1850.

No que se refere à formação populacional do distrito, além das pessoas naturais do Crato, descendentes dos senhores de engenhos e de seus empregados e de indígenas, parte da população também era composta por peregrinos que chegaram à localidade para fugir de adversidades da vida, como a seca e a fome, e também pela proximidade da localidade de Juazeiro do Norte, onde residia o Padre Cícero, que é considerado um santo popular para o povo nordestino (NOBRE, 2015).

Desde o princípio de sua organização, a agricultura é a principal atividade econômica do lugar. Nesse contexto, Nobre (2015) ilustra que a maioria das terras era de posse de latifundiários, que cediam um pequeno pedaço de terra para que o empregado a cultivasse para seu sustento como uma das formas de compensação pelos serviços prestados.

O contexto laboral vivenciado pelos pequenos agricultores era bastante precarizado, pois não havia remuneração salarial, apenas acordos contratuais em que, ou o trabalhador recebia como recompensa uma quantidade de dias na semana para dedicar ao seu plantio de subsistência, ou recebiam como pagamento uma parte da produção mensal da fazenda.

A partir da década de 1960, com o surgimento das lutas sindicais, os camponeses da localidade começaram a se organizar politicamente para debater sobre as situações de negação de direitos vivenciadas em seu contexto laboral. Assim, em 1970, foi criada uma base do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Crato (STTR) no Baixio das Palmeiras. As pautas iniciais nesse espaço eram questões relacionadas à posse da terra e às demandas de acesso a equipamentos sociais, como escolas e serviços de saúde. Partindo dos dados levantados na pesquisa de Brito (2016), visualiza-se que, por meio da luta popular, foi possível conseguir a posse da terra para algumas famílias, apesar das sanções sofridas pelos agricultores em seu espaço de trabalho. Mais adiante, em 1985, foi criada a Associação Rural do Baixio das Palmeiras, demonstrada pela Figura 1, dispositivo de organização do processo de luta por direitos básicos na comunidade.

Figura 1 – Fachada da Associação Rural do Baixio das Palmeiras



Fonte: acervo da autora (2019).

Sobre a estrutura fundiária das comunidades do distrito, Brito (2016) observa que, além dos que garantiram a aquisição de suas terras via lutas sociais, algumas terras foram obtidas por compra, ou seja, os moradores utilizavam suas economias para aquisição da terra. Outras foram adquiridas por doação, quando alguns proprietários de terra cediam uma parte

de suas terras para o empregado após trinta anos de trabalho. Porém, até os dias atuais, ainda existem famílias que não possuem a posse da terra.

Com relação às formas de utilização das águas no local, Nobre (2015) relata que, inicialmente, o uso comunal da água de fontes e barreiros era uma prática constante. A partir da década de 1930, começaram as primeiras construções de cacimbas e cacimbões, em que a partilha de água era prática comum antes da canalização. Na década de 1980, surgiu um dos primeiros poços tubulares do distrito, na comunidade Baixio do Muquém. Atualmente, a regulação dos recursos hídricos canalizados é feita por duas instituições: a Sociedade Anônima de Água e Esgoto do Crato (SAAEC) e o Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR).

A base econômica atual do Baixio das Palmeiras continua sendo a produção agrícola, que se mantém mesmo com os desafios relacionados à baixa no preço dos produtos, problemas fundiários e problemas relacionados ao processo de sucessão rural. O Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), o Programa Nacional da Agricultura Rural (PRONAF) e projetos voltados ao cultivo agroecológico, fomentados por instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), têm fortalecido essas práticas. Além da agricultura, também se destaca o artesanato local, o extrativismo e o processo de reativação das casas de farinha, onde é feito o tradicional “beiju” (NOBRE, 2015). Acerca das práticas culturais existentes nesse contexto, Nobre (2015) lista a farinhada, processo comunitário de fabricação de farinha de mandioca, de viés cooperativo, que entrou em declínio na segunda metade do século XX, mas está sendo retomado na atualidade. Uma das casas de farinha desativadas foi doada à associação, que está desenvolvendo um projeto com o foco de resgatar memórias da comunidade a partir da realização da farinhada.

Outro fato relevante sobre a cultura local é que, nesse contexto, estão as raízes de um dos grupos de cultura popular mais conhecido do Cariri, a família Aniceto, da Banda Cabaçal do Crato, que possui raízes na Chapada dos Baixios. Além disso, são notificadas por Nobre (2015) as presenças de grupos culturais que desenvolvem práticas peculiares do contexto caririense, como o reisado, a lapinha e o maneiro-pau, além da existência das figuras das mezinheiras e rezadeiras, que mantêm a tradição da medicina popular do Cariri. A produção de cordéis também é popular na comunidade. Índícios da estadia dos índios Kariris no Crato são descobertos principalmente na comunidade do Muquém, onde são encontrados constantemente pelos moradores, resquícios de ferramentas e objetos de cerâmica, mostrando o potencial arqueológico da área (NOBRE, 2015).

Em 1994, o Baixio das Palmeiras foi elevado à categoria de Distrito, tendo como sede a comunidade de mesmo nome (Figura 2). Atualmente, o distrito Baixio das Palmeiras é composto por dez comunidades rurais: Monteiros, Currais, Currais de Baixo, Chapada do São Vicente, Chico Gomes, Chapada dos Baixios, Romualdo, Oitis, Muquém, e a sede Baixio das Palmeiras, com população geral estimada em 2.428 habitantes (NOBRE, 2017).

Figura 2 – Via de acesso ao distrito Baixio das Palmeiras



Fonte: acervo da autora (2020).

Nesse contexto, além dos problemas vivenciados em decorrência da especulação imobiliária de empreendimentos urbanos, com a construção de loteamentos e chácaras de veraneio, a partir de 2012, quatro comunidades desse distrito passam a vivenciar o processo de chegada das obras do Cinturão das Águas do Ceará. A chegada do empreendimento na comunidade causou diversos efeitos, que serão abordados nos capítulos posteriores. A seguir, descrever-se-á como se deu minha inserção no campo de pesquisa.

5.2 Inserção no campo

Após a aprovação na seleção do mestrado, passei a morar em Fortaleza, porém, em maio de 2018, viajei para o interior e aproveitei minha estadia para fazer o primeiro contato oficial da pesquisa com os moradores. Na visita exploratória, fui a uma reunião na Escola de Ensino Fundamental Rosa Ferreira de Macêdo (Figura 3), localizada na

comunidade Baixio do Muquém, e encontrei-me com lideranças comunitárias e membros do corpo docente da instituição.

Figura 3 – Fachada da Escola de Ensino Fundamental Rosa Ferreira de Macêdo



Fonte: acervo da autora (2019).

Nessa reunião, levei uma cópia do pré-projeto e apresentei aos moradores a minha proposta de pesquisa, perguntando se seria do interesse dos populares receber essa proposta, que foi aceita por eles. Já nessa reunião, fui informada sobre a condição atual do distrito Baixio das Palmeiras no que se refere tanto à desapropriação quanto às atividades desenvolvidas pelos movimentos de resistência.

Na proposta inicial, objetivei trabalhar as quatro comunidades diretamente atingidas: Baixio das Palmeiras, Muquém, Chapada dos Baixios e Oitis. Mas, acatando a sugestão tanto dos movimentos sociais como das orientações recebidas nas disciplinas metodológicas, reduzi o público da pesquisa para o Baixio das Palmeiras e Muquém, que foram as comunidades apontadas pelas lideranças como as com maior área de abrangência da obra e maior número de desapropriados.

Fui informada que, a partir do processo de lutas empreendido durante todos esses anos, foi possível reduzir o número de desapropriados, entretanto, as preocupações com o processo de pagamento das indenizações e da condução das obras ainda assustam os moradores. Em 2018, poucas indenizações foram pagas, mas muitas famílias já estavam

notificadas que eram públicos de desapropriação e que deveriam deixar seus lares. Alguns já saíram de seu antigo domicílio para um novo lugar, outros ainda aguardam o pagamento das indenizações para efetuar a mudança. Um fato importante é que o Baixio das Palmeiras é o último local a ser desapropriado no lote 03 do eixo 1, fato que reflete as forças da luta social no distrito.

Vistas as peculiaridades do processo, avalei que seria necessária uma perspectiva metodológica que fizesse com que eu participasse ativamente do processo e construísse conjuntamente com os moradores, optando então por fazer uma pesquisa participante. Para poder acompanhar o território de forma mais integral, realizei todas as disciplinas em 2018, para que, em 2019, eu tivesse mais tempo para me engajar na agenda da comunidade.

Em 2018 ainda, em contato com uma das lideranças, fiquei sabendo sobre o seminário “Vozes das existências e resistências de povos e águas no Ceará”, realizado pela Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS) no Dragão do Mar. Participei da atividade e me atualizei sobre a situação da comunidade. Outra atividade que acompanhei em Fortaleza foi a I Jornada Injustiça Hídrica e Territórios de Resistência, realizada na Faculdade de Direito da UFC (FADIR/UFC). O evento contou com a presença de um dos representantes do Fórum Popular das Águas do Cariri (FOPAC), que relatou sobre a trajetória da comunidade perante o CAC.

Em 2019, retornei à comunidade com o projeto modificado, levando em consideração tanto o contexto onde ela estava inserida quanto as observações coletadas nas atividades em que participei. Obtendo a concordância de moradores da comunidade e membros da liderança para prosseguir com a pesquisa, realizei vinte e três visitas de campo, para observação, e cinco para aplicação do Instrumento Gerador de Mapas Afetivos, processos que serão esmiuçados no próximo tópico.

Por fim, após a qualificação, levei o projeto com as observações da banca para apreciação em três espaços: à Associação Rural do Baixio das Palmeiras, aos membros Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Crato e aos membros do grupo de saúde da Unidade Básica de Saúde do Baixio do Muquém, entregando uma cópia da versão que foi enviada para o comitê de ética a um representante de cada instância. Ao receber a anuência da Associação, o projeto fora submetido ao comitê de ética e aprovado. Em seguida, comecei a aplicação dos IGMAs. Tendo em vista a trajetória aqui ilustrada, no próximo tópico, serão descritos os dois instrumentos de coleta de dados, utilizados nesse estudo.

5.3 Instrumentos de coleta de dados

Partindo desse universo de pesquisa, foram escolhidas duas estratégias de coleta de dados: a observação participante e a aplicação do Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA). Cada uma dessas estratégias está diretamente vinculada aos três objetivos específicos da pesquisa.

5.3.1 *Observação Participante*

A primeira fase desse estudo foi composta pela observação participante. Para Quinvy e Van Campenhoudt (1992), o processo de observação é imprescindível para auxiliar na escolha dos modelos de análises de dados da pesquisa, podendo se dar de forma direta (sem haver contato como público-alvo da pesquisa) e indireta (havendo esse contato).

No caso desta pesquisa, escolheu-se um modelo de observação indireta: a observação participante, que, de acordo com Dallos (2010), é uma técnica que permite ao investigador conhecer, de forma mais aprofundada, um determinado grupo, a partir da interação entre pesquisador e sujeitos da pesquisa. Na observação participante, o observador ocupa o papel de participante completo, pois ele passa a integrar a situação observada, ou pode ser menos imerso, configurando-se como “participante observador”. Essa estratégia está relacionada ao primeiro e segundo objetivo específico da dissertação.

Antes de iniciar esse processo, foi feito um levantamento histórico sobre a construção da obra e seus desmembramentos. No primeiro momento, foram selecionados documentos que dissessem respeito à linha do tempo do processo de chegada do CAC nas comunidades pesquisadas. Para isso, foram utilizados como base um livro sobre a história da comunidade, escrito por um morador da comunidade (NOBRE, 2015); um cordel, produzido por um morador sobre o CAC; as duas pesquisas de dissertação geradas desse contexto, uma da Geografia (BRITO, 2016) e uma da área de Desenvolvimento Regional Sustentável (NOBRE, 2017); o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental da obra (EIA/RIMA), assim como notícias e escritos advindos do diário de campo da pesquisa atual. Posteriormente, o processo de observação participante foi iniciado em junho de 2019 e finalizado em dezembro do mesmo ano. Foram realizadas vinte três visitas de campo nas comunidades selecionadas para o estudo: a sede Baixio das Palmeiras e o Baixio do Muquém. As atividades acompanhadas foram realizadas em três âmbitos: a) movimentos sociais; b) equipamentos culturais; e c) equipamentos públicos.

No que se refere aos movimentos sociais, foram acompanhadas reuniões da Associação Rural do Baixio das Palmeiras e do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Crato. Sobre os equipamentos culturais, foram feitas visitas às atividades desenvolvidas na Casa de Quitéria e na Casa de Farinha Mestre José Gomes. Os equipamentos públicos abordados pela pesquisa foram a Escola de Ensino Fundamental Rosa Ferreira de Macêdo e a Unidade Básica de Saúde do Baixio do Muquém.

Além do apoio do Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental - Locus/UFC, contou-se com a parceria dos projetos “Gestão Social nas Escolas” (PGSE/UFCA), concretizados pela professora Waléria Menezes, do curso de Administração Pública da Universidade Federal do Cariri (UFCA), que está realizando atividades com foco em Educação Ambiental e Patrimonial na escola da comunidade Baixio do Muquém. Também se contou com o apoio do projeto de cultura “Resistência na Comunidade Baixio das Palmeiras: Psicologia, Saúde e Meio Ambiente”, desenvolvido pela professora Liana Esmeraldo, do curso de Medicina da UFCA, que tem foco em trabalhos com educação popular em saúde.

Como instrumento de registro do processo de observação participante, utilizei diários de campo, que, segundo Medrado, Spink e Mello (2014), são recursos que permitem o apontamento das experiências vivenciadas pelo autor no espaço de pesquisa, que poderão ser acessadas e lembradas em qualquer momento pelo autor. Foram produzidos vinte e três diários de campos, que posteriormente foram analisados para compor os resultados do estudo, estando presentes tanto no capítulo seis como no capítulo sete.

5.3.2 Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA)

Após a aprovação do projeto no Comitê de Ética e Pesquisa da UFC, realizou-se, no mês de dezembro, a aplicação do Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA), criado por Bomfim (2008; 2010) com o objetivo de apreender os afetos dos sujeitos em relação a um determinado ambiente. Partindo da ideia de mapas cognitivos de Lynch e da compreensão de Vygostky sobre a constituição dos afetos no subtexto da linguagem, o IGMA objetiva obter os subsídios necessários para investigação dos afetos e sentimentos com relação ao ambiente em que esses sujeitos vivem, a partir de representações gráficas por meio de desenhos e das metáforas expressas pelos sujeitos da pesquisa (BOMFIM, 2010).

O ponto crucial no entendimento do IGMA é a “[...] compreensão psicossocial e sociocultural na relação entre subjetividade e espaço construído, enfatizando o afeto como

grande agregador da percepção e do conhecimento sobre a cidade” (BOMFIM, 2008, p. 253). Tem como base a Psicologia Ambiental de vertente transacional, que traz uma visão integrativa que prioriza a compreensão do espaço como uma dimensão da identidade do indivíduo, levando em consideração aspectos psicossociais, histórico-culturais, como também sociais e físicos (BOMFIM, 2008, 2010). Tendo a afetividade como a categoria de análise principal, essa metodologia tem caráter reflexivo, podendo suscitar reflexões sobre o desenvolvimento de uma racionalidade ético-afetiva na cidade e desvelar aspectos afetivos em estruturas de mapas cognitivos ou simbólicos (BOMFIM, 2008, 2010).

O instrumento é composto pelos seguintes elementos: desenho, palavra-síntese, os recursos metafóricos, uma pergunta norteadora sobre a forma com que o sujeito interpreta e vivencia o espaço pesquisado, a Escala Likert, o traçado dos caminhos percorridos pelo sujeito para chegar a seu local de origem, perguntas sobre participação social e coleta de dados sociodemográficos (BOMFIM, 2008, 2010). Nos quatro primeiros elementos, são analisados os recursos imagéticos, tendo foco nos sentidos e significados expressos e sua relação com a fala proferida pelo sujeito na pergunta mediadora. Esses recursos, aliados à linguagem expressa pelos sujeitos de pesquisa, possibilitam a síntese do sentimento.

A função principal do item desenho é agir como disparador do processo representacional dos afetos, um aquecimento para o momento de expressão dos elementos afetivos (BOMFIM, 2008, 2010). Já o momento das perguntas e da palavra síntese é visto com um espaço fomentador das metáforas, que são vistas por Bomfim (2010) como uma das formas mais eficazes de se chegar ao afeto, no que é intitulado por ela por “apreensão de afetos”. Perguntas referentes ao objeto de pesquisa e como os afetos sobre tal objeto são expressos podem ser incorporadas ao instrumento, como também questões que possam auxiliar na compreensão do fenômeno a ser estudado (BOMFIM, 2008, 2010).

A etapa da escala Likert é composta por um questionário para mensuração da estima de lugar. Os 41 itens devem ser respondidos em uma escala de 1 a 5, em que 1 é “discordo totalmente” e 5, “concordo totalmente”, e são referentes a cinco categorias de estima de lugar: Pertinência/Pertencimento (afetos relacionados à identidade de lugar, estima potencializadora), Contraste (sentimentos contraditórios), Agradabilidade (estima potencializadora), Insegurança (estima depotencializadora) e Destruição (estima depotencializadora) (BOMFIM, 2010). Vale ressaltar que, como apontou a pesquisa de Pacheco (2018), a estima Contraste pode ser potencializadora ou depotencializadora, sendo isso visível ao longo da aplicação do instrumento.

O tópico “Caminhos percorridos” refere-se a observar a noção de territorialidade a partir do reconhecimento dos trajetos diários do sujeito. As perguntas referentes à participação em entidade e movimentos sociais visam verificar engajamento local, e o questionário sociodemográfico serve para compilar informações básicas como escolaridade, gênero e renda (BOMFIM, 2008, 2010).

A partir dos resultados obtidos do IGMA, é possível encontrar a estima de lugar. Caso seja potencializadora, ou seja, promotora do sentimento de pertença ao local e de afetos ativos, pode proporcionar sensação de bem-estar aos que residem em determinado local; e caso seja despotencializadora, ou seja, promotora do sentimento de repulsa e de afetos passivos, pode sinalizar o desconforto dos sujeitos no contexto pesquisado (BOMFIM, 2010).

No caso dessa pesquisa, utilizou-se o IGMA com a adição de quatro perguntas sobre o processo de desapropriação e sobre a chegada do CAC, e removeu-se o item “Caminhos percorridos”. Para se chegar ao número de participantes, utilizou-se o método não-probabilístico Bola de Neve, que, segundo Vinuto (2014), ocorre a partir da utilização de cadeias de referência, em que, após um levantamento de possíveis sujeitos de pesquisas para iniciar o estudo, levando em consideração os critérios de exclusão e inclusão expressos na pesquisa, os sujeitos consultados inicialmente indicarão pessoas que possam ter interesse em participar da pesquisa.

Foram aplicados dezessete IGMAs, sendo onze de moradores que foram ou serão desapropriados e seis de lideranças ativas das comunidades. Para se chegar a tal número, primeiramente se fez um levantamento junto à Associação Rural do Baixio das Palmeiras, do número atual de pessoas que irão perder sua propriedade por conta do CAC. Vale ressaltar que, durante os oito anos do impasse referente ao CAC, esse número mudou diversas vezes.

Atualmente, levando em consideração as quatro comunidades atingidas pelo CAC no distrito, existem 65 imóveis notificados, sendo que entre esses 18 irão ser passíveis de desapropriação e 47 perderão parte de seus terrenos e/ou benfeitorias, mas não serão desapropriados. A maior parte dos afetados reside na comunidade Baixio do Muquém, seguida das comunidades Baixio das Palmeiras e Chapada dos Baixios, sendo a comunidade Oitis a com menos pessoas na área afetada.

As aplicações foram realizadas em três tipos de contextos: a) visitas domiciliares; b) aplicação individual em contexto institucional, como as que foram realizadas na Unidade Básica de Saúde (UBS) do Baixio do Muquém; e c) aplicação coletiva, como a que ocorreu com as lideranças da Associação Rural do Baixio das Palmeiras.

Após a defesa desta dissertação, será realizado um momento de devolução dos dados da pesquisa aos moradores, a partir de um seminário que será organizado em parceria com a Casa de Quitéria, estimado para o mês de março de 2020. Além disso, serão entregues cópias da dissertação na Associação Rural do Baixio das Palmeiras e na Casa de Quitéria.

5.4 Análise de dados

No que tange à análise dos dados coletados, o método escolhido foi a análise de conteúdo, com base em Bardin (2009). A análise de conteúdo consiste em um conjunto de técnicas voltadas para o exame das comunicações, que possui várias formas de ferramentas que se adaptam ao objeto central: a comunicação. A cada documento codificado pelo investigador, a análise pode utilizar vários procedimentos, que, dependendo do caso, podem ser aplicados.

O campo de aplicação da análise de conteúdo é bastante vasto, haja vista que qualquer modo de comunicação pode ser investigado a partir das técnicas dessa metodologia. Na descrição analítica, faz-se um tratamento sistemático dos conteúdos encontrados nas mensagens. O trabalho da análise de conteúdo é fundamentado na articulação entre a descrição, a análise da superfície do texto e os fatores que determinam particularidades no texto analisado (BARDIN, 2009).

A análise de conteúdo não visa somente descrever conteúdos presentes na comunicação, visto que ela está interessada também em que apoio esses conteúdos podem proporcionar após o tratamento, pondo em evidência a finalidade dessa codificação. Sendo assim, a inferência (dedução lógica) é de suma importância para o desenvolvimento de conhecimentos relativos ao tema pesquisado, em que serão utilizados indicadores qualitativos e quantitativos.

Esse processo de análise ocorre a partir de três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material; e 3) tratamento dos resultados. Na primeira fase, os dados são organizados; tendo como objetivo preparar os materiais e sistematizar as ideias iniciais. Já na fase de exploração do material, na qual é feita a análise propriamente dita, são definidas as categorias de análise e feita a sua codificação. Por fim, na fase de tratamento, ocorre o processo de inferência e interpretação dos dados brutos (BARDIN, 2009). Em suma, a análise de conteúdo visa explicar e sistematizar os textos postos à pesquisa, seguindo um conjunto de técnicas que prezam a dedução lógica e justificada no que diz respeito ao perpassar da produção da mensagem, desde a emissão do contexto até os efeitos do conteúdo contido na mensagem passada para o

leitor. Entre as diversas técnicas de análise de conteúdo, Bardin (2009) apresenta a análise de avaliação, a análise da enunciação, a análise da expressão, a análise das relações, a análise do discurso e a análise categorial, sendo essa última a escolhida para este estudo.

A análise de conteúdo categorial é um método que considera a totalidade do texto por meio de classificação e recenseamento dos termos frequentes (ou também ausentes) de sentido. Permite ao pesquisador coordenar os elementos de significação presentes no documento, proporcionando uma maior organização dos itens pesquisados (BARDIN, 2009). A partir da categorização, os conteúdos coletados para a pesquisa são devidamente organizados em tópicos (categorias) separados, seguindo um critério de relevância. Com isso, a apresentação do trabalho fica mais clara e concisa, para um melhor entendimento do leitor (receptor da pesquisa). Ao entrar em contato com seu objeto de pesquisa, o analista semiólogo terá, a partir da análise categorial, uma forma de estabelecer critérios de organização, fazer deduções nos dados analisados e descobrir o que eles realmente dizem (BARDIN, 2009).

Esse método foi utilizado no processo de análise dos dados obtidos através dos três instrumentos de coleta de dados descritos anteriormente. Em especial, na utilização do quadro categórico criado por Bomfim (2010), no processo de análise dos dados obtidos no IGMA. Nesse processo, a autora parte de três fases: pré-análise, codificação e categorização, que possibilitam a criação de um quadro categórico composto por sete itens: identificação do respondente; estrutura do desenho; significado; qualidade; sentimentos; metáfora; e o sentido. As categorias abordadas na análise do IGMA compreendem as cinco estimas de lugar estudadas por Bomfim (2010): Agradabilidade, Pertencimento, Insegurança, Destruição e Contraste.

5.5 Aspectos éticos

As atividades supracitadas foram realizadas de acordo com a resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012, que diz respeito às questões éticas em pesquisa com seres humanos. Após aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará, as aplicações dos instrumentos foram realizadas seguindo os parâmetros da legislação, com o esclarecimento dos sujeitos da pesquisa sobre os procedimentos a partir do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). Informou-se aos moradores o propósito da pesquisa, seus riscos e seus benefícios, e garantiu-se a preservação do sigilo ao respeito da identidade deles (BRASIL, 2012).

Os nomes fictícios escolhidos para preservação do sigilo das identidades dos moradores entrevistados foram selecionados de duas formas: os sete primeiros moradores escolheram seus próprios nomes fictícios, de acordo com palavras ou nomes que os representavam (Ex: Borboleta, Coração, Jonas). Aos demais mapas afetivos, nos quais os moradores não sugeriram um nome fictício para eles mesmos, foram atribuídos nomes de pessoas e patrimônios naturais de forte carga simbólica para o Cariri, como nomes de rios (Salgueiro, Grangeiro, Batateiras), personalidades históricas (Patativa do Assaré, Bárbara de Alencar, Violeta Arraes, Padre Cícero, Maria de Araújo), o pássaro símbolo da Chapada do Araripe (Soldadinho do Araripe) e o próprio nome do território abordado (Cariri).

6 BAIXIO DAS PALMEIRAS: CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NO PROCESSO DE CHEGADA DO CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ (CAC)

Nesse capítulo, apresentar-se-á a contextualização histórica do processo de desapropriação ocasionado pelo Cinturão das Águas do Ceará (CAC) nas comunidades do distrito Baixio das Palmeiras. Esse processo compreende seus desdobramentos entre os moradores e as práticas de resistência desenvolvidas por eles, atendendo ao primeiro e segundo objetivo específico desse estudo.

No primeiro momento, falar-se-á um pouco sobre a importância de compreender o conceito de ruralidades para o desenvolvimento da prática psicológica em contextos rurais, levando em consideração que esse é nosso local de estudo. Em seguida, serão feitas reflexões sobre como possíveis impactos psicossociais são abordados no processo de construção do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) do CAC. Por fim, será feita a apresentação do histórico do processo de desapropriação nas comunidades estudadas e quais práticas foram desenvolvidas em decorrência desse processo.

6.1 Psicologia, ruralidades e desapropriação: aspectos relevantes

Ao entender o meio rural como constitutivo de relações sociais singulares, é preciso que, ao estudá-lo, o pesquisador esteja atento às especificidades da dinâmica social interna das comunidades. As concepções atuais de ruralidade não se limitam ao debate sobre o que é urbano e o que é rural, englobando como os processos sociais, econômicos e culturais das comunidades rurais são integrados à sociedade contemporânea, saindo da percepção de rural como algo arcaico e rudimentar (SCHNEIDER; BLUME, 2004).

Ao adentrar a perspectiva rural, os psicólogos deparam-se com uma nova realidade de vida, que possui uma dinâmica própria, composta por uma diversidade de práticas e saberes que são específicos de cada região e cultura onde esses sujeitos estão inseridos. Por isso que, ao intervir ou pesquisar nesses espaços, o psicólogo precisa estudar o rural a partir de suas especificidades, compreendendo esse meio como multifacetado e imerso em diversidade cultural, regional e social, sob a perspectiva teórica de ruralidades (LANDINI, 2015; LEITE *et al.*, 2013).

O estudo da ruralidade no contexto brasileiro deve atentar-se às dinâmicas de vida de cada comunidade rural, levando em consideração que esses modos de vida estão atravessados por processos de precariedade e vulnerabilidade social, e entender como, mesmo

em contextos adversos, essas populações possuem, em seu cerne cultural, a capacidade de resistir a esses fatores (SCHNEIDER; BLUME, 2004). A compreensão do contexto histórico de lutas das populações rurais, no caso brasileiro, também deve ser levada em consideração na atuação do profissional da psicologia em contextos rurais. Historicamente, a população rural é estigmatizada pela relação que ainda é feita sobre o meio rural como um espaço relacionado a uma atmosfera bucólica e de atraso, visão balizada sob a perspectiva neoliberal de progresso (LEITE *et al.*, 2013).

Ao mesmo tempo em que avançam as ações de fomento à modernização do meio rural, agricultores familiares, comunidades tradicionais (quilombolas e indígenas), ribeirinhos, pescadores, extrativistas e assentados da reforma agrária compõem uma frente de resistência ao apagamento da cultura local, na luta por acesso à terra, à água e em defesa de uma lógica de produção e cultivo que respeite o ambiente e o saber local (LEITE *et al.*, 2013; CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013).

É preciso que o psicólogo esteja consciente do contexto histórico de lutas e opressões passadas pela população do campo, principalmente no que se diz respeito ao acesso a bens naturais. Assim, ao atuar nesses contextos de vulnerabilidade, é preciso focar em uma postura ética e política que favoreça o compromisso social da psicologia, realizando práticas que fortaleçam a autonomia e a emancipação dos sujeitos, garantindo-lhes as informações e o acesso necessário aos direitos e à cidadania. Assim, compreende-se que o trabalho com os povos do campo está entre os compromissos éticos do psicólogo. Partindo dessa compreensão, é importante que, nas comunidades rurais, o profissional atue de forma generalista e sobre uma perspectiva interdisciplinar e dialógica, respeitando o saber local (LEITE *et al.*, 2013; CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013).

Tendo em vista tudo que foi apresentado nos capítulos anteriores sobre os Grandes Projetos de Investimento da pasta de recursos hídricos, os modelos de desenvolvimento que lhes dão respaldo e o que é um processo de desapropriação, será apresentada a trajetória de implantação das obras do Cinturão das Águas do Ceará no território elencado pela pesquisa, o distrito rural Baixio das Palmeiras, onde se localizam as duas comunidades-alvo do estudo. Tal percurso levará em consideração aspectos sociais e históricos da comunidade e suas formas de organização, corroborando com a perspectiva de Góis (2008) sobre a necessidade de se considerar a relação entre a vida comunitária e as lutas sociais a partir da ação-reflexão dos moradores sob o seu modo de vida e seu local.

Como o foco do tópico seguinte é observar como se apresentam os aspectos sociais e psicológicos na composição do EIA/RIMA e como eles são contemplados nas

medidas mitigatórias propostas, não serão abordados os tópicos referentes a aspectos topográficos, biológicos e geológicos da área de abrangência. Também não será debatido sobre os tópicos referentes à descrição técnica das estruturas que serão construídas. Em caso de interesse no aprofundamento sobre essas questões, sugere-se leitura da dissertação de Nobre (2017).

6.2 Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) do Cinturão das Águas do Ceará: há espaço para a dimensão psicossocial no processo?

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) é um dos instrumentos mais populares no processo de gestão preventiva do meio ambiente e tem como objetivo avaliar quais os efeitos de uma ação de infraestrutura ou um serviço público ou privado pode causar a nível físico, socioeconômico e cultural no território de abrangência do empreendimento, sendo importante para se traçar as medidas mitigatórias e compensatórias referentes à área afetada. Esse estudo é elaborado antes de se construir o empreendimento e deve contemplar propostas que minimizem os impactos deste no território afetado (POL; MORENO; CASTRECHINI, 2010).

Segundo o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) (2010), o Cinturão das Águas do Ceará (CAC) é um sistema adutor composto por um eixo principal e três ramais, totalizando aproximadamente 1.300 km, e seu objetivo central é aduzir as águas do Rio São Francisco para as onze bacias hidrográficas do Ceará (atualmente doze bacias, pois uma unidade fora criada em 2013, após a publicação do EIA/RIMA), possibilitando a integração destas e a segurança hídrica do estado. A obra é uma iniciativa da Secretaria de Recursos Hídricos do estado do Ceará (SRH), sendo que a parte de engenharia é de responsabilidade de uma empresa terceirizada contratada, a VBA Engenharia, que também foi a instituição que realizou o estudo base do EIA/RIMA.

O eixo principal das obras inicia-se com a ligação a um dos ramais do eixo norte, por meio do Programa de Integração do rio São Francisco (PIRSF), localizado na região do Cariri, sendo composto por três trechos: o trecho 1, localizado no Cariri, integrando as bacias do Rio Salgado e do Alto Jaguaribe; o trecho 2, localizado na bacia Alto Jaguaribe e com derivação para os rios Jaguaribe e Banabuiú; e o trecho 3, localizado na Bacia do Poti (CEARÁ, 2010).

Os três ramais de derivação irão suprir a bacia do rio Banabuiú, os rios Acaraú, Curu e Choró, os perímetros irrigados Baixo Acaraú e Curu-Paraipaba, Sobral e litoral, sendo esse último ligado ao abastecimento do açude Castanhão, responsável por suprir a demanda

hídrica da Região Metropolitana de Fortaleza e o Complexo Industrial do Porto do Pecém. Já o ramal do litoral interligará os rios Acaraú e Curu com o objetivo de viabilizar o aumento de empreendimentos, com foco no turismo. O percurso desse empreendimento pode ser visto no mapa apresentado pela Figura 4, a seguir.

Figura 4 – Mapa do trajeto do Cinturão das Águas do Ceará



Fonte: Governo do Estado do Ceará (2014).

O CAC possui financiamento de duas fontes: fundo estadual e recursos federais advindos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), no qual a obra é listada como uma das obras estratégicas do governo federal. A água está estrategicamente destinada a abastecer todos os açudes de grande porte do estado, tendo como foco o abastecimento dos grandes centros urbanos, em especial a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e o Complexo Industrial do Porto do Pecém (CIPP).

No caso em questão, iremos focar no EIA/RIMA do trecho 1 da obra. Esse eixo possui direcionamento para a recarga do Açude Castanhão e perpassa a região do Cariri, englobando nove municípios, incluindo o Crato, município onde a pesquisa foi desenvolvida. As comunidades elencadas para estudo nesta pesquisa (Baixio das Palmeiras e Baixio do Muquém) ficam localizadas no distrito rural Baixio das Palmeiras, no trajeto do lote 03 da obra, que compreende às cidades de Crato e Barbalha.

No cronograma, estava previsto que, em 36 meses, o trecho 1 da obra estaria pronto, porém, já se passaram seis anos desde o início das construções e ainda não há previsão

de conclusão do referido trecho. O valor previsto de investimento é de R\$ 1.225.709.374,83 (CEARÁ, 2010). A seguir, a Figura 5 expõe o mapa referente a esse percurso.

Figura 5 – Mapa do Trecho I Jati-Cariús do CAC



Fonte: Governo do Estado do Ceará (2014).

Ao analisar os elementos trazidos pela SRH como justificativa para condução da obra no EIA/RIMA (2010), constatou-se que o discurso da seca está presente. Questões relacionadas às características do clima semiárido são apresentadas como principal mote para a necessidade de se construir obras de infraestrutura com foco em questões hídricas. Foram citados trabalhos realizados anteriormente, como a construção de açudes, adutoras e o eixão de integração Castanhão/RMF (Eixão das Águas). Foca-se que a missão da política de gerenciamento de recursos hídricos do Ceará é pautada na garantia do acesso ao recurso pela população e pelas atividades econômicas, sendo que os períodos de estiagem são colocados como relevantes geradores de problemas socioeconômicos no estado.

No EIA/RIMA (2010), é dito que a ordem prioritária de distribuição das águas e abastecimento é o abastecimento humano, agricultura irrigada, fomento aos complexos industriais, ao turismo e dessedentação animal. Porém, em um dos quadros apresentados pelo estudo, a maior demanda hídrica observada é do setor de irrigação, seguida do setor de abastecimento humano e do setor industrial.

No estudo de alternativas, fala-se que foram estudadas cinco alternativas de condução das obras, levando em consideração fatores biológicos, interferências estruturais, áreas urbanas e perímetros irrigados. Pelo ranking realizado, a alternativa 5 foi a que obteve melhor escore frente aos itens avaliados e também foi trazida pelos avaliadores como a opção com menor demanda para realocação de atingidos (CEARÁ, 2010).

Quando nos reportamos para as leituras anteriores, é visível que a escolha do trajeto e sua condução está alinhada à abordagem territorial-patrimonialista (VAINER, 2008). No processo de composição do documento, a maioria dos escores referentes a danos tem mais a ver com questões topográficas e questões relacionadas à interceptação de Áreas de Preservação Ambiental (APA) e geotopes, visto que a obra ficará próxima da APA Chapada do Araripe e do Geopark Araripe. A única menção a um dano social diz respeito à existência de uma comunidade de remanescentes de indígenas, que, segundo o documento, não serve como dado comparativo para avaliação de impacto, pois ela será atingida em todos os traçados propostos.

Quando acessamos o estudo para levantamento pré-cadastral das áreas atingidas, percebeu-se que a dimensão social do problema das desapropriações não é levada em consideração no EIA/RIMA. O foco do documento é a questão dos custos financeiros do processo de desapropriação, o que corrobora com o que é exposto por Vainer (2008), Vainer e Vieira (2005) e Silva (2016), ao exporem que, na abordagem territorial-patrimonialista de condução de GPIs, o dispêndio financeiro é o protagonista na discussão das ações compensatórias, desconsiderando os impactos sociais.

No EIA/RIMA, aborda-se sobre o levantamento acerca dos bens a serem indenizados, realizado em sete comunidades rurais e urbanas da cidade do Crato, entre elas o Baixio das Palmeiras e o Baixio do Muquém, área de abrangência desta pesquisa. Afirmou-se que houve a aplicação de 414 questionários nessas comunidades, sendo que 75,12% desses questionários são referentes a imóveis rurais, onde todos possuíam escritura da terra (Figura 6). No documento, aponta-se um número inicial de 118 imóveis rurais atingidos no Crato e 11 no perímetro urbano. Estimou-se um contingente de 677 habitantes atingidos, distribuídos em 157 famílias ao longo dos quatro lotes de atuação do trecho 1 (CEARÁ, 2010).

Figura 6 – Imóvel rural localizado na área de abrangência da obra



Fonte: acervo da autora (2019).

Quando são apresentadas as áreas de abrangência da obra, o foco é dado às possíveis áreas de impacto direto. No documento, havia a informação de que não havia escolas, postos de saúde ou igrejas na área a ser desapropriada, mas que se deve levar em consideração as infraestruturas de imediação, pois os atingidos podem ter dificuldades de chegar até essas instituições. No tópico das medidas mitigatórias, é visto que, como possível medida para evitar contratemplos, serão feitos desvios temporários de tráfego, bem como o cercamento das áreas em construção e a sinalização dos trajetos alternativos.

Sobre o tópico de estudo socioeconômico da área de influência direta do CAC do EIA/RIMA, dados apresentados ao longo desse documento são meramente descritivos e estatísticos sobre posse de terra, densidade demográfica, dados sobre alfabetização, acesso à saúde, meios de consumo de água, presença de associações e sindicatos e modos de produção econômica. Não são levados em consideração, no documento, aspectos históricos, culturais e nem a memória local. Desses dados apresentados, vale ressaltar a ênfase dada à estagnação nas taxas de crescimento populacional rural na região de abrangência da obra. Os elaboradores do estudo justificam esse dado como resultante da incapacidade da manutenção do agricultor nas áreas rurais, pobreza rural e êxodo rural. O que não é problematizado por quem elaborou esse estudo é quais os reais motivos que possam causar essa incapacidade, como a falta de acesso às políticas públicas de inclusão produtiva e de ações que trabalhem a questão da sucessão rural junto à juventude do campo. Tal fato nos remete ao texto de Silva

(2016), ao explicar que, quando se trata de comunidades de baixa renda, os processos de desapropriação são problemáticos desde a gênese. Como na maioria dos processos de composição de EIA/RIMA, não são convocados representantes da comunidade para pensar junto à intervenção, de modo a diminuir os danos ao máximo possível, a análise utiliza-se de dados demográficos generalistas para poder legitimar a ação, sem considerar a realidade da população atingida.

Após a descrição dos aspectos sociais das comunidades afetadas, chega-se a um dos dados mais polêmicos do EIA/RIMA: a pesquisa sobre as expectativas diante da construção da obra. Os dados apresentados no documento afirmam que 64,52% dos moradores já ouviram falar sobre a implantação da obra, que o nível de aceitação é de 67,74% (com observações positivas sobre a vinda da obra, como dizeres relacionados à vinda de empregos, ao aumento da oferta de água e à melhora da qualidade de vida da população), que nenhum dos entrevistados emitiu parecer contrário à implantação e que 32,26% não emitiram opinião sobre o assunto, alegando não ter detalhes sobre as obras, medo de não receber indenização e da obra ser de viés eleitoreiro (CEARÁ, 2010).

Os dados demonstrados por Nobre (2015), os relatos orais da comunidade vistos nas pesquisas de Brito (2016) e Nobre (2017) e os dados coletados nesse estudo a partir da observação participante e das perguntas incluídas no IGMA sobre o processo de desapropriação apontam uma direção contrária ao que fora ilustrado no EIA/RIMA. Nas pesquisas supracitadas, a chegada da equipe da empresa terceirizada responsável pela obra foi descrita como uma surpresa, e, quando abordavam os funcionários que faziam escavações na comunidade, não eram prestadas informações claras sobre o porquê de a equipe estar entrando em suas propriedades e fazendo perfurações nas terras.

Uma pesquisa realizada por alunos da rede municipal de ensino do Crato em 2012 constatou que 86% dos moradores do Baixo são contrários à obra, 98% afirmam que não foram consultados, 77% demonstraram surpresa ao saber da obra, 97% querem permanecer em seu lugar de vida, 93% não acreditam que a indenização será justa, 78% acreditam que a rotina da comunidade vai mudar e 50% acreditam que não adianta lutar porque a obra vai acontecer independentemente disso (NOBRE, 2015).

No mesmo tópico, aborda-se que é esperado que, apesar da adesão da população pesquisada, haja tensões sociais futuras acerca do processo de desapropriação e realocação dos moradores. Também se apresenta um dado que menciona que a maioria das pessoas abordadas na pesquisa afirma preferir ser reassentada em áreas remanescentes à comunidade do que receber as indenizações. Ao estudar a fundo o histórico de lutas da comunidade e

acompanhando o processo de indenização, percebe-se que a solução apresentada pelo poder público foi a indenização.

No RIMA, apresenta-se toda a legislação que ampara a construção, incluindo a lei de desapropriação por utilidade pública. Ressalta-se que o processo de desapropriação deve ser efetivado a partir de um decreto federal específico, ficando a cargo da SRH o processo de negociação parcial ou total dos imóveis que são abrangidos em parte ou na sua totalidade pela faixa de domínio do CAC. Recomendou-se que a SRH executasse o levantamento cadastral dos imóveis na área diretamente afetada pelo projeto.

Na análise do RIMA, o foco desse estudo é direcionado ao tópico “Impactos sobre o meio antrópico”. Afirma-se que, durante a pesquisa de campo, a notícia da construção do CAC foi difundida na região e que esse processo de difusão repercutiu de forma positiva nas comunidades, apesar do receio de não receberem indenizações e que a obra só beneficie o agronegócio. Porém, as pesquisas mencionadas anteriormente e os dados mostraram que não houve esse processo de difusão de informações sobre as obras.

Repetem-se os mesmos argumentos e porcentagens do EIA, mas, novamente, não fica claro onde a pesquisa foi realizada, quando foi feita e nem como foi o processo de integração com a comunidade, se é que houve. Fala-se que, dos entrevistados das sedes municipais, 61,54% são favoráveis à obra, contudo, pelo que foi visto na pesquisa de Brito (2016), nem a gestão superior estava totalmente ciente do que era o CAC, visto que somente apresentou informações genéricas. Em um debate sobre a situação atual do CAC e seus efeitos na comunidade, um dos moradores relatou que o gestor municipal da ocasião deu anuência ao processo de construção sem ler o documento, somente embasado no fato de o empreendimento ter ligação com a transposição.

Nesse primeiro estudo, afirmou-se que o contingente populacional atingido seria de 677 pessoas desapropriadas em 157 famílias rurais ao longo do trecho 1, além de 40 pessoas na zona urbana do Crato, algo visto como realocação de pequeno impacto. Nessa etapa, não havia um projeto de reassentamento elaborado. Como é visto na situação atual do processo nas comunidades estudadas, a SRH optou pela estratégia de indenização, ao invés do reassentamento. No RIMA, aborda-se que, seja qual for a estratégia optada, ela ocorrerá de comum acordo com a comunidade local, o que não aconteceu de fato no início do processo, como será visto mais adiante.

No plano de medidas mitigatórias e de controle ambiental da obra, apresentou-se, além das medidas específicas para a questão biótica e estrutural, a criação dos seguintes instrumentos e medidas: programa de comunicação social, plano de reassentamento da

população rural desalojada e plano de reassentamento da população urbana desalojada. Tendo em vista o contexto analisado, optou-se por abordar os dois primeiros.

Sobre o programa de comunicação social, é dito que ele tem duas frentes de trabalho: contato com a população e treinamento dos obreiros. Acerca da primeira frente de trabalho, afirma-se que o foco da atuação do programa é prestar informações sobre a obra para a comunidade, diminuir dúvidas acerca da desapropriação e do eventual processo de reassentamento, como também informações sobre os procedimentos de minimização de impactos, que serão adotados pelo empreendimento. A realização desse processo dar-se-ia a partir ações educativas que deveriam constar num plano de comunicação elaborado para essa pasta.

Entre as possíveis estratégias de comunicação, foram elencadas: distribuição de panfletos informativos sobre as interferências no tráfego viário, convocação da população para comparecimento em palestras informativas sobre as obras, elaboração de cartilhas informativas, entre outras. Mas, quando se observa a condução do CAC nas comunidades atingidas, percebe-se que nenhuma atividade de cunho educativo ou informativo foi realizada pela SRH. As reais fontes de informações da comunidade sobre todos os procedimentos deflagrados pela desapropriação foram as atividades promovidas pelos movimentos sociais de base, como será abordado mais adiante.

Sobre o plano de reassentamento da população rural desalojada, como já abordado anteriormente, apontou-se que iria ser algo planejado junto à comunidade, o que não ocorreu de fato. Em toda a possível proposta do plano de medidas mitigatórias, em nenhum momento, elementos sobre história, memória, cultura e subjetividade são mencionados, trazendo apenas aspectos relacionados à vulnerabilidade socioeconômica.

Como pode ser observado, aspectos relacionados aos impactos diretos nos vínculos comunitários, ao bem-estar físico e psicológico dos moradores atingidos, desapropriados e remanescentes ou às práticas que fortaleçam a identidade social local são totalmente desconsiderados no EIA/RIMA das obras do Cinturão das Águas. A perspectiva de impacto, olhando as medidas mitigatórias, está estritamente vinculada à perspectiva financeira e estrutural do processo. Outro ponto importante de ser mencionado é a pouca abordagem sobre os impactos que os moradores remanescentes irão sofrer, corroborando com o que afirma Vainer e Vieira (2005) sobre a invisibilidade desse público como público atingido.

Na visão de Acserald, Mello e Bezerra (2009), o EIA/RIMA não consegue captar os aspectos relacionados à injustiça ambiental e pode legitimar ações que, ao se considerar aspectos socioculturais, são inaceitáveis, atendendo mais aos interesses econômicos do

projeto do que a uma avaliação mais completa do espaço, como é apontado sobre a chamada “indústria do EIA/RIMA”. Portanto, a responsabilidade dos impactos também cabe às empresas responsáveis pela elaboração do EIA/RIMA, que, na maioria das vezes, são documentos elaborados sob uma perspectiva que se afasta do seu real propósito de levantar os impactos que podem ser causados pelo empreendimento em várias dimensões e pensar na mitigação dos danos e nas ações compensatórias para o território atingido. No caso analisado, isso ficou nítido com o que fora percebido em relação à inconsistência nos dados da pesquisa de levantamento e na não execução de duas medidas mitigatórias previstas: o plano de comunicação e o reassentamento.

É possível afirmar que o principal problema enfrentado nos últimos anos pelas políticas de equacionamento e tratamento dos impactos sociais e ambientais de projetos esteve menos na ausência de conceitos e critérios claramente estabelecidos, que na resistência das empresas e de quadros técnicos formados na concepção territorial-patrimonialista e hídrica, simplesmente indenizatória (VAINER, 2008, p. 60).

Como exposto no capítulo três, as intervenções ambientais externas ocasionam mudanças não só em nível estrutural, como também nas relações sociais desenvolvidas na localidade em questão. Moreno e Pol (1999) relatam que é preciso levar em consideração a dimensão social durante o planejamento de uma ação de impacto e também se pensar nas medidas mitigatórias relacionadas aos danos especulados. Tal modelo indica que é preciso um diagnóstico prévio para analisar impactos psicossociais, sendo estes compreendidos como as consequências do empreendimento que altera os modos de vida e de subjetivação da população atingida.

Na Espanha, professores da Universidade de Barcelona desenvolveram um instrumento para detecção de impactos sociais e que pode ser usado junto ao EIA. É o Diagnóstico de Impacto Social/Barcelona (DIS/BCN). O foco desse método é a abordagem dos elementos históricos e sociais do local afetado, “considerando as afetações no apoio sociocultural, desde sua dimensão funcional e simbólica, e a informação, aceitação ou rechaço do projeto por parte da população” (POL; MORENO; CASTRECHINI, 2010, p.14-15, tradução nossa).¹⁴

Nas ações promovidas pela gestão pública, as dimensões humana e social não podem ser desconsideradas, logo, um dos apontamentos feitos por Moreno e Pol (1999) foi a

¹⁴ “[...] considerar las afectaciones en la vertebración sociocultural (que incluye la organización social formal e informal) desde su dimensión funcional y simbólica; y la información, aceptación o rechazo del proyecto por parte de la población”.

necessidade de levar essas dimensões em conta no processo de correção dos EIAs. Outro ponto elencado pelos autores foi a necessidade de a gestão ambiental pública contemplar, durante a implementação de uma intervenção ambiental, todos os sistemas de participação social presentes no território atingido, estimulando a população a estar junto durante o processo. Para eles, a participação é contemplada no processo como “[...] instrumento de envolvimento que conduzirá a responsabilização e consciência ambiental” (MORENO; POL; 1999, p. 17, tradução nossa).¹⁵

O CAC foi aprovado em 2011 a partir de instâncias consultivas do estado, da gerência geral dos Comitês de Bacias e do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Ceará (COEMA), com participação de membros de instituições de ensino superior, técnicos e lideranças políticas. Tais iniciativas de aprovação institucional dão o tom de processo democrático, mas, como se poderá perceber ao longo desse tópico, a representação de lideranças comunitárias das comunidades atingidas, que são os reais interessados no processo, não é contemplada (BRITO, 2016). E foi justamente em 2011 que o problema começou nas comunidades atingidas. Inicialmente, a população começou a observar a circulação atípica de veículos do governo do estado sondando a comunidade, porém, os grandes catalisadores do conflito foram as invasões de propriedade, como será apresentado a seguir.

6.3 A chegada do Cinturão das Águas no distrito Baixio das Palmeiras: desdobramentos e práticas

Sobre as primeiras atividades do CAC na comunidade, tanto na pesquisa de Brito (2016) como na pesquisa de Nobre (2017), e nos dados coletados no IGMA e na observação participante, apresentou-se que os trabalhadores da empresa terceirizada responsável pela construção do Cinturão das Águas adentraram as propriedades sem o consentimento dos moradores, fazendo medições para cálculos relacionados ao perímetro da obra. Indignados com essas ações, os moradores começaram a se organizar socialmente em uma frente de resistência ao processo.

Em 2012, o processo de demarcação tornou-se mais intenso, e os moradores atingidos, interpelados pelos funcionários da terceirizada contratada pelo governo do estado, foram informados que seriam desapropriados por conta da construção do CAC. O processo de metragem das casas afetadas iniciou sem nenhum contato ou exposição prévia da proposta

¹⁵ “La participación es contemplada como instrumento de involucración que conducirá a la responsabilización y conciencia ambiental”.

para a sociedade civil, inclusive, não houve uma audiência com os moradores, como é previsto pela Lei 3.665/1941, para informar as comunidades atingidas sobre o processo (BRITO, 2016; NOBRE, 2017).

A audiência referente à implantação da obra, em 2012, foi restrita aos representantes de instituições públicas, sendo que a primeira ocorreu em Fortaleza, e a segunda, na Universidade Regional do Cariri (URCA), no Crato. Segundo um levantamento feito pela autora, houve duas audiências públicas em 2012, uma na cidade de Fortaleza, referente ao processo de licitação do CAC, outra na Universidade Regional do Cariri, no Crato, com prefeitos e liderança dos municípios inclusos no trecho 1 do CAC, em que o governo usou a justificativa de que tal audiência supria o que era pedido na legislação, para realização do licenciamento das obras (CEARÁ, 2012a 2012b). Mas, como indicado no informativo, a reunião ficou restrita a essas representações, logo, não houve um espaço de comunicação com os povos atingidos, somente com a instância gestora municipal. A partir de abril do mesmo ano, os atingidos começaram a tornar público o problema que estavam passando. Como estratégias de enfrentamento, utilizaram da divulgação do problema na imprensa local, com panfletos informativos sobre o clima de conflito instaurado na comunidade, exposição do problema em eventos promovidos na região e emissão de denúncias ao Ministério Público Federal (MPF) e à Procuradoria da República. Somente após várias denúncias e requerimentos da população, aconteceu a primeira reunião sobre a obra com os atingidos, em agosto de 2012.

No espaço em questão, foram expostas as reclamações dos moradores e, finalmente, falado pelos agentes do governo o número estimado de casas atingidas nas comunidades, que era 113, e quais os procedimentos que seriam feitos no que se refere à construção da obra. Após esse momento, houve promessas, por parte do poder público, de cumprir as solicitações realizadas pelas comunidades no que se diz respeito a tornar transparente o processo de condução da obra e acabar com as invasões às propriedades (BRITO, 2016; NOBRE, 2017). Porém, os pontos do acordo não foram cumpridos, e assim, os moradores protocolaram novas denúncias de situações de violação de direitos. A empreiteira passou a utilizar de outra forma para chegar às famílias, realizando negociações sigilosas de indenizações, com o intuito de desmobilizar a resistência. Ao serem descobertas tais ações, Brito (2016) observou que houve quebra do compromisso de transparência na atuação do Estado e isso fomentou mais ainda a indignação por parte dos populares.

Tal informação trouxe tensão ao conflito e, mesmo com a fragilização causada pelo afastamento das três famílias indenizadas, os moradores iniciaram ações mais concretas

de resistência, sendo assim criado o movimento popular “Somos todos Baixio das Palmeiras”. Como resultado da pressão popular, o número de invasões diminuiu e pensou-se em modificações estruturais no trajeto estipulado no EIA/RIMA. Também em 2012, foi lançado o Projeto Básico Ambiental da obra. Em dezembro, por conta de mais uma requisição das comunidades, foi realizada uma audiência na Promotoria de Justiça do Juizado Especial do Crato, na qual, em meio às manifestações e exposição das denúncias de violação de direitos no contexto da obra, a SRH e a VBA fizeram um pedido de desculpa pelos transtornos e comprometeram-se a agir com mais transparência e respeito à comunidade, o que não aconteceu (BRITO, 2016; NOBRE, 2017).

Em 2013, em mais uma reunião solicitada pela comunidade, a SRH apresentou a proposta de traçado da obra atualizada, onde houve a redução de 112 para 28 casas atingidas, por conta da redução no espaço do canal. Novamente, foram apresentadas as queixas dos moradores acerca de situações de coerção de agentes da terceirizada no processo de assinatura de documentos, fora os casos de ameaça do uso de força policial por parte dos funcionários para adentrar nas propriedades, caso o morador não aceitasse essa ação.

Mais uma vez, é prometido pela SRH que os transtornos não voltariam a acontecer e, para deixar tal acordo formalizado, o Ministério Público exigiu que a instituição assinasse um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). É válido ressaltar que, até então, ainda não havia sido realizada nenhuma audiência pública por parte da SRH para prestar esclarecimentos sobre as obras, e nem notificação oficial. As reuniões que ocorreram nesse período derivaram-se das denúncias dos moradores (BRITO, 2016).

Dados apresentados por Nobre (2017) apontam que, na ata da reunião na associação, mostrou-se que alguns moradores que não iriam mais ser removidos resolveram reestabelecer o diálogo com a SRH e VBA para permitir a conclusão dos estudos, e, a partir dessa situação, essas instituições aproveitaram a oportunidade para realizar negociações individuais, descartando a mediação com a associação, algo visto pelos moradores como estratégia de desmobilização da resistência. Alguns habitantes cederam às propostas de indenização e isso acirrou conflitos entre as pessoas favoráveis e as contra a obra na comunidade.

Os moradores protocolaram outra denúncia, dessa vez no MPF, objetivando tornar públicas as situações de abuso e solicitando cópia dos documentos oficiais da obra, como o projeto básico e executivo, apontando incongruências no EIA/RIMA. Um fator apontado por Brito (2016), em seu estudo, foi que, apesar de a Secretaria Municipal do Meio Ambiente da cidade do Crato ter dado aval positivo ao CAC, um dos gestores não sabia quase nada sobre o

projeto, mencionando que um dos motivadores da aprovação foi a importância da obra para o governo.

No campo dos movimentos sociais de resistência em 2013, Nobre (2017) e Brito (2016) relatam sobre o lançamento do cordel “O Baixio preocupado”, produção de um dos moradores da comunidade sobre a trajetória local frente à ameaça de desapropriação, como também um documentário com mesmo nome, produzido por um coletivo social. Além disso, foram realizados intercâmbios de experiências com os atingidos das obras do VLT em Fortaleza, assim como realização de debates em instituições de ensino superior, atividades de campo, panfletagem, passeatas e manifestações. A seguir, a Figura 7 apresenta a capa do cordel que foi distribuído como forma de informação sobre o problema à comunidade em geral.

Figura 7 – Capa do Cordel “O Baixio Preocupado”



Fonte: Oliveira (2013).

No conteúdo expresso no cordel, que fora atualizado em 2019, o autor expressa os temores com a chegada das obras, que foram planejadas por pessoas externas à comunidade, a qual, como mostrado no tópico anterior, somente ficou sabendo do processo com as primeiras visitas aos domicílios afetados:

Invadindo propriedades
Derrubando árvores e mato
Também fazendo medições
Para sair tudo exato
Não desviam construções
Causando apreensão
No povo Humilde e Pacato
Sem informar ao povo
Sobre essa decisão
Sempre aparecem de novo
Fazendo observações
Desculpas se errêi, peço
Se pra eles, isso é progresso
Pra nós é destruição (OLIVEIRA, 2019, p. 1).

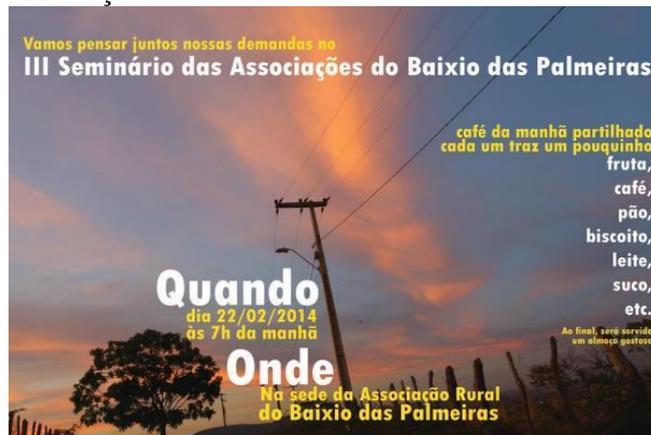
Prosseguindo a narrativa, o autor relata os impactos da obra na vida da população, o temor com o processo de chegada dos trabalhadores, da poluição e das possíveis mudanças nos modos de vida da população no pós-obra. Questões relacionadas aos impactos psicológicos e sentimentos expressos sobre a obra também estão presentes no escrito. A associação novamente convocou uma audiência na Defensoria Pública do Crato, solicitando que a VBA repassasse as atividades de campo à equipe da SRH por conta das situações de conflitos promovidas pela sua intervenção.

Foi notificada a quebra do acordo feito entre associação e SRH, pois a instituição não cumpriu o critério de transparência que havia prometido, conforme mostrou o caso das negociações sigilosas de indenizações. Depois de muitas denúncias, a SRH enviou para a comunidade o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental referentes ao CAC, contudo, não enviaram o Projeto Básico e Executivo.

Segundo Nobre (2017), uma das estratégias de mobilização mais populares surgidas nesse contexto foi a realização dos “Seminários das Associações Rurais do Distrito Baixo das Palmeiras”, que objetivavam discutir temas emergentes que diziam respeito às populações-alvo do CAC, como o fortalecimento da unidade territorial e a busca de solução dos problemas vivenciados.

O público participante dos seminários não era restrito aos moradores, tendo moradores de outras áreas atingidas e de movimentos sociais. A seguir, a Figura 8 demonstra o cartaz do primeiro seminário realizado, focado nas questões dos impactos do CAC.

Figura 8 – Cartaz informativo do III Seminário das Associações Rurais do Distrito Baixio das Palmeiras



Fonte: Associação Rural do Baixio das Palmeiras (2014).

Em abril de 2014, ocorreu mais uma audiência pública convocada pela Defensoria Pública Geral da Comarca do Crato, motivada pela denúncia de moradores. Novamente, a SRH foi chamada para explicar os descumprimentos dos termos acordados no ano anterior; foi decidido que a SRH seria a responsável pelas questões indenizatórias, não mais a VBA, e que o processo de desapropriação seria acompanhado diretamente pela Comissão de Desapropriação da SRH a partir de junho do ano corrente do evento. Houve a oficialização do Termo de Ajustamento de Condutas, no qual as entidades se comprometeram em cumprir as exigências das comunidades, trazendo respaldo legal para estas fazerem suas requisições.

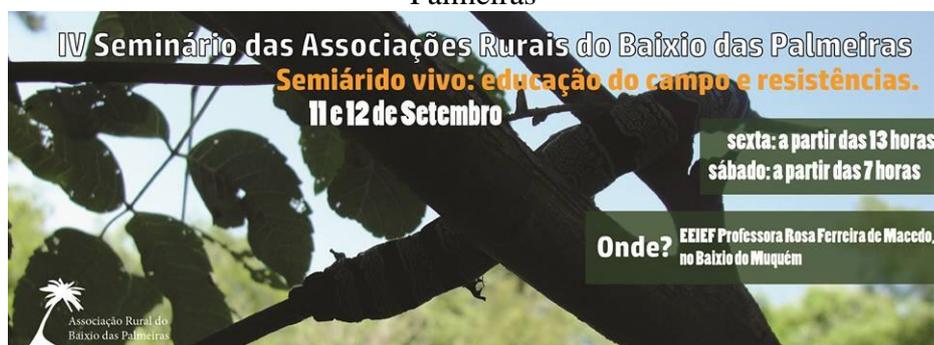
Também em 2014 foi lançado o Programa de Compensação Ambiental, do governo do Estado, programa que não fora pensado em conjunto com as famílias atingidas e as entidades ambientais locais. Sobre as demais manifestações do movimento social, elaborou-se um de panfleto informativo, pela Associação Rural dos Moradores do Baixio das Palmeiras, com críticas ao PAC, e realizou-se o III Seminário das Associações Rurais do Distrito Baixio das Palmeiras (BRITO, 2016; NOBRE, 2017).

Por conta de um acidente ocorrido com um dos moradores indenizados, levando-o a óbito quando ele foi esmagado por uma parede, que segundo Brito (2016), estava sendo demolida com o intuito de reaproveitamento de material de construção para ser utilizado na nova residência, o sentimento de rejeição à obra tornou-se mais forte. Mesmo com todas as audiências realizadas, a empreiteira seguiu com a metodologia de coerção no que se refere à desapropriação. Além de questionar a legalidade da titulação da terra dos atingidos, em alguns casos, pessoas foram ameaçadas de serem despejadas de casa sem indenização. Por conta disso, a associação interveio e um de seus membros passou a acompanhar todas as visitas da

equipe como forma de coibir as ameaças e também a ler o documento em voz alta para os moradores antes deste ser entregue a eles, explicando do que se tratava para, posteriormente, o morador decidir se iria assiná-lo ou não (BRITO, 2016; NOBRE, 2017).

Segundo Nobre (2017), em junho de 2015, realizou-se mais uma audiência pública, convocada pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Ceará, referente aos impactos sociais do CAC nas comunidades rurais do Crato. O procurador em questão destacou a necessidade de se ter ações de compensação ambiental na comunidade, assim como as reivindicações desta, sendo uma das medidas solicitadas pela comunidade a construção de um centro cultural com o objetivo da preservação do patrimônio histórico-cultural local. Em setembro do mesmo ano, os moradores realizaram o IV Seminário das Associações Rurais do Baixo das Palmeiras, tendo como tema “Semiárido Vivo: educação do campo e resistências”, como apresenta Brito (2016) e Nobre (2017). A Figura 9 apresenta o cartaz referente ao referido seminário.

Figura 9 – Cartaz informativo do IV Seminário das Associações Rurais do Distrito Baixo das Palmeiras



Fonte: Associação Rural do Baixo das Palmeiras (2015).

A partir de grupos de trabalhos presentes no evento e como resultado de diversas audiências, reuniões e seminários que traziam a pauta reivindicatória relacionada à problemática da gestão de recursos hídricos e as obras do CAC, criou-se o Fórum Popular das Águas do Cariri (FOPAC), um local onde entidades de base, moradores e movimentos sociais exercem o debate sobre a questão hídrica e a democratização do acesso à água, que deve ser feito tendo como base a sustentabilidade, a promoção de cidadania e o respeito às especificidades da cada local, promovendo o acesso democrático à água.

Nobre (2017, p. 185) define o fórum como “[...] espaço alternativo em relação à questão hídrica no estado do Ceará pautando a água como um direito fundamental contribuindo para uma gestão hídrica que seja ecológica, social e cidadã”. Uma das

prerrogativas da criação do FOPAC foi o auxílio no processo de disseminação de informações sobre os trâmites da obra para os atingidos. Nesse contexto, elaborou-se a Carta de Princípios do Fórum Popular das Águas do Cariri (*apud* NOBRE, 2017, p. 185), na qual foram definidas as atribuições do fórum, dentre elas:

[...] Fiscalizar o CAC, desde o uso de recursos, pagamentos das indenizações, danos socioambientais, e o cumprimento das compensações ambientais; elaborar eventuais denúncias direcionando-as aos órgãos competentes; promover debates, intervenções e ações nas comunidades atingidas e em outros espaços; criar canais de comunicação estimulando fóruns regionais populares no Ceará.

Além dessas ações, também ocorreu o lançamento do livro sobre a história da comunidade, por um professor de geografia, morador da localidade. O livro intitula-se “Baixio das Palmeiras: apontamentos geográficos e historiográficos”. Ademais, criou-se o grupo de mulheres “Nós Mulheres”, como um mecanismo de enfrentamento a situações de machismo ocorridas no processo de desapropriação.

Em 2016, realizou-se o primeiro seminário do FOPAC com o tema “O impacto das grandes obras e diagnóstico hídrico regional e estadual”, em que se debateram temas relacionados às políticas públicas de recursos hídricos no contexto caririense, como indica o cartaz a seguir, exposto pela Figura 10.

Figura 10 – Cartaz do Seminário das Águas



Fonte: Fórum Popular das Águas do Cariri (2016).

Nobre (2017) relata também a visita do Movimento de Atingidos por Bacias (MAB) à comunidade, recebendo o apoio deste no processo de resistência à obra. Também foi nesse ano que ocorreu a paralisação parcial das obras sob a justificativa de congelamento de recursos e por conta de processos de fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU).

NORDESTE, 2018). Porém, como consta no diário de campo de uma visita de reconhecimento realizada em 2018¹⁶, no que se refere à comunidade do Baixio das Palmeiras, as obras ainda não foram iniciadas, e os moradores estavam aguardando as negociações referentes às indenizações, sendo que o clima na comunidade era de incerteza frente a esse processo.

Como levantado durante as visitas realizadas em 2018, as atividades do FOPAC concentraram-se no processo de preparação e participação no Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA), que ocorreu em março de 2018 em Brasília. As atividades de resistência realizadas na comunidade não pararam. A preservação de patrimônios locais que não estão no traçado do CAC foi uma das principais estratégias escolhidas, emergindo dois espaços: a Casa de Quitéria e a Casa de Farinha Mestre José Gomes, ambos espaços doados por moradores da comunidade para desenvolvimento de atividades culturais e de preservação da memória local.

A Casa de Quitéria é uma residência datada do século XIX que pertencia à senhora Quitéria Nobre, uma das primeiras moradoras da comunidade sede do distrito. Quando ocorreu o falecimento dos donos da casa, ela foi doada para a comunidade, que agora faz seu processo de preservação e gestão e está transformando-a em um espaço dedicado à preservação da memória e da cultura da localidade, também sendo referenciada por moradores como local de resistência. Suas atividades iniciaram no ano de 2018 e seguem até os dias atuais. O investimento em turismo rural também é algo em voga nas discussões da comunidade, sendo que, em 2019, o lugar foi mencionado em uma matéria jornalística (DIÁRIO DO NORDESTE, 2019) como um dos lugares importantes para se conhecer a história da cidade do Crato. A Figura 12 evidencia a fachada da Casa de Quitéria.

Figura 12 – Fachada da Casa de Quitéria



Fonte: acervo da autora (2019).

¹⁶ Dado referente ao diário de campo datado de 03 de maio de 2018.

Já a Casa de Farinha Mestre José Gomes, demonstrada pela Figura 13, localiza-se no Baixio do Muquém e possui mais de sessenta anos de existência, iniciando seus trabalhos na década de 1950. O espaço foi cedido à comunidade, que, junto aos descendentes do mestre José Gomes, trabalham pela preservação do espaço. Todos os anos, os moradores realizam a tradicional farinhada. O que anteriormente era desenvolvida para fins econômicos, hoje é um movimento de preservação da memória local e resistência ao apagamento de culturas que o CAC pode ocasionar.

Figura 13 – Casa de Farinha Mestre José Gomes



Fonte: acervo da autora (2019).

Voltando à descrição das práticas de resistência realizadas no ano de 2018, em outubro, durante a realização da “II Convergência de Permacultura do Ceará e I Convergência Centro Nordestina de Permacultura” no distrito, uma das temáticas abordadas foi o processo de violação de direitos sofrido pelas comunidades. Outro evento que contou com representação do movimento social do distrito foi a Oficina da Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS), ocorrida entre novembro e dezembro em Caucaia, que tinha como tema “Águas, bem comum e direito humano no Ceará”.

Ao participar da sessão pública da UPMS realizada no Dragão do Mar, com a preleção de uma palestra do professor Boaventura de Sousa Santos, a pesquisadora entrou em contato com o representante do movimento, o qual informou que diversas comunidades atingidas por obras hídricas no estado participaram dessa oficina, sendo um momento de fortalecimento para a pauta. Além da fala do professor, que abordou desqualificação da dimensão humana derivada do modelo de desenvolvimento econômico vigente, foram

apresentados vários casos de negligência do poder público com comunidades afetadas por obras hídricas, conforme demonstram os cartazes apresentados pela Figura 14.

Figura 14 – Cartazes produzidos pelos movimentos sociais das águas na oficina da UPMS



Fonte: acervo da autora (2018).

No início de 2019, houve um requerimento do Ministério Público para realização de uma audiência pública em fevereiro acerca das medidas compensatórias ambientais do CAC na comunidade, o que ocorreu. As obras voltaram a ser paralisadas por questões de congelamento de cortes e por conta da priorização do chamado “Trecho Emergencial do CAC”, que não consta no EIA/RIMA e foi criado com o intuito de agilizar a chegada das Águas do PIRSF no açude Castanhão, a fim de reforçar o abastecimento da RMF. Em meio à indicação de cortes, ameaças de a obra fazer parte do pacote de privatizações do atual governo federal e do risco de paralização total destas, no final de agosto do corrente ano, após participar de um evento referente ao PIRSF com o Ministro de Desenvolvimento Regional, o governador Camilo Santana afirmou que, quando houver o recebimento do recurso pendente, dará prosseguimento às obras (DIÁRIO DO NORDESTE, 2019).

Em outubro de 2019, conforme fora noticiado no Diário do Nordeste e no portal G1, o governo federal repassou R\$ 16,6 milhões de reais para o CAC. Estima-se que, com esse recurso, haja reforço na finalização do eixo emergencial e dos lotes 01 e 02 do eixo 1. Sobre o eixo 03, é dito pelo secretário da pasta de recursos hídricos que a expectativa é que seja retomado a partir dos recursos que serão repassados em 2020, entretanto, a conclusão de toda a obra só está estimada para 2025. Paralelo a isso, o processo de cadastramento dos

imóveis aptos para indenização começa a ganhar força. A Associação Rural do Baixio das Palmeiras tem agido como mediadora entre o poder público e os moradores atingidos, prestando informações atualizadas sobre o processo nas reuniões e orientações sobre seus aspectos burocráticos. Durante as reuniões acompanhadas, como consta nos diários de campo, houve uma melhoria na comunicação entre o poder público e as comunidades afetadas. O que antes era lidado com tom de imposição pelo poder público agora passa a ser uma negociação mais flexível, o que foi visto pelos populares como um dos frutos da luta social empreendida até então, sendo que, de todo o lote 3, o distrito foi o único a reivindicar seus direitos.

Apesar de uma abertura para o diálogo por parte do governo do Estado, o processo de pagamento caminha a passos lentos. Outro detalhe importante é que, no modelo atual, o atingido precisa ir até o governo para fazer a negociação. Isso denota a importância do papel da associação em prover as informações necessárias sobre como se dá a composição do laudo, documentações necessárias e demais orientações. Em contrapartida, percebe-se na comunidade um clima de inércia frente ao processo, onde poucos atingidos têm participado das reuniões informativas da associação. A população não se mobiliza mais como no início do problema e isso tem preocupado as lideranças, que têm buscado dialogar com os moradores em outros espaços, como a reunião do sindicato, para esclarecer as dúvidas sobre o processo. Na última atividade acompanhada sobre essa pauta, falou-se sobre uma possibilidade de realização de reunião com um representante da SRH em abril de 2020, além do aviso de que mais de 75% dos laudos técnicos de indenização já foram produzidos, faltando apenas oito para concluir o processo. Tal fato demonstra a pressa em concluir essa etapa e iniciar a construção.

As reuniões do sindicato também abordaram a questão do CAC, requerido para que a pesquisadora mediasse uma roda de conversa sobre os efeitos do empreendimento na comunidade, o que será descrito mais adiante. Além dessa pauta, nas reuniões, são trabalhadas questões relacionadas à documentação do trabalhador rural, projetos de fomento à agricultura familiar – como o recente edital de estímulo à fruticultura do Governo do Estado –, debate sobre demandas emergentes da comunidade – como a questão das estradas – e análises de conjuntura.

No que se refere às atividades socioculturais que estão sendo desenvolvidas pelos movimentos de resistência, destacam-se as ações desenvolvidas na Casa de Quitéria e na Casa de Farinha, algumas dessas acompanhadas durante a observação participante. Em 2019, realizaram-se rodas de poesias com cordelistas da localidade, colônia de férias das crianças das comunidades, atividades acadêmicas promovidas pelo Mestrado em Desenvolvimento

Regional Sustentável da Universidade Federal do Cariri (UFCA) e o mutirão de reforma do espaço.

Um evento que é válido ressaltar foi a I Mostra de Saberes do Baixio das Palmeiras, retratada pela Figura 15, que se realizou na Casa de Quitéria a partir da parceria entre os trabalhadores da Estratégia Saúde da Família (ESF) da Unidade Básica de Saúde (UBS) do Baixio das Palmeiras e a Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva da Universidade Regional do Cariri (URCA).

Figura 15 – Apresentação do Maneiro Pau Mirim na I Mostra de Saberes do Baixio das Palmeiras



Fonte: acervo da autora (2019).

Foram feitas apresentações culturais com base em práticas comuns da região, como o grupo mirim de Maneiro Pau, dança característica da região do Cariri, e a apresentação de cordelistas mulheres locais, valorizando as pioneiras da comunidade nesse ofício. Também se realizaram discussões sobre memória, ancestralidade e bem-viver, assim como a importância da união das forças sociais para a melhoria dos serviços de saúde na zona rural.

Entre os eventos realizados na Casa de Farinha, destacam-se o Manejo Movente e a Farinhada. O primeiro foi promovido em setembro por docentes do curso de Artes Visuais da URCA. Tinha foco na popularização da cultura regional. Pela manhã, houve uma roda de conversa sobre os processos de migração que ocorreram na comunidade e, à tarde, realizou-se uma pequena trilha até o olho d'água da comunidade (Figura 16). O motivo dessa ida fora o fato de que esse é um dos espaços que será destruído por conta das obras do CAC.

Figura 16 – Olho d’água do Baixio do Muquém



Fonte: acervo da autora (2019).

Durante o trajeto até o olho d’água, os moradores constataram a relevância daquele lugar para o surgimento do Muquém. Segundo relatos dos moradores mais antigos, naquele olho d’água, os primeiros moradores do distrito encontravam abastecimento para suas casas, e foi por conta desse lugar que a comunidade cresceu, pois mais casas foram construídas nessa encosta. Também foi relatado que, nos primórdios, os índios Kariris eram vistos pelas imediações e vinham também pegar água nesse espaço.

Até aproximadamente dez anos atrás, o nível de água do espaço era considerável, mas veio declinando e, nos últimos tempos, poucos resquícios ainda existem. O local onde está o olho d’água e parte da floresta do entorno está na área interceptada pelo CAC e isso é visto de forma negativa pelos moradores, pois tal ação é contrária à perspectiva de preservação ambiental da comunidade, já que também irá apagar mais uma página da memória social do lugar.

Falou-se sobre como se deu a chegada das obras no Muquém, sobre as situações de coerção empreendidas pelos funcionários da terceirizada, o susto ocasionado pela chegada inesperada dos funcionários para demarcação dos pontos de demolição e sobre como as lutas comunitárias possibilitaram a diminuição do número de casas atingidas pelo CAC. Em seguida, aconteceu uma oficina de xilogravura, e todas as produções ficaram de serem expostas na Casa de Quitéria posteriormente. À noite, durante a partilha de beijus e milho assado, os moradores contavam histórias sobre a comunidade e já informavam a todos que, no mesmo mês, ocorreria a Farinhada, convidando os moradores do assentamento 10 de Abril, que também estavam presentes no evento, para participar do evento. No dia seguinte, ocorreu

uma trilha entre o Baixio do Muquém e o Baixio das Palmeiras, tendo a Casa de Quitéria como destino final.

No mesmo mês, realizou-se a Farinhada, conforme demonstra a Figura 17, que é uma tradição de mais 60 anos, desenvolvida pela comunidade. Durante o processo de descasque da mandioca para preparação do beiju, as moradoras e os moradores engajados no processo contavam lembranças da infância e adolescência no campo, ressaltando que a casa de farinha tem espaço na história da comunidade e das pessoas que nela habitam. Para os participantes, as práticas anuais da Farinhada são apontadas como promotoras de bem-estar e saúde.

Figura 17 – Preparação da mandioca para o beiju



Fonte: Liana Esmeraldo (2019).

Com a preocupação com a questão da sucessão rural e da permanência da população jovem no campo, a escola participa ativamente do processo de preservação da memória social, levando os alunos à casa de farinha para conhecer o processo. Os efeitos do CAC também se fizeram presentes no discurso dos participantes da prática, que relatavam a tristeza e incerteza que o empreendimento promove na comunidade.

A convite dos moradores, a pesquisadora realizou a atividade intitulada “Vozes do Baixio: diálogos intergeracionais”, demonstrada pela Figura 18. A ação, desenvolvida a partir da parceria do Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental da UFC (Locus) e o Projeto Gestão Social nas Escolas (GSE), da UFCA, visava promover um intercâmbio de histórias de vida entre moradores idosos e jovens da comunidade. Na roda de conversa realizada, as histórias da comunidade foram contadas a partir da memória de duas mulheres idosas, sendo uma moradora do Baixio do Muquém, e a outra, moradora do Baixio das Palmeiras. Os jovens

participantes do GSE fizeram várias perguntas sobre como era a vida no Baixo e compartilharam como eles vivenciam esse lugar atualmente.

Figura 18 – Roda de conversa “Vozes do Baixo”



Fonte: Projeto Gestão Social nas Escolas (2019).

Outro fato importante foi a inserção das ações de pesquisa, cultura e extensão, desenvolvidas por projetos de instituições de ensino superior da região do Cariri. Atualmente, estão sendo desenvolvidas cinco ações universitárias na comunidade: o projeto de fotografia e memória social, realizado na escola por um docente do curso de Artes Visuais da URCA; as atividades da Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva no ESF do Baixo das Palmeiras; o projeto de agricultura familiar e sustentabilidade, do curso de Agronomia da UFCA; e dois projetos aos quais a pesquisadora esteve diretamente engajada: o projeto de extensão “Gestão Social nas Escolas” e o projeto de cultura “Resistência da comunidade Baixo das Palmeira: Psicologia, Saúde e Meio Ambiente”. O primeiro é uma ação desenvolvida desde 2011 pelo Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social (LIEGS), que tem como foco trabalhar os princípios da Gestão Social, como a cooperação, autonomia e participação, no contexto escolar, como propulsor do protagonismo juvenil. Atuando pela primeira vez em um contexto rural, o projeto atende a uma demanda da escola de trabalho com educação ambiental e patrimonial, atuando junto à Comissão de Qualidade de Vida e Meio Ambiente (COMVIDA).

Nas atividades desenvolvidas, a temática do CAC apareceu em alguns discursos dos jovens, que também estão atentos ao processo. Há preocupação com a chegada da obra, e aspectos como deslocamento para escola e poluição foram mencionados. Durante as atividades desenvolvidas, questões relacionadas aos equipamentos sociais emergiram nos discursos, como a necessidade de preservação da Casa de Quitéria e da Casa de Farinha, além

da necessidade de se trabalhar a temática da educação ambiental contextualizada com as particularidades do contexto rural.

Participação social e aproximação com os movimentos sociais locais também foram contemplados nos discursos. Na produção do planejamento de intervenções dos alunos em 2020, em que eles mesmos irão conduzir, com apoio do projeto, cinco ações prioritárias para o fortalecimento do contexto estudantil e comunitário, os alunos colocaram como sugestão a realização de um mutirão com a comunidade para revitalização da escola e a aproximação das ações da Casa de Quitéria.

Já o projeto “Resistência da Comunidade Baixio das Palmeiras: Psicologia, Saúde e Meio Ambiente” tem como foco o desenvolvimento de ações de prevenção e promoção de saúde no contexto de desapropriação vivido pelos moradores, como também em ações culturais focadas na preservação da memória social local a partir do entendimento destas como um fator de promoção de saúde na comunidade. As ações ocorrem em diversos locais da comunidade, como na UBS do Baixio do Muquém, oficinas na Casa de Quitéria, atividades educativas nas reuniões do sindicato e ações na escola Rosa Ferreira de Macêdo. A pesquisadora foi convidada para facilitar algumas das atividades promovidas, tanto no grupo de educação em saúde da UBS quanto nas reuniões do sindicato.

Sobre as ações acompanhadas, realizaram-se práticas de educação em saúde com os idosos do Baixio das Palmeiras, atividades referentes ao “Setembro Amarelo” e cuidados com a saúde mental, esclarecimentos de dúvidas sobre doenças vasculares e coronarianas, atividades referentes ao “Outubro Rosa”, trabalhos sobre a saúde do trabalhador rural e prevenção de agravos no contexto do trabalho rural. Entre as ações realizadas, serão destacadas duas: a oficina “Identidade de Lugar e Promoção da Saúde na Comunidade”, realizada no grupo de educação em saúde do posto; e a roda de conversa “Cinturão das Águas e seus impactos no distrito Baixio das Palmeiras”, ocorrida durante uma reunião do sindicato de trabalhadores rurais. A primeira atividade realizou-se em setembro, às sextas-feiras, pela pesquisadora, a convite do projeto Resistência, com o grupo de educação em saúde desenvolvido na UBS do Baixio do Muquém. O grupo é composto majoritariamente por mulheres da comunidade, que são atendidas pela Estratégia Saúde da Família (ESF) local. O objetivo da atividade foi trabalhar como a relação das moradoras com sua casa e sua comunidade afeta na sua percepção de cuidado em saúde, focando na história de vida destas mulheres.

As histórias relatadas reforçam a percepção do forte vínculo da maioria dos moradores com a terra, que é tanto de prover o alimento quanto é símbolo de luta; com a casa

onde habitam e como a rede de apoio comunitário, é importante para promoção de saúde nesse contexto. Uma das histórias relatadas na oficina foi de uma moradora que, ao estar em um período de vulnerabilidade social extrema, contou com um mutirão da comunidade, que construiu uma casa para ela e auxiliou nos cuidados de sua filha. O prédio que era sua antiga casa é onde atualmente se localiza o posto de saúde.

Já a roda de conversa realizada junto ao STTR fora resultante do processo de apresentação da proposta de pesquisa para os sindicalistas. Após concluir a apresentação do que se tratava a pesquisa, os moradores disseram que o CAC era uma temática importante de ser trabalhada ali e pediram para ter uma roda de conversa sobre o tema. Tal atividade se realizou em dezembro, após o cronograma das ações de saúde do trabalhador rural.

Após o repasse de informações sobre o processo de negociação das indenizações, começou-se a ser debatido sobre como os presentes se sentiam frente a tudo que fora e que será desencadeado pelo empreendimento. Inicialmente, foi expressa a indignação de alguns moradores com a inércia de parte da comunidade devido à chegada do CAC, em que parte dos moradores não está atenta aos danos que a condução e o pós-obra podem ocasionar na comunidade e parte ainda não acredita que a obra realmente vai acontecer, apesar dos indícios que demonstram que, em 2020, se iniciarão as primeiras intervenções.

“A luta é nossa, a reivindicação é nossa, quem sabe do problema somos nós, né? Quem vai ser atingido, quem não vai ser atingido, e eu continuo dizendo que todo mundo pensa que não vai ser atingido. Aquele que tá pensando que não vai ser atingido, vai ser o mais atingido, e é porque nós que somos atingidos, que vamos perder a casa, estamos preparados, o caba pergunta o outro, e seu fulano diz ‘eu não tô nem aí, não passa na minha’, agora quando faltar energia vai chegar dizendo ‘cadê a energia’, a energia vai chegar quando quiser, porque disse que não ia ter, se passar um caminhão e destruir alguma coisa, vão perguntar ‘e aí?’. Rapaz, não tá ouvindo a gente falar isso aí (impactos) é pra todo mundo” (Relato extraído do diário de campo, 02/12/2019).

Uma das lideranças menciona os fatores psicológicos de impacto, como a insegurança perante os efeitos do pós-obra, o sofrimento causado por ver a destruição que o lugar amado sofrerá com o processo e os constrangimentos causados por todo processo de condução da desapropriação e pagamento de indenização. Outros moradores relatam sobre os casos de adoecimento físico e mental da comunidade, deflagrados pelo processo. Além desses efeitos, também são temidas questões relacionadas aos rejeitos produzidos pela obra, como a poluição, o aumento do uso de álcool e drogas, o aparecimento de casos de prostituição decorrentes da obra e a chegada dos operários da terceirizada, por medo de que eles pratiquem ações de abuso de poder na comunidade. Também nesse momento, fora partilhada a trajetória

de luta da comunidade e as conquistas obtidas, além das ações que estão sendo desenvolvidas atualmente.

A partir do panorama apresentado até então, é notório que a gênese do problema vivenciado está no planejamento da ação, realizada sem consultar ou informar a comunidade sobre o que iria acontecer, o que foi um dos fatores catalizadores do surgimento dos movimentos de resistência. Outros fatores importantes para compreender o engajamento serão apresentados no capítulo seguinte, em que será abordada a dimensão dos afetos no processo de resistência.

Relatos apresentados por Nobre (2017) e Brito (2016) em suas pesquisas também apontam que o processo de diálogo entre atingidos e funcionários responsáveis da execução do CAC fora bastante complexo. Os atingidos relatam situações em que a conversação se baseou em pressão e medo, e foram feitas negociações das indenizações, por parte da terceirizada, de forma pulverizada, para desmobilizar a resistência da população. Tais situações remetem à perspectiva da violação de direitos humanos fundamentais, como o direito à moradia, tendo em vista que, “[...] para os moradores, é inadmissível que uma obra desse tamanho seja executada sem que antes haja um diálogo entre o governo e as comunidades afetadas” (NOBRE, 2015, p. 130).

É perceptível que, durante essa trajetória de oito anos, a situação de iminente desapropriação é vivida com preocupação pelos moradores. O deslocamento compulsório é um dos efeitos sociais mais notórios do processo de implementação de grandes obras hídricas, sendo que o processo de reassentamento, que deveria existir, muitas vezes não é executado. Alguns relatos contidos na pesquisa de Nobre (2017) demonstram que populares ainda têm esperança de não passar “o rio” – forma com que se referem ao CAC – nas comunidades.

O processo de desapropriação fomentou o surgimento de movimentos sociais que visam demonstrar aos moradores seus direitos frente a esse contexto. E, como foi notado nesse tópico, os movimentos sociais são de suma importância no processo de resistência a intervenções territoriais geradoras de desapropriação. A partir das primeiras notificações sobre a obra, as comunidades atingidas estruturaram um movimento socioambiental de cunho reivindicatório em defesa da permanência na comunidade, além de trazerem questionamentos sobre a forma de condução das obras.

Nobre (2015) relatou que muitos moradores desenvolveram quadro de adoecimento físico e psicológico em decorrência da situação gerada pela chegada do CAC, sendo notificados casos de depressão, ansiedade, acidente vascular cerebral, hipertensão e infartos, especialmente na população idosa atingida. São trazidos por Nobre (2017), dados que

demonstram a insegurança que paira sobre as quatro comunidades rurais diretamente afetadas pela obra. Essas preocupações não se referem apenas a questões socioeconômicas, mas também ao medo de parte da história dos moradores ser demolida junto à obra. Outro dado relevante, apresentado por Brito (2016), é que algumas das famílias atingidas conseguiram sua posse de terra há pouco tempo, enquanto há também outras que não são proprietárias da terra onde vivem, o que torna o processo de desapropriação ainda mais perverso, pois, além de perder o seu lugar, só receberão indenizações referentes às benfeitorias do terreno, sem o valor atribuído à terra.

Em contraponto aos relatos contra a obra, alguns moradores são a favor desta e a veem como uma oportunidade de geração de empregos locais., por isso, não estão integrados à luta empreendida pelos moradores envolvidos nas associações comunitárias e no FOPAC. Um dos relatos apresentados na pesquisa de Nobre (2017) notifica que essa perspectiva de trazer trabalho é frágil, pois se trata de contratos temporários, e boa parte da mão de obra não será local, isto é, será majoritariamente advinda da capital do estado. A moradora em questão fala que o que está realmente fazendo falta são políticas de apoio ao pequeno agricultor e ao estímulo em se manter nas atividades agrícolas.

Todo panorama aqui apresentado nos fez visualizar como se deu o processo de informação da obra e a condução dos processos de desapropriação e indenização dos atingidos. Como se afirmou anteriormente, alguns moradores já foram desapropriados; outros estão aguardando o pagamento das indenizações para mudarem de domicílios. Um fato curioso é que, entre os notificados de desapropriação, apenas uma família migrou para a zona urbana; os demais resolveram ficar na mesma comunidade, procurando terrenos na própria comunidade de origem ou em comunidades circunvizinhas. Isso se deve tanto às questões laborais, visto que a maioria é agricultor, como por questões afetivas, o que será apresentado no próximo capítulo.

7 AFETIVIDADE EM CONTEXTOS DE DESAPROPRIAÇÃO: MAPEAMENTO AFETIVO DAS COMUNIDADES ATINGIDAS

Nesse capítulo, serão ilustrados os resultados da aplicação do Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA) com os moradores selecionados nas duas comunidades-alvo da pesquisa: Baixio das Palmeiras e Baixio do Muquém. Iniciaremos com a descrição das principais estimas encontradas nos mapas afetivos avaliados, suas reverberações na relação dos moradores com o território onde vivem e a situação de desapropriação.

Em seguida, trabalharemos os dois temas principais que emergiram na análise do mapas afetivos e dos diários de campo da observação participante: 1) o que é ser desapropriado e quais afetos se manifestam nesse processo; e 2) a discussão sobre saúde e adoecimento em contextos de desapropriação e como a Psicologia pode contribuir nessa discussão.

7.1 Afetividade e relação pessoa-ambiente nas comunidades Baixio das Palmeiras e Baixio do Muquém a partir do contexto de desapropriação

Para se chegar à etapa dos resultados, aplicou-se dezessete IGMAs, sendo oito moradores da comunidade Baixio do Muquém e nove moradores da comunidade Baixio das Palmeiras (Tabela 2). Dentre os moradores participantes da pesquisa, nove são diretamente afetados pelas obras e serão desapropriados. Há dois moradores que, além de afetados pelas obras, fazem parte da liderança dos movimentos sociais de resistência à elas. E seis moradores que são lideranças ativas tanto nos movimentos de resistências como nas demais ações das comunidades, sendo que alguns deles irão sofrer perda de terrenos e outros não são diretamente impactados pelo CAC.

Tabela 2 – Dados básicos - Aplicação do IGMA

(continua)

Dados básicos - Aplicação do IGMA					
Nome	Idade	Sexo	Escolaridade	Localidade	Renda média
Seu Boneco	54	M	Fundamental Incompleto	Muquém	1 salário mínimo
Estrela	55	F	Superior Incompleto	Muquém	2 salários mínimos e meio
Chefia	73	F	Médio Completo	Muquém	2 salários mínimos

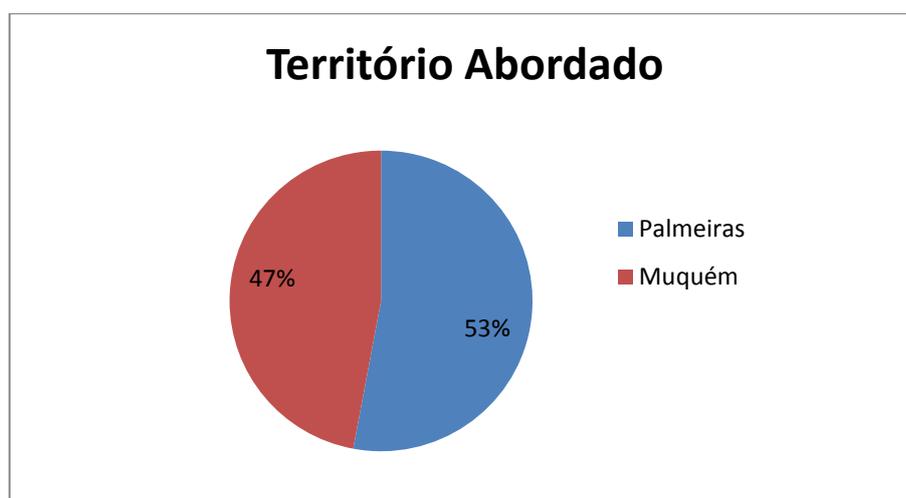
(conclusão)

Dados básicos - Aplicação do IGMA					
Nome	Idade	Sexo	Escolaridade	Localidade	Renda média
Coração	73	F	Fundamental Incompleto	Muquém	2 salários mínimos
Borboleta	46	F	Fundamental Incompleto	Muquém	1 salário mínimo
Jonas	38	M	Superior Completo	Palmeiras	4 salários mínimos
Fuí	52	M	Fundamental Incompleto	Palmeiras	1 salário mínimo
Cariri	76	M	Fundamental Incompleto	Palmeiras	2 salários mínimos
Granjeiro	59	M	Superior Completo	Muquém	10 salários mínimos e meio
Soldadinho do Araripe	43	M	Pós-Graduação	Palmeiras	3 salários mínimos
Salgado	56	M	Fundamental Completo	Palmeiras	Variável (sem salário fixo)
Patativa	61	M	Fundamental Incompleto	Muquém	1 salário mínimo
Bárbara	45	F	Fundamental Completo	Muquém	Variável (sem salário fixo)
Batateiras	50	M	Fundamental Incompleto	Palmeiras	1 salário mínimo
Violeta	41	F	Fundamental Incompleto	Palmeiras	Menos de 1 salário mínimo
Maria	37	F	Médio Completo	Palmeiras	1 salário mínimo
Cícero	30	M	Médio Completo	Palmeiras	2 salários mínimos

Fonte: elaborada pela autora.

Referente às localidades abordadas na pesquisa (GRÁFICO 1), é visto que a quantidade foi quase paritária, sendo nove moradores do Baixio das Palmeiras e oito do Baixio do Muquém. Contudo, vale ressaltar que, quando se dividiram os grupos entre atingidos e lideranças, viu-se que a maior parte dos atingidos entrevistados é do Muquém, e a maior parte das lideranças é de Palmeiras. Isso é justificado por dois motivos: a maioria das desapropriações está ocorrendo no Muquém e o principal mobilizador da resistência é a Associação Rural do Baixio das Palmeiras.

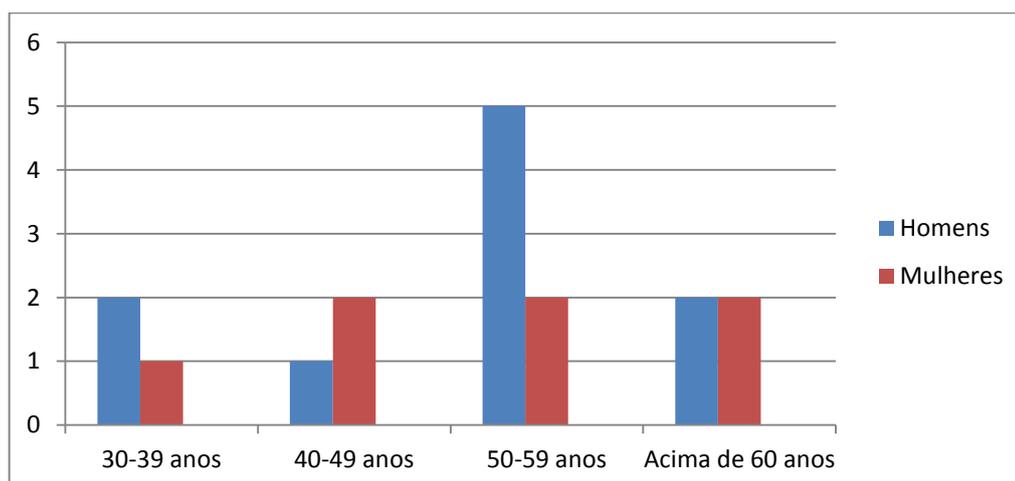
Gráfico 1 – Distribuição dos participantes por território pesquisado



Fonte: elaborado pela autora.

No que se refere às questões de sexo e faixa etária, foram entrevistados sete mulheres e dez homens, com idades entre 30 e 76 anos. É importante pontuar que, no que se refere aos entrevistados atingidos, a maioria é feminina; já no quantitativo referente às lideranças comunitárias, a maioria é masculina. As idades dos entrevistados estão concentradas principalmente na faixa entre 50 e 70 anos, como pode ser observado no Gráfico 2, a seguir.

Gráfico 2 – Distribuição etária: homens e mulheres entrevistados



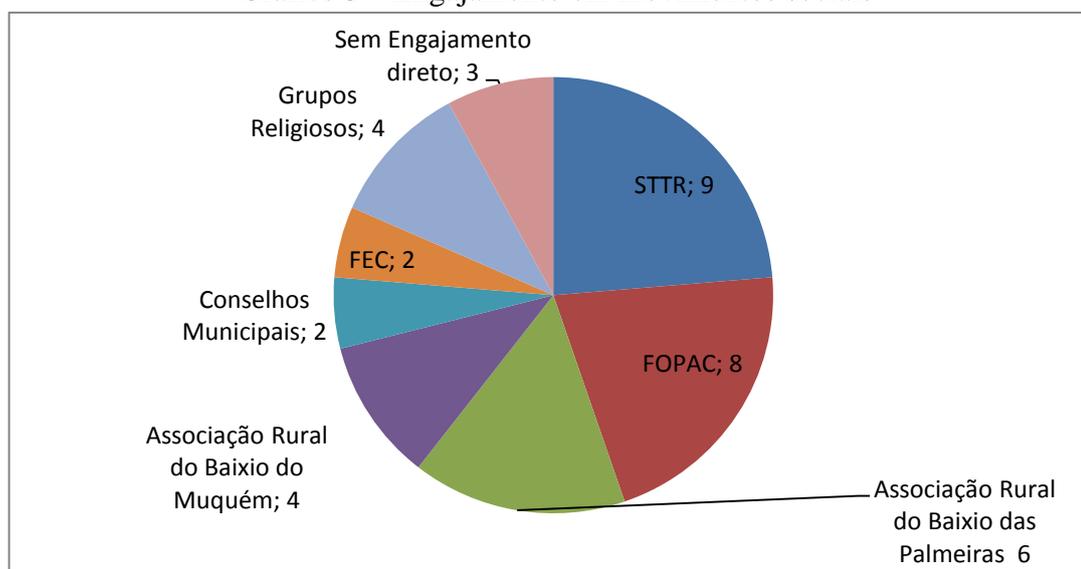
Fonte: elaborado pela autora.

No que se refere à renda dos entrevistados, a maioria possui entre um e dois salários mínimos, sendo que também houve casos de renda variável (diretamente dependente da produção agrícola) e um caso de renda abaixo de um salário mínimo. No critério

escolaridade, a maioria possui ensino fundamental incompleto, mas, entre os entrevistados, também havia pós-graduados e sujeitos com ensino superior completo, mostrando a diversidade de formação nas comunidades pesquisadas. Observa-se também a correlação renda-escolaridade quando nos reportamos à Tabela 2, exibida anteriormente, em que os sujeitos de maiores rendas são também os de maior escolaridade. Outro dado importante de ser ilustrado neste tópico é o engajamento dos entrevistados nos movimentos sociais, quer seja de resistência às obras do CAC, quer seja relacionados às comunidades ou ao sindicalismo rural. Dos dezessete entrevistados, quatorze estão diretamente engajados em grupos comunitários e apenas três não possuem vinculação com nenhum grupo.

Entre os grupos de engajamento, os mais citados foram o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Crato (STTR Crato), a Associação Rural do Baixo das Palmeiras, a Associação dos Moradores do Baixo do Muquém, o Fórum Popular das Águas do Cariri (FOPAC), a Federação de Entidades Comunitárias do Crato (FEC) e os grupos das igrejas católicas das duas localidades. Entre as lideranças, observa-se engajamento em conselhos de base, como o Conselho de Saúde e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDS). A seguir, o Gráfico 3 ilustra em que espaços há engajamento em movimentos sociais.

Gráfico 3 – Engajamento em movimentos sociais



Fonte: elaborado pela autora.

Visto o levantamento dos dados socioeconômicos, segue-se aos dados gerais de aplicação do IGMA. Como dito anteriormente, foram aplicados onze instrumentos com moradores que serão ou já foram desapropriados pelas obras do CAC, e seis com lideranças

comunitárias, conforme apresenta a Tabela 3. Na composição do instrumento, foram acopladas perguntas sobre a situação atual dos moradores frente ao CAC. No que se refere ao tipo de imagem gerada, foram produzidas onze imagens com estrutura cognitiva e seis com estrutura metafórica.

Tabela 3 – Síntese dos IGMAs (segundo a ordem de aplicação)

Nome	Localidade	Estrutura do desenho	Metáfora principal	Tempo de moradia	Índice EEL
Seu Boneco	Muquém	Cognitivo	Comunidade Casa	54 anos	48
Estrela	Muquém	Cognitivo	Comunidade quadrado	55 anos	1
Chefia	Muquém	Metafórico	Comunidade Coração 1	73 anos	23
Coração	Muquém	Cognitivo	Comunidade Lugar de Paz	37 anos	12
Borboleta	Muquém	Metafórico	Comunidade Roseira	46 anos	16
Jonas	Palmeiras	Cognitivo	Comunidade Pessoa Acolhedora	38 anos	33
Fuí	Palmeiras	Metafórico	Comunidade Família	52 anos	1
Cariri	Palmeiras	Cognitivo	Comunidade Pedaco do Céu 1	76 anos	16
Granjeiro	Muquém	Cognitivo	Comunidade Rio de Janeiro	59 anos	30
Soldadinho do Araripe	Palmeiras	Metafórico	Comunidade Árvore Frutífera	43 anos	38
Salgado	Palmeiras	Cognitivo	Comunidade Melhor do Mundo	56 anos	12
Patativa	Muquém	Metafórico	Comunidade Jardim	23 anos	32
Bárbara	Muquém	Cognitivo	Comunidade Sol	45 anos	16
Batateiras	Palmeiras	Metafórico	Comunidade Círculo	50 anos	8
Violeta	Palmeiras	Cognitivo	Comunidade Paraíso	41 anos	36
Maria	Palmeiras	Cognitivo	Comunidade Coração 2	37 anos	19
Cícero	Palmeiras	Cognitivo	Comunidade Pedaco do Céu 2	30 anos	26

Fonte: elaborada pela autora.

No que se refere às estimas detectadas, observou-se que há nove mapas de contraste, sete de pertencimento e um de agradabilidade. Em todos os instrumentos avaliados, há predominância de estima potencializadora, como pode ser observado na Tabela 4, a seguir.

Tabela 4 – Classificação quanto à estima encontrada

Classificação quanto ao tipo de estima predominante

Sujeito de pesquisa	Tipo de Estima predominante	Índice no EEL
Seu Boneco	Agradabilidade	48
Patativa	Pertencimento	32
Granjeiro	Pertencimento	30
Cícero	Pertencimento	26
Chefia	Pertencimento	23
Borboleta	Pertencimento	16
Bárbara	Pertencimento	16
Coração	Pertencimento	12
Soldadinho do Araripe	Contraste potencializador	38
Violeta	Contraste potencializador	36
Jonas	Contraste Potencializador	33
Maria	Contraste potencializador	19
Cariri	Contraste potencializador	16
Salgado	Contraste potencializador	12
Batateiras	Contraste potencializador	8
Fui	Contraste Potencializador	1
Estrela	Contraste Potencializador	1

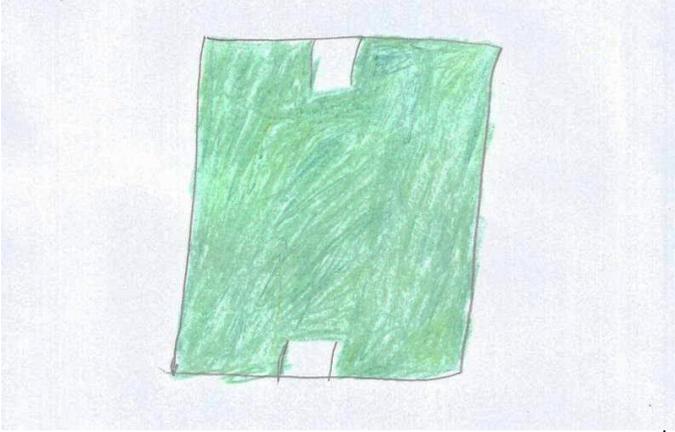
Fonte: elaborado pela autora.

Nos próximos tópicos, apresentar-se-ão os resultados por estimas encontradas e seus desdobramentos. Ilustrar-se-ão alguns exemplos obtidos dos IGMA aplicados e discutir-se-ão os temas mais abrangentes no material analisado.

7.1.1 Agradabilidade

Segundo Bomfim (2010), a agradabilidade é uma estima de lugar referente às formas de vinculação positiva do sujeito com o ambiente onde vive, sendo esse ambiente promotor de bem-estar e satisfação. Mapas característicos de agradabilidade costumam conter sentimentos voltados à descrição positiva dos ambientes de circulação. Reporta-se a sentimentos de bem-estar e afetos potencializadores, como a felicidade. Durante as aplicações, encontrou-se um mapa afetivo relacionado à estima de agradabilidade, conforme expõe a Figura 19.

Figura 19 – Mapa Afetivo de Seu Boneco

Nome: Seu Boneco Sexo: M Idade: 54 anos Comunidade: Baixio do Muquém Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto Tempo de residência: 54 anos			
<i>“Mostrar que tem muito movimento na comunidade, local turístico, por isso o campo. Lazer do final de semana.”</i>	<i>“A comunidade é tudo pra mim, é tudo pra mim.”</i>	<i>“Feliz, satisfação, me sinto em casa, bem, amizade, conhecimento (no sentido de conhecer o lugar), atração.”</i>	<i>“Como uma coisa sem fim. É minha casa.”</i>
		A comunidade casa é aquela em que a sua agradabilidade é percebida pela sensação de bem estar, familiaridade e atração, a partir das atividades de lazer que a comunidade proporciona, trazendo satisfação, amizade e conhecimento.	
Estrutura: Cognitivo			
Escala Estima de Lugar (EDL): 48		Imagem: Agradabilidade	

Fonte: elaborado pela autora.

Visto os sentimentos relatados por Seu Boneco, bem como a metáfora realizada e as qualidades atribuídas, é possível observar a predominância da agradabilidade em seu discurso. Também está afinado com a perspectiva do lugar como algo atrativo ao sujeito, inclusive, nesse caso, a palavra “atração” foi mencionada como um dos sentimentos do sujeito com relação ao desenho e à comunidade que vive. Na qualidade, ele afirma que a comunidade é “tudo para ele”, denotando que, para além da casa, a comunidade é um espaço de acolhida e parte de sua história de vida.

O morador reside desde a infância na mesma localidade e em um espaço próximo aos seus familiares, sendo que tais fatores são importantes para compreender o apego ao lugar, pois, como observa Alencar (2010), a estima agradabilidade está diretamente relacionada ao apego ao lugar. Esse mesmo apego pode reforçar a forma com que o sujeito lida com o fenômeno da desapropriação, sendo que, apesar de participar das ações do Fórum Popular das Águas do Cariri durante sua criação e mobilização e estar ciente de que irá ser desapropriado (inclusive, recebeu notificação da SRH sobre isso), o morador não se sente diretamente afetado. Essa percepção se dá tanto por não ter saído de fato de sua casa quanto por não ter visto nenhum movimento de construção até então: *“Não tá afetando muito porque eu não vi ainda, moça”* (SEU BONECO, 2019). Isso corrobora com o que foi apontado por Nobre (2017) em sua pesquisa e por alguns apontamentos feitos durante as observações participantes que ocorreram durante a pesquisa. Em uma reunião do sindicato onde se abordou a questão dos efeitos do CAC nas comunidades afetadas, uma das moradoras relatou que a maioria das pessoas que não serão desapropriadas só irá notar a gravidade do problema quando os maquinários chegarem até a comunidade. O mesmo discurso aparece em uma reunião realizada em dezembro de 2019, em que as lideranças apontaram que a comunidade se encontra inerte ao avançar das obras, muitas vezes por não acreditar que elas realmente serão executadas.

No caso em questão, não ter sido desapropriado ainda, apesar da notificação, e não ver provas concretas do processo de remoção em curso faz com que Seu Boneco tenha uma esperança mínima de as obras não serem concretizadas e de sua casa ficar ilesa. Esse é um mecanismo para lidar com a insegurança vivida nesse contexto, que também apareceu em outro mapa afetivo aplicado, de Cícero. A seguir, apresentar-se-ão dados a respeito do aparecimento da estima pertencimento nos mapas analisados.

7.1.2 Pertencimento

Bomfim (2010) descreve o pertencimento como uma estima que denota sentimentos e emoções referentes ao processo de identificação com o lugar. O pertencimento também está vinculado à compreensão do processo de apropriação do espaço, em que, ao se reconhecer nesse lugar, o sujeito apropria-se dele como espaço de produção de subjetividade. Nessa pesquisa, foram encontrados sete mapas afetivos com predominância dessa estima. Adiante, serão apresentados exemplos de como essa estima se manifesta nas duas comunidades, iniciando com o mapa afetivo da moradora Borboleta, exposto pela Figura 20.

Figura 20 – Mapa Afetivo de Borboleta

Nome: Borboleta		Sexo: F		Idade: 46 anos		Comunidade: Baixio do Muquém	
Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto				Tempo de residência: 46 anos			
<p>“Amor, alegria, felicidade, eu me sinto feliz, eu gosto muito de flor, esse desenho significa amor, guarda coisa boa no coração, acima de tudo negativo que a gente passa.”</p>		<p>“Eu acho muito boa, eu me sinto bem, quando eu vou para um lugar longe e volto pra casa eu acho bom, sinto saudades quanto saio daqui.”</p>		<p>“Alegria, felicidade, é como quando estou aguando minhas plantas, sinto paz e prazer em cuidar, que nem minhas roseiras. Alegria, amor, paz, se sente bem, prazer, felicidade.”</p>		<p>“Como roseiras. Porque eu me sinto feliz aqui, me sinto bem, me identifico com o lugar. Eu sinto muito amor pelas roseiras e pelas coisas da natureza; uma vez quebraram um galho da minha roseira e até chorei.”</p>	
				<p>A comunidade roseira é aquela em que seu pertencimento é perceptível pela sensação de amor, alegria, de identidade com o lugar e com a natureza, o que se sobrepõe às coisas negativas que a moradora passa.</p>			
Estrutura: Metafórico							
Escala Estima de Lugar (EDL): 16				Imagem: Pertencimento			

Fonte: elaborado pela autora.

Conheci Borboleta durante a condução do grupo de Educação em Saúde promovido pelo projeto “Resistência na comunidade Baixio das Palmeiras: Psicologia, Saúde e Meio Ambiente” e coordenado pela professora Liana Esmeraldo, da Universidade Federal do Cariri. Comecei a atuar no grupo em setembro, a convite da professora, e, ao falar sobre a minha pesquisa, Borboleta pediu a palavra e afirmou ser uma das afetadas. Como se repete em

vários espaços por onde passei e fiz observação participante, as pessoas que estão sendo desapropriadas ou estão perdendo propriedades se veem como afetadas porque, para a compreensão dos moradores abordados e dos movimentos sociais de resistência, todos são direta e indiretamente atingidos pela obra, tanto no processo de construção como no pós-obra.

Assim como a maioria dos moradores abordados, Borboleta é natural da comunidade e viveu nela durante toda sua vida. É agricultora e tem um vínculo muito forte com sua terra e com a natureza, o que pode ser observado na constituição do desenho e da metáfora do seu mapa afetivo, quando se reportou à imagem de sua roseira para representar a comunidade. A questão da natureza também aparece em outros mapas afetivos, como o de Patativa, Soldadinho do Araripe e Jonas. Como Borboleta afirma, a metáfora da roseira está diretamente relacionada à dimensão do apego e da sua identificação com o lugar: *“Porque eu me sinto feliz aqui, me sinto bem, me identifico com o lugar”*. (BORBOLETA).

Um dos fragmentos da metáfora possui relação direta com o momento atual, quando ela menciona o quão fica triste quando vê a roseira danificada, e isso se confirma quando abordamos o CAC na entrevista: *“[...] uma vez quebraram um galho da minha roseira e até chorei”* (BORBOLETA). Quando perguntada sobre como se sentiu quando soube que seria desapropriada, ela afirmou que isso afetou sua rotina diária, tirou seu sono e a deixou muito triste e angustiada, pois *“terei que fazer outra casa, a possibilidade de sair da comunidade dava muita angústia, eu iria adoecer se eu tivesse que mudar do Muquém”* (BORBOLETA). Ou seja, ver sua “roseira”, que a acompanha desde o nascimento e onde vivera momentos importantes para sua vida, onde desenvolveu laços de amizade importantes, compartilha histórias relevantes e é também espaço do seu casamento e nascimento do seu filho, foi um fator promotor de sofrimento psíquico para ela. A mesma questão apareceu em vários mapas afetivos de moradores desapropriados, como os exemplos de Bárbara, Violeta, Maria e Batateiras. Isso só foi amenizado quando Borboleta conseguiu um terreno para construir sua nova casa na mesma comunidade. Mas, mesmo assim, a iminente chegada da obra a deixa preocupada.

O fator identidade é expresso na metáfora, quando Borboleta afirma que se identifica com o lugar que mora, assim como, quando na observação participante, ela fala da importância dos espaços de trabalho e convivência, como o ESF e a Casa de Farinha, para sua história de vida e para a forma como vê o Baixio do Muquém. Ao falar sobre sua relação com o lugar, o apego aparece no respondente “qualidade”, quando a agricultora afirma que *“[...] quando eu vou para um lugar longe e volto pra casa eu acho bom, sinto saudades quanto saio*

daqui” (BORBOLETA), assim também quando ela relata o quão abatida ficou ao saber que, com o processo de desapropriação, havia a possibilidade de ter que sair da comunidade.

No seu caso em questão, já houve a desapropriação, após notificação realizada pela terceirizada condutora da obra, mas ela ainda aguarda o pagamento da indenização. Atualmente, isso acontece com muitos moradores. Nas reuniões que acompanhei na Associação Rural do Baixio das Palmeiras, as lideranças falaram sobre a morosidade do processo de pagamento, apesar de, atualmente, a SRH mostrar-se mais aberta a negociações, com a intenção de acelerar o processo haja vista a necessidade de concluir as construções referentes ao lote 03 do eixo 1.

Atualmente, para Borboleta, a aproximação com os movimentos sociais, como as reuniões promovidas na associação do Baixio do Muquém e as reuniões do STTR, nas quais ela se faz presente, foram importantes para compreender a ameaça sofrida, de perder um lugar significativo para ela. Outro aspecto mencionado por ela durante a aplicação da escala Likert foi a importância das atividades de Educação em Saúde desenvolvidas pelo projeto na UBS do Muquém, pois, quando respondeu ao item “As coisas que acontecem nele são importantes para mim” (na comunidade), ela relatou que “[...] *esse grupo aqui do posto é uma das coisas mais importantes pra mim atualmente, ele me faz se sentir bem*” (BORBOLETA), o que leva à necessidade do reforço às atividades de educação em saúde no contexto comunitário e nas políticas públicas de saúde coletiva, o que será debatido mais adiante.

Isso também foi percebido ao longo das conduções de atividades no grupo, em especial na oficina “Identidade de Lugar e Promoção de Saúde na Comunidade”, proposta por mim e executada em parceria com o projeto da professora Liana, e também na atividade intitulada “Memórias da comunidade: Farinhada e histórias de vida”, construída em conjunto com o projeto e desenvolvida durante a comemoração da Farinhada, em 2019, quando saímos da UBS e realizamos a atividade, junto aos participantes, de preparação da mandioca para fazer a “goma” e a farinha para os “beijus”. Percebeu-se que, ao mesmo tempo em que esses lugares marcaram suas vidas, a representação de cada lugar era construída por elas, ou seja, a partir do momento em que tornaram aquele espaço como algo delas (apropriação), sentiram que pertenciam àquele lugar (pertencimento) e sentiam-se ligadas afetivamente a ele (apego).

A partir dos relatos, percebeu-se que a prática anual da Farinhada e o próprio espaço da Casa de Farinha são promotores de saúde para os que o frequentam, além de espaço de fortalecimento de vínculos comunitários. Tive o prazer de conhecer o dono da casa, que, aos 98 anos de idade, ainda guarda com carinho as lembranças das primeiras farinhadas e de

como conseguiu sua terra, lembranças de seu casamento e da criação de seus filhos, além da preocupação com eles, que poderão ser atingidos pelo CAC.

Já o caso de Coração (Figura 21) foi um dos mais emblemáticos da comunidade, associado ao fortalecimento das pautas reivindicatórias do movimento de resistência às obras. Ao chegar na casa de Coração, antes de iniciar a aplicação do IGMA, a idosa começou a contar como se deu o processo de falecimento do seu marido, que está relacionado com o processo de desapropriação passado por ela. Assim como os demais relatos colhidos, ela só ficou sabendo da obra quando sua casa já havia sido demarcada: *“Fizeram as demarcações da casa. Só chegaram e marcaram no início, eu fui para lá saber o que era. Eles responderam que o “rio” vai demorar a passar”* (CORAÇÃO). Tempos depois, ela foi abordada por funcionários da SRH/VBA para fazer o processo de indenização.

Figura 21 – Mapa Afetivo de Coração

Nome: Coração Sexo: F Idade: 73 anos Comunidade: Baixio do Muquém Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto Tempo de residência: 37 anos			
<p>“A igreja porque eu gosto, por ter afinidade, eu gosto de rezar, da confissão e representa bem a comunidade.”</p>	<p>“Acho bom, acho tranquilo. Gosto, mas se eu não gostar daqui, aonde eu vou gostar? Aqui tá bom, só que eu queria que meu esposo tivesse aqui. Mas tem que ver, só que Deus levou ele, pedir por saúde e paz pra ficar bem.”</p>	<p>“Sinto força para seguir meu caminho. Força, paz, felicidade, saúde, feliz, tranquilidade.”</p>	<p>“Lugar de paz, lugar de abrigo, de amigo, tem muitos habitantes. Para onde a gente olha encontra a paz.”</p>
		<p>A comunidade lugar de paz é aquela que em seu pertencimento remete uma sensação de tranquilidade, força e abrigo, que faz com que a moradora consiga se fortalecer perante o luto vivenciado pela perda do esposo.</p>	
Estrutura: Cognitivo		Imagem: Pertencimento	
Escala Estima de Lugar (EDL): 12			

Fonte: elaborado pela autora.

Como demonstrado por Nobre (2017) e Brito (2016), no início do processo de resistência, agentes responsáveis pelas obras começaram a abordar moradores com o intuito de ofertar indenizações, sem respeitar o que foi tratado nas reuniões e audiências requeridas pelos movimentos sociais. É visto por Acserald, Mello e Bezerra (2009) que tal ato pode ser considerado como uma estratégia de desmobilização, visto que podem eclodir conflitos entre os moradores, o que aconteceu em alguns casos na comunidade.

Vista a iminente mudança, o marido de Coração resolveu aproveitar os materiais de construção da antiga casa para utilizar na nova construção e começou a desconstruir a casa e a estocar os materiais para reaproveitamento. Nesse processo, ocorreu uma fatalidade: uma das paredes esmagou o marido da entrevistada, causando-lhe traumatismo craniano e múltiplas fraturas. Como relatou, ela só ficou sabendo do acidente porque um vizinho constatou o problema e foi avisá-la. Coração também relatou que a comunidade foi muito prestativa e todos se organizaram para socorrer o seu marido: “[...] *eles ajudaram a conseguir o carro para levar meu marido para o hospital da cidade, foram muito bons*” (CORAÇÃO). Mencionou também o problema das estradas da localidade no deslocamento do marido para o hospital no Crato. A questão das dificuldades de locomoção ocasionadas pelas estradas é recorrente em outros mapas afetivos. Para ela, o verdadeiro culpado da morte do marido foi o descaso sofrido no atendimento no hospital local, e, durante seu discurso, relatou situações de negligências passadas pelo marido durante o curto período de internação, como demora na provisão de socorro, demora em conseguir um leito, entre outros problemas. Em menos de um dia, seu marido chegou a óbito, e isso a impactou fortemente, tanto que relata que o fato a deixou “*como um pássaro que ficou voando e ficou ‘arriado’, sem forças para voar*” (CORAÇÃO).

Apesar de ser notória a relação do acidente com o processo de desapropriação, como já fora apontado em outros estudos (BRITO, 2016; NOBRE, 2017), Coração não culpabiliza o CAC ou o processo de desapropriação por sua perda, pois vê o ocorrido como uma fatalidade inesperada, não como uma consequência da desapropriação. Após contar sua história de vida, começamos a aplicação do IGMA, em que ela se reportou ao desenho da igreja como representação da comunidade. Isso está relacionado tanto ao seu engajamento com o grupo de oração da igreja quanto com o fato de que esse local é um dos principais espaços de convivência existentes na comunidade, além do campo de futebol e do Clube do Paulo, restaurante local. Em outros mapas afetivos, a visão da igreja como um lugar agregador para a construção de vínculos sociais e como espaço de acolhida perante situações de angústia e sofrimento também é aparente, como os mapas de Chefia e Bárbara.

Ao nos reportarmos para os sentimentos expressos, há predominância de afetos potencializadores. Um dos sentimentos que mais me chamou à atenção mostra-se na expressão *“Sinto força para seguir meu caminho”* (CORAÇÃO), que denota que, apesar do ocorrido e das dificuldades iniciais de adaptação ao novo lar, por conta do sentimento de solidão, a comunidade em si é um ambiente restaurador, em que ela consegue obter o apoio social necessário para se reerguer e recomeçar sua vida. Isso demonstra a força dos vínculos estabelecidos com os moradores e com o próprio espaço comunitário.

A metáfora principal *“Lugar de paz”* denota como o ambiente pode ser promotor de saúde para Coração, frente ao sofrimento psíquico causado por sua perda. O fato de ela decidir ficar na mesma comunidade, mesmo com toda essa trajetória, pode estar relacionado justamente com a função da comunidade a que pertence como ambiente restaurador e promotor de saúde mental para ela, como também tem a ver com o vínculo com grupos comunitários e religiosos. Foi nessa comunidade que ela encontrou apoio para passar pelo momento mais difícil de sua vida, e isso ela repetiu ao responder a escala Likert, quando chegou a responder o item *“Tenho prazer”*, no qual afirmou que o lugar era prazeroso para ela e *“só não é melhor porque tô só”* (CORAÇÃO).

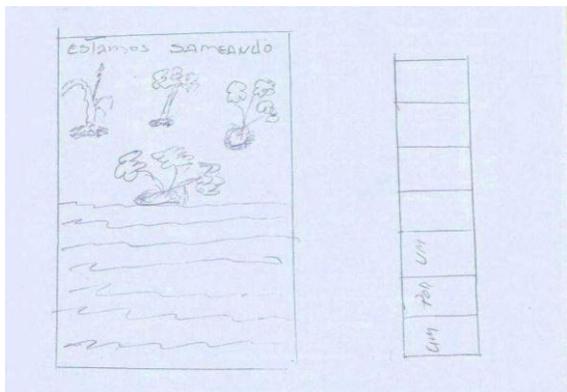
Quando nos reportamos às lideranças, vemos que a dimensão pertencimento está diretamente relacionada ao engajamento nos movimentos sociais de resistência à obra, o que corrobora com o que é dito por Bomfim (2010) sobre a relação entre pertencimento e participação social. A autora percebeu que sujeitos com estima de pertencimento preponderante no mapa possuem uma maior implicação com o lugar onde vivem. Logo, quando esse lugar está passível de ameaça, o sujeito possui maior engajamento nas lutas sociais em defesa deste. Isso também é visto na pesquisa de Cabral (2015) sobre o processo de participação social e resistência dos moradores da Prainha do Canto Verde.

Patativa é uma liderança ativa da comunidade Baixio do Muquém. Assim como os demais entrevistados, ele tem um histórico de engajamento em movimentos sociais e em instâncias de controle social. O entrevistado faz parte de cinco entidades locais, incluindo a Associação Rural do Baixio do Muquém. Também é membro de dois conselhos municipais: o de Saúde e o de Desenvolvimento Sustentável.

É visível que a questão da proteção do território no mapa afetivo de Patativa está coesa à estima de Pertencimento. A relação homem-terra-natureza, constante na topofilia do agricultor, como menciona Tuan (1980), aparece tanto no significado atribuído no desenho como nas demais categorias do mapa, conforme demonstra a Figura 22. Essa característica

também aparece em outros mapas afetivos de lideranças, como os de Soldadinho do Araripe, Jonas, Grangeiro e Cariri.

Figura 22 – Mapa Afetivo de Patativa

<p>Nome: Patativa Sexo: M Idade: 61 anos Comunidade: Baixio do Muquém Escolaridade: Ensino Fundamental incompleto Tempo de residência: 23 anos</p>			
<p>“Estamos semeando uma semente e tenho certeza que iremos colher bons frutos. E a escada é porque não podemos atropelar o dia-a-dia, temos que começar de baixo, subir aos poucos, degrau por degrau.”</p>	<p>“Sem palavras, nosso Baixio é tudo para quem convive no dia-a-dia, respeito pelas pessoas, o fato de vocês da universidade estarem aqui já é um fruto importante que estamos colhendo, só sabe quem tá aqui.”</p>	<p>“Um dos sentimentos é que cada um de nós deveria pensar que o que é plantado é que se colhe, precisamos estar próximos, a união faz a força. Sinto a prosperidade, por mais dificuldade que a gente tenha, quando a gente planta, colhe. União, perseverança, amor, paz, fraternidade, coerência.”</p>	<p>“Comparo com um jardim de flor, uma nascente de água cristalina, um jardim de bons fluídos, uma planta brotando flores e frutos, porque eu sinto isso, por mais que a gente tenha dificuldade em agregar as pessoas, por mais que a gente saiba que pode mudar nossa realidade, sinto necessidade de integrar, as pessoas parecem estar relutantes por uma tristeza, sei lá. Dificuldades no trabalho comunitário, má intepretações sobre o trabalho de um líder comunitário.”</p>
 <p>The image shows a hand-drawn map on a piece of paper. On the left, there's a rectangular area with the title 'Estamos Semeando' at the top. Inside, there are several simple drawings of plants with leaves and stems. To the right of this area is a vertical ladder-like structure with five rungs. The rungs are labeled from top to bottom: 'União', 'Amor', 'Paz', 'Fraternidade', and 'Coerência'.</p>		<p>A comunidade jardim é aquela na qual o pertencimento remete à percepção da relação entre o agricultor e seu plantio, em que a união, o amor, a fraternidade fazem com que se gere bons frutos no tempo certo.</p>	
<p>Estrutura: Metafórico</p>		<p>Imagem: Pertencimento</p>	
<p>Escala Estima de Lugar (EDL): 32</p>			

Fonte: elaborado pela autora.

A perspectiva do trabalho comunitário e do envolvimento dos movimentos sociais em ações em defesa do território aparece na primeira parte do desenho: “Estamos semeando

uma semente e tenho certeza que iremos colher bons frutos” (PATATIVA). Ou seja, o trabalho que está sendo desenvolvido na comunidade seria o que dissemina as sementes, e os frutos seriam os resultados derivados dessa mobilização. A questão temporal é presente no significado do desenho da escada, em que “não podemos atropelar o dia-a-dia, temos que começar de baixo, subir aos poucos, degrau por degrau” (PATATIVA). Portanto, no processo de mobilização, é preciso dar tempo ao tempo e trabalhar por etapas, pois não é possível obter a resolução dos problemas comunitários de forma imediata.

Pela perspectiva dos frutos produzidos nesse grande jardim que é o Muquém, como ilustra sua metáfora, o desenvolvimento de ações de pesquisa e extensão na comunidade já é visualizado como um fruto. Patativa enxerga as ações que estão sendo desenvolvidas atualmente como apoios importantes para o fortalecimento da comunidade: “[...] o fato de vocês da universidade estarem aqui já é um fruto importante que estamos colhendo, só sabe quem tá aqui” (PATATIVA). Na categoria sentimentos, a perspectiva da união é enfatizada, pois “[...] um dos sentimentos é que cada um de nós deveria pensar que o que é plantado é que se colhe, precisamos estar próximos, a união faz a força” (PATATIVA). O morador dá ênfase à necessidade de a comunidade se unir para além da solidariedade vizinho-vizinho, como também ser mais atuante nos movimentos sociais empreendidos nela. Outros sentimentos como a perseverança, a fraternidade e o amor também são mencionados quando se refere à comunidade jardim.

Na metáfora, vemos uma dimensão importante: a necessidade de agregar mais pessoas na dinâmica dos movimentos comunitários e a dificuldade de ser uma liderança comunitária, o que é um processo desafiador, levando em consideração a pressão social exercida por tal instância.

“Comparo com um jardim de flor, uma nascente de água cristalina, um jardim de bons fluídos, uma planta brotando flores e frutos, porque eu sinto isso, por mais que a gente tenha dificuldade em agregar as pessoas, por mais que a gente saiba que pode mudar nossa realidade, sinto necessidade de integrar, as pessoas parecem estar relutantes por uma tristeza, sei lá. Dificuldades no trabalho comunitário, má interpretação sobre o trabalho de um líder comunitário” (PATATIVA).

Ao fragmentar essa metáfora, pode-se verificar a emergência em envolver mais pessoas nas lutas sociais em defesa da comunidade, assim como o desapontamento com a baixa adesão ativa de moradores em atividades políticas. Tal perspectiva se repete nas respostas às perguntas adicionadas ao IGMA sobre a obra em mapas de outras lideranças, como também em várias atividades acompanhadas na observação participante. Em seguida, ao

abordar a má interpretação do trabalho de uma liderança comunitária, por parte de alguns moradores, é compreensível o temor em ser visto como o que “quer estar à frente”, o opinador ou até mesmo as confusões que podem surgir sobre as motivações de seu trabalho como liderança. Tais perspectivas podem ser promotoras de sofrimento na vida de uma liderança ativa, como o que foi visto nos mapas afetivos de Fuí e Jonas.

Patativa foi um dos moradores do distrito que teve que migrar na década de 1970 para São Paulo, buscando emprego, movimento de larga migração de nordestinos ao sudeste, que ocorreu em grande proporção durante o período da seca de 1970. Porém, na década de 1990, retornou ao seu lugar de origem e decidiu não sair mais. Assim como Soldadinho do Araripe e Salgado, Patativa não irá perder imóvel, mas, mesmo assim, está envolvido na resistência desde sua gênese.

Outro fato que preocupa bastante Patativa, assim como aparece no mapa afetivo de Jonas e Soldadinho do Araripe, são as alterações no ambiente natural de sua comunidade. Antes mesmo da entrevista, participei de atividades comunitárias junto a Patativa e, em uma delas, ele nos falou sobre o aterramento do olho d’água do Muquém, que foi a primeira fonte de abastecimento da comunidade e motivo principal do aldeamento que formara o que hoje se tornou a comunidade do Muquém: *“Minha preocupação agora é com a natureza: a nascente vai ser aterrada, precisamos nos movimentar sobre isso.”* (PATATIVA).

O aterramento deve-se ao fato de a nascente estar no meio do trajeto do CAC. Aqui, veem-se duas preocupações: apagamento de um patrimônio natural importante para a história da comunidade e os danos ambientais físicos causados pela obra. Logo, é visto que a dimensão do pertencimento está diretamente atrelada à defesa dos pontos de referência da comunidade, principalmente quando esses estão diretamente relacionados com sua história. No tópico a seguir, apresentar-se-á uma síntese dos resultados encontrados nos mapas afetivos com a estima contraste.

7.1.3 Contrastes

Segundo Bomfim (2010), a estima de lugar de contrastes diz respeito aos sentimentos e às sensações ambíguas expressas pelos sujeitos no que se refere ao lugar. Essa categoria pode ser subdividida, a partir da compreensão da potência de ação, em contrastes potencializadores e despotencializadores. A primeira modalidade refere-se a situações em que os afetos potencializadores presentes no contraste auxiliam o sujeito no processo de enfrentamento de problemas vivenciados no contexto local. Já os contrastes

despotencializadores ocorrem quando os afetos despotencializadores se sobrepõem aos potencializadores, o que pode fomentar situações de fatalismo (BOMFIM *et al.*, 2014). Foram encontrados nove mapas afetivos referentes a essas estimas, sendo que todos se caracterizam como contrastes potencializadores, como poderá ser visualizado nos exemplos expressos a seguir.

Vivendo em um estado de alta vulnerabilidade socioeconômica, Violeta (Figura 23) mostrou-se deveras preocupada com o fato de perder sua moradia. Na representação do desenho, deu ênfase à casa e como esse lugar é importante para ela: “A gente tá tranquila no canto da gente e a gente vai ter que sair. Minha casa é humilde, mas é minha casa. Sei que vou ter outra casa, mas aqui foi onde tenho carinho, não tem como não se apegar, minha raiz, meu referencial, onde sou feliz com meus filhos” (VIOLETA). Ou seja, não é apenas uma questão de morar, mas de toda uma história que será apagada, um espaço de referência que deixará de existir. Questões relacionadas ao apagamento de histórias de vida aparecem na maioria dos mapas analisados.

Figura 23 – Mapa Afetivo de Violeta

<p>Nome: Violeta Sexo: F Idade: 41 anos Comunidade: Baixio da Palmeiras Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto Tempo de residência: 41 anos</p>			
<p>“Quero representar nesse desenho minha casa, onde sou muito feliz com meus filhos, onde infelizmente vou ter que sair. A gente tá tranquila no canto da gente e a gente vai ter que sair. Minha casa é humilde, mas é minha casa. Sei que vou ter outra casa, mas aqui foi onde tenho carinho, não tem como não se apegar, minha raiz, meu referencial, onde sou feliz com meus filhos.”</p>	<p>“É o meu lugar maravilhoso, é o lugar que eu amo.”</p>	<p>“Tristeza, porque vou ter que sair dela, vou sentir falta. As pessoas falam que eu vou ter uma casa melhor, mas não a mesma coisa, o novo lá é outra coisa. Se fosse por vontade própria eu não sairia daqui. Vou levar tempo para me adaptar. Apego talvez é o que faz eu me sentir emocionada falando. Tristeza, angústia, preocupação, saudade, falta de casa, um vazio, apego.”</p>	<p>“Comparo o Baixio das Palmeiras como paraíso, que tem muitas coisas boas e é o meu lugar. Tem problemas, tem, mas meu amor pelo lugar supera todos os problemas, o Baixio é meu lugar, não me vejo fora dele.”</p>

 <p>Estrutura: Cognitivo</p>	<p>A comunidade paraíso céu é aquela em que, em seus contrastes, estão presentes a percepção de apego e enraizamento, decorrente do amor pelo lugar, ao mesmo tempo que emerge a tristeza, angústia e preocupação no processo de desapropriação ocasionado pelo CAC.</p>
<p>Escala Estima de Lugar (EDL): 36</p>	<p>Imagem: Contraste Potencializador</p>

Fonte: elaborado pela autora.

Violeta descreve, na qualidade e na metáfora, o sentimento de amor pela comunidade, que por ela é comparada com o paraíso, pois “[...] *tem muitas coisas boas e é o meu lugar. Tem problemas, tem, mas meu amor pelo lugar supera todos os problemas, o Baixio é meu lugar, não me vejo fora dele*”. A dimensão do apego também aparece de forma literal no discurso de Violeta, quando ela relata que isso é que a deixa emocionada ao falar de sua casa. A mudança gera-lhe tristeza “[...] *porque vou ter que sair dela, vou sentir falta. As pessoas falam que eu vou ter uma casa melhor, mas não a mesma coisa, o novo lá é outra coisa. Se fosse por vontade própria eu não sairia daqui. Vou levar tempo para me adaptar*” (VIOLETA). Por meio desse relato, novamente ela mostra que o problema não é só perder a casa, mas sair de um lugar ao qual ela é apegada, o que é doloroso para ela. A preocupação está afetando também sua saúde física, pois “[...] *fico preocupada onde vou construir e comprar casa nova, aí deixa preocupada e isso com a cabeça dolorosa, perco o sono a noite, preocupada*” (VIOLETA). Questões relacionadas à incerteza sobre a nova moradia também são recorrentes em outros mapas afetivos, como os de Batateiras, Maria e Granjeiro.

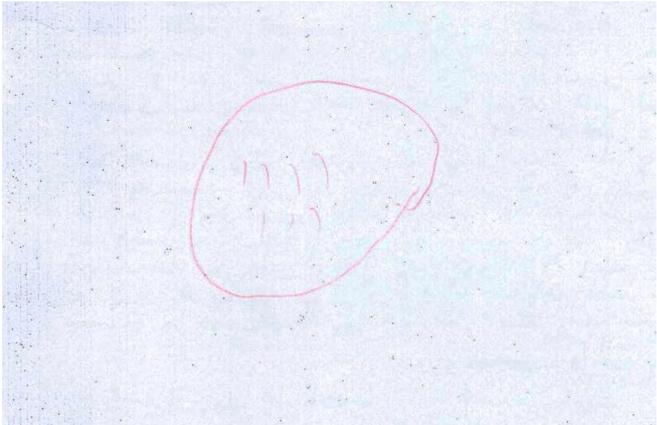
Sobre os sentimentos acerca do CAC, Violeta afirmou estar impactada com o processo e que isso a fez se sentir insegura sobre o futuro da comunidade: “[...] *pensei ‘pronto, acabou o Baixio! Acabou, como vamos fazer?’ Foi como se abrisse um buraco no chão e você caísse, um buraco escuro. Como pode minha vida mudar da água pro vinho? Como pode?*”. Em síntese, nesse contraste analisado, observa-se que, ao mesmo tempo em que a comunidade lhe remete a sentimentos de pertença e de agradabilidade, levando em consideração a linha tênue entre essas duas estimas, a situação na qual ela está inserida a faz

aflorar sentimentos alinhados à estima insegurança, o que também se observa no exemplo a seguir.

O caso de Batateiras foi um dos que mais me comoveu durante a aplicação do IGMA (Figura 24). Esse senhor vive em um estado de vulnerabilidade social decorrente de uma deficiência relacionada à sua coluna vertebral. Outro fato relatado por ele é que todos os moradores da casa possuem um tipo de deficiência (física ou cognitiva), e isso aumenta a sua preocupação a respeito da busca pela nova moradia, por não saber se a indenização paga será compatível com a aquisição de uma moradia adequada para todos. O fato de seu quintal produtivo ser destruído pelas obras também foi mencionado como algo doloroso para ele, pois a maior parte do rendimento familiar provém da agricultura.

Figura 24 – Mapa Afetivo de Batateiras

Nome: Batateiras Sexo: M Idade: 50 anos Comunidade: Baixio da Palmeiras			
Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto Tempo de residência: 50 anos			
<i>“Um círculo, porque é uma comunidade grande, unida, ajudam a gente, o povo faz caridade, são caridosos, são pessoas muito boas. Quando tem uma pessoa doente a comunidade, todo mundo, se junta pra ajudar. Tem um senhor com um tumor na coluna e não tinha dinheiro para operar e juntou todo mundo e fez um bingo beneficente para ajudar.”</i>	<i>“Eu amo o Baixio das Palmeiras, é uma comunidade que, se fosse por mim, eu só saia se fosse pro cemitério, porque estou na casa da gente.”</i>	<i>“Só penso que vamos ter que sair de perto das pessoas que a gente gosta e ter que sair daqui. Meu ganho é com minhas seriguelas e meus cocos, esse é meu ganho, vai se acabar tudo e eu vou viver de que? É triste, aqui é um lugar que eu amo muito. Tenho medo de quando o canal chegar minha mãe não resista, porque ela fica muito nervosa quando falam nele. É muito triste o que o governo está fazendo com a gente. Tristeza, angústia, medo, preocupação, alegria pela comunidade, amizade.”</i>	<i>“Comparo o Baixio como se fosse o céu, porque é muito lindo, e é perfeito, você não vê criminalidade no Baixio, calmo, sossegado, não tem confusão, só no tempo de política, mas num instante passa.”</i>

	<p>A comunidade céu é aquela em que, em seus contrastes, estão presentes o sentimento de tristeza e preocupação por conta do processo de desapropriação ocasionado pelo CAC, ao mesmo tempo em que há a percepção da comunidade como lugar de apoio mútuo, união e amizade.</p>
<p>Estrutura: Metafórico</p>	
<p>Escala Estima de Lugar (EDL): 8</p>	<p>Imagem: Contraste potencializador</p>

Fonte: elaborado pela autora.

A noção de solidariedade aparece no desenho de Batateiras, que mora desde sempre na mesma comunidade. Ao desenhar um círculo com várias pessoas dentro, Batateiras quis mostrar as relações de apoio comunitário: *“Porque é uma comunidade grande, unida, ajudam a gente, o povo faz caridade, são caridosos, são pessoas muito boas. Quando tem uma pessoa doente a comunidade, todo mundo, se junta pra ajudar”* (BATATEIRAS). Essas relações de apoio comunitário são uma constante em todos os mapas afetivos analisados. O aspecto do apego ao lugar é visível na qualidade da comunidade, em que ele relata o quanto ama a sua comunidade: *“Eu amo o Baixio das Palmeiras, é uma comunidade que se fosse por mim eu só saia se fosse pro cemitério, porque estou na casa da gente”* (BATATEIRAS). Ou seja, a percepção do vínculo forte do sujeito com seu lugar remete à familiaridade, como se a comunidade fosse uma extensão de sua casa. A mesma questão de ficar na comunidade até a morte aparece também no mapa de Cariri, que afirmou que, se fosse possível, queria ser enterrado nela.

No caso do contraste de Batateiras, observa-se que os sentimentos do plano de frente (referentes ao CAC) dão tonalidade à situação de sofrimento ocasionada pelas obras na vida desse programa: *“É triste, aqui é um lugar que eu amo muito. Tenho medo de quando o canal chegar minha mãe não resista, porque ela fica muito nervosa quando falam nele. É muito triste o que o governo está fazendo com a gente”* (BATATEIRAS).

No caso de Batateiras, percebe-se que ele está sendo despotencializado no processo. O processo de despotencialização, segundo Pacheco (2018), é percebido quando, apesar dos afetos despotencializadores terem mais protagonismo no mapa afetivo, os afetos potencializadores promotores de identificação com a comunidade movem o sujeito a resistir, o

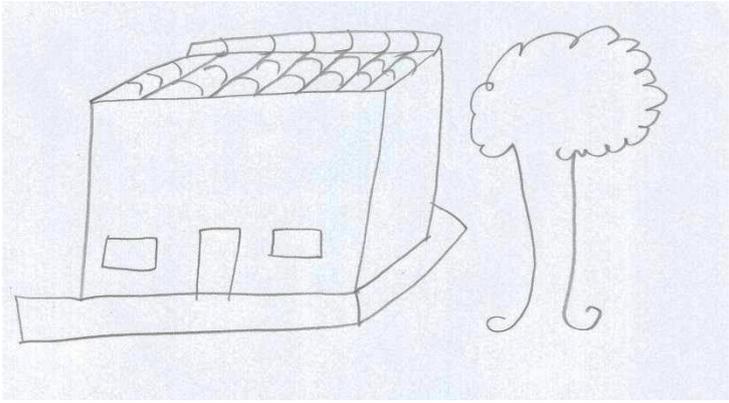
que pode ser observado no contraponto entre a metáfora utilizada para representar a comunidade (Céu) e os sentimentos apresentados, que dizem mais respeito ao CAC do que à relação comunitária. Sobre os sentimentos, relata o abatimento que toda situação tem causado, em especial em sua mãe idosa e acamada: *“Um abalo muito forte, principalmente minha mãe, ela ficou muito nervosa, muito abalada, quando ela escuta algo sobre o CAC fica nervosa, tem crise de nervos”* (BATATEIRAS). Novamente, os processos de adoecimento desvelam como a possibilidade de ser privado do seu lugar de vida pode reverberar na vida dos atingidos.

No caso do mapa de Estrela (Figura 25), optou-se pela análise a partir da perspectiva de plano de frente e plano de fundo, adotada por Pacheco (2018) em casos de aparecimento de contraste no IGMA. O autor, que em sua dissertação, também tratou de um caso de desapropriação, explica que se compreende, nos casos de desapropriação, que a prospecção de afetos lida com perspectivas referentes à vinculação anterior dos moradores com o ambiente do qual serão privados, além dos aspectos referentes à vivência atual com o lugar, permeada pela ameaça de desapropriação.

No estudo conduzido por Pacheco (2018), os afetos anteriores aos processos de desapropriação constituíam-se como plano de fundo, enquanto os afetos relacionados ao processo recente de desapropriação constituíam-se como o plano de frente dessa figura, e iremos nos valer dessa perspectiva na análise dos contrastes encontrados.

Figura 25 – Mapa Afetivo de Estrela

Nome: Estrela Sexo: F Idade: 55 anos Comunidade: Baixio do Muquém Escolaridade: Ensino Superior Incompleto Tempo de residência: 55 anos			
<i>“A casa representa famílias e animais que precisam de cuidados. Tem gato e galinha.”</i>	<i>“É bom, é um dos lugares melhores do Crato porque todo mundo conhece todo mundo, tem apoio.”</i>	<i>“Tristeza, porque tenho que morar em uma casa apropriada para mim, preciso de água encanada. Solidão, por morar sozinha, tem pouco lazer. Tristeza, solidão, felicidade, alegria, saudade, tranquilidade.”</i>	<i>“Um quadrado. Porque umas pessoas são legais e outras não são, são quadradas. A comunidade também parece um quadrado.”</i>

	<p>A comunidade quadrado é aquela os que seus contrastes estão presentes na tristeza de morar em uma casa que não é apropriada para sua moradia, a solidão por morar sozinha, ao mesmo tempo em que há sentimentos de alegria e de tranquilidade vivenciados nessa comunidade.</p>
<p>Estrutura: Cognitivo</p> <p>Escala Estima de Lugar (EDL): 1</p>	<p>Imagem: Contraste Potencializador</p>

Fonte: elaborado pela autora.

Uma coisa importante a ser notada nesse caso é como o processo de desapropriação, ao mesmo tempo em que traz incômodo e preocupação, pode ser tido como fenômeno promotor de mudanças que podem beneficiar algumas pessoas. No caso em questão, Estrela é a cuidadora do seu pai, de avançada idade e problemas de saúde. Possui um problema de mobilidade ocasionado por uma trombose em sua perna, o que dificulta sua locomoção.

A casa onde vive fica em um ponto alto do terreno, o que torna as subidas e descidas desconfortáveis. Além disso, a estrutura da casa atual tem muitos degraus e barreiras de acessibilidade que dificulta a locomoção dela em seu domicílio. Junto a isso, a casa não possui água encanada, sendo essa mais umas das barreiras de acessibilidade para Estrela: *“Eu estou ansiosa porque quero sair logo por conta do problema da água, falta água encanada em casa, e o problema da ladeira, quero morar num lugar plano”* (ESTRELA).

A moradora ainda relatou questões relacionadas à solidão, por morar sozinha nesse espaço e ter poucas opções de lazer para ela na comunidade. Mencionou que sua atividade favorita é fazer as atividades de reabilitação física na cidade porque, além de ser um momento prazeroso, ela entra em contato com suas primas. Visto esse contexto, a desapropriação, que inicialmente a assustou, hoje é vista como uma forma de recomeçar a vida em uma casa adaptada às suas limitações físicas, em um espaço plano e de melhor locomoção.

No que se refere aos sentimentos expressos no IGMA, a sensação de infelicidade e solidão que o lugar remete à moradora possui mais relação com questões relacionadas aos problemas de acessibilidade de sua moradia, sendo que, ao mesmo tempo em que ficou

preocupada com a chegada do Cinturão das Águas do Ceará, visualizou a desapropriação como uma forma de mudar para uma casa adaptada às suas limitações de movimento. Apesar dos problemas estruturais de sua moradia, ela afirma que se sente feliz em morar na comunidade porque, além de ser um lugar tranquilo, é um lugar muito importante para sua história de vida, em especial à vida profissional. Durante a aplicação do instrumento, contou como a escola, que também foi seu primeiro local de trabalho, foi importante em sua formação como professora.

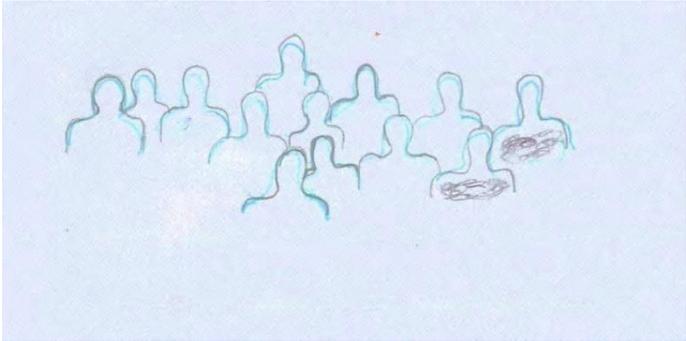
É válido ressaltar que, apesar dos problemas vivenciados em seu domicílio, Estrela afirma possuir apreço por sua comunidade e isso tanto foi expresso na entrevista quanto na categoria “qualidade” do mapa afetivo, em que ela afirmou que *“é bom, é um dos lugares melhores do Crato porque todo mundo conhece todo mundo, tem apoio”* (ESTRELA). Em contraponto, apresenta-se na metáfora do “quadrado”, pois, ao mesmo tempo em que é um espaço visto por ela como local de apoio, possui também pessoas com visões de mundo mais “quadradas”, o que demonstra a diversidade de relações contida em uma comunidade.

No que se refere às lideranças, a maioria dos mapas afetivos resultou em estima de contraste. O mapa escolhido para exemplificar esse dado foi o de Fuí (Figura 26), um dos pioneiros na criação, tanto do movimento “Somos Todos Baixio das Palmeiras” como do FOPAC. Essa liderança continua atuando no processo de resistência e controle social das obras, sendo que Fuí é um dos associados responsáveis pelo acompanhamento dos números de atingidos e do processo de indenização.

Como a maioria dos entrevistados, Fuí é natural do Baixio das Palmeiras; nasceu e cresceu na região. Na análise do seu mapa afetivo, também nos reportaremos à perspectiva de Pacheco (2018), de análise de estima de contraste, visto que, apesar dos sentimentos despotencializadores não estarem contidos nos elementos do IGMA, estes foram expressos tanto nas perguntas inseridas sobre o processo de desapropriação como na escala Likert e em alguns diálogos acompanhados nas observações participantes. Ele não perderá sua habitação, porém, perderá parte do terreno e está temeroso com os efeitos da construção do CAC no entorno, visto que sua casa ficará próxima do canteiro de obras.

Figura 26 – Mapa Afetivo de Fuí

Nome: Fuí	Sexo: M	Idade: 52 anos	Comunidade: Baixio da Palmeiras
Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto		Tempo de residência: 52 anos	

<p>“Como pessoas do bem e de boa vontade que conseguimos lutar em defesa de nossos direitos.”</p>	<p>“Comunidade pacata, acolhedora e solidária.”</p>	<p>“Sentimento de união e encorajamento para defesa de direitos e justiça. Coragem, resistência, luta, união, solidariedade, transformação.”</p>	<p>“Família, porque a família é base de tudo.”</p>
		<p>A comunidade família é aquela em que seus contrastes se manifesta a partir do sentimento de união e encorajamento para a defesa de direitos e justiça, da solidariedade existente e da resistência, em contraponto a angústia e preocupação gerada pela chegada do CAC na comunidade.</p>	
<p>Estrutura: Metafórico</p>		<p>Imagem: Contraste Potencializador.</p>	
<p>Escala Estima de Lugar (EDL): 1</p>		<p>Fonte: elaborado pela autora.</p>	

Em seu desenho, Fuí resolveu abordar a união como forma de garantia dos direitos a partir das lutas sociais. No tópico significado, ele reafirma a questão da luta como fundamental para a comunidade resistir às pressões estatais: “*Como pessoas do bem e de boa vontade que conseguimos lutar em defesa de nossos direitos*” (FUÍ). Verifica-se a defesa do seu lugar de vida, assim como o engajamento e a participação social de Fuí e de outros integrantes do movimento para defender o território tem ampla relação com a estima potencializadora pertencimento.

Nos tópicos qualidades e sentimentos, observou-se a noção de solidariedade e como esta incide como fator potencializador para o fortalecimento dos movimentos de resistência são primordiais na perspectiva do entrevistado, como quando ele afirma que um dos sentimentos é a união e o encorajamento “*para defesa de direitos e justiça*” (FUÍ). A resistência e a luta são características às quais ele se reporta tanto na categoria sentimentos como no seu discurso a respeito das lutas sociais em defesa do Baixo das Palmeiras. Isso se repete em vários mapas afetivos das lideranças, como os de Cariri, Soldadinho do Araripe e Jonas. A sensação de acolhida e a esfera de solidariedade vivenciada por Fuí faz com que essa comunidade ganhe, para ele, a metáfora de uma família. Isso ocorre tanto porque, para ele, a família é uma base importante, como pela percepção de família como esse espaço de acolhida, apesar dos conflitos que podem existir.

Assim como alguns sujeitos abordados, Fuí refere-se ao processo de desapropriação como um momento de invasão por parte do poder público, novamente demonstrando as falhas na execução do EIA/RIMA por parte do poder público, falando que eles chegaram “*no ano de 2011, com a invasão de quintais de propriedades sem se identificarem e nem fornecer nenhuma informação porque estavam fazendo medidas e marcações*” (FUÍ). Ele afirma que esse fenômeno o deixou assustado, mencionando, em outro momento, que o susto tomado com o processo trouxe prejuízos inclusive à saúde de uma de suas tias, que teve um acidente vascular cerebral por conta das preocupações acerca das obras¹⁷.

Desde que ficou sabendo do processo, Fuí mobilizou-se como resistência, afirmando que não era contra a obra em si, mas contra o modelo de implementação das obras na comunidade, que não foi democrático, já que não houve consulta à comunidade sobre a condução do processo. Ele relata que, desde que ficou sabendo da ameaça de desapropriação, vive “*sempre com angústia*” (FUÍ).

Em um dos diálogos realizados nas reuniões mensais da Associação Rural Baixo das Palmeiras, Fuí expressou o medo do porvir, pois, para ele, o que realmente está tirando o seu sono atualmente é o processo de construção e o pós-obra: “*Olha, Mônica, depois que começarem a construir isso aqui na comunidade, nada será como antes*”¹⁸.

Na roda de conversa realizada junto à associação, sobre os impactos sociais do CAC até os dias atuais, Fuí trouxe, em seu discurso, elementos promotores de sofrimento no processo de condução da obra.

“Primeiro o psicológico, o amor à aonde você tá, a perda de um vizinho que você não sabe pra onde ele vai, e o constrangimento maior de saber que todas as grandes obras geram esse tipo de constrangimento. [...] E na visão maior que eu vejo é que a comunidade não tá nem aí, a maioria não tão nem ai, tão preocupado com o quanto que vão receber e não tão preocupados com o que vão sofrer no pós-obra, porque o pós-obra é o perigo” (Relato extraído do diário de campo, 02/12/2019).

Mais adiante, fala sobre o medo da chegada dos “forasteiros” e de como será conduzido o processo. E conclui que “*o pós-obra é que vai ser mais constrangedor, o pós-obra vai doer mais do que agora*”¹⁹. Aqui, percebem-se dois movimentos: a insegurança decorrente do processo de sistematização e execução do pós-obra e a indignação com o atual

¹⁷ Dado referente ao diário de campo datado em 21/07/2019.

¹⁸ Dado referente ao diário de campo datado em 17/11/2019.

¹⁹ Dado referente ao diário de campo datado em 02/12/2019.

momento de inércia da maioria da comunidade frente ao processo de construção do CAC. Ele relata casos de pessoas que ainda têm esperança de que a obra não passe, como o que observado no mapa de Seu Boneco anteriormente: *“Tem muita gente aqui dizendo que não chega, que talvez quanto tiver velhinho passe pelo menos um pro algodão não morrer de sede, mas na hora que o governo quiser ele faz em quatro, seis meses”*.²⁰

Outra coisa observada na resposta da escala Likert foi a alta pontuação nos respondentes acerca dos sentimentos de desamparo, risco, insegurança, sobre a precariedade de estrutura, raiva e sensação de que possa acontecer algo de ruim. Isso justifica o contraponto dos afetos potencializadores apresentados no mapa afetivo com o resultado do cálculo da escala Likert, pois os sentimentos do plano de frente, em especial os referentes à situação de instabilidade e insegurança promovida nesse espaço, sobrepõe-se aos afetos potencializadores, em especial, aos itens de pertencimento, que também possuíram alta pontuação. Esse sujeito também está se despotencializando, como no caso de Batateiras.

É válido ressaltar que, apesar da insegurança e do desamparo ocasionados pelo processo, Fuí mantém-se como uma liderança ativa e busca dedicar-se à luta e à proteção de seu lugar de vida. Logo, esse contraste se constituiu como potencializador porque, mesmo em um estado de vulnerabilidade e sofrimento psíquico intenso, a luta fornece-lhe suporte para defender o seu lugar. Outro fato que será abordado mais adiante é a necessidade do cuidado com a saúde mental das lideranças dos movimentos sociais de resistência, pois estar na linha de frente de um problema tão complexo é deveras desgastante para quem o enfrenta.

A partir dos dados levantados, é possível afirmar que a maioria dos mapas aponta que os contrastes apresentados tem direta relação com o problema que a comunidade está enfrentando, visto que as qualidades direcionadas a comunidades estão mais vinculadas à potencialização e que as qualidades negativas estão relacionadas aos efeitos que a obra causa e irá causar na comunidade, tendo como única exceção o mapa de Estrela, no qual as estimas despotencializadoras eram relacionadas aos problemas de infraestrutura de sua casa.

Nos tópicos seguintes, trabalhar-se-ão duas temáticas recorrentes nos discursos levantados, em especial nas perguntas que foram acopladas ao instrumento, referentes à obra: a noção de desapropriação e de atingido dos moradores e a questão da relação pessoa-ambiente, privação de espaços de vida e reflexos na saúde comunitária.

²⁰ Dado referente ao diário de campo datado em 02/12/2019.

7.2 Ser desapropriado: reflexões sobre os afetos envolvidos no processo de desapropriação

Como relatado anteriormente, foram adicionadas ao IGMA cinco perguntas referentes ao processo de desapropriação ocasionado em função do CAC no distrito Baixo das Palmeiras. Neste tópico, far-se-á uma síntese dos dados levantados, a partir da compreensão de como eles vivenciaram o processo e quais foram os sentimentos gerados por ele.

Um dado comum a todos os mapas afetivos dos sujeitos notificados sobre a desapropriação, ou já desapropriados, foi o quanto a abordagem inicial dos trabalhadores da obra foi nociva para os moradores. O termo “invasão” aparece nos mapas afetivos para descrever como foi o processo, o que se deve ao fato de que não houve nenhuma estratégia de comunicação ou notificação prévia sobre o CAC na comunidade antes da chegada dos trabalhadores, o que mostra que o plano de comunicação proposto no EIA/RIMA da obra nunca fora executado. Também se explica devido aos trabalhadores adentrarem as propriedades sem pedirem permissão aos proprietários, como pode ser visto no discurso de Violeta:

“Foi uma invasão! Tava na casa da minha mãe e escutamos um barulho e escutamos uma pessoa batendo atrás da casa, minha irmã falou que viu umas pessoas mexendo. Fomos lá e tinha um pessoal sem aquele negócio que bota pra identificar, isso, um crachá, fazendo uma trilha pra trás da mata. Perguntei o que tava acontecendo e um rapaz bem enxerido falou “vai passar algo aqui”, pedi por detalhes e ele disse que depois ia informar. Depois passaram fazendo as medições, ficou só aparecendo gente colocando uma marcação com o nome CAC, demarcando” (VIOLETA).

A forma com que os moradores foram abordados denota o descaso do poder público na condução dos processos de desapropriação. Silva (2016) alerta sobre a necessidade da transparência e da participação efetiva da sociedade civil em todas as etapas da condução de um processo de desapropriação, como foi discutido no capítulo seis.

Ao falar sobre como vivenciaram a chegada dos trabalhadores, os sentimentos relacionados a medo, aflição e susto foram os mais relatados. A chegada surpresa de um empreendimento e as incertezas sobre as possibilidades de indenização e de uma nova moradia são promotoras desses sentimentos: *“Eu me senti como parecesse ver que eu não ia chegar lá, sabe? Que as coisas não iam se resolver certinho, fiquei ansiosa, preocupada, assustada, achando que não ia achar outro lugar pra morar” (CORAÇÃO).* Nesse caso, a

situação de sofrimento, ocasionada pelo processo de desapropriação, foi potencializada com a perda sofrida pela moradora atingida, como foi apresentado anteriormente.

Em contrapartida ao medo do porvir e à insegurança provocada pelo processo de desapropriação, essa situação foi um catalizador no processo de organização e participação social dos moradores atingidos e lideranças. No relato a seguir, vê-se, de forma clara, essa constatação: *“Invasão dos terrenos. Foi uma invasão mesmo. Como é que a pessoa desmata, faz o trilho e não informa? Isso foi uma invasão. E a partir disso começamos a nos organizar, convocar reunião com eles, amenizou mais agora, mas a luta nunca parou”* (JONAS).

Os movimentos sociais da comunidade e a Associação Rural Baixio das Palmeiras são apontados nos discursos como os canais de informação entre os atingidos e a condução da obra: *“Particpei das reuniões sobre a obra e estou bem informada sobre a comunidade”* (CHEFIA); *“O pessoal da terceirizada chegou sem avisar, medindo, depois veio avisar que a gente teria que sair. Fiquei sabendo o que era mesmo pelos membros da associação. Eles nos alertaram sobre a necessidade de luta pelos nossos direitos”* (BORBOLETA). Assim, a organização comunitária permitiu a criação de um espaço alternativo de difusão de informações acerca da problemática sofrida inicialmente no âmbito comunitário e que posteriormente ganhou amplitude na região do Cariri. É válido ressaltar que todas as audiências, reuniões e demais estratégias de obter informação acerca da obra partiram de requisições dos próprios moradores da comunidade.

As lideranças reconhecem a importância do engajamento da população nos movimentos sociais, pois, se a comunidade, no momento em que soube da desapropriação, não tivesse chegado junto ao processo, provavelmente eles não conseguiriam frear a proposta inicial e mais pessoas teriam sido afetadas. Como foi relatado no capítulo anterior, o atual estado de estagnação dos moradores frente ao pós-obra preocupa muito os “enfrentantes”, nome atribuído pelos moradores às lideranças, que remete ao fato de eles estarem na linha de frente do processo.

Quando se perguntou sobre como eles se sentiram ao saber que seriam desapropriados, os sentimentos listados na maioria dos casos possuíam vinculação com a estima de insegurança (medo, angústia, apreensão). Tendo como plano de fundo um forte vínculo com o lugar e identificação, o plano de frente traz os sentimentos relacionados ao momento vivenciado atualmente: a chegada do CAC, como é expresso por Jonas ao falar sobre os seus sentimentos atuais sobre a comunidade: *“A influência negativa da obra na nossa vida, gera tristeza, porque não vamos ter mais esse espaço, vai ter um rio de concreto atravessando”* (JONAS). Esse “rio” de concreto é justamente o fator de perturbação da

homeostase local, o que desencadeia sofrimento psíquico no sujeito entrevistado, que estava bastante comovido a falar sobre o processo e utilizou a palavra “sofrimento” como um dos sentimentos atuais frente à situação da comunidade. Ou seja, a comunidade, que na metáfora dele é uma pessoa acolhedora, que traz paz e sentido à vida do sujeito, está ameaçada por um processo externo e invasivo, que deixou pairando uma sensação de insegurança sobre o porvir.

A comparação sobre o processo, feita por Violeta, que foi mostrada no tópico anterior, demonstra como o clima de incerteza e o fato de se ver privada de sua propriedade é promotor de sofrimento. O destino da futura moradia e como se adaptar em um novo lugar é recorrente também nas afirmações de Maria: *“Em saber que vamos sair daqui, pra onde vamos com nossos filhos? É triste demais sair de um lugar tão sossegado”* (MARIA). A insegurança que todo o processo inspira a deixa em estado de angústia.

A incerteza, ao mesmo tempo em que abate alguns, potencializam outros a lutar por seu território, em especial quando nos reportamos aos mapas afetivos das lideranças. Quando perguntado como se sentiu quando soube do processo, Soldadinho do Araripe fez uma pontuação interessante, em que afirma que, apesar dos sentimentos de tristeza e medo, a emergência por lutar por seu território ganhou forças: *“Senti tristeza e medo, ao mesmo tempo, senti um enorme desejo de lutar e resistir em defesa da comunidade”* (SOLDADINHO DO ARARIPE). O processo potencializa-o na condução das ações de resistência às obras a partir das formas de apropriação do espaço que fizeram desse um elemento importante na vida do líder.

A chegada da obra e os sentimentos de angústia e revolta com o ocorrido foram catalizadores para o surgimento dos movimentos sociais de resistência: *“Quando chegou o anúncio, foi difícil, ficamos tristes e, no início, queriam tirar todo mundo, mas a luta valeu a pena e hoje o impacto é menor”* (JONAS). Ou seja, apesar do medo e da tristeza ocasionada pela chegada do CAC, a população foi motivada a se engajar politicamente em ações de resistência para defender seu lugar de pertença.

O sentimento de pertencer à comunidade como promotor do engajamento dos sujeitos nas estratégias de enfrentamento aos impactos da obra faz com que as lideranças potencializem suas articulações em defesa do seu território. Jonas, por exemplo, apesar de não perder sua residência, relata que o contexto do CAC o deixou muito preocupado e propulsionou o seu engajamento nos movimentos sociais. *“A obra me causou tristeza total e muita preocupação, sabe? Pra quem é dos movimentos sociais, a gente sente muito quando ameaçam nossa comunidade. Discutimos muito isso, tanto no grupo de jovens que eu fazia*

parte na época da chegada da obra como em conversas com os outros moradores” (JONAS). O mesmo é percebido no relato de Salgado, que se sente incomodado com isso “porque vai atingir toda comunidade” (SALGADO), logo, a noção do impacto coletivo sobrepõe-se ao individual. Salgado relata que somente com a participação nas reuniões da associação ficou sabendo sobre a obra e engajou-se na resistência, sentindo-se “muito abalado com a notícia que vai atingir muita gente na comunidade” (SALGADO).

Granjeiro, que além de ser uma liderança, também será desapropriado. Relatou aspectos de insegurança sobre a obra e falou inicialmente da questão da mudança de moradia e da incerteza de como o processo será feito, o que é visto por ele como uma ameaça: *“Estou em expectativa em como será essa nova moradia mesmo na comunidade, mas em outra parte, vejo com muita expectativa, mas fui informado em reunião. Vejo isso como uma ameaça diária” (GRANJEIRO).*

Cícero relatou que se sentiu triste ao constatar que terá que sair de sua propriedade, mas que isso não faz com que ele baixe a guarda, logo, os construtores terão que agir de forma correta porque a comunidade estará vigilante: *“Triste, porque vou ter que sair do sossego da gente. Medo dos movimentos nas estradas e dos forasteiros. Mas aqui, eles vão ter que pisar bem direitinho, não vai ter movimento de gente aqui não” (CÍCERO).* A última parte da sentença está alinhada à preocupação expressa em outros mapas afetivos, com o pós-obra e a chegada dos trabalhadores.

Um dos fatores que também inquieta os moradores abordados na pesquisa é a questão do pagamento de indenização. Nas diversas reuniões que participei na Associação rural do Baixio das Palmeiras, Cariri sempre se posicionou com preocupação acerca do processo de acompanhamento das indenizações: *“Me senti mal. Veio a acreditar naquilo que estava preste a acontecer, mas tem gente que ainda não acredita. O medo de perder sua morada, só acredito quando receber o dinheiro” (CARIRI).*

Já no caso de Estrela, como já foi abordado anteriormente, a indenização é vista como uma possibilidade de recomeçar sua vida perante essa adversidade: *“Ficamos todos doidos, participando de reunião, todo mundo sem saber de onde ia, ficamos preocupados, participando de reunião pedindo pra não passar e depois nos acalmamos mais. Hoje estamos no aguardo da indenização para recomeçar a vida” (ESTRELA).*

Acerca da noção de atingido, Soldadinho do Araripe endossa o discurso da maioria dos entrevistados e o discurso presente nas atividades que acompanhei na observação participante, de que todos são afetados/atingidos por essa obra, independente de perda de imóveis: *“Considero que nessa obra todos são afetados, não apenas os desapropriados. A*

transformação da paisagem e a desterritorialização de amigos e vizinhos é uma ameaça que nos atormenta” (SOLDADINHO DO ARARIPE). Logo, o fator desapropriação é apenas um dos promotores de sofrimento e vulnerabilidade nesse processo, tendo mais problemas além desse decorrente do CAC.

Tomemos como exemplo o caso de Bárbara. A saída de sua antiga casa fora promotora de sofrimento para a moradora, que não queria sair de lá e optou por permanecer na mesma comunidade, mesmo que não pudesse ficar na mesma casa: *“Quando tive que mudar, fui chorando, mas fui. Só me mudei porque não tinha jeito, tinha que sair de qualquer forma porque a obra ia passar mesmo no meio da minha casa, o eixo da obra”* (BÁRBARA). Porém, a insegurança é uma constante na vida atual de Bárbara justamente porque, como se mudou para uma região próxima do canteiro de obras, teme os riscos à sua propriedade, como rachaduras na estrutura, poluição, entre outros efeitos da obra: *“Muita incerteza, o início foi difícil, mas depois me tranquilizei, mas não sossega, não fica sem preocupação. É um tranquilo preocupado, não sabemos o que pode vir ainda. Não tô mais no eixo (da obra), mas tô próxima”* (BÁRBARA).

Esses dados corroboram com o que é apresentado por Vainer (2008) sobre a noção de atingido, em que a população do entorno não é considerada no processo de políticas mitigatórias. Vainer e Vieira (2005, p. 2) relatam que a definição de atingidos, advinda dos movimentos sociais de atingidos por Barragens é “*todos aqueles que sofrem modificações nas suas condições de vida como consequência da implantação das barragens, independentemente do local em que vivem ou trabalham*”. Assim, todos que tem aspectos de sua vida afetados por um empreendimento são atingidos, o que converge com as falas expressas pela população pesquisada.

Todos os processos aqui listados demonstram como o estado de tensão influencia nas relações entre as pessoas e seus ambientes de vida, sendo que, nesse caso, o apego ao lugar e as histórias construídas neste motivam os moradores a lutar por seu território. Além disso, outro fato importante de ser notificado é que a maior parte dos desapropriados optou por continuar morando na mesma comunidade. Isso denota que a relação pessoa-ambiente, para esse público, é promotora de bem-estar e qualidade de vida. No tópico seguinte, abordar-se-á como o processo de chegada do CAC traz agravos à saúde física e mental dos moradores.

7.3 Saúde comunitária e psicologia em contextos de desapropriação: diálogos possíveis frente ao caso analisado

Ao adentrar a discussão sobre estratégias de promoção à saúde no âmbito rural em processos de desapropriação, é necessário refletir sobre a dimensão de saúde nesse meio. Peres (2009) aponta que uma peculiaridade que deve ser observada quando se estuda a saúde da população rural são as mudanças nos modos de produção e as dinâmicas migratórias recorrentes no campo, pois estas ocasionam impactos diretos e indiretos na qualidade de vida da população.

Apenas no início da década de noventa, com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), surgiram estratégias de atendimento, que contemplavam a visão do homem como um sujeito biopsicossocial, contrapondo-se ao modelo hospitalocêntrico vigente até o final do período ditatorial. Junto a essa percepção, surgiram as primeiras ações governamentais de saúde comunitária, voltadas para grupos sociais em estado de vulnerabilidade social. Tais ações estão concentradas principalmente na Atenção Básica em Saúde, considerada porta de entrada do SUS (BRASIL, 2012).

A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) foi criada em 2011, com intuito de fortalecer os programas já existentes no setor primário da saúde, como a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). O objetivo principal da Atenção Básica é “[...] desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades” (BRASIL, 2012, p. 19). As ações que compõem essa política abrangem os princípios de promoção e proteção da saúde, como também o diagnóstico precoce de enfermidades, seu tratamento e a manutenção do estado de saúde.

Em seu território de abrangência, os programas de Atenção Básica devem considerar o caráter dinâmico da população, como também fatores socioculturais, econômicos e ambientais onde a comunidade está inserida. Outra condição importante para a implementação das ações são os princípios da descentralização e da capilaridade, que proporcionam a proximidade entre os profissionais de saúde e a comunidade, fortalecendo a ideia de que a Atenção Básica é a porta de acesso aos serviços da Rede de Atenção à Saúde (RAS) do SUS. Outros princípios levados em consideração são a universalidade, a acessibilidade, a equidade e a participação social, pois o serviço prestado pela Atenção Básica “[...] considera o sujeito em sua singularidade e inserção sociocultural, buscando produzir a atenção integral” (BRASIL, 2012, p. 20). Essa contextualização sobre políticas públicas de

saúde coletiva foi realizada para ilustrar, inicialmente, a importância de contemplar, nas ações mitigatórias, atividades com o foco na prevenção de agravos e promoção à saúde nas comunidades atingidas. Observou-se tanto na observação participante como na aplicação do IGMA que a dimensão saúde-adoecimento perpassou a análise de boa parte dos mapas afetivos.

Trabalhos anteriores (NOBRE, 2017, 2015) trazem relatos de pessoas que desenvolveram algum tipo de adoecimento, físico ou mental. Entre as queixas apontadas nesses estudos, estão casos de acidente vascular cerebral, infarto, depressão, ansiedade e estresse, sendo os idosos apontados pelos estudos consultados como o público mais afetado.

A questão da saúde, em especial da saúde mental, também aparece nesse estudo. A relação saúde e ambiente na perspectiva dos moradores pode ser percebida a partir dos sentimentos expressos no IGMA de Cariri, uma das lideranças da comunidade: *“Me sinto bem, me sinto feliz, a única coisa que me faz sentir mal é a desapropriação. Não posso viver sem essa estrutura”* (CARIRI). Esse recorte diz muito a respeito da relação entre os moradores das duas comunidades pesquisadas e seu lugar.

A maioria dos sujeitos de pesquisa mora na comunidade desde o nascimento. São filhos, netos e bisnetos dos primeiros moradores e preservam as propriedades dos antepassados, tal como seus costumes, como o que é percebido nas ações de valorização da cultura local em espaços como a Casa de Quitéria. São pessoas que cresceram juntas e possuem uma larga história de vida com a comunidade. Além disso, compreende-se que a dinâmica laboral homem-terra também fortalece o vínculo deste com o seu lugar, como o que Tuan (1983) pontua ao falar da topofilia do agricultor. Moser (2016) relata sobre as *expertises* dos agricultores em relação à terra e a outros elementos naturais. Compreendem os ciclos da terra, os momentos de plantar e colher, a época das chuvas e o cuidado com as secas. A terra é uma parcela vital na construção da identidade camponesa.

E tudo isso está contido nessa estrutura falada por Cariri, que, em seu desenho, constou, além das casas, os principais equipamentos sociais da comunidade: a escola, o posto de saúde, a igreja e a associação. São pontos de referência nas histórias dos sujeitos. A partir do momento que o sujeito se vê tolhido de viver no lugar apropriado e ressignificado por ele, isso pode acarretar prejuízos para a sua saúde física e mental. Essa relação com o ambiente comunitário e com a habitação, em alguns casos, é tão forte que os moradores acabam se realojando nos arredores do seu antigo lugar, como o que é percebido no caso de Chefia, que afirmou estar procurando uma moradia na mesma comunidade onde vive, para não se afastar. O caso dessa moradora não é isolado. Um levantamento realizado pelas lideranças apontou

que, entre os moradores que já foram desapropriados, somente uma família optou por sair do distrito. Esse dado também se expressou nos mapas afetivos, visto que Coração, Borboleta e Bárbara, que já foram desapropriadas, optaram por morar na mesma comunidade. Visto isso, é compreensível o quanto a desapropriação pode ser danosa à saúde dos moradores. A questão do sofrimento e da ansiedade aparece em vários mapas afetivos analisados. É o caso de Jonas, que, ao falar sobre o impacto, trouxe a dimensão emocional à tona, pois, sendo esse um espaço promotor de bem-estar e que faz parte do seu cotidiano desde sempre, perdê-lo ocasionará muito sofrimento para ele.

Antes mesmo da construção, o CAC já causou efeitos negativos, como no caso da tia de Fuí, que, no momento em que soube da desapropriação, ficou muito tensa e isso ocasionou um AVC. Isso também é percebido na casa de Batateiras. Quando fui aplicar o IGMA em sua casa, ele relatou o temor que tem com a saúde de sua mãe em relação ao processo de desapropriação: *“Um abalo muito forte, principalmente minha mãe, ela ficou muito nervosa, muito abalada, quando ela escuta algo sobre o CAC fica nervosa, tem crise de nervos”* (BATATEIRAS). Ele afirma que teme que a mãe chegue a óbito na época em que eles terão que deixar a casa. Ele me convidou para conhecê-la, e foi visto que seu estado de saúde atual inspira cuidados; são justificáveis os temores de Batateiras.

Reportando-se à saúde mental dos moradores, em alguns mapas afetivos destes, aparecem preocupações sobre sintomas que eles apontam como decorrentes do CAC. Borboleta afirmou que a angústia e a falta de sono a fizeram ficar preocupada, com medo de adoecer caso tivesse que sair da comunidade. A mesma questão da angústia, falta de sono e desconforto aparecem nos discursos de Batateiras, Bárbara, Cariri e vários outros moradores, como se pode ver nessa fala: *“Afeta porque fico preocupada onde vou construir e comprar casa nova, aí deixa preocupada e isso com a cabeça dolorosa, perco o sono a noite, preocupada”* (VIOLETA).

Como pode ser visto na fala anterior, os problemas supracitados e os agravos à saúde estão diretamente relacionados à desapropriação. Além da perda de sua estrutura social, ainda lidam com a incerteza sobre como, quando e onde serão realocados. Sobre a ameaça de desapropriação, Maria afirma que o processo a tem afetado bastante, pois o fato de não saber onde irá morar deixa-a muito triste e ansiosa. Essa fala reflete sobre como o clima de incertezas causado pelo processo pode promover situações de adoecimento na comunidade.

Quando nos reportamos para o caso de Bárbara, que, após ser desapropriada, descobriu que o local de sua nova casa ficará muito próximo do canteiro de obras, vemos que é preciso atenção aos futuros agravos que a condução das obras e o pós-obras podem

ocasionar. Fuí, Granjeiro e outros moradores, em uma das reuniões do sindicato, relataram a dimensão do dano psicológico que a condução da obra e o pós-obra podem causar, mencionando a modificação da paisagem, o medo da chegada dos funcionários da terceirizadas e a forma como eles irão adentrar na comunidade. Problemas relacionados à fragmentação dos vínculos comunitários também aparecem nos discursos.

Como estratégia de enfrentamento a esses efeitos, foram apontadas pelos moradores, nas observações e nos mapas afetivos, as seguintes estratégias: envolvimento em grupos culturais, envolvimento em grupos religiosos e participação em ações de Educação Popular em Saúde. Sobre o primeiro, alguns moradores relatam que, ao participar de grupos culturais, como o grupo da dança de coco e o maneiro pau, eles se sentem mais fortalecidos, tendo contato com suas raízes ancestrais.

O envolvimento nos grupos das igrejas católicas foi mencionado em especial nos mapas de mulheres idosas. Esses grupos promovem atividades como quermesses, reuniões, organização de renovações (prática tradicional católica bastante difundida no Cariri), grupo de orações e demais atividades que engajam pessoas a participar do espaço comunitário. A igreja apareceu nos desenhos de Chefia, Coração e Bárbara, que relatam a função social desse lugar como espaço onde se sentem fortificadas para além das adversidades.

As ações de educação popular em saúde que estão sendo desenvolvidas todas as sextas-feiras no posto de saúde do Baixio do Muquém também apareceram nos discursos de alguns moradores, tanto na observação como na aplicação do instrumento. Em uma das reuniões do sindicato, uma moradora relatou que um dos motivos que a está fazendo lidar com todas as mudanças que estão sendo ocasionadas na comunidade pelo CAC é a participação no grupo. Ela relata que, no grupo, ela consegue, a partir do diálogo com os facilitadores e com os demais participantes, sentir-se ouvida.

Na roda avaliativa das ações desenvolvidas pelo grupo, apontou-se que, apesar do pequeno número de participantes, as moradoras já sentem os efeitos das intervenções. Relataram que tiraram muitas dúvidas nas rodas de conversa temáticas, que se sentem acolhidas naquele espaço e que ele é, para as participantes, uma válvula de escape perante os problemas por elas vivenciados. Isso é reafirmado no mapa afetivo de Borboleta, que é membro do grupo e já foi desapropriada: *“esse grupo aqui do posto é uma das coisas mais importantes pra mim atualmente, ele me faz se sentir bem”* (BORBOLETA). Tais relatos endossam a necessidade do reforço às atividades de educação em saúde no contexto comunitário e nas políticas públicas de saúde coletiva, como também de realizar ações

contextualizadas à realidade da comunidade para se falar nos processos de saúde e adoecimento locais.

A escuta qualificada também é uma demanda expressa pela população abordada na pesquisa. Durante a aplicação do IGMA de Violeta, ela estava bastante comovida ao falar sobre sua história e, ao final da ação, a moradora agradeceu por ir à sua casa aplicar o instrumento, pois ela precisava falar sobre suas angústias, mas não encontrara oportunidades. Afirmou sentir-se mais leve após o processo. Algo parecido aconteceu também na visita feita à casa de Batateiras.

A questão da saúde comunitária também é uma preocupação das lideranças. Patativa, que também é membro do Conselho Municipal de Saúde do Crato, fala que uma das coisas que lhe angustia é como a obra afetará o bem-estar da comunidade: *“O sentimento é de preocupação pelas questões sociais. A gente fica pensando no social das pessoas: onde a empresa vai se instalar? Quem são esse povo? Será que são de procedência? Ficamos pensando no bem-estar da comunidade e na paz que temos. Como vai ser?”* (PATATIVA). A mesma preocupação fora mencionada várias vezes nas reuniões da associação e do sindicato.

Visto tudo isso, alerta-se sobre a necessidade de incluir ações com foco em saúde comunitária, prevenção de agravos e promoção à saúde no plano de medidas compensatórias para as comunidades atingidas. Uma das modalidades de atenção que tem dado certo nessa experiência são os trabalhos com foco na educação popular em saúde, que devem ser feitos de forma contextualizada, levando em consideração as peculiaridades de cada comunidade atendida. A seguir, explanar-se-ão as considerações finais sobre o que foi estudado até então.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“[...] Vou ficando por aqui, que Deus do céu me ajude. Quem sai da terra natal, em outro canto não para. Só deixo o meu Cariri no último pau-de-arara.” (VENÂNCIO; CORUMBA, 1973).

Certa feita, ao estar conversando com um colega de trabalho em uma atividade de campo do NEDET, falava sobre o quão forte era a identidade do povo caririense com o seu território. Sempre observei que muitas pessoas que moram em Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha e demais cidades circunvizinhas, ao serem perguntadas de onde elas são, falavam “Sou do Cariri”, ao invés de falarem o município ou o estado. Meu amigo, muito sábio, falou para mim: “*O Cariri não é um território, Mônica. Cariri é um estado de espírito*”.

O Cariri respira cultura, pertença e identidade. E esse estado de espírito contagia cada município que lhe faz parte. Crato, princesa do Cariri, é um dos municípios que mais possui grupos e ações voltadas à preservação da cultura e da história local. Desde as práticas do reisado aos espetáculos dos irmãos Anicetos, dos coletivos de resistência cultural em bairros marginalizados às romarias em memória do Caldeirão. Ainda, esse estado de espírito caririense também se mostra presente e forte no distrito Baixio das Palmeiras.

Durante o período de observação nas comunidades, foi possível conhecer as diversas facetas de um território tão rico em memórias e práticas. O **Baixio Acolhedor**, que, com muita amorosidade, acolhe os seus. O **Baixio Preocupado**, que, ao se ver atravessado por uma intervenção externa, fica em alerta e teme o porvir. Mas também, o **Baixio de Resistência**, que, ao se ver colocado em uma situação adversa, luta e resiste para não ter sua história apagada.

A partir dessa pesquisa, foi possível entrar em contato com cada uma dessas facetas e compreender como estas perpassam as vidas dos moradores. Entrando no sétimo ano de luta, com o começo da construção das obras estimado para 2020, foi possível perceber, pela contextualização da obra, o quanto o processo está sendo desgastante para os populares, entretanto, ao mesmo tempo, o quanto essa população lutou para diminuir os danos causados por esse Grande Projeto de Investimento. De acordo com os dados analisados, é possível compreender que o engajamento ou não engajamento dos populares nas práticas promovidas pela resistência reflete também na forma com que eles se relacionam com o lugar e com a predominância de alguns afetos, em especial o pertencimento.

O contexto de lutas em defesa do território perpassa pela maneira como os moradores se apropriaram dele e da influência no tempo de moradia na consolidação dessa

apropriação, como também nos laços afetivos e identitários existentes, o que não significa que o território não possua seus momentos de conflitos internos, tendo em vista que as tensões também fazem parte da dinâmica comunitária.

Como foi demonstrado, as lutas em defesa do distrito tiveram como estopim a chegada invasiva dos trabalhadores da empresa terceirizada, contratada pelo governo estadual, às casas dos moradores. Ao saberem do que se tratavam aquelas expedições e terem ciência dos efeitos da construção dessa grande obra na vida dos moradores, os movimentos sociais da comunidade, a qual possui um histórico de engajamento social muito forte, prepararam-se para defender o seu território.

É visível, desde a leitura do EIA/RIMA, o descaso do poder público com a dimensão humana dos processos de desapropriação, pois desapropriação não é só sobre indenização, mas sobre jornadas de vidas que serão drasticamente modificadas por algo inesperado e não requerido. Todavia, endossados em noções de desenvolvimento que fomentam essas práticas, a gestão estadual repete, mais uma vez, o planejamento de um GPI para resolver a histórica querela das secas.

Acerca das práticas de resistência desenvolvidas pela comunidade frente ao processo de desapropriação, percebeu-se que se dividiam em quatro modalidades: a) práticas de mobilização social, como as realizações de reuniões informativas, convocação de audiências e mediação no processo de pagamento das indenizações; b) práticas de comunicação social, como a produção de panfletos, organização de manifestações, divulgação da problemática em redes sociais; c) práticas culturais, como a manutenção da Casa de Quitéria e da Casa de Farinha e a realização de eventos focados na cultura local, produção de cordéis; e d) práticas decorrentes de parcerias, como as atividades de pesquisa, extensão e cultura que estão sendo realizadas em parceria com as universidades locais.

Como potencialidades dessas práticas, aponta-se a construção de um movimento de resistência comunitário e orgânico; a formação de redes de apoio a partir das parcerias com outros movimentos sociais e com as universidades; a criatividade no processo de divulgação da causa; o fomento de espaços de engajamento dos moradores com a causa; a circularidade da informação; e os efeitos positivos da luta, como a diminuição no número de desapropriados e a melhoria no diálogo com a SRH.

Como vulnerabilidades existentes no contexto das práticas, verificaram-se os temores por conta da chegada das obras na comunidade; o risco de sofrerem sanções por parte do governo estadual; o sofrimento causado pelas incertezas do processo; o aparecimento de adoecimentos físicos e psicológicos dele decorrentes; a preocupação com a fragilização de

vínculos comunitários; o medo do porvir; e o desgaste psicossocial das lideranças frente a toda a pressão do processo.

No que se refere à dimensão da afetividade na relação dos moradores com o seu local de moradia, a partir da análise dos mapas afetivos, observou-se que a estima contraste foi a mais presente, seguida das estimas pertencimento e agradabilidade. Outro dado relevante é que todas as estimas encontradas são potencializadoras, mas, em alguns casos, essa estima está se despotencializado frente ao contexto vivenciado pelos moradores.

Nos contrastes analisados, percebeu-se que os sentimentos e sentidos expressos pelos moradores sobre o lugar estão situados na estima pertencimento, enquanto os sentimentos e sentidos despotencializadores, situados principalmente na insegurança, dizem respeito ao contexto vivenciado e à preocupação em não conseguir continuar morando na mesma comunidade. Os contrastes também apontaram que, apesar do contexto adverso, o apego e a identificação com o lugar fazem com que eles tenham forças para defender seu território, apesar de ser um processo que também gera desgaste para a saúde de quem está nas linhas de frente.

O pertencimento fez-se notório nos mapas analisados, pela identificação dos pesquisados com sua comunidade e os esforços empreendidos para que o seu lugar de vida não seja devastado pelas obras que irão começar. O amor pelo lugar não diz respeito somente ao ambiente comunitário, mas também pela relação dos agricultores com a terra, que é um elemento importante para construção de sua identidade rural, às relações de cooperação e apoio, que fortalecem o vínculo dos moradores com os seus vizinhos, e ao reconhecimento desse lugar, onde a maioria nasceu e cresceu, como parte importante de sua história.

A agradabilidade, que só apareceu em um mapa afetivo, diz respeito à sensação de bem-estar e satisfação que esse lugar inspira ao sujeito. Esse elemento também faz com que se deseje que a estrutura comunitária não seja modificada. Outro fato observado é a linha tênue entre as estimas agradabilidade e pertencimento, sendo que muitos elementos de agradabilidade se fizeram presentes em mapas com estima preponderante de pertencimento.

A falta das estimas destruição nos mapas levantados deve-se ao fato de as construções ainda não terem sido iniciadas. Porém, na resposta dos moradores aos itens da escala Likert, muitos afirmavam no item “está destruído” que a comunidade seria destruída pela obra. A insegurança, apesar de não aparecer nos mapas afetivos, está presente nas respostas das questões sobre a obra, como também em debates acompanhados nas observações.

A síntese dos sentimentos e sensações despertadas pelo processo de desapropriação mostram que a tensão sofrida desde a chegada dos trabalhadores à comunidade gera medo e angústia na população. A perda da propriedade é vista como um processo doloroso, não somente pela perda da habitação, mas, na maioria dos casos por conta da fragilização dos vínculos sociais ali existentes. Logo, o processo de desapropriação é gerador de situações de sofrimento ético-político na comunidade. Contudo, ao mesmo tempo em que o contexto traz padecimento, a força dos vínculos dos sujeitos com o lugar e entre si fez desse contexto um celeiro de ações de resistências, que eram orientadas para potencializar os sujeitos perante os temores vivenciados. Porém, o atual hiato da participação comunitária nas reuniões de informações sobre o processo inspira preocupação, haja vista que, na visão das lideranças, os maiores danos estão por vir. Aparece também nos discursos das lideranças a necessidade de se trabalhar a noção de atingido de forma ampliada, pois todos os moradores, desapropriados ou não, serão afetados pelo processo.

Também se observou que alguns dos impactos da obra na vida dos moradores abordados dizem respeito à dimensão da saúde. Para a maioria destes, o espaço comunitário e os elementos que o compõe são lugares de promoção de saúde. Logo, ser retirado desse lugar é um fator potencial para o desenvolvimento de situações de agravo em saúde, em especial no que se diz respeito à saúde mental. Entre as estratégias propostas, estão a necessidade da inclusão dos aspectos de saúde no plano de medidas compensatórias ou mitigatórias de obras de infraestrutura, ênfase no desenvolvimento de grupos de educação em saúde e necessidade de contemplar a demanda de escuta especializada advinda dos moradores.

Compreendendo os impactos psicossociais como as consequências do empreendimento nos modos de vida da população, conclui-se que as obras do Cinturão das Águas do Ceará ocasionaram, nas comunidades Baixio das Palmeiras e Baixio do Muquém, quatro modalidades de impacto: a) promoção de situações de sofrimento ético-político; b) promoção de situações de fragilização da saúde da população desapropriada; c) fomento ao surgimento de movimentos sociais de resistência e defesa do território; e d) percepção de insegurança perante as próximas etapas da obra. Tal conclusão responde à pergunta de pesquisa e cumpre o objetivo geral desse estudo.

Urge a necessidade de aproximação da Psicologia ao campo da gestão ambiental desde a etapa de diagnóstico das ações relacionadas à desapropriação até o estímulo da participação dos cidadãos em espaços decisórios e a construção das medidas mitigatórias. Como fora ilustrado anteriormente, na Espanha, já existe um instrumento de detecção de impacto social de um grande empreendimento. Cabe o questionamento para pesquisas futuras

sobre como seria a atuação do psicólogo em casos como o pesquisado e a possibilidade de desenvolvimento e aplicabilidade de um instrumento como o DIS/BCD no contexto nacional.

Como pode ser observado no arcabouço teórico desse estudo, os modelos de desenvolvimento influenciam diretamente na construção da agenda das políticas públicas. Quando nos reportamos para o histórico da gestão estadual das águas, percebe-se que, desde os primeiros investimentos em obras hídricas, como a construção do açude Castanhão, até o CAC, essas políticas públicas são, no mínimo, duais. Buscam, de fato, solucionar uma questão real, mas a qual custo? Quem são os verdadeiros beneficiários desses Grandes Projetos de Investimento da pasta? Ela beneficiará também os territórios atingidos ou irá beneficiar públicos que nem ao menos irão ter impactos diretos dessa obra?

Visto isso, aponta-se a necessidade de compreender qual a estrutura econômica que favoreceu a criação da política pública, quem são os atores envolvidos e quais os ideais defendidos pelos autores da proposição elencada. Quando há a ligação cega entre políticas públicas e economia, sem se levar em consideração outras dimensões que perpassam esse processo, está sendo fomentada uma civilização adoecida. É preciso pensar a construção de políticas públicas de forma multidimensional, abordando elementos como a subjetividade do público-alvo da ação, saindo de uma perspectiva linear de construção e avaliação de políticas públicas e trazendo outros saberes, como os da Psicologia, para pensar junto a construção dessa política, desde a construção da agenda.

Finalizando esse percurso, vem-me à cabeça uma fala proferida por um morador em uma atividade onde apresentei minha pesquisa. Esse morador, após a minha apresentação, falou que se sentia grato pelo engajamento de pesquisadores, pois, a cada pesquisa desenvolvida, esta mostrava que lá tinha gente e que essa gente está resistindo. Essa fala sintetiza o quão importante é o papel social de uma pesquisa.

Desde o início da minha trajetória acadêmica, sempre direcionei a minha atuação a partir do entendimento do compromisso social do psicólogo pesquisador com os povos pesquisados. E a experiência descrita nessa dissertação fora uma produção que reafirmou ainda mais minha vontade de trabalhar sob a perspectiva participativa e compromissada com esse público. A identidade Cariri relatada anteriormente e o desejo de trabalhar com contextos rurais foram potencializadores nesse processo de construção do conhecimento. Assim como é dito em uma antiga canção, só deixo meu Cariri, esse estado de espírito que me move a ser pesquisadora, no último pau de arara.

REFERÊNCIAS

- ACSERALD, H; MELLO, C. C. A; BEZERRA, G. N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ALENCAR, H. F. **Participação social e Estima de lugar**: caminhos traçados por jovens estudantes moradores de bairros da Regional III da cidade de Fortaleza pelos Mapas Afetivos. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.
- ALBUQUERQUE, A. B. Desenvolvimentismo nos governos Vargas e JK. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 11., 2015, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: ABPHE, 201. p. 1-28. Disponível em: <https://bit.ly/2LnaCbC>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- ASSARÉ, P. **Cante lá que eu canto cá**: filosofia de um trovador nordestino. 6. ed. Petrópolis: Vozes/Crato: Fundação Pe. Ibiapina, 1986.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ. Crato recebe audiência pública sobre impactos do Cinturão das Águas. *In*: Assembleia Legislativa do Ceará [página oficial da web]. Fortaleza, 4 maio 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2m7JW3Q>. Acesso em: 15 jun. 2018.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ. Águas da transposição devem chegar em 2020, mas Cinturão preocupa deputados. *In*: ASSEMBLEIA Legislativa do Ceará. Fortaleza, 14 jun. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2mtVbEa>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- AUGÉ, M. **Los “no lugares”, espacios del anonimato**: una antropología de la sobremodernidad. Barcelona: Gedisa, 2000.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BARRETO, E. H. F. L. *et al.* Conceitos, inter-relações e transações entre vulnerabilidade e ambiente: uma revisão sistemática da literatura brasileira. **Perspectivas em Psicologia**: Revista de Psicologia y Ciencias Afines, Mar del Plata, v. 14, n.2, p. 93-104, dez. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2mpcWEq>. Acesso em: 08 abr. 2018.
- CARDOSO, Antônio. Bombeamento da transposição é retomado e águas devem chegar ao Ceará no 1º trimestre. *In*: Portal do Governo Estado do Ceará. Fortaleza, 30 ago. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2kAL9k3>. Acesso em: 02 set. 2019.
- BOMFIM, Z. A. C. **Cidade e afetividade**: estima e construção de mapas afetivos de Barcelona e São Paulo. Fortaleza: Edições UFC, 2010.
- BOMFIM, Z. A. C. Afetividade como potência de ação para enfrentamento das vulnerabilidades. *In*: LIMA, A. F.; ANTUNES, D. C.; CALEGARE, M. G. A. (org.). **A psicologia social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil**. Porto Alegre: ABRAPSO, 2015. p. 375-389.

BOMFIM, Z. A. C. Afetividade e ambiente urbano: uma proposta metodológica pelos mapas afetivos. *In*: PINHEIRO, J; GUNTHER, H. (org.). **Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. p. 253-280.

BOMFIM, Z. A. C; DELABRIDA, Z. N. C; FERREIRA, K. P. M. Emoções e afetividade ambiental. *In*: CAVALCANTE, S; ELALI, G. A. (org.). **Psicologia ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente**. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 60-74.

BERTINI, F. M. A. **Mudanças urbanas e afetos**: estudo de uma cidade planejada. 2014. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

BRAZ, M. M. A. **Águas para o Ceará**: experiências de trabalhadores a partir da construção do complexo Castanhão. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

BOUGUERRA, M. L. **As batalhas da água**: por um bem comum da humanidade. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRANDÃO, I. R. **Afetividade e transformação social**: sentido e potência dos afetos na construção do processo emancipatório. Sobral: Edições Universitárias, 2012.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, n. 1, p. 51-62, set. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2Bxs4ED>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Reflexões sobre o novo desenvolvimentismo e o desenvolvimentismo clássico. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 237-265, jun. 2016a. Disponível em: <https://bit.ly/2kwuvlp>. Acesso em: 09 jul. 2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Teoria novo-desenvolvimentista: uma síntese. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p.145-165, jul-dez. 2016b. Disponível em: <https://bit.ly/2mqmIWT>. Acesso em: 09 jul. 2018.

BRASIL. **Lei n.º 9.433, de 8 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Brasília: Presidência da República, 1997.

BRASIL. **Medida provisória n.º 870, de 1º de janeiro de 2019**. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília: Presidência da República, 2019a.

BRASIL. **Decreto n.º 9669, de 2 de janeiro de 2019**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria de Governo da Presidência da República, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE. Brasília, DF: Presidência da República, 2019b.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941**. Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1941.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF: Presidência da República, 2012a.

BRASIL. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012b.

BRITO, A. C. R. **Transformações territoriais no Cariri cearense: o Cinturão das Águas do Ceará (CAC) e o contexto de conflitos no Baixio das Palmeiras**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2016.

CABRAL, D. W. A. **Relação afetiva pessoa-ambiente na Praia do Canto Verde: processo de participação comunitária**. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

CAMPOS, J. N. B. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 82, p. 65-88, out/dez. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2m6X6hE>. Acesso em: 10 jul. 2018.

CARDOSO, G. C. C. **A atuação do estado no desenvolvimento recente do Nordeste**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

CEARÁ. Governo do Estado do Ceará. Secretaria dos Recursos Hídricos. Audiência pública discute primeiro trecho do Cinturão de Águas. *In: GOVERNO do Estado do Ceará*. Fortaleza, 30 jan. 2012a. Disponível em: <https://bit.ly/2kteRHs>. Acesso em: 20 jun. 2019.

CEARÁ. Governo do Estado do Ceará. Secretaria dos Recursos Hídricos. Audiência pública sobre CAC acontece novamente no Crato. *In: GOVERNO do Estado do Ceará*. Fortaleza, 30 jan. 2012b. Disponível em: <https://bit.ly/2l41aiD>. Acesso em: 20 jun. 2019.

CHACON, S. S. Desenvolvimento. *In: BOULLOSA, R. F. (org.). Dicionário para a formação em Gestão Social*. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 48-50.

CASARIN, F; SANTOS, M. **Água: o ouro azul: usos e abusos dos recursos hídricos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

CASARIN, F; SANTOS, M. **O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semiárido**. Fortaleza: BNB, 2007.

CEARÁ. **Lei n.º 11.996, de 24 de julho de 1992**. Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos - SIGERH e dá outras providências. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1992.

CEARÁ. **Atlas eletrônico dos recursos hídricos do Ceará**. Fortaleza: Secretaria de Recursos Hídricos do Estado Ceará, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2mr2GeT>. Acesso em: 15 abr. 2019.

CEARÁ. **Plano de convivência com a seca**. Fortaleza: IPECE, 2015.

CEARÁ. **Estudo de Impacto Ambiental (EIA), Relatório de Impacto Ambiental (Rima)**: estudo de viabilidade técnico-econômica, estudo ambiental e anteprojeto do trecho Jatí - Cariús do Cinturão de Águas do Ceará – CAC. Fortaleza: Secretaria de Recursos Hídricos, 2010.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Referências técnicas para atuação das(os) psicólogas(os) em questões relativas à terra**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013.

CONTAG. Pela autodeterminação dos povos, com soberania alimentar e energética e pela proteção e conservação da sociobiodiversidade e acesso aos bens comuns. *In*: CONTAG (org.). **Cadernos de debates**: desenvolvimento sustentável na perspectiva das mulheres do campo, da floresta e das águas. Caderno 2. Brasília: Cidade Gráfica, 2019.

CRUZ, C. B; SILVA, V. P. Grandes projetos de investimento: a construção de hidrelétricas e a criação de novos territórios. **Sociedade e Natureza**, v. 22, n. 1, Uberlândia, p. 181-190, 2010.

DALLOS, R. Métodos Observacionais. *In*: BREAKWELL, G. M.; FIFE-SCHAW, C.; HAMMOND, S.; SMITH, J. A. (org.). **Métodos de pesquisa em psicologia**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. p.133-155.

FERREIRA, F.; BOMFIM, Z. A. C. Sustentabilidade ambiental: visão antropocêntrica ou biocêntrica? **AmbientalMente Sustentable**, Galícia, v. 1, n. 9-10, p. 37-51, jan./dez. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2mrnPfN>. Acesso em: 08 abr. 2018.

GIULIANI, M. V. O lugar do apego nas relações pessoas-ambiente. *In*: TASSARA, E.; RABINOVICH, E. P.; GUEDES. M. C. (org.). **Psicologia e ambiente**. São Paulo: EDUC, 2004. p. 89-106.

GLEIZER, M. A. **Espinosa e afetividade humana**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

GÓIS, C. W. L. **Saúde comunitária: pensar e fazer**. São Paulo: Hucitec, 2008.

GREENPEACE. **Ações efetivadas e promessas nos primeiros 100 dias de governo Bolsonaro**. Brasília: Greenpeace, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2l3OjNf>. Acesso em: 02 set. 2019.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

HELLER, A. **Teoria de los sentimientos**. Barcelona: Editora Fontamara, 2004.

HIGUICHI, M. I. G; THEODOROVITZ, I. J. Territorialidade(s). *In*: CAVALCANTE, S; ELALI, G A. (org.). **Psicologia ambiental**: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 228-236.

HOWLETT, M; RAMESH, M; PERL, A. **Políticas públicas**: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IORIS, A. A. R. Desenvolvimento nacional e gestão de recursos hídricos no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 85, p. 23–41, jul. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2kCQHKS>. Acesso em: 20 jun. 2019.

MONTEIRO, André. **Invisíveis**. Recife, [s. n.]. 1 vídeo (56 min 52 s). Fiocruz/PE: 2017. Disponível em: <https://bit.ly/38hr8TL>. Acesso em: 07 jul. 2018.

JODELET, D. Os processos psicossociais da exclusão. *In*: SAWAIA, B. B. (org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 56-67.

LANDINI, F. La noción de psicología rural y sus desafíos en el contexto latinoamericano. *In*: LANDINI, F. (org.). **Hacia una psicología rural latinoamericana**. Buenos Aires: CLACSO, 2015. p. 21-24.

LANE, S. T. M. A mediação emocional na constituição do psiquismo humano. *In*: LANE, S. T. M; SAWAIA, B. B. (org.). **Novas veredas da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense Educ, 2006. p. 55-63.

LEITE; J. F. et al. A formação em psicologia para a atuação em contextos rurais. *In*: LEITE; J. F, DIMENSTEIN; M. (org.). **Psicologia e contextos rurais**. Natal: EDUFRRN, 2013. p. 27-55.

MARIN, R. E; OLIVEIRA, A. C. Grandes projetos, violência e impactos socioambientais: atos da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. *In*: NUNES, A. C. (org.). **Acesso à terra e direitos humanos**. Fortaleza: Edições UFC, 2016. p. 223-249.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, jun. 1997. Disponível em: <https://bit.ly/2mcTLNZ>. Acesso em: 03 mar. 2018.

MARTINS, C. M. S. S.; ARRAIS, E. L.; BOMFIM, Z. A. C. Entre a teoria e a prática: apontamentos sobre as possíveis limitações do novo-desenvolvimentismo para o alcance do desenvolvimento sustentável. *In*: ENCONTRO REGIONAL DO CAMPO DE PÚBLICAS-NORDESTE, 5., 2019, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: COE ERECAP, 2019. No prelo.

MEDRADO, B; SPINK, M. J. P; MÉLLO, R. P. Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. *In*: SPINK, M. J. P. et al. (org.). **A produção de informação na pesquisa social**: compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. p. 273-294.

MINISTÉRIO da Integração libera mais R\$ 14,8 milhões para o Cinturão das Águas. *In*: DIÁRIO do Nordeste. Fortaleza, 13 ago. 2018. Disponível em: <https://glo.bo/2m5wJZw>. Acesso em: 23 mar. 2019.

- MORAIS, L.; SAAD-FILHO, A. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Revista Economia Política**, São Paulo, v. 31, n. 4, p. 507-527, dez. 2011.
- MORENO, E; POL, E. **Nociones psicosociales para la intervención y la gestión ambiental**. (Monografías Socioambientales- vl. 14). Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona, 1999.
- MOSER, G. **Introdução à psicologia ambiental: pessoa e ambiente**. Campinas: Alínea, 2016.
- MOURÃO, A. R. T; CAVALCANTE, S. Identidade ao Lugar. *In*: CAVALCANTE, S; ELALI, G. A. (org.). **Temas básicos em psicologia ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 208-216.
- NOBRE, F. W. **Baixio das Palmeiras: apontamentos geográficos, culturais e historiográficos**. Juazeiro do Norte: BSG, 2015.
- NOBRE, F. W. **Os efeitos do Cinturão das Águas do Ceará (CAC) no distrito de Baixio das Palmeiras, Crato - CE**. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável, Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, 2017.
- OBRAS hídricas do Nordeste trazem esperança e causam transtornos. *In*: DIÁRIO do Nordeste. Fortaleza, 07 fev. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2m43syv>. Acesso em: 23 mar. 2019.
- OLIVEIRA, M. K. O problema da afetividade em Vygotsky. *In*: LA TAILLE, Y; OLIVEIRA, M. K; DANTAS, H. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus Editorial, 1992. p. 75-84.
- OLIVEIRA, R. **O Baixio preocupado**. Crato: [Folheto de cordel]/Raimundo Oliveira. [S. l.], s. n.]: 2013.
- PACHECO, F. P. **Afetividade e implicações psicosociais vividas pelos moradores de uma comunidade ameaçada de desapropriação em Fortaleza**. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.
- PERES, F. Saúde, trabalho e ambiente no meio rural brasileiro. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 1995-2004, 2009.
- PINHEIRO, J. Q.; GÜNTHER, H; GUZZO, R. S. L. Psicologia ambiental: área emergente ou referencial para um futuro sustentável? *In*: GÜNTHER, H; PINHEIRO, J. Q. H.; GUZZO, R. S. L. (org.). **Psicologia ambiental: entendendo a relação do homem com seu ambiente**. Campinas: Editora Alínea, 2006. p. 7-14.

PINTO, B. F. G; VIEIRA, P. R. S. A desapropriação como espécie de responsabilidade civil objetiva. **Revista Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 40, p. 45-67, 2014.

PINTO, D. G; MONZONI NETO, M. P; ANG, H. G. **Grandes obras na Amazônia: aprendizados e diretrizes**. São Paulo: FGV-EAESP/FGVces, 2018.

PIROLI, E. L. **Água: por uma nova relação**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

POL, E. A gestão ambiental, novo desafio para psicologia do desenvolvimento sustentável. **Estudos de psicologia**, Natal, v. 8, n. 2, p. 235-243. 2003. Disponível em: <https://bit.ly/2m8cUAV>. Acesso em: 21 maio 2018.

POL, E. El modelo dual de la apropiación del espacio. *In*: GARCÍA-MIRA, R; SABUCEDO, J. M; ROMAY, J. (Eds.). **Psicología y medio ambiente: aspectos psicosociales, educativos y metodológicos**. Coruña: Asociación Galega de Estudios e Investigación Psicosocial-Publiedisa, 2002. p. 123-132.

POL, E.; MORENO, E.; CASTRECHINI, A. Gestión ambiental como gestión de comportamientos. *In*: ARAGONÉS, J. I.; AMÉRIGO, M. (eds.). **Psicología ambiental**. Madrid: Pirámide, 2010.

QUIVY, R., VAN CAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992.

REGO, T. C. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Petrópolis: Vozes, 2014.

SABOIA, A. L. **Água para quem? Os meandros da gestão de recursos hídricos no estado do Ceará**. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SARAVIA, E; FERRAREZI, E. (org.). **Políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2006.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. *In*: SAWAIA, B. B. (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 99-119.

SAWAIA, B. B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 364-372, set. dez. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2kz05iu>. Acesso em: 14 abr. 2018.

SAWAIA, B. B; MAGIOLINO, L. S. As nuances da afetividade: emoção, sentimento e paixão. *In*: BANKS-LEITE, L; SMOLKA, A. L. B.; ANJOS, D. D. (org.). **Diálogos na perspectiva histórico-cultural**: interlocuções com a clínica da atividade. Campinas: Mercado das Letras, 2016. p. 61-86.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage, 2013.

SCHNEIDER, S; BLUME, R. Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 107, jul. dez. 2004. p. 109-135. Disponível em: <https://bit.ly/2kzo6WF>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SECRETARIA DE OBRAS HÍDRICAS DO CEARÁ (SOHIDRA). **Projeto São José**. Fortaleza: Secretaria de Recursos Hídricos do Estado Ceará, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2kSZAAd>. Acesso em: 15 maio 2019.

SIEBRA, L.G.M et al. Metodologias de investigação-ação em psicologia ambiental. **Revista Extensão em Ação**, Fortaleza, v. 1, n. 8, p. 42-55, jun. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2kT71HC>. Acesso em: 14 abr. 2019.

SIEBRA, L. M. G.; BOMFIM, Z. A. C. C.; MATOS, T. G. R. El proceso de traslado de una ciudad: aportaciones desde la psicología ambiental. *In*: CONGRESO DE PSICOLOGÍA AMBIENTAL, 9., 2006, Madrid. **Anais [...]**. Madrid: Editorial UAM, 2006. v. 1. p. 259-263.

SILVA, D. R.; SAMPAIO, J. L. F. Do combate à convivência com a escassez de água no semiárido cearense. *In*: SAMPAIO, J. L. F. et al. **Espaços, natureza e resistência camponesas no Nordeste**. Fortaleza: Edições UFC, 2014. p. 321-346.

SILVA, R. G. Desapropriação e direito à moradia: as especificidades da população de baixa renda. **Revista Direito Administrativo Contemporâneo**, São Paulo. v. 24, p. 1-15, mar-jun. 2016.

SPINOZA, B. **Ética**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SUASSUNA, J. **Convivência com o semiárido**: água. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/ Assembleia Legislativa/Sistema de Transmissão Nordeste, 2015.

SUASSUNA, J. As águas do nordeste e o projeto de transposição do Rio São Francisco. **Cadernos do CEAS**: Revista Crítica de Humanidades, Salvador, n. 227, p. 26-36, jun. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2m7oj3O>. Acesso em: 15 maio 2019.

TENÓRIO, F. G. **Cidadania, território e atores sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

TITTONI, J; JACQUES, M. G. C. Pesquisa. *In*: JACQUES, M. G. C. et al. (org.). **Psicologia Social Contemporânea**: livro-texto. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 73-85.

TOASSA, G; SOUZA, M. P. R. As vivências: questões de tradução, sentidos e fontes epistemológicas no legado de Vigotski. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 757-779, jan. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2l6lYpJ>. Acesso em: 17 jun. 2018.

TUAN, Y. **Topofilia**: um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

TUAN, Y. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VAINER, C. B. Conceito de “atingido”: uma revisão do debate. *In*: ROTHMAN, F. D. (ed.). **Vidas alagadas**: conflitos socioambientais licenciamento e barragens. Viçosa: Ed. UFV, 2008. p. 39-62.

VAINER, C. B.; ARAÚJO, F. G. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VAINER, C. B.; ARAÚJO, F. G.; VIEIRA, F. B. **O que fazer quando uma hidrelétrica “bate à sua porta”**: os impactos sociais e ambientais: manual do atingido. Rio de Janeiro: Movimento dos Atingidos por Barragem, 2005.

VALERA, S.; POL, E. El concepto de identidad social urbana: una aproximación entre la psicología social y la psicología ambiental. **Anuário de Psicologia**, Barcelona, n. 62, p. 5-24. 1994. Disponível em: <https://bit.ly/2EDxkWU>. Acesso em: 21 nov. 2018.

VAN DER VEER, R.; VALSINER, J. **Vygotsky**: uma síntese. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

VIDAL, T.; POL, E. La apropiación del espacio: una propuesta teórica para comprender la vinculación entre las personas y los lugares. **Anuario de psicología**, Barcelona, v. 36, n. 3, p. 281-298, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/2Y3YqEj>. Acesso em: 21 nov. 2018.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Revista Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago./dez. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/215GjeF>. Acesso em: 18 jun. 2018.

VYGOSTKY, L. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VYGOSTKY, L. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

VYGOSTKY, L. A crise dos sete anos. *In*: VYGOTSKY, L. **Obras escogidas**. Tomo IV. Madrid: Visor y A. Machado Libros, 2006. p. 377-386.

VYGOSTKY, L. Quarta aula: a questão do meio na pedologia. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 681-701, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2kzHV01>. Acesso em: 15 jun. 2018.

VYGOSTKY, L. **Teoría de las emociones**. Madrid: Akal, 2004.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. *In*: SAWAIA, B. B. (org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 17-27.

APÊNDICES

**APÊNDICE A – TERMO DE DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(TCLE)**



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
CENTRO DE HUMANIDADES DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Convidamos você, _____,
RG: _____, a participar da pesquisa “**Afetividade em contextos de desapropriação: impactos psicossociais das obras do Cinturão das Águas do Ceará em comunidades rurais do município do Crato-CE**”, desenvolvida no distrito rural Baixio das Palmeiras. Os dados obtidos nesta investigação servirão à construção da dissertação de mestrado da pesquisadora Cícera Mônica da Silva Sousa Martins, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), sob a orientação da professora Dra. Zulmira Áurea Cruz Bomfim. A pesquisa não dá direito a qualquer retorno financeiro ao participante, no entanto oferecemos como benefício os resultados obtidos de modo a contribuir com reflexões sobre a temática abordada.

Caso aceite, você participará da aplicação do Instrumento Gerador dos Mapas Afetivos, no qual é solicitado que você elabore um desenho e, em seguida, responda algumas questões relacionadas a ele. Com a sua permissão, a entrevista será gravada com o gravador portátil para que as informações sejam melhores registradas e analisadas posteriormente para a pesquisa. Ressaltamos que seu nome não será identificado na atividade em questão, bem como não serão fornecidas informações a terceiros que possam lhe identificar. Assim, seu nome não será citado na dissertação, artigos, relatórios ou qualquer outro meio de divulgação da pesquisa.

A pesquisa não oferece riscos à integridade física dos participantes, no entanto poderá gerar desconforto ao responder perguntas sobre a afetividade com relação ao lugar, que não são prejudiciais aos participantes nem impedem o andamento da pesquisa. A aceitação ou recusa em participar desta pesquisa não acarretará qualquer contratempo, desconforto ou

prejuízo físico, mental ou material a você. Você também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, solicitando que suas informações sejam retiradas, sem que isto implique qualquer prejuízo para você. Além disso, você terá acesso a qualquer momento às informações relacionadas à pesquisa. Em caso de dúvidas e desistência, você poderá entrar em contato com a pesquisadora por meio do email monicamartins_sousa@hotmail.com, pelo telefone (88) 98861-9057, ou pela Coordenação do Mestrado Acadêmico em Psicologia da UFC, situada à Avenida da Universidade, 2762 – Benfica, Fortaleza, CEP: 60.020-180, telefone: (85) 3366-7661 ou (85) 3366-7651.

ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC/PROPESQ: Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo, fone: 3366- 8344/46. (Horário: 08:00-12:00 horas de segunda a sexta-feira). O CEP/UFC/PROPESQ é a instância da Universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

Caso aceite participar, solicitamos que assine esse documento, que será expedido em duas vias, ficando uma com o pesquisador e outra com você.

Crato, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante da pesquisa

Cícera Mônica da Silva Sousa Martins
Assinatura da pesquisadora

APÊNDICE B – INSTRUMENTO GERADOR DOS MAPAS AFETIVOS

Faça um desenho que demonstre sua forma de ver, sua forma de representar ou sua forma de sentir a comunidade onde você mora.

1. Agora vamos falar sobre o desenho que você fez! Não existem respostas certas ou erradas, boas ou ruins, mas sim suas opiniões e impressões.

1.1 Explique o que você quis mostrar com esse desenho:

1.2 Descreva os sentimentos que o desenho lhe desperta:

1.3 Resuma em seis palavras seus sentimentos em relação ao desenho:

- a) _____ b) _____
c) _____ d) _____
e) _____ f) _____

2. Abaixo você encontrará algumas perguntas sobre a comunidade onde mora. Lembre-se de que não existem respostas certas ou erradas, mas sim a sua opinião.

2.1 Caso alguém lhe perguntasse o que acha da comunidade onde você mora, o que você diria?

2.2 Se você tivesse que fazer uma comparação entre a comunidade onde você mora e alguma coisa, com o que você compararia? Por quê?

3. Gostaríamos agora de fazer algumas perguntas sobre a sua relação com a comunidade onde você mora perante o processo de desapropriação decorrente das obras do Cinturão das Águas do Ceará.

3.1 Há quanto tempo você reside nessa comunidade? Como você chegou a morar nessa comunidade?

3.2: Você já foi desapropriado de sua propriedade por conta das obras do Cinturão das Águas do Ceará?

Sim Não

Obs: Caso responda Sim, responder questão 3.2.1 e caso responda Não, responder questão 3.2.2.

3.2.1 Como ocorreu o processo de desapropriação vivenciado por você na comunidade?
Como isso afetou seu dia a dia?

3.2.2 Como a ameaça de desapropriação tem afetado seu dia a dia?

3.3 Como você ficou sabendo sobre chegada das obras do Cinturão das Águas do Ceará em sua comunidade?

3.4 Como você se sentiu ao saber da chegada dessa obra em sua comunidade?

3.5 Você faz parte a algum grupo ou movimento social em sua comunidade? (Ex: Fóruns, Conselhos, Associações, Sindicatos, etc.)

Sim () Não ()

Caso sim, que tipo de grupo ou movimento e onde este se localiza? Como é sua participação nesse espaço?

4. As frases abaixo referem-se a avaliações, impressões e sentimentos que você pode ter sobre vários lugares. Pensando na sua comunidade, leia atentamente cada uma e indique seu nível de concordância. Para isso, considere os números ao lado de cada afirmação. Por favor, procure não deixar itens em branco e, sabendo que não há respostas certas ou erradas, tente responder da forma mais sincera possível.

A sua COMUNIDADE é um lugar QUE/ONDE:	Discordo totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
1. Considero como algo meu.	1	2	3	4	5

2. Está poluído.	1	2	3	4	5
3. Tenho a sensação de que estou desamparado.	1	2	3	4	5
4. Me sinto sossegado.	1	2	3	4	5
5. Não trocaria por nada.	1	2	3	4	5
6. Considero parte da minha história.	1	2	3	4	5
7. Parece abandonado.	1	2	3	4	5
8. Desconfio das pessoas.	1	2	3	4	5
9. Me envergonha.	1	2	3	4	5
10. Há riscos.	1	2	3	4	5
11. Sinto medo.	1	2	3	4	5
12. É ruim.	1	2	3	4	5
13. O perigo é constante.	1	2	3	4	5
14. Acho feio.	1	2	3	4	5
15. Me indigna.	1	2	3	4	5
16. Tenho oportunidades.	1	2	3	4	5
17. Me sinto tranquilo.	1	2	3	4	5
18. Com estruturas precárias.	1	2	3	4	5
19. Se não estou nele, quero voltar.	1	2	3	4	5
20. Me sinto identificado com ele.	1	2	3	4	5
21. Admiro por sua beleza.	1	2	3	4	5
22. Me deixa com raiva.	1	2	3	4	5
23. Sinto que faço parte.	1	2	3	4	5
24. Me sinto sufocado.	1	2	3	4	5
25. As coisas que acontecem nele são importantes para mim.	1	2	3	4	5
26. Tenho prazer.	1	2	3	4	5
27. É atraente para mim.	1	2	3	4	5

A sua COMUNIDADE é um lugar QUE/ONDE:	Discordo totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
28. Sinto que estou desprotegido.	1	2	3	4	5
29. Me deixa orgulhoso.	1	2	3	4	5
30. Me sinto inseguro.	1	2	3	4	5
31. É desprezível.	1	2	3	4	5
32. Amo.	1	2	3	4	5
33. Devo estar alerta.	1	2	3	4	5
34. Me divirto.	1	2	3	4	5
35. Tem tudo a ver comigo.	1	2	3	4	5
36. Está destruído.	1	2	3	4	5
37. Tenho a sensação de que algo ruim pode acontecer.	1	2	3	4	5
38. Há sujeira.	1	2	3	4	5
39. Defenderia se necessário.	1	2	3	4	5
40. Tudo pode acontecer.	1	2	3	4	5
41. Me sinto apegado.	1	2	3	4	5

5. Por último, precisamos saber um pouco mais sobre você.

Qual sua idade? _____

Qual seu sexo? () Masculino () Feminino

Qual o seu nível de escolaridade?

() Sem estudos

() Ensino médio completo

() Ensino fundamental incompleto

() Ensino superior incompleto

() Ensino fundamental completo

() Ensino superior completo

() Ensino médio incompleto

() Pós-Graduação

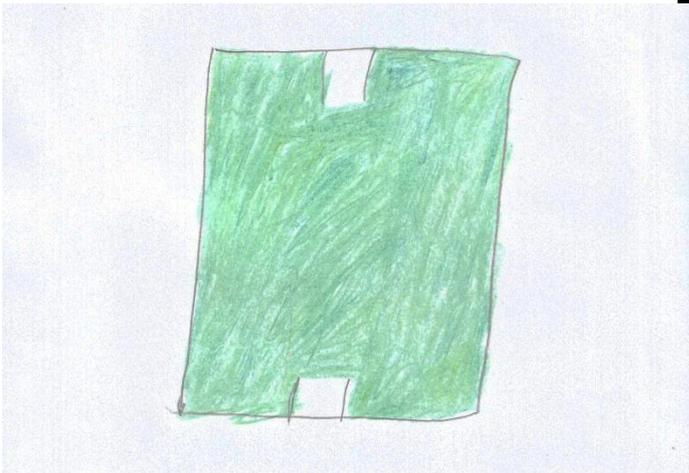
De qual cidade você veio? _____

Há quanto tempo mora nesta comunidade _____

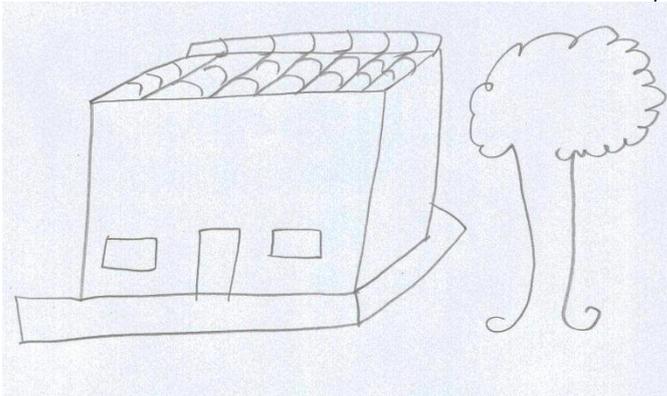
Quantas pessoas moram com você? _____

Qual a renda mensal da sua casa? _____

**APÊNCIDE C – MAPAS AFETIVOS DAS COMUNIDADES BAIXIO DAS
PALMEIRAS E BAIXIO DO MUQUÉM**

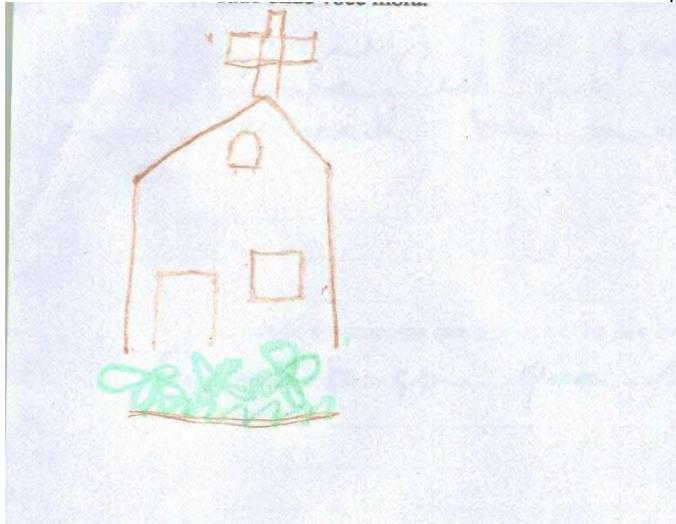
Nome: Seu Boneco Sexo: M Idade: 54 anos Comunidade: Baixio do Muquém Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto Tempo de residência: 54 anos			
Mostrar que tem muito movimento na comunidade, local turístico, por isso o campo. Lazer do final de semana.	A comunidade é tudo pra mim, é tudo pra mim.	Feliz, Satisfação, me sinto em casa, bem, amizade, conhecimento (no sentido de conhecer o lugar), atração.	Como uma coisa sem fim. É minha casa.
		A comunidade casa é aquela em que a sua agradabilidade é percebida pela sensação de bem estar, familiaridade e atração, a partir das atividades de lazer que a comunidade proporciona, trazendo satisfação, amizade e conhecimento.	
Estrutura: Cognitivo		Imagem: Agradabilidade	
Escala Estima de Lugar (EDL): 48			

Nome: Estrela Sexo: F Idade: 55 anos Comunidade: Baixio do Muquém Escolaridade: Ensino Superior Incompleto Tempo de residência: 55 anos			
A casa representa famílias e animais que precisam de cuidados. Tem	É bom, é um dos lugares melhores do Crato porque todo mundo conhece todo mundo, tem apoio.	Tristeza, porque tenho que morar em uma casa apropriada para mim, preciso de água encanada. Solidão, por morar sozinha,	Um quadrado. Porque umas pessoas são legais e outras não são, são quadradas. A comunidade também parece um quadrado.

gato e galinha.		tem pouco lazer. Tristeza, solidão, felicidade, alegria, saúde, tranquilidade.	
		<p>A comunidade quadrado é aquela os que seus contrastes estão presentes na tristeza de morar em uma casa que não é apropriada para sua moradia, a solidão por morar sozinha, ao mesmo tempo em que possui sentimentos de alegria e de tranquilidade vivenciados nessa comunidade.</p>	
<p>Estrutura: Cognitivo</p>			
<p>Escala Estima de Lugar (EDL): 1</p>		<p>Imagem: Contraste Potencializador</p>	

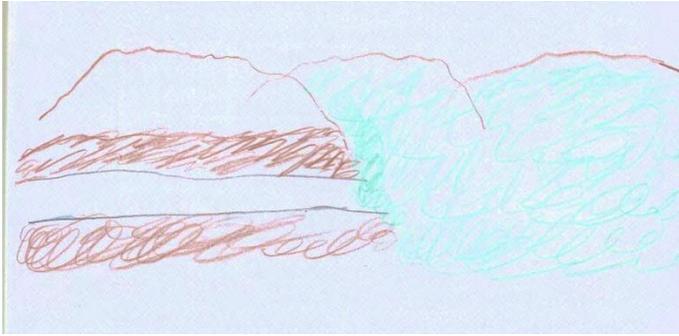
<p>Nome: Chefia Sexo: F Idade: 73 anos Comunidade: Baixio do Muquém</p>			
<p>Escolaridade: Ensino Médio Completo Tempo de residência: 73 anos</p>			
<p>A igreja porque é onde se reuni todas as pessoas da comunidade, lembra a igreja do Muquém. O coração refere a comunidade, junta todo mundo e forma um coração, amor e amizade.</p>	<p>É uma comunidade boa, que considera todo mundo, linda, lugar divertido, de paz, tranquilidade e amor ao próximo.</p>	<p>Amor, alegria, união das pessoas, paz, tranquilidade, felicidade se sente bem e feliz.</p>	<p>Um coração, por ser de união, de alegria e de tudo. Porque no coração cabe tudo, lugar onde guardamos sentimentos.</p>

	<p>A comunidade coração é aquela que em seu pertencimento é visível no senso de união, amor e amizade, pela visão da comunidade como lugar que junta todo mundo e promove amor ao próximo.</p>
<p>Estrutura: Metafórico</p>	
<p>Escala Estima de Lugar (EDL): 21</p>	<p>Imagem: Pertencimento</p>

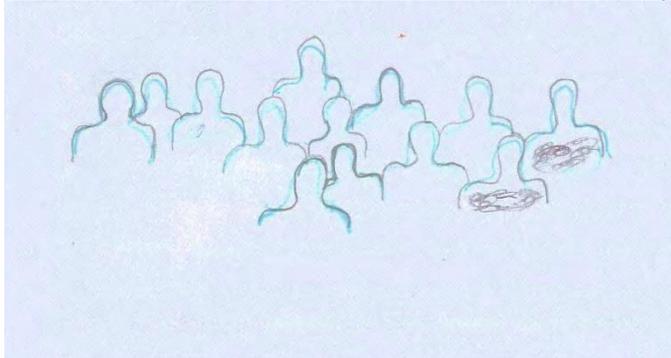
<p>Nome: Coração Sexo: F Idade: 73 anos Comunidade: Baixio do Muquém Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto Tempo de residência: 37 anos</p>			
<p>A igreja porque eu gosto, por ter afinidade, eu gosto de rezar, da confissão e representa bem a comunidade.</p>	<p>Acho bom, acho tranquilo. Gosto, mas seu eu não gostar daqui, aonde eu vou gostar? Aqui tá bom, só que eu queria que meu esposo tivesse aqui. Mas tem que ver, só que Deus levou ele, pedir por saúde e paz pra ficar bem.</p>	<p>Sinto força para seguir meu caminho. Força, paz, felicidade, saúde, feliz, tranquilidade.</p>	<p>Lugar de paz, lugar de abrigo, de amigo, tem muitos habitantes. Para onde a gente olha encontra a paz.</p>
		<p>A comunidade lugar de paz é aquela que em seu pertencimento remete uma sensação de tranquilidade, força e abrigo, que faz com que a moradora consiga se fortalecer perante o luto vivenciado pela perda do esposo.</p>	
<p>Estrutura: Cognitivo</p>			
<p>Escala Estima de Lugar (EDL): 12</p>		<p>Imagem: Pertencimento</p>	

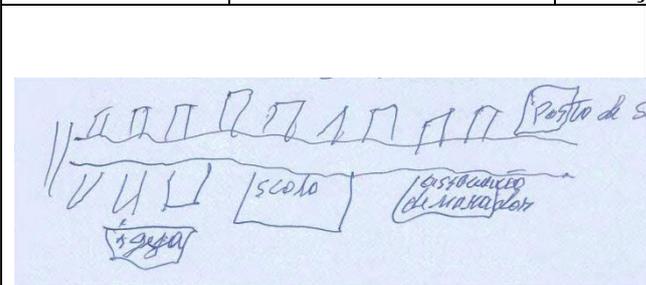
Nome: Borboleta Sexo: F Idade: 46 anos Comunidade: Baixio do Muquém			
Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto		Tempo de residência: 46 anos	
Amor, alegria, felicidade, eu me sinto feliz, eu gosto muito de flor, esse desenho significa amor, guarda coisa boa no coração, acima de tudo negativo que a gente passa.	Eu acho muito boa, eu me sinto bem, quando eu vou para um lugar longe e volto pra casa eu acho bom, sinto saudades quanto saio daqui.	Alegria, felicidade, é como quando estou aguando minhas plantas, sinto paz e prazer em cuidar, que nem minhas roseiras. Alegria, amor, paz, se sente bem, prazer, felicidade.	Como roseiras. Porque eu me sinto feliz aqui, me sinto bem, me identifico com o lugar. Eu sinto muito amor pelas roseiras e pelas coisas da natureza, uma vez quebraram um galho da minha roseira e até chorei.
		A comunidade roseira é aquela em que seu pertencimento é perceptível pela sensação de amor, alegria, de identidade com o lugar e com a natureza, o que sobrepõe as coisas negativas que a moradora passa.	
Estrutura: Metafórico			
Escala Estima de Lugar (EDL): 16		Imagem: Pertencimento	

Nome: Jonas Sexo: M Idade: 38 anos Comunidade: Baixio da Palmeiras			
Escolaridade: Ensino Superior Completo		Tempo de residência: 38 anos	
Perda de Espaço. O lugar representado é um lugar importante para mim. É um lugar utilizado para apreciação e reflexão, que vai ser afetado	A melhor comunidade que se tem. Se eu não valorizar minha comunidade, quem vai valorizar? Já andei em muitos lugares, mas igual ao baixio não há. Minha identidade é aqui, nunca morei em outro canto, me sinto muito	A influencia negativa da obra na nossa vida, gera tristeza, porque não vamos ter mais esse espaço, vai ter um rio de concreto atravessando. Tristeza, indignação, insatisfação, limitação, angústia, sofrimento.	Uma pessoa acolhedora. Porque todos que vem pra cá ficam satisfeitos, a população é acolhedora e nós dos movimentos sociais fazemos o possível para articular a

<p>pela obra. Todo esse lugar e o pé de serra vai ser afetado pelo CAC e vai modificar totalmente o Baixio. Impacta o visual e o emocional, pois o acesso até lá vai ficar impossibilitado.</p>	<p>bem, não trocaria por outro lugar.</p>		<p>comunicação com os pesquisadores.</p>
 <p>Estrutura: Cognitivo</p>		<p>A comunidade pessoa acolhedora é aquela que os seus contrastes estão presentes na tristeza, angústia e sofrimento gerados pela perda de espaços decorrente da obra do CAC, ao mesmo tempo que possui sentimentos de acolhimento, identificação e satisfação com a comunidade e a população.</p>	
<p>Escala Estima de Lugar (EDL): 33</p>		<p>Imagem: Contraste Potencializador</p>	

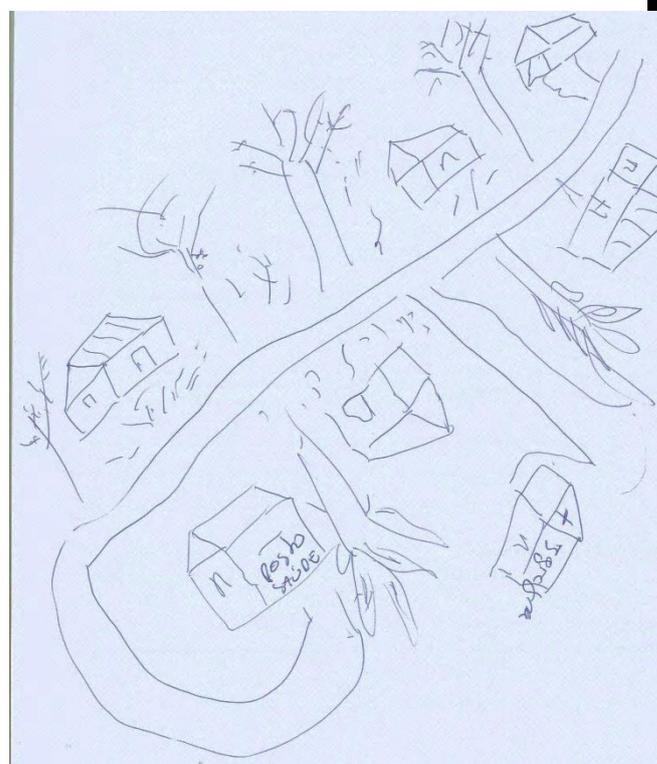
<p>Nome: Fuí Sexo: M Idade: 52 anos Comunidade: Baixio da Palmeiras Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto Tempo de residência: 52 anos</p>			
<p>Como pessoas do bem e de boa vontade que conseguimos lutar em defesa de nossos direitos.</p>	<p>Comunidade pacata, acolhedora e solidária.</p>	<p>Sentimento de união e encorajamento para defesa de direitos e justiça. Coragem, resistência, luta, união, solidariedade, transformação.</p>	<p>Família, porque a família é base de tudo.</p>
<p></p>			

	<p>A comunidade família é aquela em que seus contrastes se manifesta a partir do sentimento de união e encorajamento para a defesa de direitos e justiça, da solidariedade existente e da resistência, em contraponto a angústia e preocupação gerada pela chegada do CAC na comunidade.</p>
<p>Estrutura: Metafórico</p>	
<p>Escala Estima de Lugar (EDL): 1</p>	<p>Imagem: Contraste Potencializador</p>

<p>Nome: Cariri Sexo: M Idade: 76 anos Comunidade: Baixio da Palmeiras</p>			
<p>Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto Tempo de residência: 76 anos</p>			
<p>Estrutura da comunidade: escola, estrada e associação.</p>	<p>É excelente, ótima, é um pedaço do céu, acho melhor do que a cidade do Crato. Queria se enterrar aqui, mas não pode.</p>	<p>Que é membro da entidade e eu sinto que como membro tenho que me responsabilizar por eles (moradores da comunidade). Me sinto bem, me sinto feliz, a única coisa que me faz sentir mal é a desapropriação. Não posso viver sem essa estrutura. Feliz, Triste com os desastres, incapaz, incerteza, decepção com o Estado, esforço.</p>	<p>Comparo com o Céu. Se lá no céu for que nem o Baixio já tá bom demais pra mim e se for melhor, melhor ainda. Por que é aqui que eu nasci, vivo, criei meus filhos, me sinto bem, minhas esposas (2 casamentos) foram daqui, tudo isso faz com que a gente ame.</p>
		<p>A comunidade céu é aquela que os seus contrastes estão presentes na sensação de tristeza, incerteza e decepção com o Estado por conta da desapropriação, ao mesmo tempo que a estrutura da comunidade é vista como ótima, melhor do que a cidade, que faz ele se sentir membro e se responsabilizar por ela.</p>	
<p>Estrutura: Cognitivo</p>			
<p>Escala Estima de Lugar (EDL): 16</p>		<p>Imagem: Contraste potencializador</p>	

Nome: Granjeiro **Sexo:** M **Idade:** 59 anos **Comunidade:** Baixio do Muquém
Escolaridade: Ensino Superior Completo **Tempo de residência:** 59 anos

Uma vila organizada em seu bem estar e a organização comum.	Uma localidade de muita bondade, calor humano, paz, carinho e fraternidade.	Associação, bem-estar, religião, educação, festividades, Amizade, calor humano, humanidade, fraternidade, convicção, valorização.	Rio de Janeiro, ou seja, uma localidade de muito bem estar para todos e muita felicidade.
---	---	---	---



A comunidade Rio de Janeiro é aquela em que o **pertencimento** é perceptível no senso de organização, calor humano, fraternidade e bem estar que ela remente.

Estrutura: Cognitivo

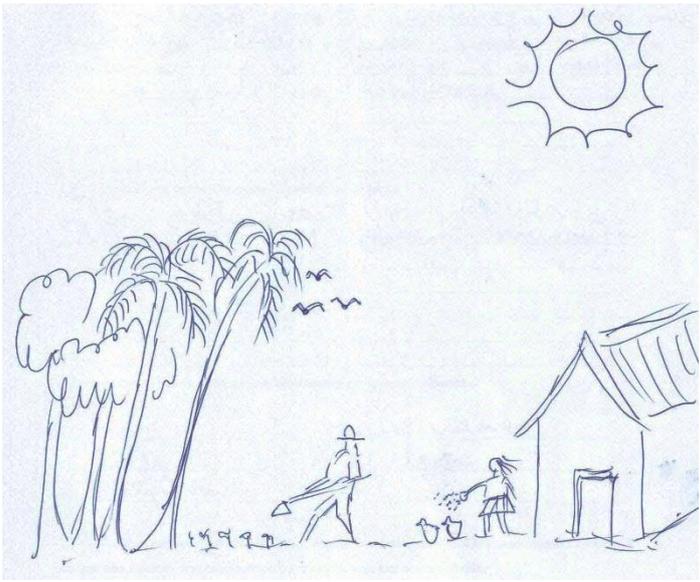
Escala Estima de Lugar (EDL): 30

Imagem: Pertencimento

Nome: Soldadinho do Araripe **Sexo:** M **Idade:** 43 anos **Comunidade:** Baixio da Palmeiras

Escolaridade: Pós-Graduação **Tempo de residência:** 43 anos

A relação com a natureza, não uma natureza	Um lugar especial, onde é possível viver efetivamente o sentido de	Paz, afeto, partilha, felicidade, “medo” com as possíveis mudanças.	Uma árvore com frutos, flores e insetos,
--	--	---	--

externa, mas uma interna com o homem e a mulher como parte da natureza.	comunidade, comunhão com as pessoas e com a natureza.		passarinhos, cores, odores, sombra, etc. Mas há várias pessoas (Estado) rondando a árvore para derrubá-la.
		<p>A comunidade árvore frutífera é aquela em que o Contraste Potencializador é manifestado a partir da possibilidade de viver de forma efetiva o sentimento de comunhão entre membros da comunidade e a natureza do entorno, mesmo com o temor das possíveis mudanças.</p>	
<p>Estrutura: Metafórico</p>			
<p>Escala Estima de Lugar (EDL): 38</p>		<p>Imagem: Constraste Potencializador</p>	

<p>Nome: Salgado Sexo: M Idade: 56 anos Comunidade: Baixio da Palmeiras</p>			
<p>Escolaridade: Ensino Fundamental Completo Tempo de residência: 56 anos</p>			
<p>Quis mostrar as árvores e as casas.</p>	<p>Uma comunidade muito boa para morar.</p>	<p>Fica muito triste com o que tá acontecendo na comunidade. Triste, acolhido, medo, feliz, melhores, realizado.</p>	<p>Comunidade melhor do mundo, uma comunidade para morar tranquilo.</p>

	<p>A comunidade melhor do mundo é aquela em que os seus contrastes estão presentes os sentimentos de tristeza e medo do que estão acontecendo na comunidade (CAC), ao mesmo tempo da sensação de acolhida, bonança e tranquilidade da sua vida na comunidade.</p>
<p>Estrutura: Cognitivo</p> <p>Escala Estima de Lugar (EDL): 12</p>	<p>Imagem: Contraste potencializador</p>

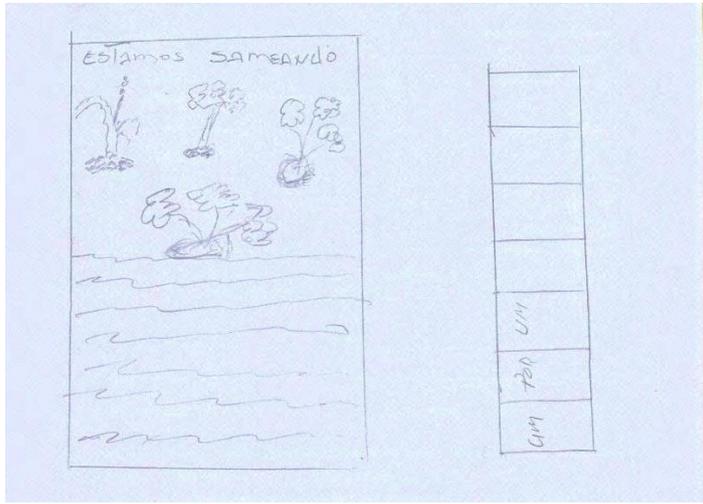
Nome: Patativa **Sexo:** M **Idade:** 61 anos **Comunidade:** Baixio do Muquém
Escolaridade: Ensino Fundamental incompleto **Tempo de residência:** 23 anos

Estamos semeando uma semente e tenho certeza que iremos colher bons frutos. E a escada é porque não podemos atropelar o dia-a-dia, temos que começar de baixo, subir aos poucos, degrau por degrau.

Sem palavras, nosso Baixio é tudo para quem convive no dia-a-dia, respeito pelas pessoas, o fato de vocês da universidade estarem aqui já é um fruto importante que estamos colhendo, só sabe quem tá aqui.

Um dos sentimentos é que cada um de nós deveria pensar que o que é plantado é que se colhe, precisamos estar próximos, a união faz a força. Sinto a prosperidade, por mais dificuldade que a gente tenha, quando a gente planta, colhe. União, perseverança, amor, paz, fraternidade, coerência.

Comparo com um jardim de flor, uma nascente de água cristalina, um jardim de bons fluídos, uma planta brotando flores e frutos, porque eu sinto isso, por mais que a gente tenha dificuldade em agregar as pessoas, por mais que a gente saiba que pode mudar nossa realidade, sinto necessidade de integrar, as pessoas

			<p>parecem estar relutantes por uma tristeza, sei lá. Dificuldades no trabalho comunitário, má interpretações sobre o trabalho de um líder comunitário.</p>
		<p>A comunidade jardim é aquela em que o pertencimento remete a percepção da relação entre o agricultor e seu plantio, onde a união, o amor, a fraternidade fazem com que se gere bons frutos no tempo certo.</p>	
<p>Estrutura: Metafórico</p>		<p>Imagem: Pertencimento</p>	
<p>Escala Estima de Lugar (EDL): 32</p>			

Nome: Bárbara **Sexo:** F **Idade:** 45 anos **Comunidade:** Baixio do Muquém
Escolaridade: Ensino Fundamental Completo **Tempo de residência:** 45 anos

<p>Relação com o trabalho com a igreja Sagrada Família, que tem muito a ver com sua vida.</p>	<p>Boa, porque tem assim, quando uma pessoa está precisando de ajuda, as pessoas se reúnem e ajudam de todas as formas, com oração, mantimento, ajuda financeira, se ajuda pra valer.</p>	<p>Paz, porque eu posso está agitada da forma que eu tiver, nessa hora que rezo e renovo minhas energias, sinto tudo novo, tem vontade de carregar tudo outra vez. Paz, gratidão, alegrias, tranquilidade, respeito, saúde.</p>	<p>Tipo o Sol, porque tem horas que tá quente (movimentado), e tem horas que tá aquele sol ameno (tranquilidade), porque o sol</p>
---	---	---	--

			é assim, uma hora tá bem gostoso e outra tá quente.
		<p>A comunidade sol é aquela em que o contraste se manifesta pelo prevailecimento da união, das redes de apoio comunitário, da sensação de paz e tranquilidade, e também porque assim como o sol, ora tá quente, ora está ameno.</p>	
Estrutura: Cognitivo			
Escala Estima de Lugar (EDL): 16		Imagem: Potencializador	Contraste

Nome: Batateiras **Sexo:** M **Idade:** 50 anos **Comunidade:** Baixio da Palmeiras

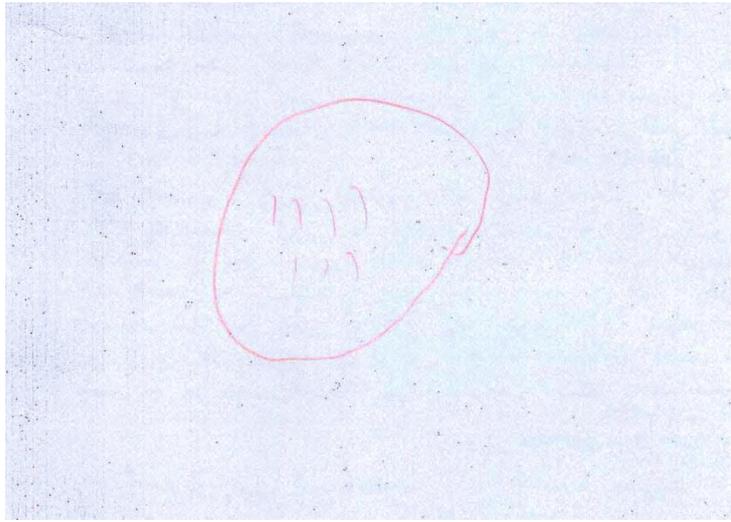
Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto **Tempo de residência:** 50 anos

Um circulo, Porque é uma comunidade grande, unida, ajudam a gente, o povo faz caridade, são caridosos, são pessoas muito boas. Quando tem uma pessoa doente a comunidade, todo mundo, se junta pra ajudar. Tem um senhor com um tumor na coluna e não tinha dinheiro para operar e juntou todo mundo e fez um bingo beneficente para ajudar.

Eu amo o Baixio das Palmeiras, é uma comunidade que se fosse por mim eu só saia se fosse pro cemitério, porque estou na casa da gente.

Só penso que vamos ter que sair de perto das pessoas que a gente gosta e ter que sair daqui. Meu ganho é com minhas seriguelas e meus cocos, esse é meu ganho, vai se acabar tudo e eu vou viver de que? É triste, aqui é um lugar que eu amo muito. Tenho medo de quando o canal chegar minha mãe não resista, porque ela fica muito nervosa quando falam nele. É muito triste o que o governo está fazendo com a gente.
Tristeza, angústia, medo, preocupação, alegria pela comunidade, amizade.

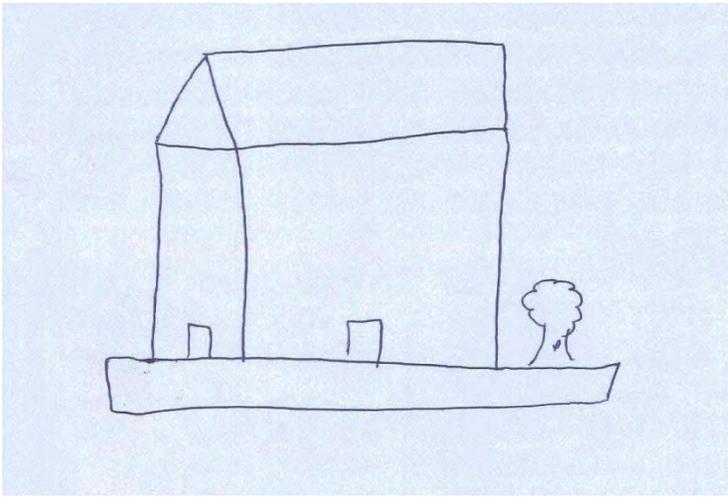
Comparo o Baixio como se fosse o céu, porque é muito lindo, e é perfeito, você não vê criminalidade no Baixio, calmo, sossegado, não tem confusão, só no tempo de política, mas num instante passa.

	<p>A comunidade céu é aquela em que os seus contrastes estão presentes o sentimento de tristeza e preocupação por conta do processo de desapropriação ocasionado pelo CAC, ao mesmo tempo que há a percepção da comunidade como lugar de apoio mútuo, união e amizade.</p>
<p>Estrutura: Metafórico Escala Estima de Lugar (EDL): 8</p>	<p>Imagem: Contraste potencializador</p>

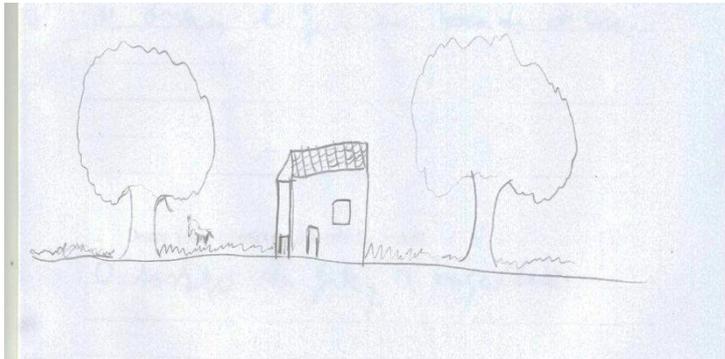
Nome: Violeta **Sexo:** F **Idade:** 41 anos **Comunidade:** Baixio da Palmeiras
Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto **Tempo de residência:** 41 anos

<p>Quero representar nesse desenho minha casa, onde sou muito feliz com meus filhos, onde infelizmente vou ter que sair. A gente tá tranquila no canto da gente e a gente vai ter que sair. Minha casa é humilde, mas é minha casa. Sei que vou ter outra casa, mas aqui foi onde tenho carinho, não tem como não se apegar, minha raiz, meu referencial, onde sou feliz com meus filhos</p>	<p>É o meu lugar maravilhoso, é o lugar que eu amo.</p>	<p>Tristeza, porque vou ter que sair dela, vou sentir falta. As pessoas falam que eu vou ter uma casa melhor, mas não a mesma coisa, o novo lá é outra coisa. Se fosse por vontade própria eu não sairia daqui. Vou levar tempo para me adaptar. Apego talvez é o que faz eu me sentir emocionada falando . (Ela estava com os olhos marejados durante toda entrevista). Tristeza, angústia, preocupação, saudade, falta de casa, um vazio, apego.</p>	<p>Comparo o Baixio das Palmeiras como paraíso, que tem muitas coisas boas e é o meu lugar. Tem problemas, tem, mas meu amor pelo lugar supera todos os problemas, o Baixio é meu lugar, não me vejo fora dele.</p>
--	---	--	---

	<p>A comunidade paraíso céu é aquela em que os seus contrastes estão presentes a percepção de apego e enraizamento, decorrente do amor pelo lugar, ao mesmo tempo que emerge a tristeza, angústia e preocupação no processo de desapropriação ocasionado pelo CAC.</p>
<p>Estrutura: Cognitivo</p>	
<p>Escala Estima de Lugar (EDL): 36</p>	<p>Imagem: Contraste Potencializador</p>

<p>Nome: Maria Sexo: F Idade: 37 anos Comunidade: Baixio da Palmeiras Escolaridade: Ensino Médio Completo Tempo de residência: 37 anos</p>			
<p>Desenhei minha casa, porque é onde moro com minha família, é minha vida, minha casa é tudo de bom, também é perto dos meus pais e irmãos.</p>	<p>Muito bom esse lugar que moro, é muito sossego, tem pessoas maravilhosas, não queria sair daqui, de maneira alguma.</p>	<p>Esse desenho que escrevi, saber de sair da minha casa é muito triste, porque é tudo que temos é a nossa casinha e sem saber para onde vamos. Tristeza, preocupação, ansiedade, decepção, alegria, família.</p>	<p>Coração, porque esse é o símbolo que representa muitas coisas boas como um coração que só tem coisas boas.</p>
		<p>A comunidade coração é aquela em que os seus contrastes estão presentes a sensação de sossego, bonança e apego, ao mesmo tempo que a vivência da tristeza, ansiedade e preocupação por conta do processo de desapropriação.</p>	
<p>Estrutura: Cognitivo</p>			

Escala Estima de Lugar (EDL): 19	Imagem: Contraste potencializador
---	--

Nome: Cícero Sexo: M Idade: 30 anos Comunidade: Baixio da Palmeiras Escolaridade: Ensino Médio Completo Tempo de residência: 30 anos			
<p>Quis mostrar que o Baixio é cheio de árvores e tem um bocado de casa.</p>	<p>Aqui é um pedacinho do céu, porque é tranquilo, temos amizades.</p>	<p>O sossego da gente, a tranquilidade. Feliz, sossego, amizade, apegado, tranquilidade, paz.</p>	<p>Comparo com o pedaço do céu. Porque é bom, as terras são boas.</p>
		<p>A comunidade pedaço do céu aquela em que o pertencimento é perceptível pela construção de amizades, sensação de sossego, tranquilidade e apego.</p>	
Estrutura: Cognitivo			
Escala Estima de Lugar (EDL): 26		Imagem: Pertencimento	

ANEXOS

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFC

UFC - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ /



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AFETIVIDADE EM CONTEXTOS DE DESAPROPRIAÇÃO: IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DE UMA OBRA HÍDRICA EM COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DO CRATO-CE

Pesquisador: Cícera Mônica da Silva Sousa Martins

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 26206619.9.0000.5054

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.784.822

Apresentação do Projeto:

O processo de criação e implementação de políticas públicas no âmbito da Gestão de Recursos Hídricos ainda ocorre de forma vertical, onde a participação da população no planejamento, controle social e avaliação das estratégias de enfrentamento à crise hídrica não é efetiva. Como resultado disso, é observado o surgimento de obras públicas como construções de canais e de adutoras, que são demonstradas como a solução mais plausível para resolução de problemas de acesso à água. Na contramão desse processo, estão as pequenas comunidades, em especial comunidades rurais, quilombolas e indígenas, que são surpreendidas com a condução de tais ações em seus territórios e acabam sofrendo danos com o processo, no caso em questão a desapropriação. No Distrito Baixo das Palmeiras, localizado no município do Crato, região do Cariri, a chegada das obras do Cinturão das Águas do Ceará está ocasionando desconforto aos habitantes de quatro comunidades rurais, que já estão em processo de remoção de suas propriedades. Considerando os impactos subjetivos decorrentes de processos de desapropriação e como estes podem proporcionar o surgimento de práticas promotoras de sofrimento e de exclusão social, o presente projeto traz como objetivo central investigar, partindo da categoria afetividade, os impactos psicossociais do processo de desapropriação ocasionado pelas obras do Cinturão das Águas do Ceará, em moradores de comunidades rurais do Distrito Baixo das Palmeiras, Crato-

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-275

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br

UFC - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ /



Continuação do Parecer: 3.784.822

CE. Apoiando-se teoricamente na Gestão de Políticas Públicas, na Psicologia Social e na Psicologia Ambiental, e considerando o contexto sócio-histórico onde a comunidade está imersa, este estudo busca entender do contexto atual da população frente à iminente expropriação e quais os afetos implicados neste processo. A pesquisa, caracterizada como pesquisa participante, contará com a utilização de três estratégias para obtenção de dados: a análise documental, a observação participante e o Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA). As informações coletadas serão tratadas e analisadas a partir da análise de conteúdo categorial. A pesquisa almeja que seja alcançado o objetivo proposto e, desse modo, seja dada visibilidade aos discursos e demandas dos afetados.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Investigar, a partir da categoria afetividade, os impactos psicossociais do processo de desapropriação, ocasionado pelas obras do Cinturão das Águas do Ceará, nos moradores de comunidades rurais do Distrito Baixo das Palmeiras, Crato-CE.

Objetivos Secundários:

Analisar as potencialidades e vulnerabilidades das práticas da população investigada frente ao processo de desapropriação ocasionado pelas obras do Cinturão das Águas do Ceará;

Observar como a afetividade permeia a relação dos moradores das comunidades rurais pesquisadas com o seu local de moradia;

Identificar as dimensões psicossociais dos processos de gestão ambiental presentes nas obras do Cinturão das Águas do Ceará;

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

O projeto indica que a pesquisa não oferece riscos à integridade física dos participantes, no entanto poderá gerar desconforto ao responder perguntas sobre a afetividade com relação ao lugar, que não são prejudiciais aos participantes nem impedem o andamento da pesquisa Benefícios:

O projeto indica que a pesquisa poderá auxiliar os moradores das comunidades pesquisadas a compreenderem os aspectos psicossociais envolvidos processo de desapropriação, sendo que esta poderá ser utilizada por eles em espaços de controle social e fóruns de debate sobre as problemáticas vivenciadas pelos mesmos por conta das obras, trazendo um novo olhar sobre a problemática da desapropriação, que ainda está muito atrelada às definições do Direito e da Economia. Outro benefício é possibilitar uma reflexão junto ao Poder Público sobre o modelo de

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

UF: CE

Telefone: (85)3366-8344

Município: FORTALEZA

CEP: 60.430-275

E-mail: comepe@ufc.br

UFC - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ /



Continuação do Parecer: 3.784.822

Gestão Ambiental atual, que desconsidera aspectos psicológicos e sociais em ações de impacto ambiental, chamando essa instância a refletir sobre a necessidade de amparo dos atingidos, para além das tradicionais indenizações.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa demonstra coerência entre a metodologia e os objetivos propostos, assim como observância no que tange aos aspectos éticos a serem considerados na realização de pesquisas da área.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória encontram-se em conformidade com as exigências do comitê de ética.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não se aplica.

Considerações Finais a critério do CEP:

A pesquisadora deve enviar o relatório final ao concluir a pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1472516.pdf	26/11/2019 17:45:39		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	9_PROJETO_COMITE_CICERA_MONICA.docx	26/11/2019 17:43:29	Cícera Mônica da Silva Sousa Martins	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	8_TCLE DISSERTACAO_CICERA_MONICA.docx	26/11/2019 17:27:01	Cícera Mônica da Silva Sousa Martins	Aceito
Cronograma	7_CRONOGRAMA_CICERA_MONICA.pdf	26/11/2019 17:19:18	Cícera Mônica da Silva Sousa Martins	Aceito
Orçamento	6_ORCAMENTO_CICERA_MONICA.pdf	26/11/2019 17:19:01	Cícera Mônica da Silva Sousa Martins	Aceito
Outros	5_TERMO_DE_COMPROMISSO_PARA_UTILIZACAO_DE_DADOS_CICERA_MONICA.pdf	26/11/2019 17:17:31	Cícera Mônica da Silva Sousa Martins	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	4_AUTORIZACAO_DA_INSTITUICAO_CICERA_MONICA.pdf	26/11/2019 17:16:23	Cícera Mônica da Silva Sousa Martins	Aceito
Declaração de	3_DECLARACAO_PESQUISADORES_	26/11/2019	Cícera Mônica da	Aceito

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

UF: CE

Telefone: (85)3366-8344

Município: FORTALEZA

CEP: 60.430-275

E-mail: comepe@ufc.br

UFC - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ /



Continuação do Parecer: 3.784.822

Pesquisadores	CERA_MONICA.pdf	17:15:03	Silva Sousa Martins	Aceito
Outros	2_CARTA_APRECIACAO_CEP_UFC_ CICERA_MONICA.pdf	26/11/2019 17:13:09	Cícera Mônica da Silva Sousa Martins	Aceito
Folha de Rosto	1_FOLHA_DE_ROSTO_CICERA_MONI CA.pdf	26/11/2019 17:10:01	Cícera Mônica da Silva Sousa Martins	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FORTALEZA, 19 de Dezembro de 2019

Assinado por:
FERNANDO ANTONIO FROTA BEZERRA
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

UF: CE

Município: FORTALEZA

CEP: 60.430-275

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br